

JESÚS MENJIVAR NIETO

**MODIFICAÇÕES DA PAISAGEM CULTURAL DO TERRITÓRIO DA SERRA DO
BRIGADEIRO PELA TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA ENTRE OS ANOS DE 1990
E 2018**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural, Paisagem e Cidadania, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

Orientador: André Luiz Lopes de Faria

**VIÇOSA - MINAS GERAIS
2021**

**Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade
Federal de Viçosa - Campus Viçosa**

T

M545m Menjivar Nieto, Jesús, 1980-
2021 Modificações da paisagem cultural do Território da Serra do
Brigadeiro pela transição agroecológica entre os anos de 1990 e
2018 / Jesús Menjivar Nieto. – Viçosa, MG, 2021.
1 dissertação eletrônica (174 f.): il.

Inclui anexo.

Inclui apêndice.

Orientador: André Luiz Lopes de Faria.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa,
Departamento de Geografia, 2021.

Referências bibliográficas: f. 163-171.

DOI: <https://doi.org/10.47328/ufvbbt.2022.089>

Modo de acesso: World Wide Web.

1. Paisagens culturais. 2. Território. 3. Agroecologia.
4. Política pública. 5. Zona da Mata (MG : Mesorregião).
I. Faria, André Luiz Lopes de, 1970-. II. Universidade Federal de
Viçosa. Departamento de Geografia. Programa de
Pós-Graduação em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania.
III. Título.

CDD 22. ed. 712.098151

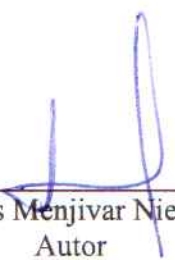
JESÚS MENJIVAR NIETO

**MODIFICAÇÕES DA PAISAGEM CULTURAL DO TERRITÓRIO DA SERRA DO
BRIGADEIRO PELA TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA ENTRE OS ANOS DE 1990
E 2018**

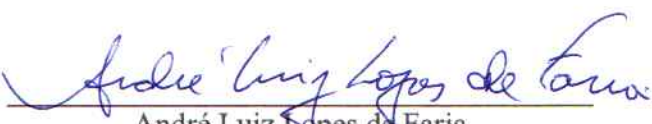
Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural, Paisagem e Cidadania, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

APROVADA: 01 de dezembro de 2021.

Assentimento:



Jesús Menjivar Nieto
Autor



André Luiz Lopes de Faria
Orientador

AGRADECIMENTOS

Mais do que o resultado, vivo o processo. Nele se vive, se aprende e se cresce. Cresci nas vivências com meus filhos, Ian, Liz e Fernando, que aceitaram a minha indisponibilidade em momentos preciosos, me mostrando que o amor verdadeiro é a ligação mais forte que nos une. Cresci no reconhecimento do amor e do valor dos meus pais, Lúcia e Maurinho, que cuidaram da minha vida como se deles fosse. Cresci no amor à Carol e ao Teti, que me serviram de incentivo nos momentos mais necessários. Cresci com a paciência e boa vontade do meu orientador, André, que sempre se mostrou solícito e profissional na forma de educar. Cresci com as pessoas com quem conversei, as quais viraram referência de solidariedade e resiliência, interrompendo seus ofícios, seja em escritório, seja na lide do campo, sob o sol, para falar sobre histórias e memórias, duras realidades e lindos sonhos; pessoas que espero rever e poder retribuir as prosas e os cafés. E por fim, cresci com os amigos, na saudade de revê-los depois de um longo tempo sem tantas interações.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

RESUMO

MENJIVAR NIETO, Jesús, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, dezembro de 2021. **Modificações da paisagem cultural do território da Serra do Brigadeiro pela transição agroecológica entre os anos de 1990 e 2018.** Orientador: André Luiz Lopes de Faria.

Com o ressurgimento da paisagem sob um interesse multidisciplinar e a elevação da Paisagem Cultural à categoria de patrimônio, foram unificadas as dimensões natural e cultural, as quais passaram a ser apresentadas como práticas culturais produzidas sobre o meio natural e transformadas ao longo do tempo, de forma integrada. A adoção do ideal ecológico e do desenvolvimento sustentável nas políticas públicas levou ao surgimento do Polo Agroecológico da Serra do Brigadeiro. Mediante esse contexto, esta dissertação propõe-se a analisar a paisagem cultural dos municípios de Araponga e Fervedouro, ambas situadas no Território de Desenvolvimento Rural da Serra do Brigadeiro, na Zona da Mata de Minas Gerais, sob a ótica da Agroecologia. Os aspectos formadores da paisagem atual, ocorridos no período de 1990 a 2018, são analisados de acordo com alguns dos princípios definidos pela Lei do Estado de Minas Gerais nº 23.207, de 27 de dezembro de 2018. Com a abordagem das categorias paisagem e território, os objetivos são identificar as instituições, organizações sociais e indivíduos que fomentam a Agroecologia nos municípios analisados; identificar características identitárias entre os municípios, sob o ponto de vista agroecológico; verificar a contribuição da Agroecologia na formação da identidade e identificar a existência ou ausência de políticas públicas municipais agroecológicas que contribuam para a modificação da paisagem com base no desenvolvimento sustentável. A metodologia foi baseada em entrevistas semiestruturadas e uma ampla pesquisa bibliográfica, com consultas a pesquisas acadêmicas, cartilhas, índices oficiais e outros materiais relacionados com o tema da pesquisa nos municípios delimitados. Os achados revelam que os municípios estão em diferentes estágios de desenvolvimento do conhecimento e da prática da Agroecologia e de seus princípios, situação que influencia na preservação ambiental e na produção agrícola. Ademais, a adoção de princípios agroecológicos não produz relevantes modificações nas políticas públicas municipais, mas torna a Agroecologia uma ferramenta de preservação da paisagem cultural que não impede o desenvolvimento e que valoriza a relação do homem com o seu meio ambiente, incorporando outras dimensões na preservação cultural e na formação de um território oficial. Foi possível constatar que a interdisciplinaridade da Agroecologia com a valorização do conhecimento dos agricultores e incentivo à mobilização social, além de dar

suporte para análises dos agroecossistemas, fornece subsídios para a construção de novos sistemas produtivos mais sustentáveis que o convencional.

Palavras-chave: Paisagem Cultural. Território. Agroecologia. Políticas Públicas.

ABSTRACT

MENJIVAR NIETO, Jesús, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, December, 2021. **Modifications of the cultural landscape of the Serra do Brigadeiro territory by the agroecological transition between the years 1990 and 2018.** Adviser: André Luiz Lopes de Faria.

With the resurgence of the Landscape under a multidisciplinary interest and the ascention of the Cultural Landscapes to the Heritage categories, the natural and the cultural dimensions were unified, presenting them as cultural practices produced on the natural environment and transformed over time in an integrated way. The adoption of the ecological ideal and sustainable development in public policies led to creation of the “Polo Agroecológico da Serra do Brigadeiro”. This dissertation proposes to analyze the cultural landscape of Araponga and Fervedouro, two cities in the rural development territory of “Serra do Brigadeiro”, in the “Zona da Mata of Minas Gerais”, from the perspective of agroecology. The current landscape forming elements that occurred in the period from 1990 to 2018 will be analyzed according to some of the principles defined by the state Law nº 23.207, from December 2018. With the approach of the landscape and territory categories, the objectives were to identify the institutions, social organizations, and other people that supports agroecology in this cities; to identify some identity characteristics among this cities with the agroecological point of view; to verify the contribution of agroecology in the formation of identity and to identify the existence or absence of agroecological public policies in this cities to contribute with the modification of the landscape based on sustainable development. The methodology was based on semi-structured interviews and a broad bibliographic research with consultations to academic research, primers, official indexes and other related materials related to the researched theme in this two cities. It was verified that the cities are in different stages of development in knowledge and practice of agroecology and its principles. This different stages influences environmental preservation and agricultural production. The adoption of agroecological principles has not produced relevant modifications in the cities public policies, but they make agroecology a tool for the preservation of the Cultural Landscapes that does not gets in the way of development and so increase the relationship between man and his environment, adding other dimensions in cultural preservation and in the creation an official territory. It was possible to verify that the interdisciplinarity of agroecology with the valorization of farmers' knowledge and the incentive to social mobilization. While giving

support for the analysis of agroecosystems, agroecology provides more elements to the construction of new productive systems that are more sustainable than the conventional ones.

Keywords: Cultural Landscapes. Territory. Agroecology. Public Policies.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Território da Serra do Brigadeiro.....	57
Figura 2 - Foto Aérea da Serra do Brigadeiro.....	59
Figura 3 - Foto Aérea da Serra do Brigadeiro.....	59
Figura 4 - Município de Araponga – MG.....	74
Figura 5 - Município de Fervedouro.....	75
Figura 6 - Município de Araponga.....	76
Figura 7 - Município de Araponga.....	76
Figura 8 - Município de Fervedouro.....	79
Figura 9 - Município de Fervedouro - Entorno do PESB.....	79
Figura 10 - Troncos de árvores retiradas na Serra do Brigadeiro na década de 1960.....	85
Figura 11 - Serraria na Serra do Brigadeiro.....	86
Figura 12 - Troncos na Estação Ferroviária, Serra do Brigadeiro.....	86
Figura 13 - UC Parque Estadual da Serra do Brigadeiro – PESB.....	94
Figura 14 - Área plantada ou destinada à colheita (hectares) (2018).....	115
Figura 15 - Valor da Produção (mil reais) (2018).....	115
Figura 16 - Hidrografia de Araponga e Fervedouro – PESB.....	133
Figura 17 - Capa do <i>e-book</i>	146
Figura 18 - Texto do <i>e-book</i>	148
Figura 19 - Tela inicial do Produto – <i>Site</i>	160

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Diferenças Agroecologia e Agronegócio.....	28
Quadro 1 - Territórios e Regiões oficiais de Araponga e Fervedouro.....	71
Quadro 2 - Dados Básicos de Araponga e Fervedouro.....	73
Quadro 4 - Estrutura Fundiária.....	90
Quadro 5 - Número de estabelecimentos agropecuários dirigidos pelo produtor por orientação técnica recebida.....	113
Quadro 6 - Pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários.....	125
Quadro 7 - Estabelecimentos agropecuários dirigidos pelo produtor, por sexo.....	127
Quadro 8 - Estabelecimentos agropecuários dirigidos pelo produtor, por cor ou raça.....	127
Quadro 9 - Uso de Agrotóxico por estabelecimento agropecuário.....	136
Quadro 10 - Sistemas de Preparo do Solo por estabelecimento.....	136

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ASCAFF - Associação Cafeicultores e Cafeicultoras Familiares de Fervedouro

ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CEB - Comunidades Eclesiais de Base

CECO - Centro de Estudos Ecológicos e Educação Ambiental de Carangola

CEP – Comitê de Ética em Pesquisa

CEPEC - Centro De Pesquisa E Promoção Cultural em Araponga

CIA - Central Intelligence Agency

CIAPO - Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica

CMCN - Centro Mineiro para Conservação da Natureza

CMDR - Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural

CNAE - Classificação Nacional de Atividades Econômicas

CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

CPDOC - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil

CPT - Comissão Pastoral da Terra

CRAS - Centro de Referência de Assistência Social

CTA-ZM - Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata

DNPM - Departamento Nacional da Produção Mineral

DRP - Diagnóstico Rápido/Rural Participativo

ECNC - Expertise Centre for Biodiversity and Sustainable Development

EFA - Escola Família Agrícola

EPAMIG - Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais

ESAV - Escola Superior de Agricultura e Veterinária

ESCD - Escola Superior de Ciências Domésticas da UREMG

ESF - Escola Superior de Floresta da UREMG

EUA - Estados Unidos da América

FAFILE - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Carangola

FAMINAS - Faculdade de Minas Gerais-Muriaé

FETAEMG - Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais

FGV - Fundação Getúlio Vargas

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IEF-MG - Instituto Estadual de Florestas de Minas Gerais
IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IUCN - International Union for Conservation of Nature
LDB - Lei de Diretrizes Básicas da Educação
MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário
PEAPO - Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica
PESB - Parque Estadual da Serra do Brigadeiro
PLANAPO - Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica
PLEAPO - Plano Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica
PMDI - Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado
PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNAPO - Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica
PNMC - Política Nacional sobre a Mudança do Clima
PNUMA - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
PPA - Plano Plurianual
PROINF - Programa de Apoio à Infraestrutura nos Territórios Rurais
PROMATA - Programa de Proteção da Mata Atlântica
PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONAT - Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais
PTDRS - Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável
RURALMINAS - Fundação Rural Mineira Colonização e Desenvolvimento Agrário
SAT - Certificado “Produtos Sem Agrotóxico”
SDT - Secretaria de Desenvolvimento Territorial
STR - Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais
SUS - Sistema Único de Saúde
UC - Unidades de Conservação
UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFV - Universidade Federal de Viçosa
UNFCCC - Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima
UNICAMP - Universidade de Campinas
UREMG - Universidade Rural do Estado de Minas Gerais
WWF – World Wildlife Fund

SUMÁRIO

PARTE I – 1 O CAMINHO PERCORRIDO.....	13
1.1 Introdução.....	13
1.2 Contextualização.....	15
1.3 Agroecologia e Agronegócio.....	22
1.4 O caminho percorrido.....	32
1.5 Ambiente de Pesquisa e Metodologia: problemas atuais e soluções.....	34
2 NATUREZA E SOCIEDADE: PAISAGENS E TERRITÓRIOS.....	37
2.1 O conceito de paisagem: multiplicidade, perspectivas e abordagens.....	37
2.2 Paisagem-território.....	40
2.3 Paisagem Política e Políticas Públicas.....	45
2.4 O território da Serra do Brigadeiro.....	56
3 A PAISAGEM CULTURAL DE ARAPONGA E FERVEDOURO.....	73
3.1 Caracterização histórica e geográfica dos municípios.....	73
3.2 Participação e protagonismo social em Araponga e Fervedouro.....	87
3.3 Dos atores sociais.....	96
3.4 A diversidade agrícola, biológica, territorial, paisagística e cultural.....	110
3.5 A preservação ambiental com inclusão social e o Desenvolvimento Sustentável.....	127
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	142
PARTE II – CONTRIBUIÇÕES PRÁTICAS.....	145
REFERÊNCIAS.....	163
APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO COMPLEMENTAR.....	172
ANEXO A - TABELA A.....	173

PARTE I

1 O CAMINHO PERCORRIDO

1.1 Introdução

Muito se fala sobre a atividade agrícola no Brasil, a qual, além de prover o país com uma forte economia agrária, é uma grande modeladora da paisagem natural e cultural. A atividade agrícola relaciona o meio rural e as cidades, influenciando o uso de recursos naturais, as condições ambientais atuais, o surgimento do ambientalismo e a consequente proteção do patrimônio cultural.

A modificação do rural para o urbano, do agrícola para o industrial, geralmente denominada de desenvolvimento, não elimina a paisagem rural, mas a modifica em vários aspectos. A atividade agrícola diferencia, cada vez mais, as paisagens naturais das culturais, degradando a primeira e homogeneizando a segunda.

O ideário produtivo mundialmente implementado após o término da Segunda Guerra Mundial, comprometido com o aumento da produção e da produtividade das atividades agrícolas, deixa de fora o aspecto social, a distribuição equilibrada de renda e a proteção do meio ambiente equilibrado. Esse ideário se fixa pela utilização das políticas públicas para o fomento do uso intensivo de insumos químicos, das variedades geneticamente melhoradas de alto rendimento, da irrigação e da motomecanização, e, nesse cenário, a pesquisa agrícola e a extensão rural – geralmente aliadas ao crédito agrícola subsidiado – são os principais instrumentos para a concretização dessas políticas.

A adoção de outras políticas como o planejamento e a gestão territorial integrada com as políticas ambientais e sociais, sobretudo em suas dimensões culturais e econômicas, é um processo recente e que possibilita a integração da política de preservação ao processo dinâmico de desenvolvimento das cidades e das zonas rurais, na perspectiva do desenvolvimento sustentável.

Sob essa ótica, nosso trabalho tem como objetivo a análise das relações socioespaciais envolvendo sujeitos locais e políticas de fomento à agricultura com foco na Agroecologia nos municípios mineiros de Araponga e Fervedouro. Trata-se, portanto, da análise acerca das territorialidades que se (re)criam, e da (re)significação da paisagem pelos sujeitos sociais locais.

Para tanto, nos pautamos nas categorias paisagem e território como balizadoras da reflexão proposta. O método de análise que consubstancia a pesquisa é o fenomenológico. Já

os instrumentos de investigação utilizados foram a revisão bibliográfica, a pesquisa de campo composta de observação direta, o levantamento e registro fotográficos, e a técnica de entrevista semiestruturada.

Sem qualquer objetivo de restringir os elementos que definem a paisagem cultural, a pesquisa adota alguns aspectos que serão registrados e analisados em concatenação com as diretivas definidoras do conceito legal de Agroecologia aplicado a um território específico, qual seja, o Território de Desenvolvimento Mata e Caparaó.

Nesse sentido, esta dissertação está estruturada em duas partes, de modo que, na primeira, são organizados os capítulos referentes às etapas e evolução da pesquisa, enquanto que, na segunda, é apresentado o produto da pesquisa. Assim, no primeiro capítulo é feita a introdução do trabalho, mostrando a metodologia e estabelecendo-se os conceitos norteadores e as premissas utilizadas na coleta de dados e nas análises.

No segundo capítulo é realizada uma abordagem dos conceitos, perspectivas e abordagens do termo paisagem, das políticas públicas de gestão territorial e da vinculação destas ao tema da Agroecologia.

No terceiro, são apresentados e analisados os municípios de Araponga e Fervedouro, ambos limítrofes, situados na Zona da Mata Mineira e inseridos no Território de Desenvolvimento Mata e no Território de Identidade da Serra do Brigadeiro. Os dados obtidos para a pesquisa são demonstrados e vinculados aos princípios que definem legalmente a Agroecologia no Território Mata, caracterizando uma perspectiva da paisagem cultural nos municípios sobre a perspectiva da Agroecologia. Nesta parte são tecidas, por fim as considerações finais.

Na segunda parte deste estudo, com base nas informações coletadas sobre a paisagem das cidades de Fervedouro e Araponga, foi elaborado um produto relacionado com o tema da pesquisa, que consiste em um *E-book* com informações básicas sobre a Agroecologia, produção orgânica e sobre a Lei do Polo Agroecológico e de Produção Orgânica da Zona da Mata Mineira. Também há nos conteúdos algumas sugestões de medidas que podem ser tomadas para a concretização da política pública agroecológica nos municípios de Araponga e Fervedouro. Ampliando o escopo do *E-book*, este fornecerá um *link* para um *site* criado especificamente para o fim, que será utilizado para fornecer mais informações sobre o tema através da oferta de acessos para *sites* de terceiros e materiais sobre o tema, bem como poderá ser utilizado também para recolher os dados de contato de interessados em saber mais informações.

1.2 Contextualização

A utilização dos recursos naturais pelo homem tem trazido, historicamente, consequências negativas como os problemas ambientais. Se no início a escala desta utilização era pequena, com a primeira revolução industrial, ela se ampliou significativamente. Desertificação, desmatamento, poluição de águas superficiais e subterrâneas, mudanças climáticas, dentre outros, são exemplos de uma relação entre a sociedade e a natureza que é desfavorável para esta última.

Duas das mais importantes forças contemporâneas são a vertiginosa aceleração do processo da globalização no século XX e a crescente gravidade da crise ambiental no plano mundial. A atual fase de globalização acontece no âmbito da expansão do sistema capitalista, sob a égide da ideologia neoliberal e de situações de neocolonialismo político e neoimperialismo cultural¹.

A atuação humana na natureza modificou a paisagem, causando reflexos ambientais e sociais de grande vulto e de forma perigosa para a existência do próprio ser humano e das outras espécies. As alterações ocorridas na natureza modificaram a vida da humanidade, seja em aspectos biológicos, seja em aspectos sociais, tornando a preocupação com a natureza um tema crescente.

A crise ambiental e social de caráter global da sociedade ocidental atinge o próprio ideal modernizador, motor do desenvolvimento, que é a crença da história como um processo infinito de avanço retilíneo, ou seja, o progresso e a racionalidade da ciência como um instrumento que permite a exploração e o domínio da natureza em benefício do crescimento e do consumo ilimitado de bens².

O surgimento da questão ambiental como um fenômeno social reconhecido se deu a partir da década de 1970, propiciado por uma combinação de fatores, como a crise do petróleo e o esgotamento de recursos naturais. Na mesma década, a Conferência de Estocolmo (Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano, 1972) foi a primeira grande reunião organizada pelas Nações Unidas a concentrar-se sobre questões de meio ambiente

¹ LITTLE, Paul Elliot. Ecologia política como etnografia: um guia teórico e metodológico. **Horiz. antropol.** Porto Alegre, v. 12, n. 25, p. 85-103, 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832006000100005&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 25 jan. 2021.

² ALEMANY, Carlos Enrique; SEVILLA- GUZMÁN, Eduardo. **¿Vuelve la extensión rural?:** Reflexiones y propuestas agroecológicas vinculadas al retorno y fortalecimiento de la extensión rural en Latinoamérica. Argentina: INTA, 2006. Disponível em: <https://helvia.uco.es/handle/10396/7234>. Acesso em: 02 mar. 2020. p. 2.

mediante a crescente atenção internacional para a preservação da natureza. Somado a este fator estava o descontentamento de diversos setores da sociedade quanto às repercussões da poluição sobre a qualidade de vida das populações, sobretudo nos países industrializados, onde as comunidades científicas e organizações não-governamentais conquistavam amplo espaço para a divulgação de suas denúncias e alertas³.

Guzman⁴ informa que a degradação ambiental gerou um aumento da pobreza, da desnutrição e da miséria extrema de grupos crescentes da humanidade, acentuando o conflito entre equilíbrio ecológico e crescimento econômico. Os novos problemas ambientais alcançam efeitos alarmantes e não discriminam setores sociais, regionais ou países. Desse modo, enfrentamos uma crise de civilização que nos obriga a revisar as maneiras de entender o mundo, a natureza e as formas de organizar a vida em sociedade e seus valores, símbolos e conhecimentos.

Nesse cenário, o paradigma ecológico surge como um conceito de múltiplas ramificações, atestando uma constante ampliação de seu escopo de estudo, ao mesmo tempo em que representa respostas da ciência ecológica para as novas realidades políticas e ambientais que as sociedades confrontam hoje⁵.

Little⁶, ao destacar textos com referências fundadoras ou paradigmáticas para as extensas ramificações da ecologia, informou que a palavra "ecologia", usada pela primeira vez em 1858 pelo naturalista norte-americano Henry David Thoreau, ganhou uma acepção propriamente científica pelo biólogo alemão Ernst Haeckel em 1866. Desde então, segundo o autor, a ecologia experimentou um duplo e simultâneo desenvolvimento: um dentro da sociedade civil, enquanto movimento social ecologista, e outro dentro da academia, como disciplina científica. Somente no século XX foi que a ecologia se consolidou como uma subdisciplina da biologia, conhecida como a "ecologia natural", e, a partir da década de 1930, fundou-se a "ecologia humana", que aplica os métodos da ecologia natural para as sociedades humanas. Nessa mesma época, inicia-se a análise das dimensões culturais das adaptações

³ LAGO, André Aranha Corrêa do. **Estocolmo, Rio, Joanesburgo**. O Brasil e as três conferências ambientais das Nações Unidas. Brasília: Funag, 2006. p. 17.

⁴ ALEMANY, Carlos Enrique; SEVILLA- GUZMÁN, Eduardo. **¿Vuelve la extensión rural?: Reflexiones y propuestas agroecológicas vinculadas al retorno y fortalecimiento de la extensión rural en Latinoamérica**. Argentina: INTA, 2006. Disponível em: <https://helvia.uco.es/handle/10396/7234>. Acesso em: 02 mar. 2020. p. 2.

⁵ LITTLE, Paul Elliot. Ecologia política como etnografia: um guia teórico e metodológico. **Horiz. antropol.** Porto Alegre, v. 12, n. 25, p. 85-103, 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832006000100005&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 25 jan. 2021.

⁶ Idem.

ecológicas de grupos indígenas para posteriormente codificar essa linha de pesquisa no campo da "ecologia cultural". A ecologia cultural produziu várias ramificações dentro da antropologia, entre as quais se destacam a etnoecologia, a ecologia neofuncionalista, a ecologia humana, a ecologia processual, a ecologia espiritual e a ecologia política.

Santos⁷ pondera que somente no século XX foi quando a ecologia emergiu como um corpo teórico de suporte, numa tentativa de explicar, de forma científica, as relações entre os seres vivos e entre estes e o meio que os rodeia, integrando uma base interdisciplinar com vários conhecimentos. Hoje, após fortes contributos teóricos e de um profundo conhecimento do meio que nos cerca, a ecologia como ciência permite, para além de compreender melhor o funcionamento dos sistemas, propor metodologias – por si só ou em conjunto com outros campos da ciência – para minorar ou mesmo resolver muitos dos problemas ambientais que reduzem a qualidade de vida das populações humanas.

Ressalva-se que a Ecologia surge nas Ciências Naturais estando relacionada à Biologia, e de tal forma reduz o homem como um ser biológico, parte do ambiente, numa visão tão equivocada como considerá-lo um produto apenas de seu universo cultural. Ao incorporar a dimensão humana torna-se possível distinguirmos ecologista de partidário do ecologismo ou ambientalista, assim como o indivíduo que considera que o futuro da humanidade é, em última análise, um problema ecológico, e o ecólogo, um especialista da ciência. Ainda que seja fácil definir o indivíduo que assume as duas “personagens”, há ainda uma dificuldade em se delimitar a diferença na utilização dos termos⁸.

Esse cuidado e preocupação crescentes com questões associadas aos riscos ambientais e, conseqüentemente, à atribuição de uma maior importância ao tema da ecologia no fim do século XX proporcionaram, em parte, o ressurgimento do interesse pela paisagem, entendida agora enquanto figuração de um sistema ecológico, cultural, social e estético⁹.

Sobre a paisagem geram-se expectativas como se esta fosse a chave que permite a resposta a muitas questões de gestão do espaço e das atividades que nele se desenvolvem, o que ocorre certamente devido ao potencial de integração que oferece. O conhecimento e a

⁷ SANTOS, Paulo. Ecologia e ambiente: contribuições da ciência ecológica para a compreensão da crise ambiental. **Educação, sociedade & culturas**, n. 21, p. 73-92, 2004. Disponível em: https://catalogo.up.pt:443/F/?func=direct&doc_number=000156333&local_base=PCEUP. Acesso em: 20 jan. 2021. p. 7.

⁸ BOMFIM, Vanessa Lima. **As “Ecologias” nas pesquisas em Educação Ambiental**. 2015. Dissertação (Mestrado). Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, São Paulo, 2015. p. 32.

⁹ SOUZA MATOS, Rute. **A Reinvenção da Multifuncionalidade da Paisagem em Espaço Urbano – Reflexões**. 2010. Tese (Doutorado). Universidade de Évora, Portugal, 2010. Disponível em: <http://dspace.uevora.pt/rdpc/handle/10174/4304>. Acesso em: 20 fev. 2020. p. 33.

concepção empírica de paisagem foram progressivamente substituídos por um conhecimento cada vez mais aprofundado dos seus elementos e, numa fase posterior, das relações entre esses elementos. Estas alterações ocorridas ao longo do tempo deram origem ao conceito contemporâneo de paisagem, que resulta de um interesse multidisciplinar e de diversas aproximações teóricas¹⁰.

Diferentes campos de conhecimento abordam o conceito de paisagem. Para o presente estudo, interessa-nos uma abordagem multidisciplinar, conhecida como Paisagem Cultural. Essa denominação unifica a abordagem de aspectos relacionados às dimensões natural e cultural da sociedade, apresentando-as como práticas culturais produzidas sobre o meio natural e transformadas ao longo do tempo, de forma integrada.

Em 1992, a UNESCO adotou a categoria de Paisagem Cultural como Patrimônio Cultural em decorrência da valorização no contexto internacional das relações harmoniosas entre os homens e o meio ambiente, estimuladas pelo desenvolvimento de disciplinas como a ecologia política e a discussão em torno de categorias como a de desenvolvimento sustentável¹¹.

A adoção desta categoria se diferenciou das concepções anteriores de paisagem por adotá-la como um bem, valorizando todas as inter-relações que ali coexistem. Apesar da anterioridade das discussões sobre paisagem associada ao natural e ao belo, a discussão sobre a ideia de paisagem cultural como associação entre os aspectos culturais e naturais no Comitê do Patrimônio Mundial começou na década de 1980, a partir de abordagens que buscavam uma visão integradora entre o homem e a natureza. Somente com a instituição da categoria é que houve a valorização das relações entre o homem e o meio ambiente, entre o natural e o cultural, ou a combinação dos trabalhos da natureza e do homem¹².

Em 1995, o Comitê de Ministros do Conselho da Europa¹³, por meio da Recomendação R(95)9 – Sobre a conservação integrada de áreas de paisagens culturais como integrantes das políticas paisagísticas – recomendou a adoção dessa abordagem nas políticas de preservação do patrimônio. Posteriormente, no ano de 2000, com a aprovação da Convenção Europeia da Paisagem, que entrou em vigor em 2004, foi introduzido um conjunto de regras para a proteção, gerenciamento e planejamento das paisagens. Nesse ínterim, adotar paisagem como patrimônio pressupõe e admite o constante movimento e as relações

¹⁰ Idem.

¹¹ RIBEIRO, Rafael Winter. **Paisagem cultural e patrimônio**. Rio de Janeiro: IPHAN/COPEDOC. 2007. p.38.

¹² *Ibidem*, p. 38-44.

¹³ Órgão instituído pela Convenção Europeia de Direitos Humanos, de 04 de novembro de 1950.

intrínsecas e inseparáveis entre conceitos e abordagens da história, da sociologia, da antropologia, da memória, da arte, da cultura, da ecologia e suas correspondências no meio físico, seja na edificação, nos objetos ou nos territórios – da geografia urbana, rural ou natural. Pressupõe, ainda, a ação integrada do planejamento e da gestão territoriais com as políticas ambientais e sociais, sobretudo em suas dimensões culturais e econômicas, conjugando a política de preservação ao processo dinâmico de desenvolvimento das cidades, na perspectiva do desenvolvimento sustentável¹⁴.

Embora a Recomendação R(95)9 se aplique às áreas de paisagem cultural, foi dada especial atenção ao planejamento integral e integrado do território, incluindo as políticas de uso da terra e políticas mais abrangentes e contemplando interesses diversos: culturais, históricos, estéticos, arqueológicos, etnológicos, ecológicos, simbólicos, econômicos e sociais¹⁵. Por sua vez, a Convenção Europeia da Paisagem, sistematizada em 2000, em Florença, também compreendeu a relação entre aspectos naturais e culturais da paisagem, mas enfocou a visão cultural da natureza, com destaque para as questões de biodiversidade e ecossistemas. Com sua entrada em vigor em 2004, acabou configurando-se como uma tentativa de estabelecer políticas públicas comuns, que tenham a paisagem como recurso ao estabelecimento e à manutenção de uma identidade europeia, mais alinhada ao ideário do desenvolvimento sustentável que à agenda do patrimônio cultural.

No Brasil, a denominação de Paisagem Cultural foi assimilada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)¹⁶, com objetivo de proteger a relação entre o homem e a paisagem natural. O conceito é utilizado para porções singulares dos territórios, onde a inter-relação entre a cultura humana e o ambiente natural confere à paisagem uma identidade singular¹⁷. Em outras palavras, “territórios amplos, singularizados pelo dinamismo do patrimônio e pela interdependência entre natureza e cultura, esse último muitas vezes representado pelas dimensões materiais e imateriais”¹⁸.

Além de alinhar as políticas públicas nacionais com a política preservacionista internacional, a adoção da paisagem cultural pelo IPHAN exige um conjunto maior de

¹⁴ FIGUEIREDO, Vanessa Gayego Bello. O patrimônio e as paisagens: novos conceitos para velhas concepções? **Paisagem e Ambiente**, n. 32, p.83-118, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2359-5361.v0i32p83-118>. Acesso em: 15 fev. 2019. p. 86-88.

¹⁵ *Ibidem*, p.86-88.

¹⁶ Através a portaria nº127/IPHAN, de 30 de abril de 2009.

¹⁷ DEPAM. **Relatório de uma gestão 2006-2010**. Brasília, 2011. Datil. p. 105.

¹⁸ Colóquio Ibero-americano Paisagem Cultural, Patrimônio e Projeto, 1, 2010, Belo Horizonte, Minas Gerais. **Anais [...]**. Brasília, DF: IPHAN; Belo Horizonte, MG: IEDS, v. 1, n. 6, 2017. p. 7.

instrumentos urbanísticos, ambientais e jurídicos de proteção do patrimônio e aponta para a possibilidade de se viabilizar um trabalho de gestão do território pactuado entre os diversos agentes da esfera pública e privada. Este, aliás, é um dos grandes desafios no âmbito da gestão patrimonial, que deverá basear-se na articulação entre políticas públicas e instrumentos de diversas áreas com vistas à superação das dicotomias e concepções clássicas ainda praticadas, podendo abrir novos caminhos à preservação do patrimônio cultural e das paisagens¹⁹.

A definição do IPHAN de paisagem cultural como “uma porção peculiar do território nacional”, com o uso do vocábulo “peculiar” para legitimar a escolha da paisagem cultural, funciona de maneira análoga à UNESCO e ao Valor Universal Excepcional. Porém, esse caráter difere da Convenção Europeia da Paisagem, pois esta pretende acompanhar e estudar todo o território que abrange os seus Estados membros, com o objetivo não de frear as mudanças, sejam elas naturais ou culturais, mas, sim, de registrá-las e analisá-las posteriormente²⁰.

Nesse cenário, a atividade agrícola, sobretudo no Brasil, que é um país de economia agrária, configura-se uma das maiores modeladoras da paisagem natural e cultural. A atividade agrícola não é relacionada apenas ao meio rural, mas envolve também as cidades, influenciando e sendo influenciada por estas desde a antiguidade. Dada a sua grande importância e volume, a atividade agrícola é a principal motivadora da escassez de recursos naturais e da degradação do meio ambiente, as quais influenciaram o ambientalismo e a proteção do patrimônio cultural.

Uma das questões temáticas mais abordadas na análise dos encontros mundiais de especialistas promovidas pela UNESCO até 2007 (de total de 26) referiu-se à paisagem cultural, notadamente em relação às paisagens rurais ou periurbanas e atividades agrícolas²¹.

O projeto civilizatório ocidental se constrói desde o racionalismo, onde a indústria e a cidade são referências de desenvolvimento. O processo se implanta e se organiza com a modificação do rural para o urbano, do agrícola para o industrial, de forma que as sociedades

¹⁹ FIGUEIREDO, Vanessa Gayego Bello. O patrimônio e as paisagens: novos conceitos para velhas concepções? **Paisagem e Ambiente**, n. 32, p.83-118, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2359-5361.v0i32p83-118>. Acesso em: 15 fev. 2019. p. 115.

²⁰ GEMENTE, Bárbara de Oliveira Ribeiro; CARVALHO, Aline Vieira de. A Chancela da Paisagem Cultural Brasileira em Santa Catarina: Possibilidades e Desafios. In: Seminário Internacional História do Tempo Presente, II, 2014, Florianópolis, SC. **Anais [...]**. Florianópolis, SC: UDESC, 2014. Disponível em: <http://eventos.udesc.br/ocs/index.php/STPII/tempopresente/schedConf/presentations>. Acesso em: 12 jan. 2021. p. 9.

²¹ FIGUEIREDO, Vanessa Gayego Bello. O patrimônio e as paisagens: novos conceitos para velhas concepções? **Paisagem e Ambiente**, n. 32, p.83-118, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2359-5361.v0i32p83-118>. Acesso em: 15 fev. 2019. p.106.

são mais desenvolvidas à medida que sua economia muda do agrário, considerado tradicional e arcaico, para o moderno industrial. O meio rural, um espaço articulador entre as sociedades urbanas e os ecossistemas, é visto como transformador e provedor de matérias primas, alimento, combustíveis e mão de obra, além de receptor dos dejetos urbanos e industriais²².

No contexto de fatores negativos que levaram à ascensão da perspectiva ecológica, os protestos foram contra a deterioração ambiental, a destruição dos recursos naturais, o desmatamento exacerbado e os demais efeitos sociais gerados pelos processos de pecuarização, agricultura altamente tecnologicada, invasão de produtos transgênicos, hiperconcentração urbana, bem como pelos grandes projetos de desenvolvimento regional, os perigos das plantas nucleares e os riscos da biotecnologia. A pobreza associada à perda da fertilidade da terra não resulta do fato dos rendimentos decrescentes terem se acentuado devido à expansão da agricultura, que encontra nos limites da fronteira agropecuária um constrangimento de ordem geográfica; ou da questão dos limites da capacidade de carga dos ecossistemas diante do incontrolado crescimento demográfico no meio rural. Para Leff²³, a pobreza é resultado do esgotamento da fertilidade dos solos devido à irracionalidade ecológica de uma agricultura altamente tecnificada e à capitalização da natureza, que encontra seus limites na imposição da maximização do benefício econômico, aplicada acima das condições de sustentabilidade dos ecossistemas.

No Brasil, nas últimas décadas, o processo de desenvolvimento permitiu avanços consideráveis em áreas como a indústria, a agricultura, e a ciência e tecnologia, mas não corrigiu (talvez tenha até acentuado) as desigualdades internas: uma parte da população enfrenta desafios similares aos de países desenvolvidos para o desenvolvimento sustentável, tendo de alterar seus padrões insustentáveis de produção e consumo; outra parte da população, por não ter acesso às mais básicas necessidades econômicas e sociais, não pode levar em consideração a dimensão ambiental do desenvolvimento²⁴.

A adoção do planejamento e da gestão territorial com as políticas ambientais e sociais, sobretudo em suas dimensões culturais e econômicas, é um processo que já se iniciou no Brasil, com o objetivo de possibilitar a integração da política de preservação ao processo

²² ALEMANY, Carlos Enrique; SEVILLA- GUZMÁN, Eduardo. **¿Vuelve la extensión rural?:** Reflexiones y propuestas agroecológicas vinculadas al retorno y fortalecimiento de la extensión rural en Latinoamérica. Argentina: INTA, 2006. Disponível em: <https://helvia.uco.es/handle/10396/7234>. Acesso em: 02 mar. 2020 p. 2.

²³ LEFF, Enrique. **Racionalidade ambiental:** a reapropriação social da natureza. Tradução Luís Carlos Cabral. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. p. 455-479.

²⁴ LAGO, André Aranha Corrêa do. **Estocolmo, Rio, Joanesburgo.** O Brasil e as três conferências ambientais das Nações Unidas. Brasília: Funag, 2006. p. 20.

dinâmico de desenvolvimento das cidades, na perspectiva do desenvolvimento sustentável. Cabe agora promover a criação e adoção de instrumentos urbanísticos, ambientais e jurídicos de proteção do patrimônio, viabilizando um trabalho integrado entre os diversos agentes da esfera pública e privada.

Nesse âmbito, a opção pelo conceito de Paisagem Cultural adotada neste trabalho tem objetivo similar ao adotado pela Convenção Europeia da Paisagem, pois pretende acompanhar e estudar uma porção de território sem se restringir à sua peculiaridade como patrimônio mais ou menos valorizado, mais ou menos raro, e sem o objetivo de frear as mudanças, sejam elas naturais ou culturais, mas, sim, de registrá-las e analisá-las posteriormente.

Devido à amplitude do aspecto cultural da paisagem, a análise através da perspectiva agroecológica pode fornecer elementos interessantes que, muitas vezes, são negligenciados ou, quando não, são analisados de forma não integrada.

1.3 Agroecologia e Agronegócio

Na segunda metade do século XX, o ideário produtivo proposto e implementado nos países mais desenvolvidos após o término da Segunda Guerra Mundial era o aumento da produção e da produtividade das atividades agrícolas, tendo sido massivamente inserido nos vários países latino-americanos. Esse ideário assenta-se no uso intensivo de insumos químicos, das variedades geneticamente melhoradas de alto rendimento, da irrigação e da motomecanização. Várias políticas públicas nacionais foram criadas, tendo a pesquisa agrícola e a extensão rural – geralmente aliadas ao crédito agrícola subsidiado –, servido como os principais instrumentos para a concretização dessas políticas²⁵.

O Termo “Revolução Verde” passou a definir esse ideário, sendo cunhado em 1966 por William Gown, e tem como origem um programa financiado pelo grupo Rockefeller, em Nova Iorque, com a proposta de aumentar a produção de alimentos para acabar com a fome no mundo. O grupo Rockefeller expandiu seu mercado consumidor, assim fortalecendo a corporação com vendas de pacotes de insumos agrícolas, principalmente para países em desenvolvimento. Esses pacotes incluíam soluções de mecanização no campo aliadas à fertilização do solo e ao desenvolvimento de pesquisas em sementes adaptáveis a diferentes solos e condições climáticas.

²⁵ ALTIERI, Miguel. **Agroecologia**: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. 4 ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

Segundo Almeida, em meio aos questionamentos oriundos frente a esse padrão de desenvolvimento agrícola e rural, implementado em todo o mundo moderno, a proposição agroecológica surgiu (e ainda se apresenta) como aspiração geral a uma outra forma de desenvolvimento²⁶.

O autor continua dizendo que ela tem se apoiado no uso potencial da diversidade social e dos sistemas agrícolas, especialmente daqueles que os agentes reconhecem como estando mais próximos dos “modelos” camponês e indígena. Aqueles que idealizam esse tipo de agricultura têm razões para pensar que, ao se aliarem a um projeto de desenvolvimento local, descentralizado, que privilegie a diversidade em cada meio, estarão exprimindo novas aspirações, novas formas de sociabilidade, uma vontade em promover outros modos de desenvolvimento econômico e social, os quais seriam mais “controláveis” e aceitos porque são espacialmente circunscritos, cultural e tecnicamente fundados na “experiência do tempo”. Ao mesmo tempo em que surgem e tentam afirmar novas noções, as ações e os agentes agroecológicos almejam colocar em prática um novo tipo de movimento coletivo, que tenta fugir das formas mais ou menos reclusas que assume a maioria das manifestações de contestação da dominação social como um todo.

A Agroecologia substituiu, pouco a pouco, a noção-chave (e, reconhecidamente, um pouco fragmentada) de “tecnologia alternativa” que esteve em voga no período de meados da década de 70 até o final da década de 80. Ela parece ampliar a percepção que se deve ter do agrícola, do rural e da sociedade. Mesmo sendo pensada, primeiramente, para tratar do “agro”, a Agroecologia, através de uma intervenção mais localizada, tem a visão macro ou “sistêmica”, ou até mesmo “planetária”, e, nesse ponto, parece ter evoluído em relação à tecnologia (agricultura) alternativa²⁷.

A Agroecologia é uma noção nova e frequentemente associada, no debate social atual, às noções de agricultura e desenvolvimento sustentáveis. No entanto, apesar do debate, não há um consenso sobre sua definição. Dependendo da posição social do “agente” que a define, ocorrem compreensões ou entendimentos diferentes a respeito, sendo definida como uma atividade, uma prática, uma área do conhecimento (ciência agroecológica) ou, em outros casos, tudo isso ao mesmo tempo. As posições assumidas nesse debate têm se restringido, geralmente, ao uso normativo e “ampliado” da noção, ou seja, através de grandes contornos

²⁶ ALMEIDA, Jalcione. A Agroecologia entre o movimento social e a domesticação pelo mercado. **Ensaaios FEE**, Porto Alegre, v. 24, n. 2, p. 499-520, 2003.

²⁷ ALMEIDA, Jalcione. A Agroecologia entre o movimento social e a domesticação pelo mercado. **Ensaaios FEE**, Porto Alegre, v. 24, n. 2, p. 499-520, 2003.

de definição. No geral, incorporam ideias mais “ambientais” (ecológicas, preservacionistas / conservacionistas do meio ambiente) e de sentimento social acerca da agricultura, o que implica um conjunto de “elementos” ou “componentes” sobre a sociedade e a produção agrícola que extrapola os limites do campo da agricultura. Essa amplitude da noção traz, às vezes, alguns problemas, como a confusão de Agroecologia como instrumento técnico-científico e como desenvolvimento, enquanto processo, ou política²⁸.

Do “técnico-produtivo” à “construção de novas relações sociais entre os homens”, passando pela “agricultura familiar” e pelo “desenvolvimento sustentável” nas representações sociais da Agroecologia, ela significa uma busca de tecnologias de produção que não agridam o homem e o meio ambiente; o instrumento para a criação de uma nova consciência social e ecológica; uma proposta mais coerente do ponto de vista da sustentabilidade e do desenvolvimento para o meio rural; algo de fundamental importância para se construir um processo novo de desenvolvimento no meio rural; a que compreende e dá conta das relações ecológicas que propiciam a reprodução das diferentes formas de vida existentes na natureza; a que entende que as ações sociopolíticas podem contribuir para uma maior estabilidade e sustentabilidade dos agroecossistemas; e uma metodologia integradora que facilita o estudo e a intervenção na realidade dos agricultores, permitindo que a atividade agrícola seja analisada e avaliada na sua totalidade, em que emergem componentes biológicos, técnicos, culturais e socioeconômicos²⁹.

Essa grande heterogeneidade da perspectiva agroecológica, particularmente em relação ao seu padrão tecnológico e às suas formas sociais, tem se constituído, por um lado, numa barreira ao avanço dessas ideias, e, paradoxalmente, por outro no grande diferencial emulador do debate sobre os problemas da agricultura e da questão agrária no Brasil. Um exemplo é a sua contribuição para o tema da agricultura familiar e da diversidade de formas de desenvolvimento³⁰. É importante ressaltar que, no Brasil, a partir de meados da década de 1980, as consequências negativas do padrão de agricultura introduzido com a Revolução Verde tornaram-se gradativamente mais visíveis, sobretudo com a inviabilização dos subsídios ao crédito. Essa situação levou à contestação da agricultura e das formas de organização produtivas oriundas da Revolução Verde e trouxeram, em seu rastro, uma série

²⁸ Idem.

²⁹ Idem.

³⁰ ALMEIDA, Jalcione. A Agroecologia entre o movimento social e a domesticação pelo mercado. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 24, n. 2, p. 499-520, 2003.

de manifestações sociais que passaram a adquirir crescente importância e legitimidade nos anos mais recentes³¹.

Caporal³² leciona que a amplitude de conceitos e interpretações da Agroecologia expressa um reducionismo do significado mais amplo do termo, mascarando sua potencialidade para apoiar processos de desenvolvimento rurais mais sustentáveis.

O desenvolvimento sustentável ultrapassa a simples busca de tecnologias e práticas alternativas ao padrão, trazendo os aspectos sociais com uma organização produtiva menos concentradora³³. Porém, esse conceito, para Caporal, assim como o de agricultura sustentável, é uma ilusão “ecotecnocrática”. Para este autor, o discurso da sustentabilidade, além de utópico, é empregado como algo absoluto, sendo desta forma equivocado e responsável – inclusive, por certas posições imobilistas na formulação de políticas públicas voltadas para a agricultura, no ensino, na pesquisa, na extensão rural. Desta forma, ele utiliza o termo “desenvolvimento mais sustentável” para evidenciar que os discursos sobre desenvolvimento sustentável ainda não encontraram base científica capaz de dar-lhes consequência operativa e, por isso, ajudam a obstaculizar processos de mudança que resgatem uma postura mais ética e mais humanista nas práticas agrícolas e nas estratégias de desenvolvimento. Da mesma forma, a utilização de uma agricultura mais sustentável evidenciaria que, a partir das bases epistemológicas da Agroecologia, se pode afirmar que teremos tantas agriculturas quantos forem os diferentes agroecossistemas e sistemas culturais das pessoas que as praticam³⁴.

É preciso entendermos que a Agroecologia não se propõe como uma panaceia para resolver todos os problemas gerados pelas ações antrópicas de nossos modelos de produção e de consumo, nem espera ser a solução para as mazelas causadas pelas estruturas econômicas globalizadas e oligopolizadas. Defendemos, pois, que a partir dos princípios da Agroecologia existe um potencial técnico-científico já conhecido e que é capaz de impulsionar uma mudança substancial no meio rural e na agricultura e, portanto, pode servir como base para reorientar ações de ensino, de pesquisa e de assessoria ou assistência técnica e extensão rural,

³¹ ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. 4 ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

³² CAPORAL, Francisco Roberto. **Agroecologia: uma Nova Ciência para Apoiar a Transição a Agriculturas mais Sustentáveis**. 1 ed. Brasília: MDA/SAF, 2009. v.1. p.1-4.

³³ MOREIRA, Roberto José. Críticas ambientalistas à Revolução Verde. **Estudos Sociedade e Agricultura**, 15, out. 2000, p. 39-52. Disponível em: <https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/176/172>. Acesso em: 20 ago. 2020.

³⁴ CAPORAL, Francisco Roberto. **Agroecologia: uma Nova Ciência para Apoiar a Transição a Agriculturas mais Sustentáveis**. 1 ed. Brasília: MDA/SAF, 2009. v.1. p.1-7.

numa perspectiva que assegure uma maior sustentabilidade socioambiental e econômica para os diferentes agroecossistemas³⁵.

A Agroecologia é um novo *paradigma* em construção, na acepção kuhniana do termo³⁶. Ela deve ser entendida como um enfoque científico, como uma matriz de um enfoque holístico e de uma abordagem sistêmica, que pretende contribuir para que as sociedades possam redirecionar o curso alterado da coevolução social e ecológica, nas suas mais diferentes inter-relações e mútua influência. Por ser mais pluralista nas bases filosóficas que orientam as atividades científicas e de extensão rural do que os enfoques convencionais, ela eliminaria o problema dos “científicos”, que não têm sido verdadeiramente capazes de ouvir o que os agricultores têm a dizer, porque as premissas filosóficas da ciência convencional não conferem legitimidade aos conhecimentos e às formas de aprendizagem dos agricultores. Com a integração dos saberes históricos dos agricultores, com os conhecimentos de diferentes ciências, torna-se possível romper com a suposta superioridade da ciência convencional, permitindo tanto a compreensão, a análise e a crítica do atual modelo do desenvolvimento e de agricultura como o estabelecimento de novas estratégias para o desenvolvimento rural e novos desenhos de agriculturas mais sustentáveis³⁷.

O resgate e a valorização dos povos tradicionais, populares ou camponeses são resultados da acumulação direta do conhecimento que é processado e reprocessado e da memória, que permite aprendizado no convívio com os elementos da paisagem mutável. Essa coevolução³⁸ entre sistemas sociais e naturais possui o *corpus* (repertório de símbolos e percepções sobre a natureza), práxis (conjunto de operações práticas para apropriação da

³⁵ *Ibidem*, p. 2-9.

³⁶ Conforme a própria explicação do autor, para Thomas Kuhn (1987), pode-se resumir a ideia de Matriz Disciplinar ou Paradigma como sendo a cultura comum de um grupo em torno de um determinado fim; engloba a todas as crenças, valores, técnicas etc., compartilhadas pelos membros de certa comunidade. Um corpo característico de crenças e concepções que abrangem todos os conhecimentos partilhados por um grupo científico.

³⁷ CAPORAL, Francisco Roberto. **Agroecologia: uma Nova Ciência para Apoiar a Transição a Agriculturas mais Sustentáveis**. 1 ed. Brasília: MDA/SAF, 2009. v.1. p.1-4.

³⁸ O termo foi utilizado pela primeira vez por Ehrlich e Raven (1964) na descrição sobre influências que plantas e insetos herbívoros têm sobre a evolução um do outro. Não há um acordo geral sobre sua definição (FUTUYMA; SLATKIN, 1986). Para Roughgarden (1976), é a evolução na qual a adaptabilidade de cada genótipo depende das densidades populacionais e da composição genética da própria espécie e da espécie com a qual interage. Para Jansen (1980), é a evolução de uma característica de uma espécie em função de uma característica de outra espécie. Já para Ricklefs (1996), são as respostas evolutivas recíprocas entre as populações. Disponível em: <http://labs.icb.ufmg.br/lbem/aulas/grad/evol/coevol/aula12coevol.html>. Acesso em: 15 mar. 2021.

natureza) e cosmos (as diferentes visões de mundo que cada grupo expressa em cada contexto sócio-histórico)³⁹.

O desenvolvimento sustentável atual, que ao longo de décadas não conseguiu superar os malefícios sociais, ambientais, econômicos, culturais e políticos engendrados pela modernização conservadora baseada nos pacotes da Revolução Verde, precisa ser substituído⁴⁰. Dessa forma, a Agroecologia, enquanto paradigma desse desenvolvimento, permite que a cultura local, a biodiversidade, os saberes e as peculiaridades de cada local possam ordenar e nortear a sustentabilidade, já que de seus princípios e bases epistemológicas nasce a convicção de que é possível reorientar o curso alterado dos processos de uso e manejo dos recursos naturais, de forma a ampliar a inclusão social, a reduzir os danos ambientais e a fortalecer a segurança alimentar e nutricional, com a oferta de alimentos saudáveis para todos os brasileiros. Nesse cenário surgem questionamentos sobre a necessidade de mudanças nos procedimentos, metodologias e bases tecnológicas capazes de contribuir para um processo de transição a estilos de desenvolvimento rural e de agriculturas mais sustentáveis, fugindo das utopias e das revoluções em busca de uma nova solidariedade que dê sustentação a uma ética da sustentabilidade⁴¹.

Para a presente pesquisa, importa ressaltar que a Agroecologia, como expressão de uma agricultura camponesa ou tradicional, se distancia em princípios do agronegócio, que é o modelo vigente no Brasil. Ela está voltada para o fortalecimento das produções locais e regionais, em que questões sociais, econômicas, culturais, ambientais e políticas são percebidas de forma interligada. O agronegócio, por sua vez, está a serviço da lógica de mercado que causa significativas perdas da diversidade biocultural⁴², degradação do meio

³⁹ GOMES, João Carlos Costa; Assis, William Santos de (ed.). **Agroecologia: princípios e reflexões conceituais**. Brasília: Embrapa, 2013. p. 28.

⁴⁰ CAPORAL, Francisco Roberto. **Agroecologia: uma Nova Ciência para Apoiar a Transição a Agriculturas mais Sustentáveis**. 1 ed. Brasília: MDA/SAF, 2009. p.1.

⁴¹ Idem.

⁴² “Segundo R. Khongdier, a abordagem Biocultural é a que vê o ser humano como seres biológicos, sociais e culturais em relação ao meio ambiente. Sua importância consiste em uma estrutura conceitual e de modelos para compreender as interações dinâmicas entre humanos biológicos/fenotípicos, psicológicos e traços sócio-culturais em resposta ao meio ambiente. A abordagem biocultural tem feito parte da longa história da biologia humana e da antropologia biológica. A partir da década de 1960, ganhou força nos estudos inicialmente relativos à influência do ambiente físico na variedade biológica humana, mas deu força para o crescimento da incorporação do ambiente biológico e sociocultural nas pesquisas sobre as variações biológicas nos seres humanos, integrando a antropologia cultural e biológica. Os estudos bioculturais têm um foco maior no entendimento da inter-relação de elementos selecionados do sistema no nível da população, especialmente aqueles que refletem a interação entre biologia e cultura” (KHONGSDIER, Sarthak Sengupta R. Bio-cultural Approach: The Essence of Anthropological Study in the 21st Century. **Anthropology Today: Trends, Scope and Applications, Anthropologist Special Volume**, v. 3, p. 39-50, 2007. (Tradução nossa).

ambiente e precarização social e econômica das comunidades locais em face do enriquecimento de alguns grupos individuais⁴³. O Quadro 1, a seguir, ilustra algumas das diferenças entre esses modelos.

Quadro 1 - Diferenças Agroecologia e Agronegócio

Aspectos	Agroecologia	Agronegócio
Visão	Interdisciplinar / integrada	Segmentada
Produção	Fortalecimento Local	Lógica de Mercado
Questões sociais	Desenvolvimento social	Aumento da desigualdade
Questões econômicas	Distribuição de recursos e desenvolvimento social	Concentração de recursos (terra, lucros, bens de produção)
Questões culturais	Valorização da Cultura Tradicional	Homogeneização
Questões ambientais	Preocupação com o Meio Ambiente	Utilização máxima dos recursos naturais
Questões políticas	Ativismo social e ambiental democrático, com participação social	Dominância e concentração
Ciência e Tecnologia	Validação do conhecimento tradicional	Maximização de produção
Diversidade	Ampla diversidade	Perda da diversidade biocultural

Fonte: Elaborado pelo autor.

Para Porto Gonçalves⁴⁴, há uma tradição que vem se consolidando no debate teórico-político acerca do mundo agrário, a qual sobrevaloriza seus aspectos econômicos e que, nos últimos anos, vem se impondo de modo quase absoluto através dos “*think tanks*”⁴⁵ do agronegócio. Nesse cenário, até a questão da reforma agrária veio perdendo destaque, mesmo que o

⁴³ GOMES, João Carlos Costa; Assis, William Santos de (ed.). **Agroecologia: princípios e reflexões conceituais**. Brasília: Embrapa, 2013. p.120.

⁴⁴ PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter; CUIN, Danilo Pereira; PANEZ, Alexander; SILVA, Marlon Nunes; SOTTO-MAIOR, Marcela Burger; LEAL, Leandro. Os Cerrados e os Fronts do Agronegócio no Brasil. In: CANUTO, Antônio; LUZ, Cássia Regina da Silva; ANDRADE, Thiago Valentim Pinto. (Coord.). **Conflitos no Campo Brasil 2016**. Goiânia: CPT Nacional – Brasil, 2016. Disponível em: <https://is.gd/6N1kqm>. Acesso em: 07 jan. 2021. p.74-86.

⁴⁵ De acordo com o Think Tanks & Civil Societies Program (TTCSP), programa de relações internacionais criado em 1989 pela Universidade da Pensilvânia (<http://gotothinktank.com>), os *think tanks* (TT) são organizações que desenvolvem estudos, investigações e análises sobre políticas públicas, orientando suas reflexões e resultados para a tomada de decisões informadas, seja por parte dos gestores e governantes, seja por parte da sociedade. Atuam, assim, como ponte entre as comunidades acadêmica e de formulação de políticas, aproximando-as. Estruturados como órgãos permanentes – em contraste com as comissões *ad hoc*, painéis de pesquisa e grupos de reflexão – os *think tanks* dedicam recursos financeiros e humanos à realização e publicação de pesquisas e análise de políticas no campo das ciências sociais: ciência política, economia, administração pública e relações internacionais. Disponível em: <http://www.cee.fiocruz.br/?q=node/143>. Acesso em: 20 jul. 2021.

sistema agrário esteja sendo questionado concretamente com o aumento dos conflitos no campo.

Segundo o mesmo autor, para os *think tanks* do agronegócio, a terra é vista cada vez mais como irrelevante, já que na perspectiva de redução à dimensão econômica, ela pesa cada vez menos no custo geral de produção. Por outro lado, continua a ser relevante para os críticos do atual padrão de acumulação de capital no campo brasileiro – muito embora, sob a hegemonia do agronegócio, a crítica ao latifúndio que enfocava o improdutivo foi perdendo relevância. Nas últimas décadas, o agronegócio firmou o caráter produtivo do latifúndio, como já o era desde as primeiras “*plantations*” de açúcar, introduzidas no Brasil, ainda no século XVI, pelas mais modernas tecnologias que o mundo até então conhecia.

Esses conflitos mostram que existem pelo menos duas perspectivas diferentes sobre uma determinada questão e, no caso específico da questão agrária, mostra a centralidade teórico-política da questão territorial. Desse modo, tomar em conta a dinâmica geográfica das relações sociais e de poder do mundo agrário brasileiro implica considerar a dinâmica espacial do mundo agrário, sobretudo em sua geograficidade, e implica considerar também a terra enquanto metabolismo da vida⁴⁶.

Para analisar a terra dessa forma – enquanto dimensão espacial –, é necessário considerar a área ocupada pelas monoculturas capitalistas ao longo do tempo, assim como os Domínios Morfoclimáticos e Fitogeográfico, haja vista que simplesmente a extensão de terras ocupadas / plantadas não dá conta das condições reais da produção/reprodução. A agricultura do capital latifundiário monocultor é energívora⁴⁷ e sempre vai procurar as melhores terras, com o melhor relevo, com águas mais fartas, onde quer que se implante, nos mesmos moldes da estrutura agrária fixada através da ocupação territorial pré-existente à chegada do agronegócio.

O modelo atual do agronegócio, do capital latifundiário com suas extensas monoculturas, necessita de terrenos planos ou, no máximo, suavemente ondulados e com grande quantidade de água para evitar grandes custos de energia, de mão de obra, de adubação, de obtenção de água, de transporte e outros. E essa ampliação de domínio espacial

⁴⁶ PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter; CUIN, Danilo Pereira; PANEZ, Alexander; SILVA, Marlon Nunes; SOTTO-MAIOR, Marcela Burger; LEAL, Leandro. Os Cerrados e os Fronts do Agronegócio no Brasil. In: CANUTO, Antônio; LUZ, Cássia Regina da Silva; ANDRADE, Thiago Valentim Pinto. (Coord.). **Conflitos no Campo Brasil 2016**. Goiânia: CPT Nacional – Brasil, 2016. Disponível em: <https://is.gd/6N1kqm>. Acesso em: 07 jan. 2021. p.74-86.

⁴⁷ Idem.

é custeada pelo poder do capital econômico e pelo poder público, amparada nas políticas públicas (ou na destruição destas), como se vê com a mudança nas estruturas de poder ocorridas nos últimos anos que precedem e que são, infelizmente, contemporâneas a esta pesquisa.

Segundo Porto-Gonçalves, ainda que a terra custasse zero, é impossível a produção agrícola sem as condições metabólicas de produção-reprodução da vida – terra, água, fotossíntese, flora, fauna. Essas condições – naturais e gratuitas – são abundantes em países tropicais, o que ajuda a explicar a reprodução há mais de 500 anos desse bloco de poder de acumulação em sua subordinação voluntária ao sistema mundo capitalista moderno-colonial⁴⁸.

Não se explica a ampla expansão do agronegócio brasileiro, sobretudo nas regiões Centro-Oeste e nos Cerrados, não fossem: (1) os enormes avanços tecnológicos proporcionados pela Embrapa e pelas universidades públicas brasileiras; (2) os subsídios e apoios financeiros governamentais; (3) as condições metabólicas tropicais de reprodução da vida, com destaque para os amplos terrenos planos ou suavemente ondulados, a disponibilidade de água e de energia solar e; (4) a estrutura fundiária que tradicionalmente conforma a estrutura de poder oligárquica brasileira, que tem sido capaz de garantir todo o sistema de normas (e de poder) necessário para sua reprodução ampliada⁴⁹.

Porto-Gonçalves⁵⁰ entende que os inúmeros registros de conflitos agrários – seja pela expansão das monoculturas em grande escala, seja pelo avanço de empresas mineradoras –, mostram, por exemplo, que a apropriação da água pelo capital não é só uma forma de aumentar a acumulação, senão também uma forma de desterritorializar com violência as comunidades, impossibilitando a vida e, quase sempre, obrigando ao deslocamento das famílias⁵¹.

Para o autor supracitado, alguns grupos começam a procurar seus próprios caminhos, com regras próprias, enfim, lutam por autonomia. Na história de nossa formação territorial (geográfica), esse caminho não é novo e é justamente um horizonte para se buscar construir caminhos com base na experiência da luta dos povos. Porto-Gonçalves explica que esse foi o

⁴⁸ PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter; CUIN, Danilo Pereira; PANEZ, Alexander; SILVA, Marlon Nunes; SOTTO-MAIOR, Marcela Burger; LEAL, Leandro. Os Cerrados e os Fronts do Agronegócio no Brasil. In: CANUTO, Antônio; LUZ, Cássia Regina da Silva; ANDRADE, Thiago Valentim Pinto. (Coord.). **Conflitos no Campo Brasil 2016**. Goiânia: CPT Nacional – Brasil, 2016. Disponível em: <https://is.gd/6N1kqm>. Acesso em: 07 jan. 2021. p.74-86.

⁴⁹ Ibidem, p.74-86.

⁵⁰ PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter; CUIN, Danilo Pereira; LADEIRA, Júlia Nascimento; SILVA, Marlon Nunes; LEÃO, Pedro Catanzaro da Rocha. A ruptura política e a questão agrária no Brasil (2015-2017): da política da terra arrasada à luta pela dignidade. **OKARA: Geografia em debate**, v.12, n.2, p. 708-730, 2018.

⁵¹ PORTO-GONÇALVES, *Op. cit.*, p.74-86.

caminho dos que fugiam dos latifúndios exportadores e suas monoculturas, como os quilombolas em seus quilombos, os indígenas, que procuraram subir o curso dos rios e se manterem livres (hoje muitos dos índios em isolamento voluntário) dos posseiros e suas ocupações de terras históricas. Estes sujeitos pouco puderam contar com o Estado, que embora formalmente reconhecesse como direitos às ocupações de boa-fé, dificilmente os reconhecia de fato por seu caráter patrimonialista e de classe.

Porto-Gonçalves termina dizendo que, num país e numa sociedade tão fortemente marcados segundo as visões hegemônicas, pelos espaços dos latifúndios, da monocultura, da escravidão, do patriarcado e do racismo, essas populações construíram espaços de liberdade, e mais: buscando extrair o máximo de riqueza para garantir seu sustento, mantendo, no entanto, as condições de reprodução da vida nas várzeas, nas florestas, nos campos, nos manguezais até porque dessas condições é que dependia a sua sustentação. São essas tradições que, hoje, apresentam diferentes horizontes de sentido para a vida, e é de território-territorialidades-territorialização que estamos falando, o que vem reconfigurando o debate sobre a questão agrária⁵².

Esse posicionamento é muito atual e apresenta não só uma análise do passado e uma possibilidade de futuro, mas uma trajetória fática consistente e funcional, que mesmo despercebida pela maior parte das análises históricas, geográficas e econômicas (sobretudo por estas últimas), mostra uma diretiva que formou, como uma resistência, a base de nossa sociedade agrária e socialmente injusta.

Em contraposição ao modelo dominante do agronegócio, a Agroecologia, que possui um olhar mais humano, mais atento ao ecossistema e suas peculiaridades, surge como uma perspectiva de caminho mais sustentável para o desenvolvimento, seja na sua face mais técnico-científica, seja na sua face social – ou, como se pretende, nas duas. No momento atual em que o país vive, qual seja, um quadro de regressão de políticas públicas, sobretudo na esfera federal, com típicas discontinuidades políticas, agora agravada por um desgoverno que é incentivado, apoiado, controlado e custeado pelo setor agropecuário, em prol do agronegócio (assim configurando a nova roupagem da dominação capitalista do meio ambiente após a Revolução Verde), é preciso lutar por caminhos sustentáveis.

⁵² PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter; CUIN, Danilo Pereira; LADEIRA, Júlia Nascimento; SILVA, Marlon Nunes; LEÃO, Pedro Catanzaro da Rocha. A ruptura política e a questão agrária no Brasil (2015-2017): da política da terra arrasada à luta pela dignidade. **OKARA: Geografia em debate**, v.12, n.2, p. 708-730, 2018.

1.4 O caminho percorrido

A interdisciplinaridade da Agroecologia, pautada em diversas áreas do conhecimento científico e na valorização do conhecimento tradicional dos agricultores, contém os princípios teóricos e metodológicos que dão suporte às análises dos agroecossistemas e subsídios para o manejo e redesenho dos sistemas produtivos, que são essenciais no processo de transição agroecológica⁵³ iniciado pelas unidades de produção convencionais que almejam alcançar níveis satisfatórios de sustentabilidade⁵⁴.

Esses mesmos princípios, ao se institucionalizarem através da incorporação às políticas públicas relacionadas ao desenvolvimento sustentável e à gestão do território, tornam a Agroecologia, como se pretende demonstrar, uma ferramenta de preservação da paisagem cultural que não impede a evolução e que valoriza a relação do homem com o seu meio ambiente, incorporando outras dimensões como os aspectos políticos e sociais das atividades agrícolas, com impacto na percepção da natureza e na relação do homem com o seu meio ambiente.

Ao mesmo tempo em que é objeto para a preservação patrimonial com a influência de uma relação mais sustentável do homem com a natureza, a paisagem cultural é também instrumento de percepção das mudanças, identidades e gestão dos territórios. Assim, com base nessa perspectiva, pretende-se, como objetivo principal, analisar a paisagem dos municípios mineiros de Araponga e Fervedouro, ambos limítrofes e pertencentes ao Território de Identidade⁵⁵ da Serra do Brigadeiro. A escolha dos municípios se deu com base no contato que o autor possui com ambos e no fato de que eles são destinos cada vez mais procurados por turistas que provêm do município de Viçosa, desfrutando dos seus atributos naturais e da proximidade geográfica.

⁵³ A transição ecológica é um conceito da Agroecologia que entende que os sistemas produtivos não são ideais do ponto de vista agroecológico pela complexidade e volume das modificações necessárias para se atingir uma produção verdadeiramente agroecológica. Todos os sistemas produtivos que trabalham com uma base agroecológica são sistemas de transição, pois o sistema agroecológico envolve modificações na economia, nas formas de comercialização, na produção, no entorno da produção, nas relações sociais dos produtores (externas e internamente à família do produtor).

⁵⁴ OLIVEIRA, Regina Rodrigues de Oliveira. **Meios de vida e produção de alimentos:** quando a paisagem diversifica, o prato fica colorido. 2013. 168 f. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2013. Disponível em: <https://www.locus.ufv.br/bitstream/handle/123456789/4196/texto%20completo.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 02 jul. 2020.

⁵⁵ Mais à frente este conceito será explicado.

Com a análise de elementos da paisagem, pretendemos verificar se há uma perspectiva agroecológica na relação do homem com a natureza nessas cidades, notadamente pela adoção de sistemas agroecológicos de produção; quais são os elementos de identidade entre as duas cidades que justificam a formação de um território, legal ou cultural; e qual a possível contribuição da Agroecologia no processo de formação da identidade do território e no desenvolvimento das políticas públicas.

Os elementos da paisagem que serão analisados de acordo com alguns dos cinco princípios definidos pela Lei do Polo Agroecológico, Lei Estadual do Estado de Minas Gerais nº 23.207, de 27 de dezembro de 2018, a qual instituiu a região da Zona da Mata Mineira como Polo Agroecológico e de Produção Orgânica, englobando os dois municípios analisados.

Sendo impossível a análise ou o levantamento de todos os elementos de interação entre homem e natureza que compõe a paisagem cultural dos municípios em questão, a utilização da citada Lei como baliza permite afunilar os componentes da paisagem que serão analisados. Possibilita, também, uma definição conceitual que permite visualizar se há ou não uma paisagem cultural de cunho agroecológico ou de transição para esse sistema. Essa análise da paisagem cultural sob a orientação agroecológica pode, ainda, se tornar uma ferramenta de monitoramento da própria política pública de gestão territorial adotada e de gestão da paisagem como um elemento identitário.

Para compreender melhor a geograficidade da Agroecologia, recorreremos a uma análise teórica das categorias de paisagem e território, pois estas nos possibilitam conhecer por meio das alterações espaciais ocorridas, sobretudo na interação do homem com a terra, como funciona a dinâmica que opera no território e, consequentemente, influencia na paisagem cultural das comunidades analisadas. Essa reflexão evidencia e explica o porquê de ambas as categorias assumirem relevância na pesquisa em questão. Ademais, permite a identificação das potencialidades e de como as comunidades internalizam a sua valorização em diferentes contextos, seja no cotidiano ou na inserção da Agroecologia como potencializadora do desenvolvimento local.

Frisamos que os conceitos assinalados servirão de eixo teórico para análise relacional primária da atividade agrícola nas comunidades estudadas, mas não se prendendo apenas às técnicas agrícolas ou à paisagem rural, esta como cenário principal da execução dessas técnicas.

Por fim, os dados e reflexões obtidos com esse estudo poderão ser apostos a dados outros, de forma que sua complementação sempre será benéfica para uma melhor

compreensão da densa dinâmica que se estabelece nesses dois municípios com modo de vida tradicional e fortemente vinculados à agricultura e ao relacionamento com a natureza e o meio ambiente.

1.5 Ambiente de Pesquisa e Metodologia: problemas atuais e soluções

Tendo em vista a necessidade de se analisar a paisagem das cidades de Araponga e Fervedouro, que fazem parte do mesmo território, além de possuírem confrontações geográficas, a pesquisa original se propôs a utilizar uma ferramenta de coleta de dados chamada de Diagnóstico Rural Participativo – DRP, também conhecido como Diagnóstico Rápido Participativo. Contudo, em virtude da Epidemia de Covid-19 iniciada em março de 2020, não foi possível a realização do DRP, já que as atividades em grupo estão suspensas ou desincentivadas, por hora, como imperativo de segurança à saúde e à vida.

O DRP proposto inicialmente seria uma alternativa para coletar dados acerca de uma dada realidade sem que estivéssemos atrelados ao uso de técnicas tradicionais. Este tipo de instrumento proporciona o envolvimento da comunidade na construção e identificação de sua própria realidade⁵⁶.

Um dos pontos positivos salientados por Costa e Vilutis é a possibilidade do diagnóstico participativo considerar nas propostas a identidade do grupo, como as singularidades e dinâmicas culturais locais⁵⁷.

O Calendário e a Linha do Tempo tinham por objetivo explorar vários temas. O Calendário Sazonal, por exemplo, serviria para avaliar alguns fenômenos e a época em que eles ocorrem. Fenômenos naturais (enchentes, deslizamentos, pragas na lavoura ou socioeconômicos, desemprego, fome) e culturais (festas, eventos), fatos relevantes relacionados à infraestrutura e serviços, com a cronologia (quando ocorreram), que mudanças significativas aconteceram etc.,⁵⁸ assim evidenciando as modificações ocorridas na delimitação temporal proposta. Desse modo, as entrevistas semiestruturadas propostas dentro

⁵⁶ MENEZES, Suzaneide Ferreira da Silva *et al.* Diagnóstico Rural Participativo (DRP) uma ferramenta necessária par a investigação/intervenção: Experiência do Projeto Cajusol no território do Seridó (RN). **Anais do I Circuito de Debates Acadêmicos**. Brasília: IPEA/CODE, 2011.

⁵⁷ COSTA, Kátia; VILUTIS, Luana. Mapear para planejar e planejar para transformar: a importância do diagnóstico nos planos de cultura. *In*: BARROS, José Márcio; BEZERRA, Jocastra Holanda (Org.). **Gestão cultural e diversidade: do pensar ao agir**. Belo Horizonte: EdUEMG, 2018. Disponível em: <http://observatoriodadiversidade.org.br/site/wp->. Acesso em: 20 mai. 2020. p. 160.

⁵⁸ VERDEJO, Miguel Expósito. **Diagnóstico Rural Participativo: Um guia prático**. Brasília: MDA, 2006.

do DRP seriam apenas em caráter complementar, para sanar lacunas ou esclarecer melhor as situações evidenciadas no levantamento de dados inicial.

Como alternativa para atingir os objetivos propostos na elaboração deste estudo e seu produto, realizamos apenas as entrevistas semiestruturadas que seriam utilizadas para complementar o DRP, e optamos por dar uma maior ênfase nas pesquisas bibliográficas – também propostas inicialmente.

As entrevistas foram realizadas com os agricultores familiares, representantes de entidades, organizações e instituições que atuam na relação homem-natureza, sobretudo nas atividades agrícolas dos municípios analisados, independente de elas serem juridicamente constituídas ou informais. Manteve-se o roteiro complementar de entrevistas semiestruturadas que havia sido planejado e submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa – CEP/UFV através do Certificado de Apresentação de Apreciação Ética - CAAE 29410319.1.0000.5153, aprovado pelo Parecer nº 3.917.557, em Anexo. Em alguns casos, houve variação nas perguntas para a compreensão de situações novas, ou até então não relatadas.

As entrevistas com os gestores e representantes das entidades, organizações e instituições possibilitam uma síntese dos principais pontos de vistas individuais que são levados ao coletivo, ainda que possuam um viés particular do dirigente ou representante. Esse viés pessoal não deve ser desconsiderado, mas subentende-se que, como provém do próprio gestor ou de outro tipo de representante, reflete também na gestão da entidade e na atuação desta. Para identificar melhor essa situação, foi questionado a estes representantes (muitos deles produtores rurais) se gostariam de ser entrevistados como representantes ou produtores individuais, não sendo, contudo, diferenciadas as análises em função desse fator.

Outra alternativa adotada foi a realização de um questionário virtual através do Google Forms. Foram utilizadas as mesmas perguntas realizadas nas entrevistas presenciais, porém, o questionário virtual não teve uma boa aceitação, tendo em vista que as respostas eram complexas e demandavam muito tempo, além de precisarem ser escritas.

Complementando as entrevistas, foram consultadas e analisadas publicações científicas que abordam a temática em estudo e outras literaturas que contemplam o tema da Agroecologia e das políticas públicas, auxiliando na compreensão da paisagem-território. Para ampliar a base de dados bibliográfica de forma substitutiva ao DRP, optou-se por analisar, ainda, cartilhas, pesquisas acadêmicas e outros materiais similares que tenham como objeto de pesquisa as próprias cidades de Araponga ou Fervedouro.

Após a estruturação inicial, optou-se por não fazer a caracterização dos municípios sob as diretrizes da segurança e soberania alimentar, tendo em vista que os instrumentos de coleta

utilizados não permitiam a verificação da paisagem sob esta ótica, sendo necessária uma metodologia diferente para esse fim.

Foi realizada a entrevista de um dos membros da administração da cidade de Araponga e, posteriormente, feito o contato com assessoria do Gabinete do Prefeito, já que o Município não possui divulgação virtual de Leis além das relacionadas à gestão fiscal e estruturação administrativa do Município. Foram solicitadas informações sobre o "Plano Municipal de Turismo no Espaço Rural", elaborado em julho de 2007, e sobre leis ou decretos que envolvem as políticas públicas de agricultura familiar e Agroecologia. Contudo, a resposta do ente público foi de que, na procura junto ao índice de normativas, não foram encontradas leis ou decretos sobre tais temas, sendo enviado apenas o Plano de Turismo do município.

Foram entrevistados 9 (nove) pessoas, sendo que em um dos casos os dois representantes de uma entidade em formação optaram por conceder a entrevista em conjunto, já que falavam em nome da entidade e dos representados. As entrevistas de produtores não foram aleatórias, mormente pelo desconhecimento do autor dos produtores dos municípios analisados, sendo os mesmos indicados pelos representantes das entidades, diretamente na entrevista, ou indiretamente, nos intervalos destas.

Cumprir pontuar que, no relato das entrevistas, não foram citados os nomes dos entrevistados e das pessoas mencionadas pelos mesmos, optando-se por utilizar os termos “entrevista”, “entrevistado” e “entrevistada”. Também a transcrição das entrevistas foi feita com base na pronúncia dos entrevistados, muito característica e, por vezes, difícil de entender, sendo que algumas palavras não foram inteligíveis, sendo suprimidas da transcrição com a identificação de três pontos entre colchetes [...].

Do ponto de vista normativo, tentou-se reconhecer a paisagem política tem três níveis: nacional (macro dimensão), regional (média dimensão) e local (micro dimensão), sendo questionada a relação entre as políticas nacionais e regionais com as políticas locais. Assim sendo, os municípios pesquisados foram descritos de forma conjunta e, por vezes, comparativa, com informações coletadas de diferentes formas e já com as análises intercaladas da relação entre estas e as diretivas e tópicos de análise oriundos da Lei Estadual do Polo Agroecológico da Zona da Mata Mineira.

Ao final, no último capítulo desta pesquisa, será feita a apresentação do produto oriundo deste estudo, sendo no mesmo tópico descrita a metodologia aplicada.

2 NATUREZA E SOCIEDADE: PAISAGENS E TERRITÓRIOS

2.1 O conceito de paisagem: multiplicidade, perspectivas e abordagens

O conceito de paisagem é bem amplo e, de uma forma geral, limitava-se inicialmente ao campo visual, sendo aos poucos ampliado para contemplar novas nuances. Cada área de conhecimento utilizou o referido conceito com delimitações e sistemáticas diferentes, de acordo com os seus objetivos específicos, como forma de expressão da disjunção e compartimentação do conhecimento da ciência moderna.

Em face disto, orientamos os trabalhos de pesquisa pela perspectiva da paisagem que privilegia a coexistência de objetos e ações sociais na sua face natural, econômica, política e cultural. Isto porque entendemos que as paisagens são moldadas, além de outros fatores, pelas políticas públicas, resultantes das relações de poder e contra poder existentes na sociedade. Essas relações de poder influenciam em todos os elementos de análise da paisagem, de forma direta ou indireta, podendo se falar, inclusive, em uma paisagem política.

A abordagem multifacetária adotada trabalha na interface de diferentes ciências, como a Geografia, a História, a Antropologia e a Ecologia, procurando apresentar a discussão através de uma sistematização teórica capaz de identificar semelhanças e de agrupar o particularismo de posições individuais diferenciadas por nuances de seus argumentos, em vez de trabalhar as diferenças epistemológicas.

Esta abordagem visa a contribuir para o registro de alguns elementos e das diferentes relações existentes entre eles na área delimitada para a pesquisa. A identificação das modificações ocorridas na paisagem e dos fatores que influenciaram essas modificações ajuda no entendimento dos processos de relacionamento desses elementos, formando a paisagem local. Assim, a paisagem possui multiplicidades nos seus diversos conceitos, vinculados às concepções das diferentes áreas da ciência, e também multifuncionalidades, de acordo com os objetivos destas análises.

Sob o aspecto conceitual, o diálogo entre saberes de diversos campos de conhecimentos oferece aportes conceituais e metodológicos, permitindo compreender os significados da paisagem em diferentes matrizes paradigmáticas. Contemporaneamente, Milton Santos concebe a paisagem como a expressão materializada do espaço geográfico, interpretando-a como forma. Para ele, a paisagem é a materialização de um instante na sociedade, enquanto o espaço é constituído também pela paisagem, pois contém o

movimento⁵⁹. A paisagem é materialidade, formada por objetos materiais e não-materiais, que sofrem mutações estruturais ou funcionais.

Não faz mal repetir: suscetível a mudanças irregulares ao longo do tempo, a paisagem é um conjunto de formas heterogêneas, de idades diferentes, pedaços de tempos históricos representativos das diversas maneiras de produzir as coisas, de construir o espaço⁶⁰.

Suertegaray⁶¹, por sua vez, ensina que a paisagem é um conceito operacional que permite analisar o espaço geográfico sob uma dimensão, qual seja, a da conjunção de elementos naturais e tecnificados, socioeconômicos e culturais. Sob este aspecto, a opção pela análise geográfica a partir do conceito de paisagem permite concebê-la enquanto forma (formação) e funcionalidade (organização), não necessariamente entendendo forma-funcionalidade como uma relação de causa e efeito, mas sim como um processo de constituição e reconstituição de formas na sua conjugação com a dinâmica social.

Souza Matos afirma que o conceito polissêmico de paisagem, revelador de uma multifuncionalidade que lhe é inerente, é cada vez mais objeto de múltiplas questões, interpelando a um saber multidisciplinar e a uma transversalidade de olhares. Para essa autora, o conceito de multifuncionalidade é intrínseco ao conceito de paisagem desde sempre, aos quais se associam os conceitos e as práticas da produção, recreio e proteção⁶².

A multifuncionalidade da paisagem perdeu força ao longo do tempo devido à globalização e às consequentes políticas públicas que afetam a relação da paisagem com os seus habitantes, como as políticas agrícolas, que promovem a homogeneização das paisagens, técnicas produtivas e da própria sociedade.

Nas palavras da autora:

Com o processo de globalização e a consequente homogeneização da sociedade, a intervenção do homem na paisagem foi-se alterando, foi-se desvanecendo a sua multifuncionalidade. Esta alteração ocorre, tanto espontaneamente devido a mudanças socioeconômicas e às condições

⁵⁹ SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 25.

⁶⁰ *Ibidem*, p.24.

⁶¹ SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. Espaço Geográfico Uno e Múltiplo. *Revista Geocrítica Scripta Nova Revista Eletrônica de Geografía y Ciencias Sociales*, Barcelona, v. 93, 2001. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/sn-93.htm>. Acesso em: 16 mai. 2020.

⁶² SOUZA MATOS, Rute. **A Reinvenção da Multifuncionalidade da Paisagem em Espaço Urbano – Reflexões**. 2010. Tese (Doutorado). Universidade de Évora, Portugal, 2010. Disponível em: <http://dspace.uevora.pt/rdpc/handle/10174/4304>. Acesso em: 20 fev. 2020. p. 04-13.

culturais, como resultado de políticas induzidas pela Política Agrícola Comum. Para além da globalização de modelos, de valores e da transformação da sociedade, também o progresso técnico, em várias frentes (fatores de produção, transportes e comunicações, entre outros), leva a que a relação próxima e de dependência entre a paisagem e os seus habitantes se vá diluindo. Mudam-se as práticas e as vivências, reproduzem-se modelos importados de outros lugares ou, criados de novo pela possibilidade das novas técnicas. Deste modo, os fatores diversos que asseguravam o carácter de determinada paisagem são substituídos progressivamente, pelo menos em parte, por outros, o que leva à homogeneização da paisagem e à perda da sua autenticidade. O elevado valor destas paisagens com os seus padrões característicos, elevada biodiversidade e riqueza histórica que foi reconhecido durante anos, desapareceu ou está ameaçado pela evolução técnica (Caldeira Cabral, 1993; Pinto Correia & Vos, 2002). Isto resulta de uma intensificação e aumento de escala, que tem como princípios básicos: o aumento da produtividade do trabalho e a diminuição de incertezas quanto ao sucesso da produção. Como consequência, temos uma diminuição das dinâmicas naturais. A produção é controlada num sistema de standardização global. Isto pode facilmente causar o descuramento de restrições naturais e o distúrbio de equilíbrios prévios. Consequentemente, em muitos casos, o sistema simplifica-se perdendo qualidades relativas à biodiversidade e multifuncionalidade descritas anteriormente. Noutros casos, as paisagens evoluem para outros patamares⁶³.

Galvão⁶⁴ afirma que, na Europa, o carácter multifuncional das paisagens rurais em geral, e da atividade agrícola em particular, está se consolidando, considerando que esta última não está direcionada apenas à pura competitividade de produção, mas desempenha um papel essencial para o desenvolvimento das áreas rurais ao preservar, por exemplo, os bens e tradições culturais.

A história, por sua vez, tem procurado superar a polaridade entre natureza e cultura, e acentuar os resultados da ação humana, bem como o carácter de sistema (e sistema aberto) que caracteriza a paisagem e os fatores físicos, jurídicos, tecnológicos, demográficos e sociológicos de cujo jogo ela resulta. Entretanto, se o objetivo é considerar a paisagem como fato cultural, é preciso mais que supor o objeto, a ação humana que o transforma e a interação material ou simbólica que se estabelece entre eles. É preciso tratar a paisagem como um processo cultural. Nesse sentido, é considerando-se a paisagem uma estrutura de interação que

⁶³ SOUZA MATOS, Rute. **A Reinvenção da Multifuncionalidade da Paisagem em Espaço Urbano – Reflexões**. 2010. Tese (Doutorado). Universidade de Évora, Portugal, 2010. Disponível em: <http://dspace.uevora.pt/rdpc/handle/10174/4304>. Acesso em: 20 fev. 2020. p.75-76.

⁶⁴ GALVÃO, Maria João; VARETA, Nicole D. **A multifuncionalidade das paisagens rurais: uma ferramenta para o desenvolvimento**. Universidade do Porto: Porto, 2010. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/leaa/files/2015/03/a-multifuncionalidade-das-paisagens-rurais-uma-ferramenta-para-o-desenvolvimento.pdf>. Acesso em: 16 mai. 2019.

se tem a sua verdadeira natureza cultural⁶⁵.

Na dinâmica de interação, é possível perceber também outras facetas da paisagem.

2.2 Paisagem-território

Na geografia, a paisagem adquiriu duas conotações: uma de caráter multifacetado, combinando formas e cultura, significado e valores; e outra que pode ser caracterizada como geopolítica, designando uma unidade territorial onde se desenvolve a vida de pequenas comunidades humanas⁶⁶.

Para Besse, a paisagem é a marca espacial do encontro entre a terra e o projeto humano, tendo como profundidade a existência, sendo desta também a sua expressão.

A paisagem é ambiente, mas não círculo fechado: ela é desdobramento, ela é fundamentalmente um horizonte que se abre. Na verdade, ela só é geográfica, diz Dardel, “pelos seus prolongamentos, pelo plano de fundo real ou imaginário que o espaço abre além do olhar”. Não há paisagem de sobrevoos, para retomar a imagem frequentemente usada por Merleau-Ponty, o que quer dizer que a paisagem exige, para ser, um corpo de carne, um olhar encarnado, um olhar vivo, em outras palavras, um ímpeto, uma intencionalidade presente e que atravessa o espaço que se abre entre o aqui e o distante. Em suma, não há paisagem sem profundidade, uma profundidade que se dá a ver sob a forma de uma presença nos longes, de um ser na distância que significa o espaço da vida. A profundidade da paisagem é a da existência.

Antes então da instituição de qualquer experiência visual, antes de qualquer espetáculo, e dando ao espetáculo sua verdadeira dimensão, a paisagem é expressão, e, mais precisamente, expressão da existência. Ela é portadora de um sentido, porque ela é a marca espacial do encontro entre a terra e o projeto humano⁶⁷.

A paisagem é considerada um termo integrador e encerra uma dimensão visível que coincide com o conceito de território, composto pelo conjunto de componentes (elementos naturais e humanos) contidos no espaço - recurso, designado por caráter (um fenossistema) e uma dimensão ontológica, subjetiva, perceptiva, estética e emotiva (um criptossistema). Sob o ponto de vista territorial, cumpre acrescentar que, na geografia, a paisagem possui uma

⁶⁵ MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. A paisagem como fato cultural. In: YÁZIGI, Eduardo. **Turismo e paisagem**. São Paulo: Contexto, 2002. p. 29-30.

⁶⁶ BRITTO, Monique Cristine de; FERREIRA, Cássia de Castro Martins. Paisagem e as diferentes abordagens geográficas. **Revista de Geografia**, PPGeo, v.2, n.1, 2011. p. 2.

⁶⁷ BESSE, Jean-Marc. **Ver a Terra**: seis ensaios sobre a paisagem e a geografia. São Paulo: Perspectiva, 2006. p. 92.

métrica, podendo ser representada em escala local ou regional⁶⁸.

Claval assevera que, inicialmente, “os geógrafos são levados a falar de território na medida em que eles se voltam para os problemas de geografia política e tratam do espaço destinado a uma nação e estruturado por um Estado”. A perspectiva de abordagem do espaço como fonte de recursos e, em alguns casos, incorporada à dialética do território enfatiza seu caráter de realidade “ideal”, ou seja, sua relação com a construção de símbolos e representações é muito menos usual, embora “efetivamente presente nos trabalhos dos geógrafos, desde pelo menos o período entre as duas guerras”⁶⁹.

Sendo a paisagem um resultado do produto da coexistência de elementos naturais e ações sociais, essa perspectiva aproxima o conceito de paisagem ao de território, que, segundo Dematteis, vem apresentando uma preocupação recente na Geografia de uma conceituação que leve em consideração a ação do ser humano em sociedade, promotor de transformações sobre a natureza⁷⁰.

Souza Matos esclarece que o interesse multidisciplinar pela paisagem, cada vez mais abrangente, decorre da multifuncionalidade que lhe é inerente e que vai além do simples planejamento de espaços residuais, tornando-se mais profundo em termos conceituais, abarcando questões ecológicas, culturais, sociais, econômicas e estéticas. Não sem sentido, a cultura torna-se um tema político e geopolítico. Com isso, toda a geografia econômica e política do mundo se altera, não no sentido de mais equilíbrio, mas, ao contrário, fortalecendo as tradicionais e assimétricas relações sociais e de poder no mundo. O capital não tem pátria porque não quer limites. Mas limites, livremente instituídos, são a essência da política⁷¹.

A análise da formação da organização da paisagem, enquanto processo de constituição e reconstituição de formas na sua conjugação com a dinâmica social, evidencia a territorialização como um processo que reflete relações visíveis e invisíveis, com um alto grau de complexidade que só pode ser entendido e analisado com uma perspectiva multifuncional que aborde mais os fatores humanos e de sua relação com a terra do que os fatores

⁶⁸ LAVRADOR, Ana; DIAS, Susana; DIAS, Daniel. A paisagem, um valor relevante para o ensino da Geografia: Projeto Alverca, na Rota do Tejo. **Educação, Sociedade e Culturas**, n. 51, p. 173-195, 2017. Disponível em: <https://www.up.pt/revistas/index.php/esc/article/view/90>. Acesso em: 16 mai. 2019.

⁶⁹ CLAVAL, Paul. O Território na transição Pós-Modernidade. **GEOgraphia**, v.1, n.2, p. 7-26, 1999. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13349>. Acesso em: 20 mai. 2020. p. 7-8.

⁷⁰ DEMATTEIS, Giuseppe. O Território: Uma Oportunidade para Repensar a Geografia. In: SAQUET, Marcos A. (Org.). **Abordagens e Concepções de Território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 7-11.

⁷¹ SOUZA MATOS, Rute. **A Reinvenção da Multifuncionalidade da Paisagem em Espaço Urbano – Reflexões**. 2010. Tese (Doutorado). Universidade de Évora, Portugal, 2010. Disponível em: <http://dspace.uevora.pt/rdpc/handle/10174/4304>. Acesso em: 20 fev. 2020. p. 38-74.

geográficos por si só. A paisagem pura e simples como reflexo dos conceitos pictóricos ou por demais específicos não comporta a complexidade das tramas sociais que determinam, atualmente, os territórios.

Porto-Gonçalves afirma que o local, o nacional, o regional e o mundial foram sendo redefinidos no mesmo processo em que as relações sociais e de poder foram constituindo o mundo moderno-colonial que nos conforma hoje⁷². Entretanto, não é possível também falar da paisagem sem o elemento espacial, ou sem a vinculação dos elementos ditos “naturais” aos fatores humanos que atualmente preponderam e determinam os territórios.

Dessa forma, sociedade e território são indissociáveis, sobretudo porque já no conceito de sociedade se encontra a questão da vinculação de homem/mulher (habitante) ao espaço. Nas palavras do autor:

Sociedade e território são indissociáveis. Toda sociedade ao se constituir o faz constituindo o seu espaço, seu habitat, seu território. Ao contrário do pensamento disjuntivo que opera por dicotomias, como quer fazer crer o ainda hegemônico pensamento eurocêntrico moderno, não temos primeiro a sociedade (ou o espaço) e, depois, o espaço (ou a sociedade), sociedade e espaço. Na verdade, sociedade é espaço, antes de tudo, porque é constituída por homens e mulheres de carne e osso que na sua materialidade corporal não podem prescindir da água, da terra, do ar e do fogo. O fato de que os homens e mulheres sejam seres que fazem História e Cultura, animais simbólicos que são, não os faz deixar de ser matéria viva. Toda apropriação material é, ao mesmo tempo, e não antes ou depois, simbólica. Afinal, não nos apropriamos de nada que não faça sentido, que não tenha significado. O conceito de território pensado para além dos dualismos nos obriga a abandonar um dos pilares do pensamento eurocêntrico que é a separação de sociedade e natureza⁷³.

Em uma análise fática da paisagem-território, é importante também lembrar que, dentro da perspectiva histórico-geográfica adotada e do conceito amplo e multidisciplinar, há diversas formas de composição dos territórios. A interação entre os diferentes elementos passíveis de análise, a valorização de certos aspectos em virtude da perspectiva adotada e a profundidade das análises da paisagem podem levar à composição de territórios com diferentes limites.

⁷² PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. A reinvenção dos territórios na América Latina/Abya Yala. Unam. **Conceptos y Fenómenos de Nuestro Tiempo**, mai. 2012. Disponível em: http://conceptos.sociales.unam.mx/conceptos_final/505trabajo.pdf. Acesso em: 15 fev. 2020. p. 04.

⁷³ *Ibidem*, p. 26.

Alguns desses limites territoriais são adotados oficialmente, e quase sempre de forma externa, sendo definidos por legislação e criando limites fictícios no plano jurídico, como é o caso dos Estados Territoriais, ou dos territórios regionais, entendidos como as subdivisões oficiais internas daquele.

Antônio Gramsci em *A Questão Meridional* nos fornece uma excelente chave analítica para compreendermos a conformação dos Estados Territoriais por meio de seus protagonistas. Assim, cada Estado Territorial comporta não só um espaço delimitado por fronteiras externas, mas, também, por relações sociais e de poder internas que se constituem por meio de pactos e alianças, os “blocos históricos” (e geográficos). Esses ‘blocos histórico-geográficos’ são conformados a partir de relações sociais e de poder assimétricas que refratam, tal como se fossem fractais, em outras escalas as relações sociais e de poder que os constituem (...). Num mesmo estado territorial, os diversos blocos histórico-geográficos conformam relações de poder assimétricas, até mesmo quando nomeiam/autonomeiam como regionais os blocos histórico-geográficos subordinados⁷⁴.

A predominância de um critério de territorialização sobre outro pode ser entendida como a materialização de um instante na sociedade⁷⁵, ou seja, uma paisagem analisada sobre a perspectiva de quem participa ou determina as regras oficiais do estado. Em outras palavras, o território materializado em leis ou normativas oficiais, como suposta expressão de anseios sociais ou econômicos, é uma paisagem definida pelo legislador.

Subjacente a esta paisagem jurídica e política oficial, é importante lembrar que subsistem tensões internas oriundas dessas relações sociais e de poder assimétricas, que podem ser melhores trabalhadas na análise das políticas públicas e dos seus contextos de formação, mas que refletem a existência de outros territórios possíveis.

O que existe, de fato, é um movimento complexo e concomitante de desterritorialização e reterritorialização, que inclui a presença de diversos territórios – configurando uma multiterritorialidade, ou mesmo a construção de uma territorialização no e pelo movimento⁷⁶. Esses outros territórios possíveis revelam nuances e perspectivas de análises de fatores por vezes mais fortes que os utilizados para a definição territorial do estado, mas que assim não são em virtude da ausência de valorização social e/ou econômica.

⁷⁴ PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. A reinvenção dos territórios na América Latina/Abya Yala. Unam. **Conceptos y Fenómenos de Nuestro Tiempo**, mai. 2012. Disponível em: http://conceptos.sociales.unam.mx/conceptos_final/505trabajo.pdf. Acesso em: 15 fev. 2020. p. 19.

⁷⁵ SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 25.

⁷⁶ HAESBAERT, Rogério. Território e Multiterritorialidade: Um Debate. **Geografia**, Ano IX, n. 17, 2007. p. 20.

Há, hoje, uma América que, com toda a sua pujança, se afirma como centro de um polo hegemônico que, cada vez mais, se quer Atlântico Norte. Há, todavia, uma outra América, a Nuestra América, que se liga a todas e todos que se veem na perspectiva subalterna desse sistema-mundo moderno-colonial. Eis o pano de fundo que subjaz às tensões de territorialidades que nos conformam hoje⁷⁷.

Estes outros territórios extraoficiais possíveis e coexistentes não só explicam melhor a realidade de um determinado local, como também podem levar a resoluções de problemas gerados pela territorialização oficial, geralmente externa.

Observemos, todavia, que o espírito imperial também está presente nos novos estados, como se vê claramente nos Estados Unidos, mas também que essa dimensão imperial se forja enquanto colonialismo interno, como mais tarde, Pablo Gonzalez Casanova viria destacar e os povos originários e os cimarrones e quilombolas viriam abertamente colocar em pauta em suas lutas por afirmação territorial demonstrando que no interior de um mesmo estado territorial existem múltiplas territorialidades. Negá-las tem sido uma das mais profundas características do colonialismo interno, herança imperial eurocêntrica⁷⁸.

Haesbaert⁷⁹, ao definir o conceito de território, explica a coexistência destes múltiplos territórios e embasa essa dinâmica de valorização social ou econômica na relação de poder. No seu entendimento, em qualquer acepção, território tem a ver com poder, tanto no sentido mais concreto, de dominação, quanto ao poder no sentido mais simbólico, de apropriação. Embasando-se em autores que traçam conceitos de espaço e, não diretamente de território, ele fundamenta que tais autores utilizam o termo espaço não num sentido mais genérico, nem no sentido de espaço natural. O espaço é tratado como um espaço-processo, um espaço socialmente construído, é “um espaço feito território” através dos processos de apropriação (que começa pela apropriação da própria natureza) e dominação (mais característica da sociedade moderna, capitalista).

Como decorrência deste raciocínio, é interessante observar que, enquanto “espaço-tempo vivido”, o território é sempre múltiplo, “diverso e complexo”, ao contrário do território

⁷⁷ PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. A reinvenção dos territórios na América Latina/Abya Yala. Unam. **Conceptos y Fenómenos de Nuestro Tiempo**, mai. 2012. Disponível em: http://conceptos.sociales.unam.mx/conceptos_final/505trabajo.pdf. Acesso em: 15 fev. 2020. p.18.

⁷⁸ Ibidem, p.13.

⁷⁹ HAESBAERT, Rogério. **Dos Múltiplos Territórios à Multiterritorialidade**. Porto Alegre, Setembro de 2004. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/petgea/Artigo/rh.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2020. p. 1-2.

“unifuncional” proposto pela lógica capitalista hegemônica. A diferença é que, se o espaço social aparece de maneira difusa por toda a sociedade e pode, assim, ser trabalhado de forma genérica, o território e os processos de desterritorialização devem ser distinguidos através dos sujeitos que efetivamente exercem poder, que de fato controlam esse(s) espaço(s) e, consequentemente, os processos sociais que o(s) compõe(m).

Assim, o ponto crucial a ser enfatizado, segundo este autor, é aquele que se refere às relações sociais enquanto relações de poder. Assim, como todas elas são, de algum modo, relações de poder, este se configura através de uma noção suficientemente ampla que compreende desde o “anti-poder” da violência até as formas mais sutis do poder simbólico. Desse modo, como derivação desses pressupostos, o território deve ser trabalhado com um fator contínuo dentro de um processo de dominação e/ou apropriação, o território e a territorialização devem ser trabalhados na multiplicidade de suas manifestações – que é também, e sobretudo, multiplicidade de poderes neles incorporados através dos múltiplos agentes/sujeitos envolvidos.

Nessa visão de território, devemos primeiramente distinguir os territórios de acordo com os sujeitos que os constroem, sejam eles indivíduos, grupos sociais, o Estado, empresas, instituições como a Igreja etc. Com esse método, é possível identificar as razões do controle social pelo espaço, que variam conforme a sociedade ou cultura, o grupo e, muitas vezes, com o próprio indivíduo.

A territorialidade, além de incorporar uma dimensão estritamente política, diz respeito também às relações econômicas e culturais, pois está “intimamente ligada ao modo como as pessoas utilizam a terra, como elas próprias se organizam no espaço e como elas dão significado ao lugar”⁸⁰.

2.3 Paisagem Política e Políticas Públicas

Uma das dimensões de análise da paisagem sobre a ótica agroecológica que se relaciona com o presente trabalho é a sua análise sob a ótica da política. Sanguin⁸¹ apresenta o conceito de paisagem política, afirmando que este é um conceito relativamente novo na geografia cultural e na geografia política, o qual advém de uma noção que resulta,

⁸⁰ HAESBAERT, Rogério. **Dos Múltiplos Territórios à Multiterritorialidade**. Porto Alegre, Setembro de 2004. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/petgea/Artigo/rh.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2020. p. 3.

⁸¹ SANGUIN, André-Louis. Le paysage politique: quelques considérations sur un concept résurgent. **Espace géographique**. Tome 13, n.1, p. 23-32, 1984. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/spgeo_0046-2497_1984_num_13_1_3889. Acesso em: 15 jul. 2020.

principalmente, da adoção de uma ideologia e seus impactos e da autoridade política sobre a paisagem. Os governos moldam a paisagem através de políticas públicas, porém, não são os únicos a intervir. Há um contrapoder, uma contraforça que também influencia na modelagem da paisagem. O geógrafo francês supramencionado ainda aponta que a paisagem política é a paisagem natural modelada por um grupo político. Logo, a política é o agente e o espaço natural é o caminho. A interação destes dois é representada pela paisagem política.

Para o autor, muitos Estados Nacionais possuem paisagens políticas únicas, que foram criadas por uma convergência de ideias, de instituições e por processos políticos. Nesse sentido, é possível distinguir paisagens políticas em quatro origens diferentes. Algumas são resultados da criação de políticas de serviços públicos que requerem a utilização de edifícios e espaços especializados. Outras paisagens têm suas origens nos efeitos das ações das autoridades públicas a fim de garantir o espaço de marcação ideológica. Uma terceira categoria se origina dos efeitos das ações governamentais nos âmbitos econômico e cultural. E, finalmente, as paisagens políticas podem ser resultantes das marcas realizadas por toda a população, em termos de ideologia aceita. Na prática, pode-se reconhecer a paisagem política tem três níveis: nacional (macro dimensão), regional (média dimensão) e local (micro dimensão)⁸².

Para Sanguin, a paisagem política pode ser composta por dois tipos de elementos. Se “por um lado, há elementos estáticos, ou seja, as estruturas, formas, símbolos da paisagem política, por outro lado existem processos, comportamentos, e atividades na paisagem política”⁸³. O autor também afirma que as estruturas e formas da paisagem política incluem quatro elementos básicos: 1) as fronteiras e as outras formas de limites políticos; 2) Espaços Públicos; 3) Sítios e monumentos públicos; e 4) edifícios de serviços públicos.

Esta pesquisa não tem o objetivo de se aprofundar nesses elementos considerados básicos da paisagem política, nem pretende esgotar a análise das relações entre os elementos analisados, ou sequer abranger todos os elementos formadores daquela. Todavia, sem querer ser reducionista na análise do conceito de paisagem política – tanto na sua amplitude quanto na sua importância – esse registro é importante como elemento formador da paisagem cultural. Em especial, o registro dessa dimensão e do relacionamento entre os processos políticos em macro, média e micro dimensão, no âmbito dos municípios analisados, é um

⁸² SANGUIN, André-Louis. Le paysage politique: quelques considérations sur um concept résurgent. **Espace géographique**. Tome 13, n.1, p. 23-32, 1984. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/spgeo_0046-2497_1984_num_13_1_3889. Acesso em: 15 jul. 2020.

⁸³ *Idem*.

importante instrumento de gestão do território a que ambos os municípios pertencem, ou da gestão que se pretende, que visa um desenvolvimento sustentável da paisagem local.

A análise de um período anterior balizada nos princípios estipulados em uma política pública regional recente, que aqui pretendemos fazer, permite entender alguns elementos da paisagem política local de Araponga e Fervedouro, sem pretender, contudo, esgotar a análise ou abranger todos os elementos formadores, mas com o intuito apenas de fornecer uma possível análise da inserção desses municípios no ideal agroecológico que se almeja fomentar no território.

Nesse ínterim, as Políticas Públicas como um elemento da paisagem política neste trabalho serão entendidas⁸⁴ como ações do governo, analisadas em seu planejamento, em sua execução e em seus resultados de forma multidisciplinar, e não apenas na forma de Lei positivada.

Todas as relações que influenciam no Patrimônio Cultural, e não apenas neste, foram influenciadas pelo movimento ambiental, tendo como principal ferramenta as políticas públicas, assim originando o conceito de desenvolvimento sustentável. Segundo Leff, em resposta à crise ambiental, a princípio, foram propostas e difundidas as estratégias de ecodesenvolvimento, postulando a necessidade de se criar formas de produção e estilos de vida baseados nas condições e potencialidades ecológicas de cada região, assim como na diversidade étnica e na capacidade das populações locais para a gestão participativa dos recursos⁸⁵.

Segundo o autor, o conceito de “ecodesenvolvimento” surgiu na reunião de Foneux⁸⁶ em 1971, em um momento em que as teorias de dependência, de intercâmbio desigual e de acumulação interna de capital orientavam a planificação do desenvolvimento, sendo seu potencial crítico dissolvido em suas próprias estratégias teóricas e práticas. A proposta foi enfraquecendo ante a dificuldade de flexibilizar as instituições e os instrumentos de planificação para romper a lógica economicista e internalizar uma “dimensão ambiental” ao

⁸⁴ DUARTE, Solange Aparecida; OLIVEIRA, Valéria dos Santos de; HOROCHOVSKI, Rodrigo Rossi. Políticas Públicas, Políticas Sociais e modelo federativo Brasileiro. In: Simpósio Brasileiro de Desenvolvimento Territorial Sustentável, I, 2015, Matinhos. **Anais [...]**. Matinhos, PR: UFPR Litoral, 2015. p.43

⁸⁵ LEFF, Enrique. **Racionalidade ambiental: a reapropriação social da natureza**. Tradução Luís Carlos Cabral. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. p.135.

⁸⁶ A Reunião de Foneux de 1971, na Suíça, foi denominada de Painel Técnico em Desenvolvimento e Meio Ambiente, cujo objetivo foi abrir as discussões para a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano que aconteceu no ano seguinte, na cidade de Estocolmo, Suécia. Foi marcada pela discussão de problemas atinentes à falta de desenvolvimento e de outros advindos do desenvolvimento em si, tendo papel preponderante de aproximar os termos desenvolvimento e meio ambiente, hoje considerados indissociáveis.

processo de desenvolvimento. O ecodesenvolvimento ficou agarrado às malhas da teoria de sistemas, pois buscava reintegrar ao sistema econômico um conjunto de variáveis (crescimento populacional, mudança tecnológica) e de condições ambientais (processos ecológicos, degradação ambiental). Esse esquema teórico alimentou a esperança de uma prática de planificação encarregada de assimilar e abolir as externalidades ambientais. O método sistêmico haveria assim de resolver os problemas ambientais, de modo que o ambiente se dissolveria em um terreno do conhecimento e desapareceria do campo da planificação⁸⁷.

Em sua substituição, o conceito de desenvolvimento sustentável surgiu da Estratégia Mundial para a Conservação (World Conservation Strategy), lançada pela União Mundial para a Conservação (IUCN) e pelo Fundo Mundial para Conservação (WWF), ambos apoiados pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA). A estratégia mundial propunha uma harmonização entre o desenvolvimento socioeconômico e a conservação do meio-ambiente, com ênfase na preservação dos ecossistemas naturais e na diversidade genética, para a utilização racional dos recursos naturais⁸⁸. O discurso do desenvolvimento sustentável foi oficializado na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizado no Rio de Janeiro, em 1992⁸⁹.

Sob a perspectiva ecológica, portanto, a sustentabilidade se assenta em três princípios fundamentais: a conservação dos sistemas ecológicos sustentadores da vida e da biodiversidade; a garantia da sustentabilidade dos usos que utilizam recursos renováveis e o manter as ações humanas dentro da capacidade de carga dos ecossistemas sustentadores. O conceito de desenvolvimento sustentável é, portanto, muito complexo e controvertido, uma vez que exige de nossa parte mudanças fundamentais na nossa maneira de pensar, viver, produzir, consumir etc. Assim, os quatro fatores de ordem antropogênica que mais influenciam na sustentabilidade ambiental são: a poluição, a pobreza, a tecnologia e os estilos de vida. Considerando que o desenvolvimento sustentável apresenta, além da questão ambiental, tecnológica e econômica, uma dimensão cultural e política, ele exige a participação democrática de todos na tomada de decisão para as mudanças que se farão necessárias para a implementação do mesmo. Em pequenas escalas, ele se opõe à ordem do mercado atual

⁸⁷ LEFF, Enrique. **Racionalidade ambiental**: a reapropriação social da natureza. Tradução Luís Carlos Cabral. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. p. 136.

⁸⁸ FRANCO, Maria de Assunção Ribeiro. **Planejamento ambiental para a cidade sustentável**. 2ª Ed. São Paulo: Annablume, Fapesp. 2008. p.25.

⁸⁹ LEFF, *op. cit.*, p.135-138.

conhecida como globalização, no entanto, em larga escala, ele poderia ser o princípio regulador dos chamados efeitos da globalização perversa. É a junção da gestão ambiental e o desenvolvimento econômico⁹⁰.

Para Souza Matos, com o processo de globalização e a consequente homogeneização da sociedade, a intervenção do homem na paisagem foi se alterando e desvanecendo a multifuncionalidade da paisagem. Esta alteração ocorre, tanto espontaneamente devido a mudanças socioeconômicas e às condições culturais, como resultante de políticas induzidas pela Política Agrícola Comum⁹¹.

Na reflexão da autora, para além da globalização de modelos, de valores e da transformação da sociedade, também o progresso técnico, em várias frentes (como fatores de produção, transportes, comunicações, entre outros), leva à diluição da relação próxima e de dependência entre a paisagem e os seus habitantes. Sobre uma paisagem específica, mas que vale para situações semelhantes, pelo progresso técnico mudam-se as práticas e as vivências e reproduzem-se os modelos importados de outros lugares ou criados de novo pela possibilidade das novas técnicas. Os diversos fatores que asseguravam o caráter de determinada paisagem são substituídos progressivamente por outros, pelo menos em parte, o que leva à homogeneização da paisagem e à perda da sua autenticidade. O elevado valor destas paisagens com os seus padrões característicos, de abrangente biodiversidade e riqueza histórica, desaparece ou é ameaçado pela evolução técnica.

Souza Matos ressalta que todo esse processo resulta de uma intensificação e aumento de escala, que tem como princípios básicos: o crescimento da produtividade do trabalho e a diminuição de incertezas quanto ao sucesso da produção. Como consequência, temos uma diminuição das dinâmicas naturais. Nesse cenário, a produção é controlada num sistema de standardização global, o qual pode facilmente causar a falta de cuidado com as restrições naturais e o distúrbio de equilíbrios prévios. Consequentemente, em muitos casos, o sistema simplifica-se perdendo qualidades relativas à biodiversidade e multifuncionalidade descritas anteriormente. Noutros casos, as paisagens evoluem para outros patamares.

O relacionamento mais recente entre política e paisagem iniciou-se com as orientações estratégicas que surgiram na Europa, centradas sobre a paisagem e a preservação da sua

⁹⁰ FRANCO, Maria de Assunção Ribeiro. **Planejamento ambiental para a cidade sustentável**. 2ª Ed. São Paulo: Annablume, Fapesp. 2008. p. 25-27.

⁹¹ SOUZA MATOS, Rute. **A Reinvenção da Multifuncionalidade da Paisagem em Espaço Urbano – Reflexões**. 2010. Tese (Doutorado). Universidade de Évora, Portugal, 2010. Disponível em: <http://dspace.uevora.pt/rdpc/handle/10174/4304>. Acesso em: 20 fev. 2020. p. 75-76.

qualidade, por parte de entidades variadas. Elas foram estabelecidas, sobretudo, através de figuras legais de parques e reservas, ou outras categorias de âmbito nacional ou regional. A nível internacional, a IUCN - International Union for Conservation of Nature, criou o estatuto de paisagens protegidas, tendo depois definido um processo de inventariação das paisagens culturais de elevado valor que se encontram ameaçadas. Depois, em 1992, a UNESCO começou a nomear e a inscrever paisagens culturais de elevado valor universal na Lista do Património Mundial, sendo as paisagens e os desafios à sua gestão também explicitamente considerados no Dobris Assessment - Relatório sobre o Ambiente na Europa, e nos Princípios Diretores para o Desenvolvimento Espacial Sustentável do Continente Europeu, do Conselho da Europa. Numa outra perspectiva, a própria Política Agrícola Comum europeia, a partir de 1992, começou a se preocupar com o papel da agricultura na gestão das paisagens rurais europeias, orientando-se cada vez mais para uma agricultura de lógica pós-produtivista, multifuncional, tendo como uma das tarefas fundamentais a manutenção da qualidade dos recursos naturais e da paisagem⁹².

A consideração das paisagens em diretrizes de âmbito transnacional é mais recente, sendo citada, em 1995, no Relatório do Estado do Ambiente⁹³, em um capítulo específico sobre a paisagem, o qual defende a necessidade do seu estudo considerando os principais tipos de paisagem na Europa e as suas principais tendências de transformação⁹⁴. Ainda em 1995, o Conselho da Europa e o Expertise Centre for Biodiversity and Sustainable Development (ECNC) elaboraram, no âmbito na terceira conferência Ambiente para a Europa, a Estratégia Pan-Europeia da Diversidade Ecológica e Paisagística. Esta buscou salientar a necessidade de uma política de conservação que se debruce não apenas sobre a diversidade biológica, mas também sobre a diversidade paisagística. A diversidade da paisagem foi, então, considerada como a expressão formal e espacial das relações existentes, num determinado período, entre a sociedade e o território⁹⁵.

Na exposição de Souza Matos, desta estratégia resultou, em 1997, o Plano de Ação para as Paisagens Europeias, com um conjunto diversificado de ações e projetos relacionados com o estudo, a análise, o ordenamento e a gestão integrada da paisagem. Em 2000, foi

⁹² SOUZA MATOS, Rute. **A Reinvenção da Multifuncionalidade da Paisagem em Espaço Urbano – Reflexões**. 2010. Tese (Doutorado). Universidade de Évora, Portugal, 2010. Disponível em: <http://dspace.uevora.pt/rdpc/handle/10174/4304>. Acesso em: 20 fev. 2020. p. 59.

⁹³ Considerado como pioneiro e como uma referência básica em termos do ambiente europeu.

⁹⁴ SOUZA MATOS, *op. cit.*, p. 59.

⁹⁵ *Ibidem*, p. 60.

aprovado pelo Conselho da Europa a Convenção Europeia da Paisagem, em que os países que ratificaram a Convenção (e os que apenas ajudaram na sua elaboração) se comprometeram a passar de uma política de preservação dos lugares de exceção, históricos ou naturais, para uma política de manutenção e de gestão da qualidade geral de todos os lugares. A Convenção Europeia da Paisagem inscreve-se, pois, num duplo contexto: em um deles, fundamenta-se nos trabalhos do Conselho da Europa, no domínio do património cultural e natural, da gestão do território, do ambiente e da autonomia local. No outro contexto, baseia-se nas recomendações da Conferência do Rio de Janeiro, de 1992. A Convenção confere à noção de paisagem o papel de constituir um fator de equilíbrio entre o património natural e cultural, o reflexo da identidade e da diversidade europeia, e um recurso económico criador de empregos. Dessa forma, ela convida os Estados signatários a “Reconhecer juridicamente a paisagem como uma componente essencial do ambiente humano, uma expressão da diversidade do seu património comum cultural e natural e base da sua identidade”⁹⁶ e, assim, revaloriza a sua essência ético-política, configurando um lugar pertencente aos seus cidadãos que participam da sua transformação. É, portanto, uma declaração ética fundamental que reconhece o papel ativo dos habitantes nas decisões relacionadas com as paisagens, os quais têm oportunidade de se identificar com o território onde vivem e trabalham, de criar empatia com a sua história, com as suas tradições e, sobretudo, com a sua cultura. Desse modo, a relação com o lugar forma uma identidade pessoal, o sentido de pertencimento e a consciência da diversidade local, os quais são fundamentais para a educação do indivíduo no âmbito da sociedade.

Por fim, Souza Matos afirma que, definida dessa forma, a noção de paisagem remete para a vontade política de consolidar as identidades sociais e territoriais locais, bem como de fundar as identidades europeias sob a manutenção e valorização das suas diversidades culturais. Assim sendo, a tradição histórica da noção de paisagem como ideia de sistema contínuo e como fator de identidade territorial e nacional mantém-se.

Nessa seara, o desenvolvimento territorial é apresentado como se fosse diferente dos demais discursos e resultante de uma nova perspectiva, agora mais abrangente, fugindo da visão setorial do desenvolvimento, tachada de incorreta. Em face da integração, ao invés da fragmentação, o desenvolvimento territorial aparece como solução da limitadora visão em

⁹⁶ SOUZA MATOS, Rute. **A Reinvenção da Multifuncionalidade da Paisagem em Espaço Urbano – Reflexões**. 2010. Tese (Doutorado). Universidade de Évora, Portugal, 2010. Disponível em: <http://dspace.uevora.pt/rdpc/handle/10174/4304>. Acesso em: 20 fev. 2020. P. 60.

setores, sejam eles, por exemplo, da cidadania (setor de saúde, setor de educação) ou da economia (setor agrícola, setor industrial)⁹⁷.

A partir do momento em que as particularidades locais, sociais e naturais são colocadas em primeiro plano, integrando-se, há a formação de uma visão diferenciada das necessidades locais e das soluções propostas pelas políticas públicas. Os fenômenos sociais, em suas diversas dimensões, passam a ser vistos como fenômenos interdependentes e relacionados entre si, configurando territórios únicos e exclusivos, onde as questões propostas devem ser implementadas e avaliadas de formas específicas, e de acordo com as características da paisagem.

O desenvolvimento territorial nas políticas públicas, além da superação da setorialidade, também inclui preocupações que dizem respeito à participação popular e ao desenvolvimento sustentável. Ambas permitiriam um desenvolvimento social e ambientalmente consciente ao criarem novos mecanismos de decisão para a sociedade civil, mediante a participação popular. Com isto, seria possível alcançar legitimidade para as decisões combinada com respeito à dinâmica ambiental dos locais atingidos – onda esta passou a tomar corpo no final dos anos 1950⁹⁸.

No Brasil, segundo Silva, a ação do governo, a partir da Constituição da República de 1988, passou a dar mais ênfase na política social, ou seja, nas ações que visam à proteção social contra riscos e vulnerabilidades sociais, com o objetivo de diminuir as desigualdades sociais com a redistribuição dos benefícios sociais⁹⁹. Diante dessa ênfase, as medidas adotadas que têm como base a concepção de desenvolvimento fundamentada na territorialidade foram marcadas por dois grandes programas: o Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (PRONAT), criador dos Territórios Rurais em 2003, e o Programa Territórios da Cidadania em 2008, que transformou parte dos Territórios Rurais e criou Territórios da Cidadania. A concepção destes é orientada, além da superação da visão setorial, pela busca da participação da sociedade civil e do discurso do desenvolvimento sustentável. A primeira, pela proposição de conglomerados de municípios que pensariam projetos conjuntamente para atingir todo o território, nas áreas urbanas e rurais. A segunda, pela

⁹⁷ SILVA, Arthur Boscarol. **Desdobramentos do Programa Territórios da Cidadania no Nordeste Paraense: desenvolvimento ou controle social?** 2017. 160 f. Dissertação (Mestrado) – Centro de Ciências Exatas, Programa de Pós Graduação em Geografia, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2017. p.15.

⁹⁸ Ibidem, p. 15.

⁹⁹ DUARTE, Solange Aparecida; OLIVEIRA, Valéria dos Santos de; HOROCHOVSKI, Rodrigo Rossi. Políticas Públicas, Políticas Sociais e modelo federativo Brasileiro. In: Simpósio Brasileiro de Desenvolvimento Territorial Sustentável, I, 2015, Matinhos. **Anais [...]**. Matinhos, PR: UFPR Litoral, 2015. p.43.

garantia da participação de representantes da sociedade civil em parceria com representantes do setor público, formando um colegiado paritário com poder deliberativo sobre parte dos investimentos públicos. A terceira, pela criação de planos territoriais de desenvolvimento territorial sustentável, que serviriam de base às ações deliberadas¹⁰⁰.

O autor conclui que, nesse sentido, essas duas últimas orientações dos programas nacionais permitiriam um desenvolvimento social e ambientalmente consciente ao criarem novos mecanismos de decisão para a sociedade civil mediante a participação popular, outorgando legitimidade às decisões, combinada com respeito à dinâmica ambiental dos locais atingidos.

Essas duas últimas orientações, no nosso entendimento, também podem conferir à noção de paisagem o papel de constituir um fator de equilíbrio entre o patrimônio natural e cultural, o reflexo da identidade e da diversidade local, e o recurso econômico criador de empregos – conforme intenção estampada na Convenção Europeia, o que coloca as políticas de gestão territorial brasileiras em um estágio conceitual avançado, acompanhando os preceitos da moderna e avançada Constituição Federal Brasileira de 1988.

Isso implica, necessariamente, em redefinir a economia que suporta os territórios – da redefinição do rural. Uma nova ruralidade convida a reconsiderar a visão de que o rural é constituído por uma população dispersa centrada no setor agropecuário, para passar à reconstrução do objeto de trabalho e de política, ao definir o âmbito rural como território construído a partir do uso e da apropriação dos recursos naturais, de onde são gerados processos produtivos, culturais, sociais e políticos. Tais processos são gerados pelo efeito da localização e apropriação territorial, compreendendo-se aí que os recursos naturais são fatores de produção localizados. Dessa forma, o rural passa a incorporar áreas dispersas e concentrações urbanas que se explicam por sua relação com os recursos naturais, considerando a diversidade de setores econômicos interdependentes que envolvem dimensões econômicas e não econômicas, estabelecendo relações funcionais de integração com o urbano e fundamentando-se em visão territorial¹⁰¹.

¹⁰⁰ SILVA, Arthur Boscarol. **Desdobramentos do Programa Territórios da Cidadania no Nordeste Paraense: desenvolvimento ou controle social?** 2017. 160 f. Dissertação (Mestrado) – Centro de Ciências Exatas, Programa de Pós Graduação em Geografia, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2017. p. 16.

¹⁰¹ PERICO, Rafael Echeverri; RIBEIRO, Maria Pilar. **Ruralidade, Territorialidade e Desenvolvimento Sustentável**. Tradução de Dalton Guimarães. Brasília: IICA, 2005. p. 19.

Nesse ponto, para seguimento da pesquisa, é necessário discutir a proposta do conceito de território utilizada pelas políticas públicas territoriais no Brasil. Conforme Silva¹⁰², a aplicação do conceito de território e sua discussão resultam em abordagens diferentes. O conceito acadêmico comporta diferentes propostas e estreita-se ao ser convertido em uma definição de caráter normativo. É possível, com isso, questionar a viabilidade do uso dessa riqueza conceitual na sua aplicação, visto que a definição legal não se pauta por diferentes perspectivas, mas pela definição estrita do conceito¹⁰³.

Seguindo a referência deste autor, tomaremos como base para a discussão sobre o conceito de território utilizado pelo Estado brasileiro o documento “Marco Referencial para Apoio ao Desenvolvimento de Territórios Rurais”, publicado pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), e que tem como objetivo geral: “(...) promover e apoiar iniciativas das institucionalidades representativas dos territórios rurais que objetivem o incremento sustentável dos níveis de qualidade de vida da população rural”¹⁰⁴.

Este documento também implementou o PRONAT, marco da construção das políticas públicas territoriais do Brasil. Nele, o conceito fundamental de território que serve de referência às políticas públicas territoriais é definido como um:

(...) espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, como cidades e campos, caracterizado por critérios multidimensionais, tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições, e uma população, com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial¹⁰⁵.

Dentro dessa perspectiva, o conceito de território utilizado pelo MDA leva em consideração um conjunto de aspectos comuns compartilhados por uma determinada região do país que reúne municípios. Os chamados “Territórios de Identidade” têm como principal elemento de identidade os aspectos ambientais, econômicos, sociais, culturais, populacionais, políticos e institucional.

¹⁰² SILVA, Arthur Boscarol. **Desdobramentos do Programa Territórios da Cidadania no Nordeste Paraense: desenvolvimento ou controle social?** 2017. 160 f. Dissertação (Mestrado) – Centro de Ciências Exatas, Programa de Pós Graduação em Geografia, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2017. p. 26.

¹⁰³ Idem.

¹⁰⁴ BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria de Desenvolvimento Territorial. **Marco referencial de apoio ao desenvolvimento de territórios rurais**. Brasília: SDT/MDA, 2005. p. 7.

¹⁰⁵ Ibidem, p.7-8.

Ainda na interpretação de Silva¹⁰⁶, a abordagem territorial, segundo o documento, seria justificada, em resumo, por minimamente quatro aspectos:

- 1) o rural não se resume ao agrícola; além de setor econômico, tem como características menor grau de artificialização se comparado com áreas urbanas, a menor densidade populacional, a maior influência dos fatores naturais;
- 2) a escala municipal é muito restrita e a estadual, muito ampla;
- 3) acentuação do movimento de descentralização das políticas, com atribuição das competências aos espaços locais;
- 4) o território é a escala que melhor dimensiona as relações de proximidade entre grupos sociais e instituições, que podem se transformar em trunfos para o desenvolvimento.

Para este autor, a abordagem territorial é também um outro método que favoreceria os processos necessários ao desenvolvimento, e não um simples redimensionamento de escalas. Nesses processos, é evidenciada a importância das pessoas envolvidas, em consideração com os pontos de interação entre os sistemas socioculturais e os sistemas ambientais, deixando de ser uma ação verticalizada do poder público.

Este não seria resultado da “(...) ação verticalizada do poder público, mas sim da criação de condições para que os agentes locais se mobilizem em torno de uma visão de futuro” (...). Com isso, seria possível uma proposta centrada baseada nas pessoas, levando em consideração os pontos de interação “(...) entre os sistemas socioculturais e os sistemas ambientais e que contempla a integração produtiva e o aproveitamento competitivo desses recursos como meios que possibilitam a cooperação e a corresponsabilidade ampla de diversos atores sociais”¹⁰⁷.

É importante ressaltar que em 2006, através da Medida Provisória nº 726, de 12 de maio de 2016, o MDA foi extinto e suas competências foram transferidas para o Ministério do Desenvolvimento Social. No mesmo ano, através do Decreto nº 8.780, de 27 de maio de 2016, as competências do MDA, que estavam com o MDS, foram transferidas para a Secretaria

¹⁰⁶ SILVA, Arthur Boscarol. **Desdobramentos do Programa Territórios da Cidadania no Nordeste Paraense: desenvolvimento ou controle social?** 2017. 160 f. Dissertação (Mestrado) – Centro de Ciências Exatas, Programa de Pós Graduação em Geografia, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2017. p. 26.

¹⁰⁷ BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria de Desenvolvimento Territorial. **Marco referencial de apoio ao desenvolvimento de territórios rurais**. Brasília: SDT/MDA, 2005. p. 8.

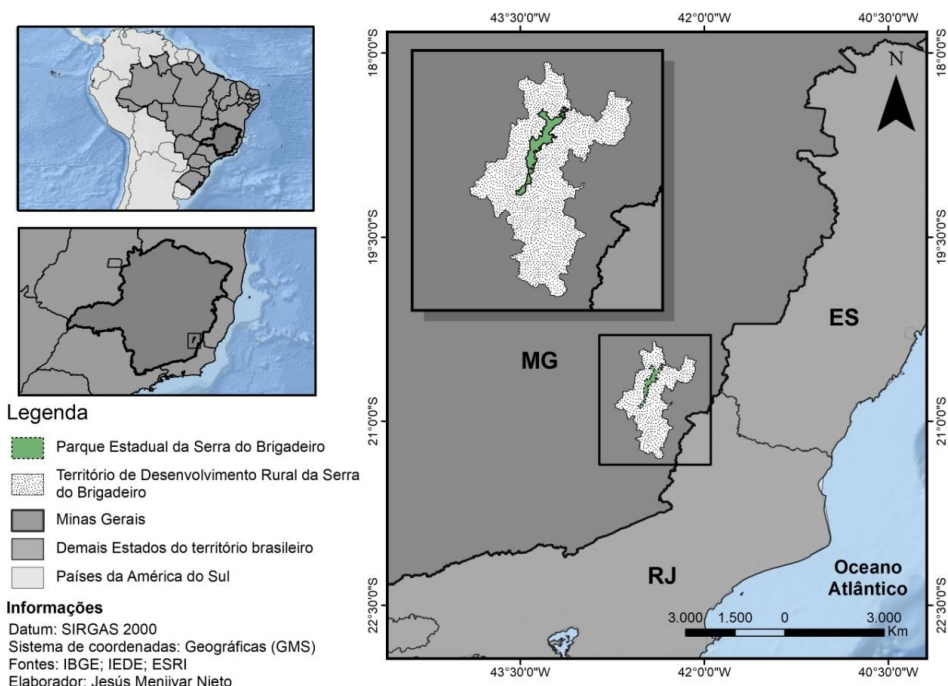
Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário - Casa Civil da Presidência da República. Posteriormente, em 2019, através do Decreto nº 9.667, de 2 de janeiro de 2019, as competências da Secretaria Especial da Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, até então da Casa Civil da Presidência da República, foram transferidas para o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, que passou a ter em sua estrutura organizacional a Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo.

2.4 O território da Serra do Brigadeiro

O Território da Serra do Brigadeiro, constituído pelos municípios de Araponga, Divino, Ervália, Fervedouro, Miradouro, Muriaé, Pedra Bonita, Rosário de Limeira e Sericita, é um território situado na região da Zona da Mata de Minas Gerais, e possui umas das primeiras experiências participativas de criação de Unidades de Conservação (UC), em virtude do processo de criação e implantação do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro¹⁰⁸.

¹⁰⁸ PRAÇA, Heitor Levy Ferreira. Unidade de Conservação como território e territorialização: Aspectos Políticos da Transformação Cultural no meio Rural. **Geografares**, n. 8, 2010. Disponível em: <https://www.periodicos.ufes.br/geografares/article/view/1291>. Acesso em: 05 jul. 2021.

Figura 1 - Território da Serra do Brigadeiro



Fonte: Elaborada pelo autor.

De acordo com o Plano Territorial de Desenvolvimento Rural da Serra do Brigadeiro, esse território possui uma grande concentração da agricultura familiar nos nove municípios¹⁰⁹, revelando uma paisagem em que os grupos de agricultores locais possuem uma forte identidade cultural, uma grande articulação e parcerias já existentes no Território, o que garante grande capital social¹¹⁰ e patrimônio ambiental¹¹¹ aglutinador.

Na análise de Loreto¹¹², conforme histórico do território, em 2003 os atores sociais que atuavam na promoção de ações voltadas para o desenvolvimento sustentável na região do

¹⁰⁹ Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata - CTA-ZM (Exec.). **PTDRS. Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável - Território da Serra do Brigadeiro – MG.** Território da Serra do Brigadeiro: MDA, 2005. 81p. Disponível em: <https://ctazm.org.br/bibliotecas/plano-territorial-de-desenvolvimento-rural-da-serra-do-brigadeiro-mg-140.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2020.

¹¹⁰ O capital social não é uma entidade singular, mas uma variedade de diferentes entidades que possuem características em comum: consistem em algum aspecto de uma estrutura social e facilitam algumas ações dos indivíduos que estão no interior dessa estrutura (COLEMAN, 1990, p. 302). Uma outra vertente do pensamento social contemporâneo – muito influente nas organizações internacionais de desenvolvimento – vem chamando, com base nos trabalhos de James Coleman (1990) e Robert Putnam (1996, p. 177), de capital social, que diz respeito a “características da organização social, como confiança, normas e sistemas, que contribuam para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas”.

¹¹¹ Patrimônio Ambiental, também chamado de patrimônio natural.

¹¹² LORETO, Maria das Dores Saraiva de; SANTOS, Carmem Lúcia; GOMES, André Luis. A formação e gestão do território rural da Serra do Brigadeiro MG: a percepção dos conselheiros. In: Encontro Nacional de Geografia Agrária, 21, 2012, Uberlândia, MG. *Anais [...]*. Uberlândia, MG: UFU/LAGEA, 2012. v.1. p.8-9.

Parque Estadual da Serra do Brigadeiro (PESB), formularam e obtiveram aprovação da inclusão da Serra do Brigadeiro no PRONAT a partir da realização de uma oficina de alinhamento conceitual sobre território, territorialidade e identidade territorial, realizada em Viçosa, e que contou com a participação de representantes dos municípios que compõem o Território e convidados da SDT, UNICAMP e UFRJ.

De acordo com o Plano Território de Desenvolvimento Rural Sustentável – PTDRS (2004), após essa oficina percebeu-se que os grupos identificaram como elementos comuns do Território da Serra do Brigadeiro os seguintes aspectos: o Parque Estadual da Serra do Brigadeiro; o cultivo do café de montanha ou café de altitude, de qualidade; a Agroecologia; a cultura, representada por suas festas, religião, hábitos e crenças; a predominância da agricultura familiar; o solo, clima e relevo da região; trabalhos de artesanato; o potencial para o ecoturismo e o turismo rural; a estrutura fundiária; a criminalidade ocorrida por conflitos fundiários em uma determinada época, em especial nas comunidades do entorno do Parque que são mais isoladas; a falta de infraestrutura; a religiosidade como questão aglutinadora; a herança cultural indígena dos povos Puris; a grande interação entre as comunidades do entorno do Parque; a luta unida das comunidades no processo de criação do Parque da Serra do Brigadeiro; e a água de boa qualidade e medicinal.

Foi constatado também que o limite do território não era um limite político, sendo que as comunidades do entorno do Parque tinham grande identidade entre si, até mesmo mais que com outras comunidades do próprio município. A partir disso, houve o entendimento dos atores sociais do Território da Serra do Brigadeiro de que as ações para o desenvolvimento territorial deveriam ter como foco as comunidades do entorno do PESB. A partir do processo de planejamento do território, foram definidos cinco eixos considerados prioritários para a promoção do desenvolvimento territorial, para os quais foram determinadas ações estratégicas: a Agricultura Familiar Diversificada; a Recuperação e Preservação Ambiental; a Agroindústria Familiar e Artesanato; o Turismo no espaço rural e a Cultura¹¹³.

Como se pode ver, o elemento que lastreou a política de territorialização do território em questão foi a identidade entre as comunidades do entorno do parque, e não necessariamente entre os municípios em sua integralidade. E entre os elementos identitários elencados, encontram-se a Agroecologia, demonstrando a sua presença na paisagem e a sua importância como elemento formador desta.

¹¹³ Idem.

Figura 2 - Foto Aérea da Serra do Brigadeiro



Fonte: www.asminasgerais.com.br

Figura 3 - Foto Aérea da Serra do Brigadeiro



Fonte: www.asminasgerais.com.br

Esse reconhecimento da presença da Agroecologia possibilita que ela seja analisada como um elemento da paisagem, possibilitando o registro de sua presença. Por outro lado, a sua valoração como elemento identitário possibilita também que a Agroecologia, em seu amplo conceito de relações que permeiam a atividade agrícola, possa ser um termômetro valioso de desenvolvimento sustentável do território, assim permitindo o registro das

paisagens culturais envolvendo componentes biológicos, técnicos, culturais e socioeconômicos.

Uma questão que surge ao se analisar a presença da Agroecologia entre os fatores identitários do território é a extensão do conceito utilizado no PTDRS. Embora os movimentos da Agroecologia e da produção orgânica apresentem origens distintas e várias diferenças conceituais e ideológicas, no Brasil essas duas vertentes de agricultura se uniram em uma política única¹¹⁴.

A primeira lei a tratar do tema foi a Lei Federal nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003, que dispôs sobre a agricultura orgânica e procurou abranger, além dos sistemas agroecológicos e orgânicos, os diversos sistemas alternativos de agricultura, como o biodinâmico, o natural, o regenerativo, o biológico, a permacultura, e o agroextrativismo, entre outros. Esta normativa não traz uma diferenciação clara entre a Agroecologia e a produção orgânica, evocando apenas a definição do que é um sistema orgânico de produção agropecuária, definindo suas finalidades e atribuindo sua regulamentação ao poder executivo. A Agroecologia, nessa lei, é tratada como um método de produção abrangido pelo conceito de sistema orgânico de produção agropecuária.

Nos termos da Lei, o conceito de sistema orgânico de produção agropecuária é

(...) todo aquele em que se adotam técnicas específicas, mediante a otimização do uso dos recursos naturais e socioeconômicos disponíveis e o respeito à integridade cultural das comunidades rurais, tendo por objetivo a sustentabilidade econômica e ecológica, a maximização dos benefícios sociais, a minimização da dependência de energia não-renovável, empregando, sempre que possível, métodos culturais, biológicos e mecânicos, em contraposição ao uso de materiais sintéticos, a eliminação do uso de organismos geneticamente modificados e radiações ionizantes, em qualquer fase do processo de produção, processamento, armazenamento, distribuição e comercialização, e a proteção do meio ambiente¹¹⁵.

Posteriormente, com o avanço das discussões, o Decreto Presidencial nº 7.794, de 20 de agosto de 2012, instituiu a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica - PNAPO, alçando o Brasil ao *status* de primeiro país a criar uma política de estado específica para o incentivo à Agroecologia e à produção orgânica¹¹⁶.

¹¹⁴ IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **A política nacional de Agroecologia e produção orgânica no Brasil**: uma trajetória de luta pelo desenvolvimento rural sustentável. Brasília: Ipea, 2017. p. 11.

¹¹⁵ Art. 1º da Lei 10.831, de 23 de dezembro de 2003.

¹¹⁶ <http://Agroecologia.gov.br/politica>; <https://www.projetoalimento.com.br/Agroecologia-e-democracia/>;

A instituição da PNAPO resultou de um longo processo de luta por parte de setores da sociedade que atuam no questionamento e na resistência ao modelo conservador de modernização da agricultura que vem sendo promovido pelas políticas públicas brasileiras desde a década de 1960. Baseado no uso intensivo de tecnologias industriais, esse modelo tem sido cada vez mais criticado por seus impactos sociais e ambientais, apesar da sua importância para o crescimento da produção e produtividade agrícola. Somam-se a essas críticas os potenciais danos que algumas dessas tecnologias podem causar à saúde humana e a crescente preocupação da sociedade em geral com a qualidade dos alimentos consumidos¹¹⁷.

Construído de forma participativa, o decreto foi uma resposta à preocupação da sociedade civil e das organizações sociais do campo e da floresta sobre a necessidade de se produzir alimento em quantidade e qualidade necessárias, com o menor impacto possível ao meio ambiente e à vida. Nele, foram definidas as diretrizes, instrumentos e instâncias de gestão da PNAPO. Coube à Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica (CIAPO), composta por representantes de dez ministérios, a tarefa de elaborar o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO), articulando órgãos e entidades do Poder Executivo Federal para a implementação da política¹¹⁸.

A Agroecologia, enquanto movimento, veio se incorporando às pautas das organizações camponesas, e essas entidades passaram a reivindicar a adoção de políticas públicas voltadas para a promoção da transição agroecológica e o apoio às redes de Agroecologia. Como consequência, o enfoque agroecológico passou a ser considerado na orientação de algumas políticas dirigidas ao público da agricultura familiar¹¹⁹.

A PNAPO veio com o objetivo de “integrar, articular e adequar políticas, programas e ações indutoras da transição agroecológica e da produção orgânica e de base agroecológica”¹²⁰. Com isso, a Agroecologia e a produção orgânica começaram a integrar oficialmente o projeto de desenvolvimento do Estado brasileiro, passando a conviver em paralelo com as políticas de fomento à agricultura convencional.

É importante citar que a PNAPO é o resultado de um trabalho conjunto, de um grupo permanente de estudos e pesquisas, com a participação de representantes da sociedade civil,

¹¹⁷ IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **A política nacional de Agroecologia e produção orgânica no Brasil: uma trajetória de luta pelo desenvolvimento rural sustentável**. Brasília: Ipea, 2017. p.117.

¹¹⁸ <http://Agroecologia.gov.br/politica>

¹¹⁹ IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, *op. cit.*, p.11.

¹²⁰ BRASIL. Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – PLANAPO. Brasília: MDS; Ciapo, 2013.

para discutir o modelo agrícola na perspectiva de promover a mudança da matriz de alto insumo energético (fertilizantes, agrotóxicos) e de simplificação ecológica para a matriz de baixo insumo energético e de diversidade ecológica, bem como apoiar fontes alternativas de energia, como energia solar e eólica. Porém, a PNAPO tem contribuído para a ampliação do debate sobre a sustentabilidade dos sistemas agroalimentares junto ao governo e à sociedade e influenciado a formulação e a execução de um grande número de políticas públicas. Os organismos de gestão da PNAPO, o longo da execução do PLANAPO I, trouxeram um ambiente de sinergia, onde a ação de cada órgão refletia e influenciava nos demais, abrindo-se novos espaços e ancorando-se com mais força o tema nos diversos setores. Houve, também, a integração das ações correlatas contidas no PPA para um patamar que não havia sido observado antes da sanção do instrumental da PNAPO em relação ao conjunto disperso de ações governamentais existentes sobre o tema¹²¹.

Outros temas que se comunicaram com a PNAPO, embora não se refiram explicitamente à Agroecologia foram: I - as mudanças climáticas, pois a política em foco apresenta alternativas para mitigação das emissões de carbono ao promover o uso de fontes energéticas renováveis associadas às tecnologias de baixo carbono, às práticas de manejo e à conservação de solos, tornando-a um forte instrumento do governo brasileiro na implementação dos compromissos assumidos no âmbito da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) e da Política Nacional sobre a Mudança do Clima (PNMC);

II - Também considerando o conceito ampliado de saúde e o referencial teórico da promoção da saúde como um conjunto de estratégias e formas de produzir saúde, no âmbito individual e coletivo, os objetivos da PNAPO comunicam-se com importantes políticas no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), entre as quais está a Política Nacional de Promoção da Saúde, cujo objetivo é promover a equidade e a melhoria das condições e modos de viver, ampliando a potencialidade da saúde, reduzindo vulnerabilidades e riscos decorrentes dos determinantes sociais, econômicos, políticos, culturais e ambientais;

III - A Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora, com a Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo, da Floresta e das Águas, cujo objetivo é melhorar o nível de saúde dessas populações por meio de ações e iniciativas que

¹²¹ IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **A política nacional de Agroecologia e produção orgânica no Brasil: uma trajetória de luta pelo desenvolvimento rural sustentável**. Brasília: Ipea, 2017. p.94-97.

reconheçam as suas especificidades, favorecendo o amplo acesso aos serviços de saúde, a redução de riscos decorrentes de processos de trabalho e a melhoria da sua qualidade de vida;

IV - A Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos, cujo objetivo é garantir à população brasileira o acesso seguro às plantas medicinais e aos fitoterápicos, bem como seu uso racional, de forma a promover o uso sustentável da biodiversidade e o desenvolvimento da cadeia produtiva.

Na esfera institucional, a PNAPO determina, em seu art. 1º, parágrafo único, que, para o alcance de seus objetivos, a política será implementada pela União em regime de cooperação com estados, Distrito Federal e municípios, organizações da sociedade civil e outras entidades privadas. Dessa forma, para que a PNAPO alcance seus objetivos, é necessário que haja a interação e pactuação da União com estados, municípios, Distrito Federal e outras organizações.

De acordo com o IPEA, nessa concepção, a política vem reforçar os esforços realizados pelo MDA durante o primeiro PLANAPO, que buscou articular com os diversos órgãos de Estado e movimentos sociais a construção de suas políticas no campo da Agroecologia e da produção orgânica. Uma síntese elaborada ao final de 2015 indicava que diversos estados vinham desenvolvendo políticas públicas com interface com a Agroecologia e a produção orgânica, direcionadas, em grande medida, à agricultura familiar¹²².

Ainda de acordo com o referido instituto, um plano verdadeiramente nacional, entretanto, somente pode ser implementado proporcionando mudanças quando estados e municípios se articulam seguindo as diretrizes da política nacional. Para alguns, a criação de um sistema nacional, tendo uma conferência nacional como o ápice do seu processo organizativo e deliberativo, é o instrumento articulador nacional para o alcance democrático e participativo desse objetivo. Na configuração vigente de gestão da PNAPO, há uma comissão nacional e uma câmara interministerial, mas não há uma conferência nacional, tampouco um sistema nacional. O PPA 2016-2019 continha a previsão de uma iniciativa para contemplar a constituição do Sistema Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica. Nesse ínterim, sendo uma política que deve ser integrada às demais, a Política de Agroecologia e produção orgânica foi integrada à política de gestão territorial.

¹²² IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **A política nacional de Agroecologia e produção orgânica no Brasil: uma trajetória de luta pelo desenvolvimento rural sustentável**. Brasília: Ipea, 2017. p.107-108.

No compasso das políticas públicas federais e da necessidade de articulação entre os entes federados, Minas Gerais foi o primeiro estado a implementar uma política estadual de Agroecologia e produção orgânica. A Lei nº 21.146, de 14 de janeiro de 2014, que institui a Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica – PEAPO, tem como objetivo ampliar e fortalecer a produção, o processamento e o consumo de produtos agroecológicos orgânicos e em transição agroecológica, com ênfase nos mercados locais e regionais. As ações serão destinadas prioritariamente aos agricultores familiares, urbanos e aos povos e comunidades tradicionais.

A criação desse marco legal estadual foi o passo inicial para a realização de um diagnóstico e da elaboração de políticas públicas estaduais voltadas para toda a cadeia – produção, comercialização, beneficiamento, instrumentos para financiamento e até incentivos fiscais no estado, já que o setor é fonte de emprego e renda segura para muitas famílias no meio rural.

Posteriormente, em 27 de dezembro de 2018, foi sancionada a Lei Estadual do Estado de Minas Gerais nº 23.207, que instituiu a Zona da Mata Mineira como Polo Agroecológico e de Produção Orgânica, vinculando a política Agroecológica à política territorial.

A referida Lei deriva do Projeto de Lei 4.029/2017, de autoria do deputado Rogério Correia, e tem como objetivo promover e incentivar o desenvolvimento da Agroecologia e da produção orgânica na região da Zona da Mata Mineira. Segundo o autor, a região é um celeiro de alimentos saudáveis, sendo uma boa notícia, em especial para o meio ambiente, já que lei estimula a produção orgânica (sem uso de agrotóxicos) e o uso racional da terra¹²³.

Conforme o texto explicativo¹²⁴ da Lei, a norma se alinha com a Lei Estadual do Estado de Minas Gerais nº 11.405¹²⁵, de 28 de janeiro de 1994 – que dispõe sobre a política estadual de desenvolvimento agrícola –, e estipula que o poder público deverá instituir programas permanentes de estímulo à produção agroecológica e orgânica. Também se

¹²³ Notícia. Disponível em: <http://www.rogeriocorreia.com.br/noticia/agora-e-oficial-zona-da-mata-e-polo-agroecologico-e-de-producao-organica/>. Acesso em: 15 fev. 2020.

¹²⁴ O “Entenda a Proposição” é um texto que explica os principais pontos de uma proposição, seja ela um projeto de lei (PL), uma proposta de emenda à Constituição (PEC), um projeto de lei complementar (PLC) ou um projeto de resolução (PRE) da Assembleia. O objetivo é facilitar o entendimento da proposta pela população. Os textos do documento são elaborados pela área técnica da ALMG para as principais proposições em tramitação na Casa desde 2007. Referem-se à versão dessas proposições no momento em que estão prontas para a apreciação em Plenário no 1º turno. Antes de serem transformadas em leis, essas propostas ainda podem sofrer alterações, com a apresentação de emendas ou substitutivos, ou mesmo ser retiradas de tramitação ou arquivadas. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=LEI&num=23207&comp=&ano=2018>. Acesso em: 12 jan. 2021.

¹²⁵ Que dispõe sobre a política estadual de desenvolvimento agrícola e dá outras providências.

coaduna com a Lei nº 21.146/2014, que institui a PEAPO. A lei é orientada pelos princípios do desenvolvimento sustentável; participação e protagonismo social; preservação ecológica com inclusão social; segurança e soberania alimentar; diversidade agrícola, biológica, territorial, paisagística e cultural; e reconhecimento da importância dos movimentos de Agroecologia, da agricultura familiar e dos povos tradicionais para a agrobiodiversidade e a segurança alimentar.

Na análise da Lei nº 23.207/2018, verificamos sua simplicidade em termos de estruturação, contando apenas com cinco artigos, mas a complexidade das suas disposições, já que abarcam uma grande quantidade de temas que, apesar de conexos, são independentes e por si só exigem um trabalho específico do poder público.

No primeiro artigo, são definidos os objetivos da Lei, que é de promover e incentivar o desenvolvimento da Agroecologia e da produção orgânica na região da Zona da Mata os Territórios de Desenvolvimento Mata e Caparaó, conforme definido no Anexo III da Lei Estadual de Minas Gerais nº 21.967¹²⁶, de 12 de janeiro de 2016. Define também que as ações governamentais relacionadas ao polo de que trata esta lei serão realizadas no âmbito da Peapo, de que trata a Lei Estadual do Estado de Minas Gerais nº 21.146/2014.

No segundo artigo, são estabelecidos os princípios orientadores das ações governamentais relacionadas ao polo, os quais se referem a cinco pontos distintos: I) desenvolvimento sustentável; II) participação e protagonismo social; III) preservação ambiental com inclusão social; IV) segurança e soberania alimentar; V) diversidade agrícola, biológica, territorial, paisagística e cultural.

Alguns desses princípios serão os norteadores da análise da paisagem realizada neste estudo, tanto no que tange aos conceitos quanto à análise do grau de desenvolvimento destes nos municípios analisados.

Por sua vez, o artigo terceiro dispõe sobre as diretrizes das ações governamentais relacionadas ao polo, as quais não serão analisadas como elementos específicos da paisagem, mas serão relacionadas durante o texto e utilizadas no produto decorrente desta pesquisa.

Ademais, não se fará a análise das diretrizes tanto pela extensão das mesmas, já que são listadas dezoito – ainda que algumas se interliguem, como pelo caráter das mesmas, que são mais específicas, relacionadas à política oficial, deixando de revelar aspectos invisibilizados da paisagem.

¹²⁶ Atualiza o Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado – PMDI – e dá outras providências.

A diretriz política é o tipo *standard* que propõe um objetivo que deve ser alcançado – em geral uma melhora em algum aspecto econômico, político ou social da comunidade, destacando-se na sua estrutura o caráter teleológico. Já o princípio, em sentido estrito, é um *standard* que deve ser observado não porque favoreça ou assegure uma situação econômica, política ou social que se considera desejável, mas porque é uma exigência da justiça, da equidade, ou alguma outra dimensão da moralidade, constituindo diretivas de caráter jurídico que necessitam de atividade interpretativa na sua aplicação¹²⁷.

Dessa forma, os princípios que são determinados pela Lei definem quais são os norteadores da política agroecológica, e, por assim se dizer, da Agroecologia na prática, para a Zona da Mata de Minas Gerais e para o território estudado.

A título de conhecimento, as diretrizes preconizadas pela Lei são:

Art. 3º – As ações governamentais relacionadas ao polo de que trata esta lei observarão as seguintes diretrizes:

- I – fomento aos sistemas de produção agroecológicos e orgânicos consolidados e em transição agroecológica e orgânica;
- II – valorização da agrobiodiversidade e incentivo à implantação e ao fortalecimento de sistemas de produção diversificados;
- III – estímulo à diversificação da produção agrícola e da paisagem rural;
- IV – promoção da utilização dos recursos naturais com manejo ecologicamente sustentável;
- V – transversalidade, articulação e integração das políticas públicas estaduais relativas à agroecologia e à produção orgânica e entre os entes da federação;
- VI – estímulo ao consumo de alimentos agroecológicos e orgânicos, por meio de promoção e divulgação de locais de abastecimento e por meio de investimentos na produção e no aumento da oferta de produtos;
- VII – consolidação e fortalecimento da participação e do protagonismo social em processos de garantia da qualidade dos produtos agroecológicos e orgânicos, em metodologias de trabalho relativas ao desenvolvimento rural e ao manejo de agroecossistemas;
- VIII – reconhecimento dos sistemas agroecológicos e orgânicos como passíveis de retribuição por serviços ambientais prestados pelos agricultores;
- IX – fortalecimento das organizações da sociedade civil, das redes de economia solidária, das cooperativas, das associações e dos empreendimentos econômicos que promoverem, assessorarem e apoiarem a agroecologia e a produção orgânica;
- X – apoio às pesquisas científicas, à sistematização de saberes e experiências populares, às metodologias de trabalho e ao desenvolvimento de tecnologias aplicadas aos sistemas agroecológicos e de produção orgânica;
- XI – fomento à agroindustrialização, ao turismo rural e ao agroturismo, com vista à geração e à diversificação de renda no meio rural;

¹²⁷ LOPES, Othon de Azevedo. **Princípios jurídicos e regulação**. 2011. 247 f. Tese (Doutorado em Filosofia do Direito) – Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP, São Paulo, 2011. p.137-145.

XII – apoio à comercialização de produtos agroecológicos e orgânicos e à ampliação do acesso a mercados diversificados, priorizando-se a organização de cadeias curtas, os empreendimentos cooperativos de economia solidária e as feiras de venda direta ao consumidor;

XIII – incentivo à permanência da população no meio rural e à sucessão nas propriedades rurais, por meio de políticas públicas integradas, associando a produção agroecológica e orgânica com a diversidade cultural e com a qualidade de vida no meio rural;

XIV – promoção de condições diferenciadas de acesso às políticas públicas para jovens e mulheres que vivam no meio rural;

XV – fomento à pesquisa e ao desenvolvimento de insumos agroecológicos e orgânicos, da qualidade de produtos agroindustrializados, das tecnologias e das máquinas socialmente apropriadas e consideradas como de baixo impacto ambiental;

XVI – apoio à geração e utilização de energias renováveis que contribuam para a eficiência energética no meio rural e para a minimização de impactos ambientais;

XVII – incentivo à gestão sustentável nas unidades produtivas;

XVIII – reconhecimento da importância dos movimentos de agroecologia, da agricultura familiar e dos povos tradicionais para a agrobiodiversidade e a segurança alimentar.

O artigo quarto da Lei traz um reforço do princípio do protagonismo social, nominando especificamente as categorias que deverão participar obrigatoriamente das ações, quais sejam, os representantes dos agricultores familiares e das entidades públicas e privadas ligadas à produção e à comercialização de produtos agroecológicos e orgânicos. E, por fim, o artigo quinto serve apenas para estabelecer o início de vigência da lei, considerado como a data de publicação da mesma.

Similar ao que acontece com o marco normativo referente à operacionalização do PRONAT e dos projetos territoriais que se realizam por meio do PROINF¹²⁸, verifica-se um Processo burocrático complexo para operacionalização das Leis no Brasil.

O PRONAT é composto por um conjunto de lei, decretos, portarias e manuais que buscam regular as relações estabelecidas entre a SDT/MDA, os colegiados territoriais, os

¹²⁸ Desde 1996, a partir do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), o governo federal criou programas que tinham por escopo expandir a produção agrícola familiar no Brasil. Em 1997 foi criado o PRONAF Infraestrutura e Serviços Municipais. Em seguida, surgiu, em 2003, a Ação de Apoio a Projetos de Infraestrutura e Serviços, ou PROINF. Associado aos Territórios Rurais, gerido pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial do Ministério de Desenvolvimento Agrário (SDT/MDA), o PROINF combinava esforços pelo desenvolvimento com captação de demandas locais e cogestão por atores sociais, a denominada gestão social. Em 2008, os Territórios Rurais foram convertidos parcialmente em Territórios da Cidadania, e o PROINF atendia aos colegiados territoriais, comissões de participação paritária do poder público e da sociedade civil que elegiam prioridades de investimentos. Entre 2003 e 2015, cada Território criou e geriu seu Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável (PTDRS), que orientou a aplicação dos recursos definidos nos editais anuais abertos pelo PROINF, que foi a principal ferramenta de indução à participação no desenvolvimento territorial.

governos municipais, as entidades privadas e os agentes financeiros envolvidos na operacionalização dos objetivos do programa. Originários de instâncias e jurisdições diversas, parte importante deste marco legal é direcionada aos processos que têm incidência restrita a procedimentos do programa, estabelecendo um tipo de institucionalização que orienta as práticas dos atores que buscam elaborar e submeter à avaliação projetos para os territórios. Outra parte das normas criadas é relativa às interfaces que são estabelecidas com o marco jurídico que normatiza as relações do Estado com entes federativos e entidades privadas, nos contextos de transferência e execução de recursos da União por meio de contratos de repasse e convênios. Como não possuem atribuições e competências legais para tanto, para os colegiados o processo de gestão dos projetos limita-se ao acompanhamento dos procedimentos executados pelos governos municipais e por entidades privadas (no que se refere a recursos de custeio). Logo, na legislação brasileira, os territórios não são considerados entes federativos, por isso não podem receber transferências de recursos públicos federais. Estes recursos são transferidos para municípios ou para organizações da sociedade civil, por meio de contratos, para execução de obras e/ou serviços, quando estas se habilitam e concorrem em editais públicos¹²⁹.

O arcabouço burocrático das políticas públicas de gestão de territórios não difere das implementadas para o desenvolvimento agrícola, sendo que as duas se cruzam e entrelaçam ao utilizarem a política agrícola como instrumento de gestão e desenvolvimento territorial.

A Lei do Polo agroecológico não apresenta novas fontes de custeio ou instrumentos para sua implantação, remetendo, no §2º do artigo 1º, à PEAPO. Já a PEAPO, definida na Lei Estadual 21.146/2014, traz como instrumentos de sua concretização o Plano Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica – PLEAPO; a ATER (Assistência Técnica e Extensão Rural) especializada em Agroecologia; a pesquisa e a inovação científica e tecnológica com foco na Agroecologia; a formação profissional e a educação do campo; as compras governamentais de gêneros alimentícios agroecológicos ou orgânicos, nos termos do § 3º do art. 6º da Lei nº 20.608/2013, e as medidas fiscais e tributárias que favoreçam a produção agroecológica, orgânica e em transição agroecológica. Ou seja, a Lei do Polo apresenta-se mais como uma carta de intenções dos princípios agroecológicos e, também, como um instrumento de priorização, nas políticas agrícolas estaduais, do território institucionalizado

¹²⁹ MEDEIROS, Leonilde Servolo de; DIAS, Marcelo Miná. (2011). Marco jurídico-normativo para o rural com enfoque territorial. In: MIRANDA, Carlos; TIBÚRCIO, Breno (Org.). **Políticas públicas, atores sociais e desenvolvimento territorial no Brasil**. Brasília: IICA. p.205-207.

denominado Zona da Mata, que compreende os Territórios de Desenvolvimento Mata e Caparaó.

Outro fator que nos chamou a atenção foi a junção, para fins específicos da Lei, dos Territórios de Desenvolvimento Mata e Caparaó, em uma política de desenvolvimento que, a princípio, denota a existência de outras territorialidades oficiais e a intenção de inovar por uma via alternativa. De fato, outras territorialidades oficiais podem ser evidenciadas nas políticas públicas, tanto no âmbito federal quanto no âmbito estadual. A aglutinação do Território da Serra do Brigadeiro, no âmbito federal do Plano Território de Desenvolvimento Rural Sustentável, diverge da territorialização, ou no caso regionalização federal para gestão do território, do IBGE.

O próprio Instituto reconhece que a Divisão Regional do Brasil por Mesorregiões e Microrregiões Geográficas, feita em 1989, atendia aos interesses de uma estrutura mercadológica em processo de consolidação, o que agora é denominado de agronegócio. É o que se destaca:

A Divisão Regional do Brasil de 1989, por Mesorregiões e Microrregiões Geográficas, captava também a realidade territorial de um Brasil Central não mais vocacionado ao domínio de uma pecuária bovina ultra extensiva, **mas articulada por um complexo agroindustrial em processo de consolidação e que viria a inserir o interior do País na produção mundial de commodities, transformando o campo e a produção agropecuária brasileira em um segmento de cadeia produtiva organizada em escala mundial**¹³⁰ (Grifo nosso).

O IBGE, contudo, afirma nesse mesmo documento que as mudanças ocorridas na dinâmica econômica do mundo, a inserção do Brasil nos circuitos mundiais e as novas polarizações globais, ocorridas, sobretudo, pelo expressivo aumento verificado na diferenciação interna do espaço territorial brasileiro, como resultado de modificações econômicas, demográficas, políticas e ambientais vivenciadas nas últimas décadas, vêm construindo um novo modelo de divisão regional para o país. Dessa forma, o recorte das Regiões Geográficas Imediatas e Intermediárias de 2017 incorpora as mudanças ocorridas no Brasil ao longo das últimas três décadas. Porém, ao contrário do conceito de território como paisagem, ou como expressão de uma identidade, a região torna-se, por meio dessa opção, uma construção do conhecimento geográfico, delineada pela dinâmica dos processos de

¹³⁰ IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Divisão Regional do Brasil em Regiões Geográficas Imediatas e Regiões Geográficas Intermediárias 2017**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. p.18-20.

transformação ocorridos recentemente e operacionalizada a partir de elementos concretos (rede urbana, classificação hierárquica dos centros urbanos, detecção dos fluxos de gestão, entre outros), capazes de distinguir espaços regionais em escalas adequadas. Ou seja, o modelo de desenvolvimento ainda é centrado nas cidades e na influência que estas geram no território por motivos diversos.

Ainda de acordo como IBGE, para cada Região Geográfica Imediata existe um polo articulador de seu território. O polo, que pode ser um município isolado ou um arranjo populacional, dá nome a essa região. As Regiões Geográficas Intermediárias, que têm como base as Regiões Intermediárias de Articulação Urbana, são delimitadas a partir das Regiões Geográficas Imediatas – suas unidades fundamentais e indivisíveis. Os dados de fluxos municipais de gestão pública e gestão empresarial, de deslocamento para trabalho e estudo e das regiões de influência das cidades foram agregados por Região Geográfica Imediata, a fim de proporcionar uma análise melhor da composição das Regiões Geográficas Intermediárias. Desse modo, atendendo ao princípio federativo, cada Unidade da Federação deve conter, no mínimo, duas Regiões Geográficas Intermediárias, sendo que cada uma dessas regiões apresenta, pelo menos, uma cidade de nível hierárquico classificado como Capital Regional, possuindo área de influência de âmbito regional e sendo referida como destino para um conjunto de atividades por grande número de municípios¹³¹.

Anda que a divisão regional feita pelo IBGE constitua uma tarefa de caráter científico e, desse modo, sujeita às mudanças ocorridas no campo teórico-metodológico da Geografia, as quais afetam o próprio conceito de região, com o objetivo oficial de identificar, mesmo que de maneira sintética, a diversidade natural, cultural, econômica, social e política coexistente no Território Nacional¹³², os seus conceitos e metodologias orientam as demais políticas públicas, incluindo a organização dos serviços públicos.

Quadro 2 - Territórios e Regiões oficiais de Araponga e Fervedouro

Políticas Públicas	Descrição	Araponga	Fervedouro
Território de Desenvolvimento Rural	MDA	Serra do Brigadeiro	Serra do Brigadeiro
IBGE	Mesorregião	Zona da Mata	Zona da Mata

¹³¹ IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Divisão Regional do Brasil em Regiões Geográficas Imediatas e Regiões Geográficas Intermediárias 2017**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. p.18-20.

¹³² Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/divisao-regional/15778-divisoes-regionais-do-brasil.html?=&t=o-que-e>. Acesso em: 15 mai. 2021.

	Microrregião	Viçosa	Muriaé
Território de Desenvolvimento	SEPLAG-MG	Caparaó	Mata
Educação	Superint. Regional	Ponte Nova	Carangola
Saúde	Região	Viçosa	Carangola
	Região Ampliada	Leste do Sul	Sudeste
	Unidade Regional	Ponte Nova	Manhumirim
Judicário (L.C. Estadual 85/2005)	Comarca	Ervália	Carangola
Associação de Municípios	Entidade	AMMAN	AMOC
EMATER	Unidade Regional	Viçosa	Muriaé

Fonte: Elaborado pelo autor.

A existência de outras territorialidades é um elemento real e formador da identidade de cada município, como expressão da sua individualidade e de seus processos culturais, sendo, inclusive, um fator de aumento da diversidade. Porém, a ausência de uma maior integração dessas políticas pode gerar a ineficácia das políticas setoriais, mormente se direcionadas a um desenvolvimento sustentável.

Dentro da perspectiva das multiterritorialidades, a valorização local não é suficiente para evitar a homogeneização do território. É necessária a implementação de mecanismos que evitem a dominância do aspecto cultural simbólico pelo político-econômico. É necessário construir um ambiente que incorpore cosmovisões particulares, linguagens, formas de relação, valores e princípios, sentido de participação e identidade, sendo esse um processo necessariamente participativo e horizontal, sem a imposição hierárquica ou de políticas comuns.

Para esses casos, a Agroecologia, em sua concepção social, e nos termos em que se mostra na Lei do Polo Agroecológico, é uma perspectiva que não só estimula a participação e o protagonismo social, mas que também prevê uma série de princípios e diretrizes como requisitos mínimos que devem ser atendidos para a pretendida participação social na gestão. Mais do que a simples criação de política pública ou o estabelecimento de princípios de gestão participativa, é necessário que se adotem efetivas mudanças em diferentes contextos para que os beneficiários da norma não apenas possam decidir o seu futuro e o do território, mas para que também saibam quais são as possibilidades ou mesmo para que criem novas possibilidades de desenvolvimento local.

Nesse sentido, optamos por iniciar uma descrição da paisagem dos municípios de Araponga e Fervedouro sob a ótica história e geográfica para identificarmos algumas dinâmicas socioculturais compreendidas no período de 1990 a 2018 – este último porque é o

ano de instituição do Polo Agroecológico – que formaram a paisagem cultural atual. Essa abordagem inicial será necessária para a análise da participação social e do protagonismo dos locais na formação da paisagem atual, conforme os princípios agroecológicos estabelecidos na lei de criação do Polo.

3 A PAISAGEM CULTURAL DE ARAPONGA E FERVEDOURO

3.1 Caracterização histórica e geográfica dos municípios

Araponga e Fervedouro encontram-se no Território da Serra do Brigadeiro, na Zona da Mata mineira, sendo cidades limítrofes. Fervedouro possui divisas com Araponga, Pedra Bonita, Divino, Carangola, São Francisco do Glória e Miradouro. Já Araponga possui divisas com Canaã, Ervália, Miradouro, Fervedouro, Pedra Bonita, Sericita e Jequeri.

Ambas pertencem à mesorregião da Zona da Mata, sendo essa divisão fixada para cada unidade da Federação com base nos seguintes critérios, segundo o IBGE: o processo social como determinante, o quadro natural como condicionante e as redes de comunicação e de lugares como elemento da articulação espacial¹³³.

Quadro 3 - Dados Básicos de Araponga e Fervedouro

Referência	Fervedouro	Araponga	Ano
Área Km ²	357,683	303,793	2020
Bioma	Mata Atlântica	Mata Atlântica	2019
Mesorregião	Zona da Mata	Zona da Mata	2020
Microrregião	Muriaé	Viçosa	2020
Densidade Demográfica hab/km ³	28,93	26,83	2010
População Censo 2010	10.349	8.152	2010
Taxa de Escolarização	96,10%	95%	2010
Estabelecimentos de ensino fundamental (n°)	7	8	2018
Estabelecimentos de ensino infantil (n°)	7	6	2018
Estabelecimentos de ensino médio (n°)	4	3	2018
PIB Per capita (R\$)	10.107,06	9.592,67	2018
IDHM (índice de Desenvolvimento Humano Municipal)	0,580	0,536	2010

Fonte: Elaborado pelo autor a partir do IBGE.

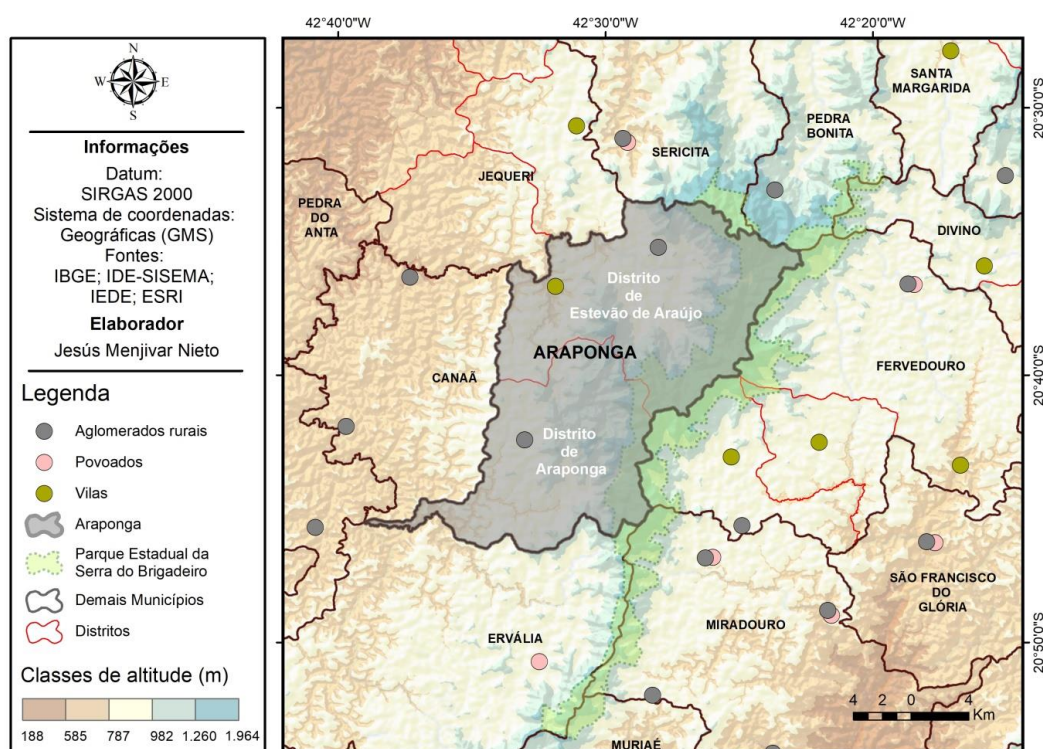
Araponga está situada a 1 244 metros de altitude¹³⁴, e possui uma população estimada de 8.152 (oito mil, cento e cinquenta e dois) habitantes, conforme o último censo realizado em 2010, sendo que deste quantitativo, 62,7% (sessenta e dois vírgula sete por cento) da popula-

¹³³ Disponível em: <https://www.mg.gov.br/conteudo/conheca-minas/geografia/localizacao-geografica>. Acesso em: 25 fev. 2021.

¹³⁴ Disponível em: <https://www.cidade-brasil.com.br>. Acesso em: 25 fev. 2021.

ção é residente na área rural e 37,3% (trinta e sete vírgula três por cento), na área urbana¹³⁵. Possui um distrito, Estevão Araújo, e as seguintes comunidades rurais: Fazenda Braga, Jacutinga, Tromba Danta, Taquaruçu, Paulas, Levindos, Mutuca, Pereiras, Boné, Rochedo, Brigadeiro, Córrego dos Laias, Caparaó – estas chamadas de Comunidades dos Estouros –, e Santa Rosa, Santa Cruz, São Gabriel, Santo Antônio, Pedra Redonda, São Joaquim, Praia Danta, Bucaina, Vargem Alegre, Paciência, Serra, Serrinha, Lanas, Salazar, São Caetano, Braúnas, Moita, São Domingos, Casa Nova e Ponte Funda¹³⁶.

Figura 4 - Município de Araponga – MG



Fonte: Elaborada pelo autor.

Fervedouro está situada a 685 metros de altitude¹³⁷, e possui uma população estimada de 10.349 (dez mil trezentos e quarenta e nove) habitantes, sendo que deste quantitativo, 53,97% (cinquenta e três vírgula noventa e sete por cento) da população é residente na área

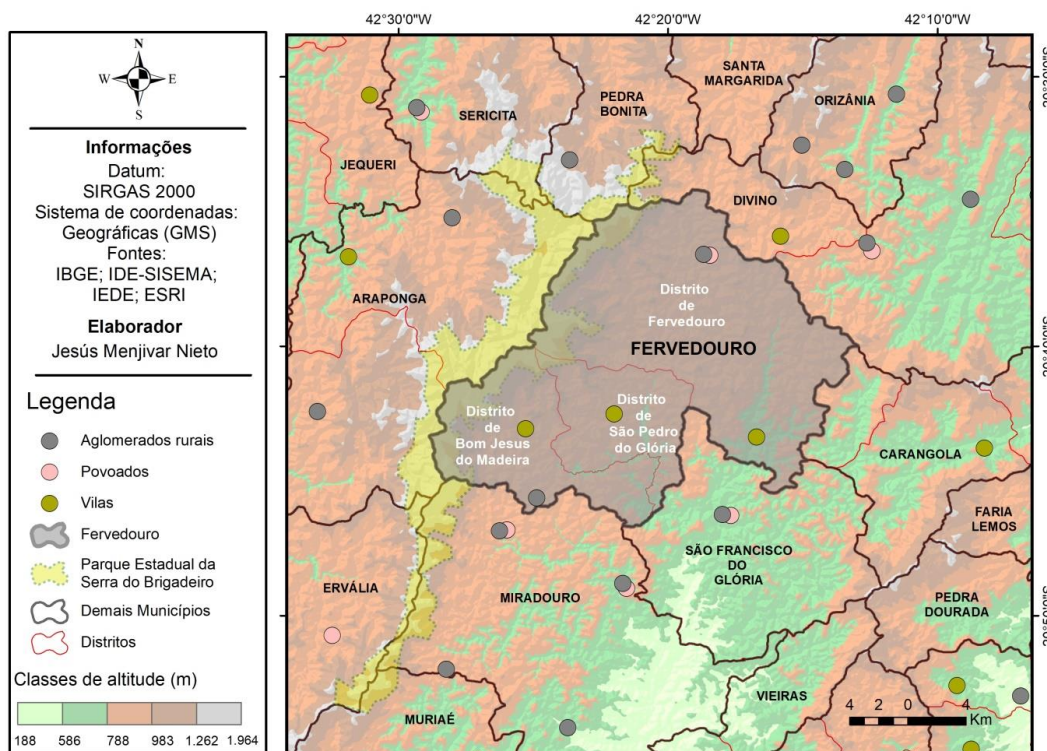
¹³⁵ IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/araponga/panorama>. Acesso em: 25 mar. 2020.

¹³⁶ ARAPONGA, 2014. Portal oficial de Turismo de Minas Gerais. Araponga. Disponível em: <http://www.minasgerais.com.br/destinos/araponga/>. Acesso em: 20 fev. 2021.

¹³⁷ Disponível em: <https://www.cidade-brasil.com.br>. Acesso em: 25 fev. 2021.

rural e 46,03% (quarenta e seis vírgula zero três por cento), na área urbana¹³⁸. Possui por Distritos a Sede, Bom Jesus do Madeira e São Pedro do Glória¹³⁹.

Figura 5 - Município de Fervedouro



Fonte: Elaborada pelo autor.

A história oficial do Município de Araponga¹⁴⁰ começa com a habitação inicial por membros de expedições oficiais destinadas à colonização do solo mineiro e por mineradores saídos de Mariana e Ouro Preto. Em 03 de agosto de 1871, o Governador da Província, Dom José Menezes, esteve no arraial distribuindo títulos de sesmarias e “datas mineiras”, fatos que apressaram o desbravamento das terras.

Supõe-se que o topônimo Araponga originou-se de Serra do Araponga, onde está localizado o município¹⁴¹.

¹³⁸ IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/fervedouro/panorama>. Acesso em: 25 mar. 2020.

¹³⁹ FERVEDOURO. Disponível em: <https://www.fervedouro.mg.gov.br/a-cidade/a-historia>. Acesso em: 15 dez. 2020.

¹⁴⁰ Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/minasgerais/araponga.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2020.

¹⁴¹ Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/minasgerais/araponga.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2020.

Figura 6 - Município de Araponga



Fonte: Acervo do autor.

Figura 7 - Município de Araponga



Fonte: Acervo do autor.

O Distrito de São Miguel das Almas de Arrepiados foi criado em 07 de novembro de 1826, e em 14 de setembro de 1891 passou a ser subordinado ao município de Viçosa. Em 10 de julho de 1886, o distrito de São Miguel das Almas de Arrepiados passou a denominar-se São Miguel de Araponga. Em 17 de dezembro de 1938, o distrito de São Miguel do Araponga teve sua denominação simplificada para Araponga, passando também a pertencer ao município de Erval, que posteriormente, em 1943, tornou-se a cidade de Ervália. Em 1962, o distrito foi elevado à categoria de município, desmembrando-se de Ervália, com a

denominação de Araponga e constituído de 2 distritos: Araponga e Estevão de Araújo, ambos desmembrados do município de Ervália¹⁴².

Vitarelli relata que, até o século XIX, a Serra do Brigadeiro permaneceu sem história devido a fatores de ordem natural e política que dificultavam a penetração dos colonizadores. Um dos fatores de ordem natural era a presença dos índios Arrepiados, nome pelo qual a Serra ficou conhecida, Serra dos Arrepiados. Os índios eram chamados dessa forma porque tinham cabelos em tufa arrepiada no alto da cabeça e infundiam grande pavor aos colonos no séc. XVIII. Hábeis pescadores, pertencentes à etnia Puri, de origem Tupi, por volta de 1500 iniciaram um trajetória à região serrana da Zona da Mata, oriundos do litoral do Espírito Santo e Rio de Janeiro, uma vez que expulsos pela chegada dos portugueses e da escravidão. A penetração dos colonizadores na Serra do Brigadeiro marcou o desaparecimento dos índios Arrepiados e Guarutos. O primeiro emissário do governo a inspecionar as divisas da Província de Minas Gerais, o brigadeiro Bacelar, acabou apagando a única referência à presença indígena na região. Extasiado com a beleza do lugar, rebatizou o Rio Guarutos e a Serra dos Arrepiados: o rio passou a se chamar Glória e a serra, Brigadeiro¹⁴³.

Já a história oficial do município de Fervedouro, descrita pelo IBGE¹⁴⁴, data de 22 de julho de 1890, quando ocorreu uma doação particular de uma área de dois alqueires de terras dentro de uma fazenda para a formação de um arraial que teria a denominação de São Carlos. Entretanto, a área citada não se situava no atual perímetro urbano. Para que o novo arraial ficasse perto das fontes de águas minerais, em 29 de agosto de 1891 o doador ratificou sua doação, estabelecendo que o referido arraial que se denominaria de São Carlos iria para o local denominado de Fervedouro. Pela tradição oral da atual cidade de São Francisco do Glória, os poços de águas minerais de Fervedouro foram encontrados em plena mata virgem por um grupo de tropeiros. Devido às bolhas que a fonte produzia, semelhante à água em ebulição, o local foi denominado de Fervedouro. Em 25 de julho de 1891, o proprietário da área dos poços e de grande parte da localidade de Bom Jardim, junto a outras pessoas, requereram da Intendência Municipal (hoje Prefeitura Municipal) o privilégio para uso e gozo, pelo prazo de 60 anos, de uma estrada de ferro que, partindo da cidade de Carangola,

¹⁴² Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/minasgerais/araponga.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2020.

¹⁴³ VITARELLI, Camila Costa. **A Concepção de Desenvolvimento Sustentável na atuação de ONG o Entorno do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro – MG**. 2005. Tese (Mestrado) - Extensão Rural, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2005.

¹⁴⁴ IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/fervedouro/historico>. Acesso em: 25 mar. 2020.

teria ponto final nas imediações da área dos poços de águas minerais. Apesar de ser conhecido como Fervedouro, o arraial recebeu o nome oficial de Santa Bárbara do Fervedouro.

Ainda segundo o relato oficial, sendo a área coberta por extensa mata, de difícil acesso, em 1872 ocorreu a primeira expedição composta de médicos e farmacêuticos para realizarem os primeiros exames químicos da composição da água dos poços. Em 1880 houve a publicação, por um historiador da cidade de Ouro Preto, Dr. Diogo de Vasconcelos, de um trabalho descrevendo as propriedades curativas encontradas nas águas de Fervedouro¹⁴⁵.

Em 02 de fevereiro de 1918 foi autorizada à Prefeitura Municipal de Carangola a construção de uma estrada de rodagem que ligaria Carangola até o local das fontes de águas minerais, denominado de Fervedouro, junto à povoação de Santa Bárbara. A estrada foi inaugurada em 27 de junho de 1937. A área dos poços de águas minerais passou a ser de propriedade da Prefeitura de Carangola em 19 de fevereiro de 1944, e em 19 de abril de 1963, a povoação de Fervedouro foi elevada à condição de Distrito.

Em 1939 teve início a construção do trecho Fervedouro-São João do Manhuaçu, da Rodovia Rio-Bahia, que traria grande impulso ao crescimento do povoado. A ligação do ramal Carangola-Fervedouro teve início em 1944, chegando a Fervedouro em 1949.

No período de 1961 a 1962, a pavimentação asfáltica da rodovia Rio-Bahia atingiu Fervedouro, então propiciando condições para que a margem direita do córrego começasse a ser ocupada por estabelecimentos destinados a atender o trânsito daquela estrada. Já em 1991 foi realizado um plebiscito, dando origem à Lei n.º 10.704 de 27/04/1992, e somente neste ano Fervedouro foi elevado à condição de Município, tendo por Distritos a Sede, Bom Jesus do Madeira e São Pedro do Glória¹⁴⁶.

¹⁴⁵ IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/fervedouro/historico>. Acesso em: 25 mar. 2020.

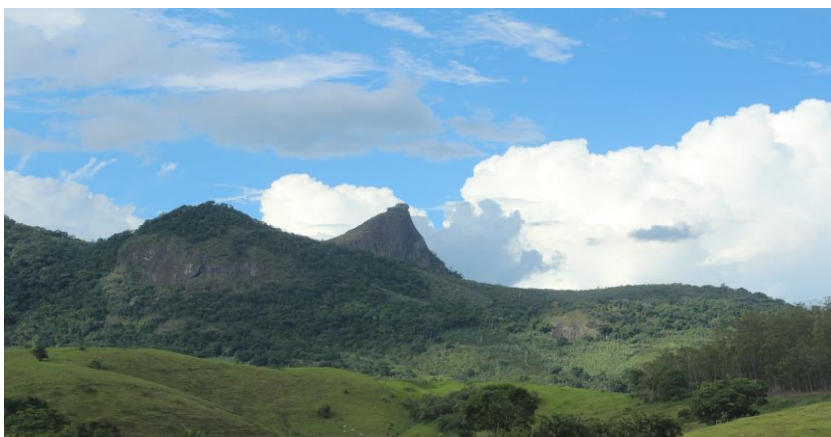
¹⁴⁶ Idem.

Figura 8 - Município de Fervedouro



Fonte: Acervo do autor.

Figura 9 - Município de Fervedouro - Entorno do PESB



Fonte: Acervo do autor.

As histórias oficiais não explicam os motivos e as condições de povoamento que contextualizaram e embasaram a elevação dos povoados à categoria de municípios, assim como não fornecem dados suficientes para entender a paisagem destes municípios, dada a disparidade de condições individuais, desde as suas características geográficas às políticas, sociais, produtivas e outras.

Para entender a paisagem é necessário analisar diversos elementos, inclusive os que não constam nas histórias oficiais, e fazer a distinção entre a região específica destes municípios e seu processo de ocupação e desenvolvimento dentro da Zona da Mata de Minas Gerais, uma região que também possui um processo individualizado dentro do processo de colonização do território de Minas Gerais.

A paisagem cultural, como interação e movimento de elementos diversos, deve ser entendida como uma consequência e como uma causa para a ressignificação dos processos identitários da área. Sob essa ótica, não é possível negar que o processo de colonização tenha ocorrido através da integração ou do apagamento de diferentes culturas pela cultura colonizadora eurocêntrica, tendo esta sido a origem mesma de outros processos posteriores que deram ao território da peculiar Zona da Mata uma característica ainda mais peculiar no seu desenvolvimento.

A Zona da Mata de Minas Gerais, onde se inserem as cidades ora evidenciadas, possui, por si só, uma identidade própria, dada a diversidade de paisagens naturais e culturais nela existentes. Carrara¹⁴⁷ afirma que a Zona da Mata possui uma identidade própria que ultrapassa os limites administrativos. A pressão pela ocupação de terras a leste do Espinhaço se tornou mais séria a partir de 1762, com o esgotamento das lavras, quando os quintos não mais atingiram as 100 arrobas anuais. Isto explica porque a colonização da porção central da Mata se inicia oficialmente a partir dos fins de 1767, quando da instalação da freguesia do Mártir São Manuel dos Sertões da Pomba e Peixe, no atual Município de Rio Pomba.

A estrutura fundiária dessa região não se apresenta homogênea. Sobre isso, Carrara verificou que havia uma divisão da estrutura fundiária associada aos índices de densidade demográfica e da estrutura da propriedade escrava¹⁴⁸. Nessa visão, com base na terra (que é o principal recurso das sociedades em que a agricultura e a pecuária assumem o papel de atividade econômica mais importante) revela uma distinção entre as regiões da Zona da Mata de Minas Gerais que não é recente. Todavia, essas importantes diferenças não foram percebidas pela historiografia até muito recentemente, tendo a historiografia tradicional tratado estes sertões¹⁴⁹ como uma área homogênea¹⁵⁰.

¹⁴⁷ CARRARA, Ângelo Alves. Sertões do Leste. In: IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Atlas das Representações Literárias de Regiões Brasileiras. **Sertões Brasileiros I**, v. 2. IBGE: Rio de Janeiro, 2009. p. 21 a 22.

¹⁴⁸ Idem.

¹⁴⁹ A atual Zona da Mata Mineira era denominada de Sertões do Leste. Uma definição do termo sertão encontra-se em Luís da Câmara Cascudo que, em seu “*Dicionário do folclore brasileiro*”, definiu sertão como sinônimo de interior e afirmou que “as tentativas para caracteriza-lo têm sido mais convencionais que reais”. Com uma definição mais precisa, Ângelo Carrara definiu o termo **sertão** como **região pouco povoada**, passando, portanto, a questão demográfica a determinar o uso da terminologia originalmente utilizada pelos paulistas como área perigosa e povoada exclusivamente por índios. LAMAS, Fernando Gaudereto. Povoamento e Colonização da Zona da Mata Mineira no século XVIII. **Histórica – Revista Eletrônica do Arquivo do Estado**, n. 8, março de 2006.

¹⁵⁰ CARRARA, Ângelo Alves. **Estruturas Agrárias e Capitalismo**; contribuição para o estudo da ocupação do solo e da transformação do trabalho na zona da Mata mineira (séculos XVIII e XIX). Mariana: EdUFOP, 1999.

Sob o aspecto demográfico, Carrara informa que desde o início do século XIX, os diferentes processos de ocupação territorial e os movimentos de população a eles característicos determinaram a variada participação da população escrava no conjunto da população total de cada um dos municípios da região (e, por conseguinte, dos padrões distintos de propriedade fundiária e de suas produções agrárias), assim como a natureza distinta de cada um dos processos de produção estabelecidos influenciou em cada uma das sub-regiões da Mata¹⁵¹.

O autor supramencionado explica que, ao tratar “ocupação territorial” tão somente como a fase inicial de implantação dos diferentes modos de produção, seu estudo avança sobre documentos oficiais que destacam, em algumas partes, um avanço titubeante em face da ameaça pelos índios sobre as áreas não habitadas e com conflitos inevitáveis.

O autor ainda informa que a porção central da Mata era constituída pelos municípios que vão da margem esquerda do rio Pomba até o alto do vale do rio Doce, e daí para leste até o limite com o Espírito Santo, abrangendo os municípios de Ervália, Guiricema, Visconde do Rio Branco, Senador Firmino, Ubá, a parte setentrional de Rio Pomba, Mercês, Rio Espera, Viçosa e Teixeiras. Esses municípios tinham mais de 40% da superfície aproveitável ocupada por lavouras, com média de 34 habitantes por km², a mais alta de toda a região, e na sub-região a área média de propriedade era geralmente inferior a 35 hectares. Compreendida basicamente pelo Vale do Rio Pomba, essa região seguiu esse movimento dos processos de ocupação territorial e dos movimentos de população, com a diferença de ser o núcleo de maior concentração da população indígena.

Em meados da década de 1750, houve um pequeno movimento migratório para o descoberto de Arrepiados (atual município de Araponga), na serra do Brigadeiro, mas logo interrompido em razão da exiguidade da extração. Em 1767, o governador da Capitania decidiu fundar naquelas paragens um grande aldeamento central que recolhesse os índios Coropós, Coroados e Puris, habitantes dessa área, e, no ano seguinte, foi instalada a Freguesia do Mártir São Manuel dos índios Croatos e Cropós dos Sertões dos Rios da Pomba e Peixe. A incorporação dos índios à população imigrante arruinou o projeto de 1768 do governo da Capitania para o estabelecimento de um aldeamento central do Pomba. Com isso, se consolidou, ao invés de um processo de extermínio, uma convivência forçada entre índios e “brasileiros” por intermédio da manutenção, pelo governo provincial, de três aldeamentos

¹⁵¹ CARRARA, Ângelo Alves. **Estruturas Agrárias e Capitalismo**; contribuição para o estudo da ocupação do solo e da transformação do trabalho na zona da Mata mineira (séculos XVIII e XIX). Mariana: EdUFOP, 1999.

indígenas. Promoveu-se a sedentarização dos índios, que receberam terras, e delas dispuseram, mantendo-se “ex-índios” com um padrão familiar de produção agrária e alguns índios semi-nômades, que se tornariam agregados em fazendas, sobretudo as de café. A esses índios aculturados nesse processo se deve a difusão do modo de produção familiar, na qual vive a grande maioria da população dessa sub-região¹⁵².

Valverde, por sua vez, explica que, por questões naturais e por políticas, a Zona da Mata permaneceu como terra sem história até o limiar do século XIX. Dentre as causas naturais está a densa cobertura florestal da região e os índios – Cataguás, Puris e outros –, que se juntaram aos primitivos ocupantes da Zona da Mata em virtude de terem sido rechaçados pelos povoadores brancos da faixa litorânea. Entre os elementos políticos, estava o interesse do governo de manter as condições desfavoráveis dessa região para evitar o contrabando do ouro¹⁵³. Em 1805, com o esgotamento das aluviões auríferas, essas medidas foram anuladas. Somente a partir de 1830 é que foi possível verificar elementos de uma marcha pioneira na Zona da Mata¹⁵⁴.

Na análise deste autor, duas frentes pioneiras abriram a Zona da Mata, sendo que o fluxo povoador vindo do sul encontrou em Ubá e áreas vizinhas povoamento mais antigo, proveniente do oeste. Esta onda povoadora, entretanto, não progrediu para leste, por falta de mercados. Diante disso, dedicaram-se à criação de gado e cultivaram cana, café, mas, sobretudo, roças de subsistência. Cumpre evidenciar, nesse cenário, que embora possuindo vastos latifúndios, estes lavradores permaneceram pobres¹⁵⁵. Valverde descreve diferentes áreas na Zona da Mata, entre elas a Zona dos sitiantes, onde há mais de uma área de pequenos proprietários produzido laticínios na Zona da Mata. A mais importante, segundo ele, estende-se de Carangola para oeste, até Fervedouro, na rodovia Rio-Bahia. Esta área é percorrida por uma estrada que acompanha o vale de um ribeirão, cercado por meias-laranjas, enquanto que, pelo lado norte, por escarpas gnáissicas, assim formando vales suspensos, o que leva-o a ser classificado como um típico vale de ângulo de falha. Desse modo, Valverde conclui que o

¹⁵² CARRARA, Ângelo Alves. **Estruturas Agrárias e Capitalismo**; contribuição para o estudo da ocupação do solo e da transformação do trabalho na zona da Mata mineira (séculos XVIII e XIX). Mariana: EdUFOP, 1999. p.13-16.

¹⁵³ A única exceção, segundo o próprio autor, foi a abertura do chamado “Caminho Novo” ligando Minas Gerais diretamente ao Rio de Janeiro, para evitar que fosse levado de São Paulo para o Rio de Janeiro pelo mar, e assim sofresse saques de piratas.

¹⁵⁴ VALVERDE, Orlando. Estudo Regional da Zona da Mata de Minas Gerais. **Revista Brasileira de Geografia**. Ano XX, n. 01, p. 25-28, jan./mar. 1958. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1958_v20_n1.pdf. Acesso em: 15 jul. 2021.

¹⁵⁵ *Idem*.

principal aproveitamento das terras é realizado pela criação de raças de gado leiteiro, e que as propriedades são pequenas em habitat disperso. Nesse âmbito, é preciso lembrar que a diversificação de culturas nas propriedades pequenas é comum, pois o sitiante procura diminuir as despesas tornando-se autossuficiente em produtos agrícolas, como também pode compensar uma eventual má colheita de um produto com a colheita boa de outro¹⁵⁶.

Ainda que com explicações diversas, verifica-se que a estrutura fundiária de modo prevalente de produção familiar, ainda que com alterações posteriores, sempre foi uma característica da paisagem das cidades de Araponga e Fervedouro, conforme se verifica nos dados do último censo realizado pelo IBGE.

Embasado em relatos do início dos anos 1800, Carrara afirma que o movimento característico dessas unidades de produção familiares foi o da ocupação das áreas de fronteira e a consequente constituição de núcleos populacionais à volta de alguma capela onde se consagrassem os laços principais desse modo de produção – os laços de parentesco, através do casamento e do batismo¹⁵⁷.

Quanto à parte sul da Mata, segundo o mesmo autor, seu processo de ocupação só se iniciou efetivamente a partir de 1817, quando proprietários de lavras na região das minas migraram para o vale do Paraíba do Sul, para aí estabelecer a cafeicultura de base escravista. Essa corrida às terras livres do sul da Mata só foi possível porque os índios desta área foram atraídos para os aldeamentos onde fixaram-se, ou foram expulsos, ou ainda passaram a vagar pelas fazendas da zona fronteiriça entre a Mata central e sul, na condição de agregados.

Dessa forma, a zona da Mata Central, onde se localizam as cidades de Araponga e Fervedouro, compreendia, no início do século XIX, duas áreas bem distintas: uma primeira constituída pelos aldeamentos indígenas de Presídio e do Guido-Wald, e de Manuelburgo, e uma segunda, onde a presença indígena era relativamente menor, gerando um movimento diferenciado na concessão de sesmarias e, conseqüentemente, populacional. Isto era

¹⁵⁶ VALVERDE, Orlando. Estudo Regional da Zona da Mata de Minas Gerais. **Revista Brasileira de Geografia**. Ano XX, n. 01, p. 25-28, jan./mar. 1958. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1958_v20_n1.pdf. Acesso em: 15 jul. 2021. p. 42.

¹⁵⁷ CARRARA, Ângelo Alves. **Estruturas Agrárias e Capitalismo**; contribuição para o estudo da ocupação do solo e da transformação do trabalho na zona da Mata mineira (séculos XVIII e XIX). Mariana: EdUFOP, 1999. p. 19.

perceptível pelo movimento mais intenso de ocupação das terras “serra abaixo”, desde a região de altitudes maiores para a região mais baixa e de relevo mamelonar¹⁵⁸.

Ele esclarece que, à época do recenseamento realizado em 1872, as diferenças intra-regionais quanto à porcentagem de população escrava já se haviam consolidado em sua quase totalidade, permitindo estabelecer uma cartografia da difusão dos modos de produção. Quanto mais distante da área da monocultura cafeeira, menor era a participação dos escravos nas lavouras.

Assim, as estruturas fundiárias e as paisagens rurais, além da participação dos escravos no conjunto da população, eram determinadas pela relação entre o número de proprietários e a área total dos municípios¹⁵⁹, e no caso dos municípios analisados, pela forte participação de indígenas e de seus descendentes.

A cafeicultura introduzida na região da Zona da Mata em meados do século XIX, dada a indisponibilidade de um contingente de trabalhadores assalariados facilmente controlável ou de escravos, foi organizada a partir de formas de relação de trabalho que davam acesso parcial ao uso da terra pelos trabalhadores, como o colonato e a meação¹⁶⁰.

Na região de Araponga, a partir da década de 70, o café voltou a ser o principal produto para a comercialização¹⁶¹. Nas décadas de 1960 e 1970, no município de Araponga e em toda a região, se extraiu carvão vegetal para abastecimento da indústria siderúrgica crescente, em um período de grande prosperidade local e circulação de dinheiro, mercadorias, aventureiros e policiamento ostensivo¹⁶².

Com o avanço do movimento ambiental global – marcado pela realização da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente em 1972 –, e da presença de outros atores na região, surge um forte movimento ambiental local que, em 1970, propõe a criação de uma Unidade de Conservação (UC) na Serra do Brigadeiro, principalmente devido à

¹⁵⁸ CARRARA, Ângelo Alves. **Estruturas Agrárias e Capitalismo**; contribuição para o estudo da ocupação do solo e da transformação do trabalho na zona da Mata mineira (séculos XVIII e XIX). Mariana: EdUFOP, 1999. p. 30.

¹⁵⁹ *Ibidem*, p.24.

¹⁶⁰ CAMPOS, Ana Paula Teixeira de. “Conquista de Terras em Conjunto”: Redes Sociais e Confiança – A Experiência dos Agricultores e Agricultoras Familiares de Araponga- MG. 2006. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós Graduação em Extensão Rural, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, Minas Gerais, 2006. p.2.

¹⁶¹ *Idem*.

¹⁶² BARBOSA, Willer Araújo. Cultura Puri e educação popular no município de Araponga, Minas Gerais: duzentos anos de solidão em defesa da vida do meio ambiente. 2005. 234 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005. Disponível em: <http://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/102780>. Acesso em: 02 jun. 2021. p. 94.

observação do acelerado processo de desmatamento e ameaça a espécies animais e vegetais¹⁶³.

Em meados dos anos 1970, o desmatamento da região foi proibido, ainda que a Companhia Agroflorestral, subsidiária de carvoejamento da Siderúrgica Belgo-Mineira, já tivesse eliminado praticamente toda a mata nativa na região, restando basicamente as fazendas de produção cafeeira e leiteira¹⁶⁴.

Figura 10 - Troncos de árvores retiradas na Serra do Brigadeiro na década de 1960



Fonte: www.asminasgerais.com.br

¹⁶³ BONFIM, Verônica Rocha. **Conflitos, participação e lições aprendidas no Processo de criação do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro (PESB), MG.** 2006. Tese (Doutorado) – Programa de Pós Graduação em Ciência Florestal, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2006. Disponível em: <https://locus.ufv.br/handle/123456789/589>. Acesso em: 03 jan. 2021.

¹⁶⁴ BARBOSA, Willer Araújo. **Cultura Puri e educação popular no município de Araponga, Minas Gerais: duzentos anos de solidão em defesa da vida do meio ambiente.** 2005. 234 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005. Disponível em: <http://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/102780>. Acesso em: 02 jun. 2021. p. 94.

Figura 11 - Serraria na Serra do Brigadeiro



Fonte: www.asminasgerais.com.br

Figura 12 - Troncos na Estação Ferroviária, Serra do Brigadeiro



Fonte: www.asminasgerais.com.br

A devastação provocada pela ação antrópica motivou uma proposta de criação do parque, associada a ações de preservação e conservação natural desenvolvidas por um grupo de pesquisadores da Universidade Federal de Viçosa (UFV), e vinculados à ONG Centro Mineiro para Conservação da Natureza (CMCN). Em 1975, as duas instituições iniciaram as pesquisas para coleta de dados sobre a fauna, a flora e as questões fundiárias da área onde

seria criado o parque, cuja proposta inicial abrangia os municípios de Araponga, Fervedouro, Sericita, Pedra Bonita, Divino, Ervália, Miradouro e Muriaé¹⁶⁵.

A participação e o protagonismo social ocorridos nos municípios, um dos princípios da Lei do Polo Agroecológico, foram elementos essenciais para a estruturação política do Território de Desenvolvimento da Serra do Brigadeiro, a que pertencem ambos os municípios atualmente, e da Unidade de Conservação (UC) que abrange as duas cidades pesquisadas.

3.2 Participação e protagonismo social em Araponga e Fervedouro

Verifica-se na região da Serra do Brigadeiro um processo de participação popular e protagonismo social muito grande, que se difere de outras regiões lindeiras. Historicamente, como já registrado, os municípios pesquisados já possuíam uma estrutura agrária diferenciada em virtude do processo de colonização e de seus desdobramentos anteriores, sobretudo, com a fixação da população originária nas terras, notadamente em Araponga.

Posteriormente, outros eventos – dos quais destacaremos dois abrangidos pelo recorte temporal adotado na pesquisa – tiveram influência na estrutura agrária da região, sobretudo a fundiária. Esses eventos não só tiveram a participação ativa das camadas populares (com destaque para agricultores), mas também evidenciaram o protagonismo social, definindo uma paisagem diferenciada nesse aspecto social.

Antes de destacar os eventos, adotaremos um conceito de protagonismo social que se diferencia da simples participação social. A Lei do Polo Agroecológico utiliza os dois termos, mas eles podem então ser considerados idênticos. Ao dizer simples participação social, não queremos dizer que é fácil, já que as vitórias para a inclusão de mecanismos de participação social na constituição não foram fáceis, e muito menos é fácil a implementação desses mecanismos na nossa democracia. Vivemos atualmente em um país cuja participação social e o acesso aos instrumentos para seu exercício – recentemente conquistados pela nossa democracia – vêm sendo dificultados e desvalorizados diariamente pelo governo.

O protagonismo, entretanto, é um exercício mais valioso, e se difere da participação pela existência da autonomia da vontade e da consciência da própria realidade. Ao analisar o

¹⁶⁵ BONFIM, Verônica Rocha. **Conflitos, participação e lições aprendidas no Processo de criação do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro (PESB), MG.** 2006. Tese (Doutorado) – Programa de Pós Graduação em Ciência Florestal, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2006. Disponível em: <https://locus.ufv.br/handle/123456789/589>. Acesso em: 03 jan. 2021.

protagonismo, Carneiro¹⁶⁶ aproxima as práticas pedagógicas desenvolvidas por Paulo Freire, a partir da pedagogia, com as ideias desenvolvidas por Raffestin, notadamente as relacionadas ao poder e à autonomia. Relacionando os dois autores, Carneiro explica que o oprimido, dentro de uma relação de poder com o opressor, está impedido de dizer a sua própria palavra – que seria o equivalente à construção de sua própria representação/imagem na colocação. Ao ser impedido de dizer-se, o oprimido tem o elemento fundamental de sua humanidade negada, qual seja, a sua autonomia. Ao terem sua autonomia/humanidade negada, os oprimidos são vítimas de uma pedagogia da opressão que possui como fundamento a dominação da consciência do povo, contribuindo para a formação de um sujeito que assimila o opressor, sem consciência de si e de sua classe. As pessoas se tornam dóceis, fatalistas, sentem-se inferiores, violentadas em seu direito de ser, vítimas de uma cultura que tira o direito da palavra e impõe o silêncio. Carneiro salienta, ainda, que para Paulo Freire a educação libertadora deve ser capaz de fazer do oprimido o sujeito de sua história, e acrescenta que “o sujeito autônomo é aquele capaz de construir suas próprias História e Geografia”¹⁶⁷.

Com a autonomia, o oprimido, ao dizer sua palavra, insere-se em um processo da ação-reflexão-práxis que é transformador. Essa transformação se desenrola no âmbito da política, no jogo do poder. Dessa forma, é na política, entendida como um campo de disputa, que as múltiplas trajetórias enfrentam seus respectivos poderes e se desdobram em projetos. Negada a palavra ao oprimido, é denegada também a possibilidade de dizer sua palavra-representação, prevalecendo somente a trajetória e o projeto do opressor. No processo educativo dialógico da Pedagogia do oprimido – que visa à construção da autonomia –, o oprimido diz sua palavra que se traduz em um projeto transformador, a qual, através da política, tem a possibilidade de sua efetivação histórico-espacial. Como projeto fundado na dialética, a educação para a autonomia não nega o passado, mas sim o vê criticamente, entendendo a História e a Geografia como possibilidade e não como determinação¹⁶⁸.

Assim, para comunidades oprimidas no espaço agrário, o protagonismo seria a conquista da autonomia. Os oprimidos de diversos matizes elaboram e constroem seus projetos articulados a uma proposta estrutural de transformação, à construção de suas próprias

¹⁶⁶ CARNEIRO, Leonardo de Oliveira; MONERAT, Júlio César Pereira. Por uma Geografia do Oprimido: sobre pesquisa e a extensão agroecológica em uma comunidade quilombola. **Anais do XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária**. Uberlândia, 2012. Disponível em: <https://www.ufjf.br/nugea/files/2010/09/Por-uma-geografia-do-oprimido.pdf>. Acesso em: 08 mai. 2021.

¹⁶⁷ *Idem*.

¹⁶⁸ CARNEIRO, *op. cit.*

estórias e de suas próprias territorialidades. Para isso, é preciso submeter o discurso da Revolução Verde e seus pacotes tecnológicos a uma abordagem crítica, buscando desvelar a sua vinculação à trajetória ou passado presentificado do opressor latifundiário-exportador e ao projeto agora modernizado do latifúndio-agronegócio, também opressor¹⁶⁹.

No âmbito dos municípios, Araponga teve uma experiência única, a chamada “Conquista de Terras em Conjunto” – assim denominada pelos seus participantes –, que é descrita como uma inovadora experiência de compra coletiva de terras no Brasil, por iniciativa dos próprios agricultores, realizada entre pequenos proprietários e trabalhadores rurais, com suporte de agentes externos e esquema de crédito rotativo. Teve início informalmente em 1977, e formalmente em 1998, com a Criação do Fundo de Crédito Rotativo¹⁷⁰, podendo ser considerada a primeira experiência de protagonismo e participação social da região.

Além de alterar mais um pouco a paisagem em relação às estruturas agrárias do Município de Araponga, a “Conquista de Terras em Conjunto” teve um impacto significativo na organização social da comunidade rural e de outros atores. Esse impacto foi ainda mais evidenciado em outro processo quase simultâneo, porém, em âmbito regional, que foi a criação do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro (PESB). A partir dessa segunda experiência, podemos dizer que foi iniciado um processo de aproximação formal dos municípios analisados.

A criação do Território de Desenvolvimento da Serra do Brigadeiro, num momento mais recente, também foi um reflexo desse protagonismo social e do desenvolvimento dessa organização social. Segundo Bomfim, a articulação entre sociedade civil e poder público que levou à criação do PESB é uma das chaves que orientou a criação posterior do Território Rural da Serra do Brigadeiro pelo MDA¹⁷¹.

A Conquista de Terras em Conjunto originou-se de irmãos, declaradamente descendentes dos índios Puris da região, que realizaram uma compra de terra em conjunto na

¹⁶⁹ CARNEIRO, Leonardo de Oliveira; MONERAT, Júlio César Pereira. Por uma Geografia do Oprimido: sobre pesquisa e a extensão agroecológica em uma comunidade quilombola. **Anais do XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária**. Uberlândia, 2012. Disponível em: <https://www.ufjf.br/nugea/files/2010/09/Por-uma-geografia-do-oprimido.pdf>. Acesso em: 08 mai. 2021.

¹⁷⁰ CAMPOS, Ana Paula Teixeira de. “Conquista de Terras em Conjunto”: Redes Sociais e Confiança – A Experiência dos Agricultores e Agricultoras Familiares de Araponga- MG. 2006. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós Graduação em Extensão Rural, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, Minas Gerais, 2006.

¹⁷¹ BONFIM, Verônica Rocha. **Conflitos, participação e lições aprendidas no Processo de criação do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro (PESB), MG**. 2006. Tese (Doutorado) – Programa de Pós Graduação em Ciência Florestal, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2006. Disponível em: <https://locus.ufv.br/handle/123456789/589>. Acesso em: 03 jan. 2021.

família entre 1977 e 1978. Filhos de um pequeno proprietário, que também trabalhava como meeiro, e cujas terras eram insuficientes para a manutenção da família, os irmãos se juntaram para viabilizar a aquisição de terras, já que os proprietários da região não vendiam parcelas de terras muito pequenas nem davam créditos aos meeiros¹⁷². Assim, organizaram um sistema que envolvia empréstimo bancário, venda de produtos e empréstimo de maquinário entre os familiares. Motivados por princípios religiosos e pelas teorias oriundas da atuação da igreja na região, através das CEB, os irmãos resolveram ajudar outros trabalhadores rurais e meeiros a comprarem um pedaço de terra, angariando recurso somente entre amigos e parentes, sem o envolvimento com bancos. Em 1989, realizaram outra compra coletiva, chamada de primeira por envolver amigos e não só familiares. Posteriormente, entre 1993, houve uma segunda compra, e em 1994 e 1995, houve a entrada de novos membros e o início de uma maior organização, com diretivas objetivas para orientar o grupo e escolher novos compradores em conjunto. No ano de 1998, foi criado um Fundo de Crédito Rotativo, apoiado em políticas públicas de desenvolvimento, que permitiu que a experiência se ampliasse e atingisse outros pequenos agricultores com poucos recursos e demais interessados, ampliando significativamente a quantidade de terras adquiridas. Até dezembro de 2005, a experiência tinha beneficiado um total de 110¹⁷³ famílias em Araponga.

Conforme se verifica nos dados do IBGE, a mudança na metodologia e nas categorias de dados de 2006 para 2017 impactou significativamente na estrutura fundiária de Araponga, de forma que não é possível vincular a experiência de compras coletivas ao aumento do número de proprietários em consórcio, condomínio ou sociedade de pessoas, ou ao aumento na extensão de terras nessas condições no referido período, pelos dados oficiais.

Quadro 4 - Estrutura Fundiária

Referência			Araponga 2006	Araponga 2017	Fervedour o 2006	Fervedour o 2017
Características dos	Área dos estabelecimentos agropecuários		17.752	14.776	25.258	24.263
	Condição do produtor	Arrendatário	178	-	622	-
		Ocupante	253	-	252	-
		Parceiro	840	1.113	781	817
		Proprietário	16.480	13.424	23.603	23.426

¹⁷² CAMPOS, Ana Paula Teixeira de. “Conquista de Terras em Conjunto”: Redes Sociais e Confiança – A Experiência dos Agricultores e Agricultoras Familiares de Araponga- MG. 2006. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós Graduação em Extensão Rural, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, Minas Gerais, 2006.

¹⁷³ Idem.

Número de Estabelecimentos (Quantitativo)	Condição Legal do produtor	Condomínio, Consórcio ou Sociedade de Pessoas	-	7.880	108	713
		Proprietário individual	16.503	6.896	22.031	22.635
		Sociedade (Anônima, Por cotas de responsabilidade limitada)	-	-	1.725	-
		Outra condição	1.182	-	1.394	915
	Estabelecimentos		1.412	1.438	1.248	1.258
	Condição do Produtor	Arrendatário	142	3	39	1
		Ocupante	57	-	32	-
		Parceiro	57	500	32	34
		Produtor sem área	1	-	4	-
		Proprietário	937	888	1.028	1.218
	Condição Legal do produtor	Condomínio, Consórcio ou Sociedade de Pessoas	2	755	14	62
		Proprietário individual	1.270	683	1.068	1.191
		Sociedade (Anônima, Por cotas de responsabilidade limitada)	1	-	3	-
		Outra condição	139	-	163	5

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006; Censo Agropecuário 2017 - Resultados definitivos.

No município de Fervedouro não se teve notícia de experiência semelhante à protagonizada pela comunidade local de Araponga, a qual poderia, de alguma forma, contribuir para a modificação da estrutura fundiária daquele município. Porém, verificou-se nos dados do Censo Agropecuário referentes a Fervedouro um aumento do quantitativo de estabelecimento com proprietários em consórcio, condomínio ou sociedade de pessoas, bem como um aumento também na extensão de terras nessas condições, sem que houvesse grande variação nos demais números, levando a crer que também houve um processo de aquisição conjunta de terras, ou mesmo uma simples correção na informação coletada.

É importante perceber que essa experiência deixou importantes reflexos não só na estrutura fundiária, mas também na social, tendo em vista que os envolvidos continuaram sua atuação em outros projetos políticos e sociais locais, como direção de sindicatos, cooperativas, associações e até mesmo na elaboração dos planos de desenvolvimento local do município de Araponga¹⁷⁴. Mais do que isso, a experiência deixou um registro nas pessoas de que a propriedade da terra é um fator importante, sobretudo para quem vive da terra, ou seja, os agricultores.

¹⁷⁴ CAMPOS, Ana Paula Teixeira de. “Conquista de Terras em Conjunto”: Redes Sociais e Confiança – A Experiência dos Agricultores e Agricultoras Familiares de Araponga- MG. 2006. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós Graduação em Extensão Rural, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, Minas Gerais, 2006.

(...) surge um sindicato pensando no acesso à terra, porque a questão de trabalhar a agroecologia, se não tiver terra não tem agroecologia. Porque o que a gente vê aqui, quem é empregado, ele não tem o direito de produzir agroecologicamente. Ele produz é monocultivo, ele pega e ele usa veneno mesmo, porque ele é mandado por alguém.(...) Então assim, para discutir agroecologia sem ter acesso à terra, que acho que é o que fez o diferencial de Araponga foi a distribuição de terra. Às "medida" que as conquista de terra em conjunto surgiu, a maioria das pessoas que tá no movimento, ele tem um outro olhar, uma outra visão porque ele foi preparado para comprar essa terra, para produzir nessa terra, para recuperar essa terra, então. E a Agroecologia ela faz diferença nessa propriedade pequena, porque a diversidade das coisas pra gente é a garantida da sustentabilidade. É alimentação” (Entrevista I)

Então assim, isso intrigou e aí conseqüentemente, não é simplesmente a conquista de terra. É porque quando você tem a terra nas mãos, você planta várias plantas, várias variedades né de planta, você cultiva, né, vamos dizer assim, agroecologia em si, e você pensa na produção para alimento, você não põe veneno. Então, assim, isso deu um impacto muito grande no município (Entrevista III).

Um outro evento que demonstra a paisagem de Araponga na perspectiva do protagonismo e da participação, e que também demonstra o de Fervedouro, enquanto portadores de ideais comuns, com impacto direto na identidade existente entre eles, foi a criação do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro, o PESB.

Embora a criação do PESB tenha se efetivado em 1996, o interesse pela área é ainda mais antigo, relativo aos anos 1960, quando técnicos da Escola Nacional de Florestas já realizam visitas à área, atraídos pela riqueza natural, fauna, flora, recursos hídricos e pedologia e, ao mesmo tempo, pela devastação das matas e destruição dos habitats de espécies animais, muitas delas ameaçadas de extinção¹⁷⁵.

Em 1988, o Estado de Minas Gerais aprovou a Lei que previa a criação do parque, com uma área total de 32.550 hectares, incluindo áreas que estivessem acima da cota de 1.000 metros de altitude, com base nas pesquisas do Instituto Estadual de Florestas de Minas Gerais (IEF-MG)¹⁷⁶. Os pesquisadores contratados para realizar a identificação do meio biótico e uma empresa de consultoria que foi contratada para identificação do meio físico realizaram todo o trabalho sem consultas aos moradores da área – o que também não era obrigatório à

¹⁷⁵ BONFIM, Verônica Rocha. **Conflitos, participação e lições aprendidas no Processo de criação do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro (PESB), MG.** 2006. Tese (Doutorado) – Programa de Pós Graduação em Ciência Florestal, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2006. Disponível em: <https://locus.ufv.br/handle/123456789/589>. Acesso em: 03 jan. 2021.

¹⁷⁶ Autarquia Estadual criada em 1962, pela Lei Estadual de Minas Gerais nº 2.606, inicialmente ligada à Secretaria de Estado da Agricultura, e que, a partir de 1995, foi vinculada à SEMAD - Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

época – e sem conhecimento dos processos sociais e históricos dos habitantes que já estavam na área havia gerações¹⁷⁷. Logo, a criação do parque, no que tange à questão fundiária, afetou diretamente 400 famílias que residiam na área demarcada e que seriam desapropriadas, mas que não foram vistas com um problema inicialmente porque, pelos dados da RURALMINAS¹⁷⁸, 60% destas terras eram devolutas¹⁷⁹.

Após uma intensa movimentação social, em 1996 foi efetivada a criação do PESB, pelo Decreto Estadual n.º 38.319, assinado pelo Governo do Estado de Minas Gerais e pelo IEF-MG, com uma nova área total de 13.210 ha, sendo que o processo de definição de seus limites físicos e a conformação de sua estrutura de gestão foram resultados de um processo de intensa participação popular¹⁸⁰.

Em 2005, através do Decreto Estadual nº 44.191/2005 de 28/12/2005, a área do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro foi ampliada de 13.210,00ha (treze mil, duzentos e dez hectares) para 14.984,2708 ha (quatorze mil, novecentos e oitenta e quatro hectares, vinte e sete ares e oito centiares).

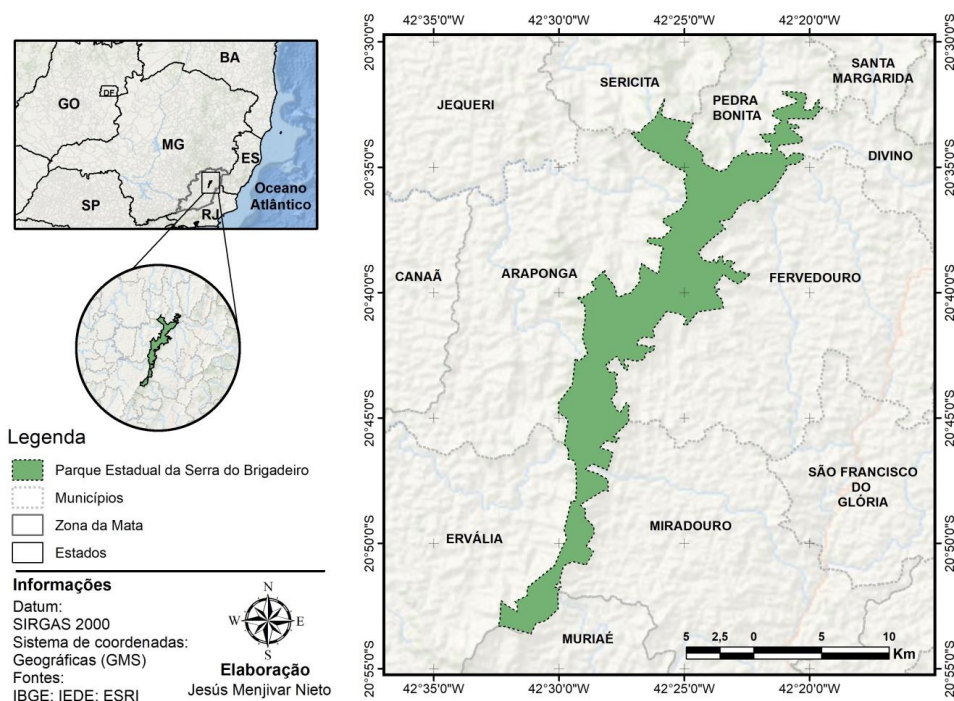
¹⁷⁷ BONFIM, Verônica Rocha. **Conflitos, participação e lições aprendidas no Processo de criação do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro (PESB), MG.** 2006. Tese (Doutorado) – Programa de Pós Graduação em Ciência Florestal, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2006. Disponível em: <https://locus.ufv.br/handle/123456789/589>. Acesso em: 03 jan. 2021.

¹⁷⁸ A Fundação Rural Mineira Colonização e Desenvolvimento Agrário – RURALMINAS – é uma fundação pública criada pela Lei Estadual do Estado de Minas Gerais nº 4.278, de 21 de novembro de 1966, com personalidade jurídica de direito público, vinculada originalmente à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento com a finalidade de colonização, assentamento, desenvolvimento rural e regularização fundiária no Estado de Minas Gerais.

¹⁷⁹ BONFIM, *op. cit.*

¹⁸⁰ Idem.

Figura 13 - UC Parque Estadual da Serra do Brigadeiro – PESB



Fonte: Elaborada pelo autor.

Após este episódio regional de mobilização e organização – ou reorganização – social ocorrida na região em virtude da criação do Parque e definição dos seus limites, os atores sociais da região viram uma oportunidade de inserir a caminhada local de debates acerca das opções para o Desenvolvimento Regional na construção de uma política inovadora, através do Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais – PRONAT, criado pelo governo federal em 2003. No projeto inicial submetido ao governo federal foi inicialmente destacada como prioridade a elaboração de um Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável – PTDRS, que traçou os eixos estratégicos de ação e definiu o foco das ações nas comunidades do entorno do PESB¹⁸¹.

Segundo o Plano Territorial da Serra do Brigadeiro, a construção deste Território era histórica, já que, mais do que uma política pública do Governo Federal da época, a Serra do Brigadeiro possui uma política ímpar de mobilização em torno da unidade de conservação que ocorria a mais de uma década. Todo esse processo para garantir as necessidades dos moradores do entorno do PESB e suas organizações, bem como a expressão da pluralidade de

¹⁸¹ Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata - CTA-ZM (Exec.). **PTDRS. Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável - Território da Serra do Brigadeiro – MG.** Território da Serra do Brigadeiro: MDA, 2005. 81p. Disponível em: <https://ctazm.org.br/bibliotecas/plano-territorial-de-desenvolvimento-rural-da-serra-do-brigadeiro-mg-140.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2020. p. 2.

visões sobre o desenvolvimento da região, foram o “cimento” que unificou um sentimento de pertencimento à região da Serra do Brigadeiro. E este foi o principal motor do processo de criação do Território da Serra do Brigadeiro¹⁸².

A criação do PESB foi fundamental para a mobilização regional em torno de um objetivo comum – o mesmo dos municípios analisados. A discussão acerca dos seus limites e a vinculação da população com o processo evidenciou a importância dada pelas comunidades locais à terra, ao meio ambiente e aos demais elementos naturais, e como tal um elemento cultural comum entre os municípios. Parte da identidade entre os municípios está no ambiente natural e, sobretudo, na área do entorno do PESB, ainda que os elementos dessa paisagem tenham diferentes valores para cada pessoa, o que pode ser verificado nas entrevistas realizadas:

Aí eu já não tenho, não tenho muita noção não. Só na questão de qualidade de terra. (...) É, né, de modo geral, qualidade porque a gente tá dentro do parque, né? Todos os dois têm o parque.(...) Não, aí eu já percebo mais ou menos igual. Eu não vejo muita diferença não. Eu acho que Araponga quanto Fervedouro, a terra tem as veia, né, mas é bem igual. Em matéria de produção, de cultivo, é bem igual (Entrevista IV).

Eu acredito que sim. Por conta da gente fazer parte aqui, proximidades do parque, os relevos, né, são bastante parecidos. E produção também, né, de paisagem, assim, a gente vê bem parecida as coisas, né? Pastagem, café, e alguns lugar de mata isolado, fora do parque, né? Acho que, acredito que um pouco parecido assim (Entrevista IX).

No meu entendimento é isolado. É isolado. Né, respondendo por mim, não vejo ligação. A não ser o povo é, o pessoal lá do parque, né. Os comerciante do Bom Jesus do Madeira, então eles têm uma, uma sintonia maior ali. Mas não sei explicar também qual o motivo (Entrevista VII).

É que nós temos aqui a vertente da, do Oeste, né, que é a Bacia do Rio Doce, o município é cheio de nascentes, e do outro lado do Parque, que você pega Miradouro, que você pega Fervedouro, Divino, né, que o outro lado que é o Leste, né, que é a vertente aí onde estão as nascentes do Rio Parnaíba, né? Entendeu? Então a gente, hum, tá? É Parnaíba ou Paraibuna? Parnaíba, tá! Então a gente tem um divisor de águas aí que nós estamos no meio, quer dizer, que são grandes produtores de água (...) (Entrevista II).

¹⁸² Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata - CTA-ZM (Exec.). **PTDRS. Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável - Território da Serra do Brigadeiro – MG.** Território da Serra do Brigadeiro: MDA, 2005. 81p. Disponível em: <https://ctazm.org.br/bibliotecas/plano-territorial-de-desenvolvimento-rural-da-serra-do-brigadeiro-mg-140.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2020. p. 2-24.

Ao ser questionada sobre uma perspectiva identitária entres os dois municípios, a entrevistada representante da Emater, que está há pouco tempo em atividade no município, informou: “Além do parque, né, tem o café” (Entrevista VIII).

De outro lado, é interessante perceber que tanto a criação quanto a gestão do PESB, que a partir de 2003 foi realizada de forma coletiva pelos moradores, representantes dos STR locais e representantes do IEF-MG¹⁸³, tornaram-se um importante instrumento de fortalecimento e valorização dessa identidade.

Acaba influenciando, porque tem muito, quando tem essas reuniões com, com o Conselho do Parque, tem muita participação de produtor, cada um, tem intercâmbio um convivendo com o outro, ou perguntando pro outro, como é que é em Araponga, como é que você tem feito lá, sobre variedade de café (...) (Entrevista VI).

A feira foi promovida pelo parque né, pela gerência aqui do parque. A diretoria daqui. E já é uma coisa que vem pensada há algum tempo pela Rose (...) que é gerente. Só que por conta da pandemia né, aí tava vindo atrasando. Aí que deu uma, o pessoal vacinou e tudo, e deu a baixa nos casos aqui da nossa região, e foi possível tá realizando (Entrevista IX).

Assim, o PESB passou a deixar de ser apenas um resultado do fortalecimento do vínculo identitário em relação à preservação da natureza e do meio ambiente, como também se tornou um elemento identitário, criado e fortalecido com o exercício da participação social.

3.3 Dos atores sociais

A paisagem enquanto um conceito operacional pode ser concebida como forma (formação) e funcionalidade (organização), sendo estas entendidas a partir de um processo de constituição e reconstituição de formas na sua conjugação com a dinâmica social¹⁸⁴. Nesse compasso, mais do que traçar um panorama histórico do protagonismo e da participação social nos municípios, como verificado em quase todas as fontes pesquisadas, entendemos

¹⁸³ BONFIM, Verônica Rocha. **Conflitos, participação e lições aprendidas no Processo de criação do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro (PESB), MG**. 2006. Tese (Doutorado) – Programa de Pós Graduação em Ciência Florestal, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2006. Disponível em: <https://locus.ufv.br/handle/123456789/589>. Acesso em: 03 jan. 2021.

¹⁸⁴ SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. Espaço Geográfico Uno e Múltiplo. Revista Geocrítica Scripta Nova **Revista Eletrônica de Geografia y Ciencias Sociales**, Barcelona, v. 93, 2001. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/sn-93.htm>. Acesso em: 16 mai. 2020.

que é preciso tentar evidenciar uma dinâmica social existente, enxergando o protagonismo e a participação populares como uma necessidade e uma possibilidade cultivada na sociedade.

Dentro do conceito adotado pela pesquisa para análise do protagonismo como uma participação popular decorrente do processo de autonomia e expressão da identidade, o processo de associativismo social foi determinante para o protagonismo. Esse processo, vivenciado desde a primeira experiência (familiar) de compra coletiva de terras, se deu pela congregação de pessoas a um ideário que não só já fazia parte da cosmovisão¹⁸⁵ da população local, na sua origem, como também foi estimulado, aprendido ou reafirmado pelos processos sociais que se desenrolaram a partir da década de 1970. Tal compatibilidade de objetivos despertou o interesse local pela aquisição da autonomia como forma de materialização desses anseios, trazendo uma síntese de conceitos norteadores que, mais tarde, formaram o entendimento da Agroecologia no território.

O PTDRS do Território de Desenvolvimento Rural Sustentável da Serra do Brigadeiro afirma que há, na região, um forte arranjo institucional fundamentado nos laços comunitários, de parentesco e em grupos informais como as Comunidades Eclesiais de Base, grupos de reflexão ligados à igreja católica, grupos de jovens, entre outros. Esse conjunto de organizações formais e informais constitui um capital social de base, a partir do qual emergem outras estruturas organizativas, tais como os CMDR, Conselhos Municipais de Educação, Saúde, Meio Ambiente, entre outros, sendo os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STR) a expressão de um tecido organizativo formal e principal entidade de representação dos agricultores familiares.

O mesmo PTDRS esclarece que, nas décadas recentes, os agricultores familiares da região vêm consolidando suas organizações formais e informais apoiadas nas redes de pertencimento e de solidariedade comunitária, configurando um tecido social dinâmico e capaz de atuar como elemento decisivo na busca de melhores condições de vida e da cidadania das populações rurais da região.

O documento, elaborado de forma participativa, estabelece os elementos de coesão social e identidade como frutos do processo histórico que envolveu a ocupação da região a partir do século XIX e resultou no estabelecimento de uma complexa rede de relações sociais, culturais, políticas e de parentesco à qual se ligam as famílias de agricultores familiares

¹⁸⁵ Concepção ou visão do mundo.

instaladas na região. Esta rede de relações está intimamente ligada ao padrão de uso dos recursos naturais disponíveis na região e as atividades produtivas daí resultantes¹⁸⁶.

A aproximação de atores externos com ideais ecológicos e sociais em voga nas últimas décadas permitiu a criação de uma forte conexão com a população local. Ao mesmo tempo em que esse ideário comum foi reforçado, estimulou-se o protagonismo social local, em especial na cidade de Araponga, que serviu para alçar a população local a um nível de autonomia diferenciado.

O contexto regional de ocupação e incorporação ao sistema produtivo do capitalismo internacional ocorreu principalmente por meio da cafeicultura, que mesmo com diversas crises, permaneceu como a principal atividade produtiva para uma grande maioria dos agricultores familiares locais. As condições de altitude, solo e relevo da região constituem vantagens comparativas de todo o Território (de desenvolvimento) em comparação a outras regiões¹⁸⁷, ainda que tenha havido – e ainda esteja em curso com a presença do agronegócio e da mineração na região – um processo intenso de degradação ambiental resultante de mais de um século de exploração dos recursos naturais.

Nesse cenário, pelos depoimentos e informações bibliográficas, as CEB foram de grande influência tanto na criação e formação dos movimentos sociais precursores da criação do território quanto na difusão de preceitos ambientais de proteção da natureza. Esses preceitos ecológicos e sociais difundidos envolvem o estímulo à participação social na preservação ambiental e na melhoria das condições de vida, sobretudo, através da organização social e participação política, diretrizes essas que hoje compõem a Agroecologia no território.

Apesar de ser citada com uma importância bem menor e atuando fora do processo de criação do parque¹⁸⁸, essa instituição foi importante para a criação dos movimentos sociais

¹⁸⁶ Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata - CTA-ZM (Exec.). **PTDRS. Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável - Território da Serra do Brigadeiro – MG.** Território da Serra do Brigadeiro: MDA, 2005. 81p. Disponível em: <https://ctazm.org.br/bibliotecas/plano-territorial-de-desenvolvimento-rural-da-serra-do-brigadeiro-mg-140.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2020. p. 22.

¹⁸⁷ *Idem.*

¹⁸⁸ As Comunidades Eclesiais de Base (CEB) são organismos da Igreja Católica que se caracterizam por: (a) celebração dominical realizada por leigos ou leigas; (b) ampla participação na tomada de decisões, geralmente por meio de assembleias; e (c) ligação entre a reflexão bíblica e a ação na sociedade. Caracterizam-se também por ter uma ação pastoral comprometida com as causas populares. No Brasil, as CEB serviram de canais de participação política, sendo que nos anos de 1970 e no início da década de 80, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) deu cobertura institucional às CEB e às pastorais (Indigenista, da Terra, Operária, da Juventude), proporcionando que muitos setores sociais encontrassem nessas organizações um espaço de atuação política, embora elas não deixassem de ser também espaços propriamente religiosos. A participação popular na posição de liderança religiosa formou cidadãos com destaque no sistema de poder local, através da atuação em movimentos sociais, associações de moradores, sindicatos e partidos políticos, assumindo normalmente posições que podem ser caracterizadas como de esquerda pela valorização do igualitarismo, da democracia direta e da

locais, que orientaram as dinâmicas de organização social¹⁸⁹. Seu trabalho foi destacado como importante reforço dos laços de solidariedade e como vontade de ajudar ao outro, o que ajudou a superar os diversos obstáculos que os agricultores enfrentavam¹⁹⁰.

De acordo com Betto, as CEB são pequenos grupos organizados em torno da paróquia (urbana) ou da capela (rural) por iniciativa de leigos, padres ou bispos. São Comunidades porque reúnem as pessoas que têm a mesma fé e moram na mesma região. São Eclesiais porque estão congregadas na Igreja. E configuram-se de base porque são integradas por pessoas que trabalham com as próprias mãos – representando, assim, classes populares, na zona rural, como os assalariados agrícolas, posseiros, pequenos proprietários, arrendatários, peões, e seus familiares, existindo também comunidades indígenas¹⁹¹.

Nas entrevistas realizadas no Município de Araponga, as CEB aparecem como precursoras do movimento agroecológico na região. Ainda que alguns reconheçam que a atuação dessa entidade ainda não utilizava o termo Agroecologia, entendem o movimento como agroecológico.

Então assim, tem muita gente. Lógico que tem aqueles que passou a entender esse termo Agroecologia, que aí eu falo que é a discussão da ciência e da prática, que é entender esse termo, mas que os outros, muita gente é agroecológico.

(...)

Com os movimentos sociais, e com o CTA também teve uma certa importância aqui e teve uma importância muito grande aqui no início das discussões, mas a base dos movimentos aqui na verdade começa nas CEB.

utopia socialista. Atualmente, elas possuem menor visibilidade social e menor influência institucional do que nos anos 1980, mas não deixaram de formar lideranças populares atuantes em movimentos sociais, sindicais, políticos e culturais. Embora faltem dados estatísticos precisos, estima-se que, atualmente, existam cerca de 60 a 80 mil (dez vezes o número de paróquias) CEB espalhadas por quase 250 dioceses do Brasil. Elas possuem uma ampla rede de relações que as coloca em interação, sendo os encontros intereclesiais o evento conjunto consensual mais importante que realizam, sempre baseado em uma temática específica, que inclui questões sociais e ecológicas. FGV - Fundação Getúlio Vargas. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). **Dicionário Histórico – Biográfico Brasileiro**. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/comunidades-ecclesiais-de-base-cebs>. Acesso em: 25 abr. 2021.

¹⁸⁹ BONFIM, Verônica Rocha. **Conflitos, participação e lições aprendidas no Processo de criação do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro (PESB), MG**. 2006. Tese (Doutorado) – Programa de Pós Graduação em Ciência Florestal, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2006. Disponível em: <https://locus.ufv.br/handle/123456789/589>. Acesso em: 03 jan. 2021. p.104-121.

¹⁹⁰ CAMPOS, Ana Paula Teixeira de. “Conquista de Terras em Conjunto”: Redes Sociais e Confiança – A Experiência dos Agricultores e Agricultoras Familiares de Araponga- MG. 2006. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós Graduação em Extensão Rural, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, Minas Gerais, 2006. p. 45.

¹⁹¹ BETTO, Frei. **O que é Comunidade Eclesial de Base?** São Paulo: Brasiliense, 1981. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/freibetto/livro_betto_o_que_e_cebs.pdf. Acesso em: 23 jan. 2021. p. 7.

Então a CEB é que alavancou os movimentos sociais em Araponga, que aí surge um sindicato, surge um sindicato pensando no acesso à terra, porque a questão de trabalhar a agroecologia, se não tiver terra não tem agroecologia. (...) Então assim, para discutir agroecologia sem ter acesso à terra, que acho que é o que fez o diferencial de Araponga foi a distribuição de terra. Às "medida" que as conquista de terra em conjunto surgiu, a maioria das pessoas que tá no movimento, ele tem um outro olhar, uma outra visão porque ele foi preparado para comprar essa terra, para produzir nessa terra, para recuperar essa terra, então. E a Agroecologia ela faz diferença nessa propriedade pequena, porque a diversidade das coisas pra gente é a garantida da sustentabilidade. É alimentação (Entrevista I).

Eu comecei a ter essa questão da agroecologia desde a década de 80, através das Comunidades Eclesiais de Base, das CEB, tá certo? A gente já teve essa visão. E depois, né, a partir do final da década, aliás no início dos anos 90, foi no CTA. A gente via isso, a gente não tinha esse nome agroecologia. A gente conhecia através das CEB uma alternativa de você ver um ambiente diferente, produzir de, sem muito veneno, sem monte de adubo químico. Antes já vinha a CEB, já vinha trabalhando isso aqui, na época, pra gente preocupar mais com essa questão da água, com a questão do solo, tá certo? Com a questão do aquecimento aí da, da temperatura, então a CEB já vinha fazendo isso, depois não tinha o nome específico "agrologia". E a partir do CTA, que aí veio esse nome. (...) Então, para você ver, isso é um trabalho que isso foi lá, que poucas pessoas reconhecem isso, tá certo. Reconhecer que isso foi lá da CEB, lá da década de 80, a gente vinha, o caminho (...) pôs fogo nesse lugar, (...) fogo, e isso hoje acabou. Araponga hoje é raridade você ver hoje alguém colocando fogo para poder abrir espaço, para poder fazer o plantio. É muito raro, muito raro (Entrevista II).

Por outro lado, a CEB não foi citada como uma entidade tão próxima do município de Fervedouro, ainda que haja o relato de uma atuação de agricultores em âmbito religioso voltada para princípios associativistas. O entrevistado IV, agricultor e presidente do STR de Fervedouro, expõe a vinculação da sua atuação nos momentos religiosos:

- Trabalham também, inclusive eu faço parte delas, né? Tem o CMDR, que a gente também representa o sindicato lá no CMDR. E o mais as funções, mais o lado religioso, que a gente também tá dentro dessas organizações para poder fazer um agrupamento.
- Igreja, pastoral, essas coisas?
- Exatamente. As pastorais, da mulher, da criança, pastoral da família, né? (...) Para poder tá ampliando esses projetos nossos.
- (...) Eu acho que a dificuldade tá em gente. Você ter mais pessoas, mais técnico formando, talvez, um grupo com experiência para ir trabalhando a cabeça desses produtor a fazer esse uso, não do químico, mas sim agroecologia ou até o orgânico, entendeu? Mas tem, tá faltando humano. Eu não tenho tempo para isso, nosso técnico não tem, o outro não tem, que a gente embute em outros trabalho, né, e isso vai passando de liso, vai faltando. A gente até fala, se usa programa de rádio, se usa lá o momento da igreja, o momento de reuniões, mas não resolve. Seria muito pouco. Você tem que chegar diretamente ao produtor, entendeu? (Entrevista IV).

Bonfim, em extensa análise sobre o processo de criação do PESB – posterior ao início da articulação social em Araponga, e em âmbito regional – identifica que nesse processo, originado por uma intensa mobilização e articulação social, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e a CEB tiveram uma menor participação¹⁹².

A mesma autora identifica nesse cenário outras instituições externas aos municípios de Araponga e Fervedouro que estiveram presentes nesse processo, que são a UFV, o CMCN, a FAFILE/UEMG, a ONG CECO, a FETAEMG e AR e o CTA-ZM. Estas organizações se articularam umas com as outras e com o IEF-MG, em função de interesses comuns. Os dois grupos articulados mantiveram relações entre si, as quais variavam entre parceria, aliança e conflitos. Ela cita ainda outros atores que atuaram de maneira periférica, como as prefeituras do entorno, a EMATER, outras ONG da região e alguns STR (de Sericita, Pedra Bonita e Ervália)¹⁹³, porém, não há destaque para entidades que atuaram ou atuam no Município de Fervedouro.

Como se percebe, o protagonismo social ocorrido no período de 1990 a 2018 teve origem no processo de incentivo à organização social e autonomia, promovido por diversas entidades de fora do município, que começou com a CEB, fomentando o associativismo e o processo inicial da “Conquista de Terras em Conjunto”. Já no desenvolvimento posterior desse evento, na criação do PESB e na formação do Território de Desenvolvimento Rural, outras entidades externas, sobretudo o CTA-ZM e a UFV, tiveram um papel essencial no engajamento político e social dos trabalhadores rurais locais, dando suporte técnico e científico para o processo com o feitiço dos diagnósticos territoriais e, sobretudo, difundindo conceitos ambientais – e no caso do CTA-ZM, especificamente agroecológicos.

De acordo com o Plano de Manejo do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro¹⁹⁴, realizado em 2007 no âmbito do Programa de Proteção da Mata Atlântica – PROMATA, pelo IEF-MG,

¹⁹² BONFIM, Verônica Rocha. **Conflitos, participação e lições aprendidas no Processo de criação do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro (PESB), MG**. 2006. Tese (Doutorado) – Programa de Pós Graduação em Ciência Florestal, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2006. Disponível em: <https://locus.ufv.br/handle/123456789/589>. Acesso em: 03 jan. 2021.

¹⁹³ Idem.

¹⁹⁴ IEF- Instituto Estadual de Florestas de Minas Gerais. **Plano de Manejo do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro** – Encarte 1: Diagnóstico do Parque. Belo Horizonte, out. 2007.

A atuação de diferentes instituições no PESB e em seu entorno é marcante. Dentre as federais, destacam-se a UFV (Universidade Federal de Viçosa) e a UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais), que ali promovem atividades de ensino e, principalmente, de pesquisa. Dentre as estaduais, além da intensa presença do IEF, destacam-se ações pontuais da FEAM (Fundação Estadual do Meio Ambiente), especialmente quanto a processos de licenciamento de atividades mineradoras, além da presença da UEMG (Universidade do Estado de Minas Gerais), por intermédio da Fundação FAFILE (Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras) de Carangola. Outra instituição atuante na região é a FAMINAS (Faculdade de Minas Gerais-Muriaé). A atuação de ONG é importante no contexto das implicações institucionais no PESB. Algumas atuam na região há mais de uma década, como o Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA-ZM), o CECO (Centro de Estudos Ecológicos e Educação Ambiental) de Carangola e o Centro Mineiro para a Conservação da Natureza (CMCN) de Viçosa. Outras apresentam atuação mais recente, como o Ambiente Brasil de Viçosa e a Sociedade Amigos de Iracambi, de Rosário da Limeira.

É interessante notar que ambos, CTA-ZM e UFV, ONG e Instituição Pública Federal, assim como o CMCN e o Ambiente Brasil, são sediados no município de Viçosa. O CTA-ZM foi citado em todas as entrevistas realizadas na cidade de Araponga, no total de 4, como um grande incentivador da Agroecologia e da agricultura familiar no município, não sendo, contudo, na cidade de Fervedouro.

Com os movimentos sociais, e com o CTA também teve uma certa importância aqui e teve uma importância muito grande aqui no início das discussões, mas a base dos movimentos aqui na verdade começa nas CEB. Desde a existência, só que nos primeiros momentos não, o CTA tá com mais de trinta, uns trinta anos mais ou menos que tem essa discussão aqui no município de Araponga (Entrevista I).

Eu comecei a ter essa questão da agroecologia desde a década de 80, através das Comunidades Eclesiais de Base, das CEB, tá certo? A gente já teve essa visão. E depois, né, a partir do final da década, aliás no início dos anos 90, foi no CTA. A gente via isso, a gente não tinha esse nome agroecologia. A gente conhecia através das CEB uma alternativa de você ver um ambiente diferente, produzir de, sem muito veneno, sem monte de adubo químico. Antes já vinha a CEB, já vinha trabalhando isso aqui, na época, pra gente preocupar mais com essa questão da água, com a questão do solo, tá certo? Com a questão do aquecimento aí da, da temperatura, então a CEB já vinha fazendo isso, depois não tinha o nome específico "agroecologia". E a partir do CTA que aí veio esse nome (Entrevista II).

E aí com o trabalho que o CTA iniciou, eu lembro perfeitamente, até as demonstração, né, que eles fizeram lá no campo, né? Explicando pra gente o que, que faz uma terra dá erosão, né? O que que segura. Então fez demonstração prática pra gente, nossa e aquilo ficou guardado na minha memória desde pequenininha. Então assim, desde, desde, desde a época, né, de eu pequenininha que eu escuto falar disso? (Entrevista III).

E também, a, o CTA, não sei se você já ouviu falar, também foi uma das mentoras da agricultura familiar aqui, com um trabalho bem direcionado para a agricultura familiar. E o sindicato dos trabalhadores rurais também. Então, aqui no município, mais de 80% é agricultura familiar. E ela normalmente ela trabalha no serviço com uma área pequena, só com a família, só com a família... com diversificação de cultura. Eles têm café, eles tem banana, eles tem mandioca, eles tem hortaliça, entendeu? Só... não usam agrotóxico. A maioria deles não usa agrotóxico. E o que eles precisam da gente de alguma informação técnica, eles vêm até aqui, tá certo. Ou, conforme for, na Secretaria de Agricultura ou na Emater, porém eles também tem aquelas pessoa do CTA, ou mesmo da EPAMIG que assistem eles direto lá, na propriedade. (...) Ó, essa agroecologia aqui em Araponga ela não é nova não. Ela, o CTA que é esse centro de tecnologia alternativo, que veio de Viçosa, eles que foram os principais mentores dessas técnica, de trabalhar com o primeiro produtor, valorizar o pequeno produtor, é, preocupar com o meio ambiente, isso eu poderia dizer a você aqui com certeza que eles foram os motivadores disso aí. (...) Então o que é que acontece, com esse movimento que eles fizeram, deu para conhecer porque veio esse sindicato, veio o CTA. O CTA motivou eles, a agricultura familiar, a agroecologia tal, mais sustentável. Com isso eles criaram o Sindicato dos Trabalhadores. Criaram a Associação dos agricultor familiar. Então tornou se conhecido na cidade através da associação que eles criaram, através do sindicato que eles criaram, porque a sede do sindicato é numa, dentro da cidade. Então com esses movimentos que eles vieram fazendo, tornou-se mais conhecido. E tem um plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável, que esse Plano Municipal Rural Sustentável, ele foi iniciativa da, do prefeito da época, entendeu (Entrevista VI).

Em Fervedouro, apenas a técnica da EMATER, ao mencionar sua percepção sobre a inexistência de um movimento agroecológico nesta cidade, mencionou o CTA, confirmando a sua não atuação no município.

Não, eu não tenho nem noção, eu não estava aqui, eu não sei. Mas por exemplo, o CTA, né, é uma ONG presente lá em Araponga, e ela não tá presente aqui, né? Mas eu sinto que, por exemplo, a extensão por ONG é difícil para você chegar, né? (Entrevista VIII).

A questão já havia sido percebida também no Plano de Manejo do PESB:

Da mesma forma, merece destaque a atuação do Centro de Tecnologias Alternativas (CTA – Zona da Mata) na Serra do Brigadeiro, em particular nos municípios de Araponga, Miradouro e Muriaé. O CTA-ZM estruturou em 1994 o Programa “Agricultura Sustentável e Conservação da Mata Atlântica na Serra do Brigadeiro”, com objetivo de contribuir na conservação dos remanescentes de Mata Atlântica e no desenvolvimento socioeconômico e cultural das famílias de pequenos agricultores. É importante destacar ainda a execução do projeto Território Serra do

Brigadeiro, de iniciativa do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA¹⁹⁵.

A UFV é figura presente no território há mais tempo, sendo registrada acima a sua participação decisiva na gênese da UC na região. Através de seus técnicos, estudantes e professores, representando diferentes departamentos, a instituição difundiu técnicas e estudou o ambiente.

Demais da conta. Eu considero porque assim, à medida que vem esse trabalho de agroecologia pro nosso município, na região, uma pesquisa que o Heitor fez na UFV, que comprovou que com esse trabalho de plantar café com árvores, pastagem, tudo, aumentou 7% de mata aqui na Zona da Mata, né? O que é diferente de outros locais que vai acabando, então assim, de que a agroecologia, tanto frutífera que foi inserida no meio da lavoura, por exemplo, foi o que fez essa diferença para nós. Então a qualidade do ar mudou, aqui um monte de coisa (Entrevista I).

Já em Fervedouro, a UFV foi citada como um apoio necessário para que os entrevistados pudessem adotar um sistema agroecológico ou orgânico, como podemos ver na seguinte fala:

É a questão que lá, eu acho que você vai detectar isso aí no seu trabalho aí, que a parte de lá tá bem mais evoluída, tem mais apoio. Eu vi lá que eles têm, eles têm a EMATER lá que dá uma força grande, e a faculdade, a Universidade de Viçosa tem projeto junto lá, que pro lado de cá não tem, né? Então assim, eu acho que, eu acho que futuramente, se tiver, se tiver, se vier recurso, projeto, eu acredito, não sei se o Eduardo acredita nisso também, eu acho que é uma possibilidade até da ASCAFF tá buscando, organizando um grupo, mas para isso precisa de ter um recurso estadual, de ter um projeto, porque demanda eu acho que nós consegue levantar. Há com certeza dentro no município, há pessoas, produtores, que interessam, mais só que não dedicam justamente, eu não sei, talvez a nossa prefeitura, a nossa EMATER, ainda não, é, não caminhou, não pensou por esse lado, não quis trabalhar ainda por esse lado. (...) Agora acho que nós, Fervedouro, está bem mais atrasado na questão, principalmente de café especial e também desses convênio com a Universidade. Deve de ter, mas eu não conheço, não sei de nenhum convênio de Fervedouro com a Universidade de Viçosa. Já Araponga eles falaram lá, pelo que eu entendi tem uns 3, 4 grupo lá no mínimo que fiquei sabendo de lá que tem um trabalho ligado com, com Araponga, principalmente nessa questão do café orgânico e também na questão do café especial (Entrevista V).

¹⁹⁵ IEF- Instituto Estadual de Florestas de Minas Gerais. **Plano de Manejo do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro** – Encarte 1: Diagnóstico do Parque. Belo Horizonte, out. 2007.

A atuação da UFV reflete o seu papel essencial para o desenvolvimento da Agroecologia na região, atuando na difusão do conhecimento tecnológico e dos instrumentos de modificação da realidade. Porém, é necessária uma avaliação crítica diferenciada da atuação deste órgão governamental e seu interesse na região. A princípio, temos como dados já demonstrados na pesquisa que, no ponto de vista de gestão territorial estadual, Araponga se vincula a Viçosa na mesma microrregião, diferentemente de Fervedouro, bem como em outras políticas públicas regionais, como saúde e extensão rural. Têm-se, também, a questão da barreira natural que divide Araponga e Viçosa de Fervedouro, além das distâncias entre as cidades.

De outro lado, temos que ambos os municípios possuem áreas de natureza similar e de grande biodiversidade, não apenas as delimitadas pelo Parque. Tais áreas possuem os mesmos atrativos naturais que são objetos de estudos da Universidade em questão, não existindo, a princípio, uma justificativa para a diferença de relacionamento.

As questões de origem do desdobramento territorial, da distância entre as cidades, ou a existência de própria barreira geográfica não justificam a situação, já que a UFV possui extensões em outras cidades limítrofes com as mesmas características de Fervedouro, como Divino e Miradouro, onde há produção de cafés orgânicos e dos chamados cafés de qualidade.

A vinculação das entidades de ensino superior com os dois municípios fica bem evidente com uma simples pesquisa textual ao Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES¹⁹⁶ quando se utiliza como termos de busca “Araponga-MG” e “Fervedouro-MG”, sendo possível localizar 50 (cinquenta) resultados para o primeiro termo e 01 (um) para o segundo. Ainda que o termo utilizado entre aspas seja restrito, não refletindo a realidade do quantitativo de produção científica sobre as cidades, é suficiente para demonstrar a diferença entre a proximidade dos municípios com a pesquisa científica produzida na universidade em questão.

Dos 50 (cinquenta) resultados para “Araponga-MG”, 35 foram de dissertações de Mestrado e 13 de teses de Doutorado. Outros 2 não foram classificadas por serem anteriores à Plataforma Sucupira. Os registros demonstram 5 pesquisas do ano de 2009, 5 de 2013, 4 de 2005, 4 de 2006 e 4 de 2014, sendo as demais não classificadas pelo sistema. As pesquisas mais antigas registradas, no total de duas, datam do ano de 1991. Deste total de estudos encontrados, 32 são pertencentes à grande área do conhecimento de Ciências Agrárias, 5 das Ciências Biológicas, 3 das Ciências Sociais Aplicadas e 3 Multidisciplinares, sendo as demais

¹⁹⁶ Disponível em: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/>. Acesso em: 12 out. 2019.

não classificadas pelo sistema. Destaca-se, ainda, que 36 dessas pesquisas são oriundas da Universidade Federal de Viçosa, conforme indicação da própria plataforma virtual.

O resultado para o termo “Fervedouro-MG” refere-se a uma pesquisa classificada como “Profissionalizante” pela plataforma, do ano de 2006, oriunda do Centro Universitário de Caratinga, e possui título que referencia o entorno do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro¹⁹⁷.

Os termos “Parque Estadual da Serra do Brigadeiro” e “Território da Serra do Brigadeiro”, entre aspas, apresentam, respectivamente, 71 resultados (52 dissertações de Mestrado e 18 teses de Doutorado, com 58 provenientes da Universidade Federal de Viçosa) e 10 resultados (5 dissertações de Mestrado e 5 teses de Doutorado, com 8 provenientes da Universidade Federal de Viçosa).

Não se pode esquecer que as universidades brasileiras, no intuito da política dominante, em sua maior parte apenas reforçam as vantagens do sistema do agronegócio, atuando em parceria com os Think Tanks do agronegócio, como também custeiam projetos através de convênios, sorvem do conhecimento gerado e influenciam na cultura capitalista e globalizada. Em outras palavras, as pesquisas possuem como base o interesse econômico do ambiente e das produções.

A UFV, criada inicialmente como escola Superior de Agricultura e Veterinária do Estado de Minas Gerais¹⁹⁸, representou um artifício de consolidação do poder das oligarquias agrárias, bem como uma forma de se oficializar a “vocação agrária” do país, oferecendo bases para o desenvolvimento das atividades agropastoris. No período em que foi criada, o país era marcado por um poder político dominado pelas oligarquias regionais e tinha como principal atividade econômica a agricultura de exportação, com destaque para o café, na época em que a política nacional era chamada de “Política do café-com-leite”. Desde a sua criação, a instituição foi apoiada pelos norte-americanos, até mesmo na escolha do seu local e do modelo de ensino a ser adotado, que é baseado no Ensino, Pesquisa e Extensão,

¹⁹⁷ “Descrição das Possibilidades e Limites Sócio-Ambientais do Turismo no Entorno do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro”.

¹⁹⁸ A Universidade Federal de Viçosa - UFV, foi originalmente criada como Escola Superior de Agricultura e Veterinária - ESAV, pelo Decreto nº 6.053, de 1922. Em 1948, a ESAV foi transformada em Universidade Rural do Estado de Minas Gerais – UREMG por meio da Lei Estadual nº 272, de 13 de novembro de 1948, e assumiu a atual denominação pelo Decreto-Lei nº 570, de 1969.

diferenciando-se, assim, do academicismo adotado nas demais instituições brasileiras de ensino superior¹⁹⁹.

O discurso da necessidade de modernização da agricultura veio enfatizar o papel da universidade na política agrícola como difusora da ciência agrônômica, nascida da demanda de certos grupos econômicos. Esse discurso possuía representações que vinham carregadas de ideias de atraso, de ignorância, de apatia do homem do campo, traços que deveriam ser superados com vistas ao progresso do país agrícola, desqualificando a experiência e o modo de viver das pessoas de lugares “não desenvolvidos”²⁰⁰.

Para que a Universidade adquirisse potencial na realização de pesquisas agrícolas, nas décadas de 1960 e 1970 foi fundamental o investimento em infraestrutura e capacitação profissional. Esse investimento foi impulsionado por doações monetárias realizadas por entidades como a Fundação Ford²⁰¹ e a Fundação Rockefeller (ambas relacionadas com a CIA americana), promotoras da Revolução Verde.

Para Muniz, no contexto da Guerra Fria, a cooperação técnica e financeira a países da América Latina constituía uma das estratégias dos Estados Unidos (EUA) para a contenção da ameaça comunista e a disseminação do estilo americano de viver. A influência dessas entidades estadunidenses nas instituições de ensino superior tinha como intuito modelar pensamentos e formar lideranças acadêmicas que levariam o estilo político, econômico e cultural dos Estados Unidos a outros espaços de atuação²⁰². A Rockefeller chegou a pagar 50 mil dólares para os salários dos pesquisadores da entidade²⁰³, bem como bonificações; além disso, custeou através dos convênios trabalhos da ESA e a implantação da Escola Superior de

¹⁹⁹ STEPHAN, Ítalo; GALVARRO, Skarlen F. S.; NASCIMENTO, Bruno Dalto do; CAVALCANTE GOMES, Elaine. Campus da Universidade Federal de Viçosa, MG. Oito décadas de arquitetura. **Arquitextos**, São Paulo, ano 11, n. 132.07, Vitruvius, mai. 2011. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/11.132/3881>. Acesso em: 05 jul. 2021.

²⁰⁰ BERGAMASCHI, Ana Carolina de Almeida. **Modernizar o campo pelo ensino agrícola: a organização da Escola Agrícola de Barbacena (1933-1964)**. 2017. 283 f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação, Belo Horizonte, 2017.

²⁰¹ MUNIZ, Viviane Carla de Souza Pires. A educação superior em agricultura no Brasil como terreno fértil para os Estados Unidos: a Fundação Ford na UREMG/UFV (1964-1976). 2017. 107f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa. 2017.

²⁰² Idem.

²⁰³ ESA - Escola Superior de Agricultura – **Carta 027**. Universidade Rural do Estado de Minas Gerais, Viçosa, 05 dez. 1960. Disponível em: http://200.235.128.228/index.php/informationobject/browse?subjects=27527&mediatypes=137&collection=42512&sort=identifier&view=table&sf_culture=pt_BR&sortDir=asc&showAdvanced=1&topLod=0&onlyMedia=. Acesso em: 08 jul. 2021.

Ciências Domésticas – ESCD, incluindo equipamentos, construção do dormitório feminino, laboratórios e salas de aula²⁰⁴.

Muniz relata também que a Fundação Ford realizou importantes doações de recursos para a UFV que foram imprescindíveis para o desenvolvimento da instituição, e, apesar de ter assinado um convênio de apenas 5 anos de duração, atuou diretamente com envio de recursos financeiros para bolsas de estudos e obras de infraestrutura durante 12 anos na UFV. As doações mantiveram, inclusive, a instituição em funcionamento, já que nos anos de 1960 a universidade passou por grandes problemas financeiros devido à falta do repasse de recursos do Governo do Estado.

A mesma pesquisadora revela que o convênio assinado implicava em uma igualdade de participação financeira da Fundação Ford e do Estado de Minas Gerais, mas, no entanto, embora a Fundação Ford tivesse feito mais doações que o previsto, não foi localizada nenhuma contrapartida do governo do Estado de Minas Gerais – situação que evoca inúmeras ilações sobre os tipos de benefícios e interesses da generosa participação da Fundação.

Dean²⁰⁵ alerta que o governo brasileiro sempre foi capaz de uma drástica intervenção na zona rural quando isto se adequava aos seus interesses. Para o autor, a troca do patrimônio estatal pelo ganho de curto prazo dos interesses privados é um tema constantemente repetido na história brasileira, tão habilidosa e diversificadamente adotada e tão inerente que se mostrava como a razão mesma da existência do Estado.

Ao tempo em que professores e servidores da UFV – quando ainda UREMG – demonstraram suas insatisfações e “desconfiança” com o reitor, acusando-o de reter informações de atuação política em benefício próprio, e tentativa de inversão da estrutura democrática da instituição, houve também a manifestação de interesses escusos da instituição ou de seus gestores e patrocinadores.

Nesse cenário, ocorreu uma troca obrigatória²⁰⁶, em 1956, em que a UFV foi obrigada pelo governo (Estadual, à época da UREMG) a trocar uma faixa de mil hectares de floresta primária por uma área equivalente de pasto degradado e insignificante. A Floresta foi então

²⁰⁴ ESCD – Escola Superior de Ciências Domésticas. **Cartas**. Universidade Rural do Estado de Minas Gerais, Viçosa, 01 jun. 1954 a 14 mai. 1965. Disponível em: http://200.235.128.228/index.php/informationobject/browse?subjects=27527&mediatypes=137&collection=42512&sort=identifier&view=table&sf_culture=pt_BR&sortDir=asc&showAdvanced=1&topLod=0&onlyMedia=1. Acesso em: 08 jul. 2021.

²⁰⁵ DEAN, Warren. **A Ferro e Fogo**: a história e a devastação da Mata Atlântica Brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 285.

²⁰⁶ Ibidem, p. 292.

vendida para a siderúrgica Belgo-Mineira para a extração de carvão vegetal. O autor ainda afirma que a corrupção burocrática, sistêmica e generalizada, descobriu nas leis ambientais um pasto verdejante. No início dos anos 50, um professor de Viçosa foi até a capital do estado para reivindicar 100 hectares de terra pública – concedida por lei a todos os formados em escolas de agricultura. Ele pretendia transformar sua concessão em uma reserva florestal. Seu pedido não foi, porém, reconhecido, e lhe foi dado a entender que seu título somente seria concedido sob a condição de que ele o vendesse imediatamente a um empreiteiro, que pretendia vender a madeira para a usina Belgo-Mineira. Sem uma renovação completa das estruturas políticas e administrativas do país, a regulamentação ambiental adicional não pressagiava uma proteção maior, mas menor.

Não foi possível descobrir a localização da área citada, pois o autor da pesquisa não forneceu maiores dados²⁰⁷, porém, há registros históricos que a Belgo-Mineira desmatou uma grande área na Serra do Brigadeiro para produção de carvão entre as décadas de 1950 e 1970. De acordo com estudos da Escola Superior de Florestas²⁰⁸ (unidade vinculada à UREMG e criada em 1960), várias espécies de madeira de alto valor econômico foram devastadas, inclusive algumas praticamente já extintas na Zona da Mata de Minas Gerais. Dessa forma, na década de 1960 esse movimento foi ainda mais acelerado.

Essas ações geraram uma série de protestos que chegaram à Presidência da República, o que resultou no Decreto Federal nº 1.493, de 9 de novembro de 1962, que declarava protegidas as florestas existentes na Serra do Brigadeiro, nos divisores de águas vertentes de interesse dos municípios de Abre Campo, Matipó, Raul Soares, Viçosa e Carangola, no Estado de Minas Gerais. Apesar do Decreto, o desmatamento continuou até ser embargado em 1970 pela Delegacia Regional de Vigilância Rural de Viçosa.

Em estudo realizado em 1976, onde se constatou a regeneração da mata da Fazenda do Brigadeiro, averiguou-se que a Serra do Brigadeiro estaria abrigando provavelmente a fauna mais rica da Zona da Mata, o que foi o primeiro fator para embasar a sugestão de criação do

²⁰⁷ Para registro, o artigo 8º da Lei Estadual 272/1948 que criou a UREMG, destinou à entidade duzentos e cinquenta mil hectares de terras devolutas, situadas em lugares “que apresentem condições convenientes” (*sic*), que poderiam ser vendidas em lotes para benefício de realizações da Universidade Rural, além de serem exploradas como “fonte de renda, atendendo também à conveniência da difusão dos conhecimentos agrícolas” (*sic*).

²⁰⁸ COUTO, Elmar Alfenas; DIETZ, James M. **Sugestões para a criação do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro**. Viçosa, MG: UFV e Instituto Estadual de Florestas, 1976.

parque (valor ecológico da flora e fauna). O segundo foi a proximidade da Escola Superior de Florestas-ESF, em Viçosa, facilitando os estudos²⁰⁹.

A UFV é conhecida pelo pioneirismo no país das experiências de ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural, considerada um pilar da sua estruturação no padrão das escolas agrícolas superiores estadunidenses, e reforçado com a criação da UREMG²¹⁰. A esse respeito, Cometti revela que o serviço de extensão da Escola, identificado como extensão rural, remonta desde 1927, data de intensa atividade de resposta às correspondências dos agricultores e profissionais de indústrias rurais que pediam informações sobre assuntos agrícolas e solicitavam produtos da instituição²¹¹.

Ainda que a ATER seja vista, atualmente, e inclusive pela Agroecologia, como fundamental no desenvolvimento agrícola, é evidente que ela possui uma função social²¹² e política²¹³, como será visto no próximo tópico.

3.4 A diversidade agrícola, biológica, territorial, paisagística e cultural

A ATER é desenvolvida pelas entidades públicas, como a UFV, a EMATER, a EPAMIG, a EMBRAPA, dentre outras, e por entidades privadas (ONG), e, no seu processo de atuação pelo desenvolvimento rural, pode agir de uma forma mais sustentável ou não.

Em Araponga, a atuação extensionista a partir da década de 1980 foi pautada numa perspectiva agroecológica, praticada por diferentes entidades, privadas e públicas.

Agora, tem um cara aqui que ele tem um processo agroflorestal (...), sintrópica, (...) tecnificada. É um pessoal até de Brasília, que tá trabalhando com um agricultor aqui, (...) eles já tão fazendo a coisa mais na técnica. (...) Essa agroecologia aqui em Araponga ela não é nova não. Ela, o CTA que é esse centro de tecnologia alternativo, que veio de Viçosa, eles que foram os principais mentores dessas técnicas, de trabalhar primeiro com o produtor, valorizar o pequeno produtor, é, preocupar com o meio ambiente, isso eu

²⁰⁹ COUTO, Elmar Alfenas; DIETZ, James M. **Sugestões para a criação do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro**. Viçosa, MG: UFV e Instituto Estadual de Florestas, 1976.

²¹⁰ RIBEIRO, Maria das Graças M.. A Extensão Rural na Universidade Rural do Estado de Minas Gerais (UREMG). 1948-1969. **Extensão em Foco**. Curitiba, n° 6, p.15-25, jul./dez. 2010. Editora UFPR.

²¹¹ COMETTI, Ellen Scopel. A Extensão na Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa (ESAV): 1926-1948.2005. 240f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, MG, 2005.

²¹² RIBEIRO, Maria das Graças M., *op. cit.*

²¹³ CASTRO, Maria Gontijo; ALVES, Daniela Alves de. Ensino, pesquisa e extensão na Universidade Federal de Viçosa: origem e trajetória institucional (1926-1988). **Revista Brasileira de Educação**, ANPED - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, vol. 22, n. 70, 2017.

poderia dizer a você aqui com certeza que eles foram os motivadores disso aí. Então o que que acontece, esses produtores, (...) começaram a trabalhar, foram até no princípio muito criticado (...). Então o pessoal via aquilo ali como uma coisa sem futuro. Sem futuro nos anos 80. Hoje, hoje o pessoal tem consciência que aquilo que eles tava fazendo que era o certo. Se todo mundo tivesse lá atrás pensando no meio ambiente, essas coisas, não estaria igual você tá vendo aí hoje, pasto degradado, a água a cada dia abaixando mais, faltando - isso não é só lá fora, aqui também, entendeu? (Entrevista VI).

O município de Fervedouro também experimentou esse tipo de atuação, porém, limitada a uma entidade, ou, como destacado pelos entrevistados, a uma pessoa.

É, um extensionista antigo, ele trabalhou, foi o primeiro extensionista da EMATER aqui, tem até uma foto dele, o José Luiz Paixão, ele fez aqui com, com os agricultores, alguns curso, curso de homeopatia, fazia muito curso da calda, curso de adubo orgânico (...) os pais da Bruna chegaram a vender saca de café orgânico, nessa época, com ele, mas depois com o tempo isso se perdeu (Entrevista VIII).

Foi destacado também que a mesma perspectiva de atuação extensionista em ambos os municípios promoveu uma conexão entre os dois municípios analisados.

É, na verdade quando a EPAMIG, a EPAMIG, ela fazia um trabalho aqui, trabalhava com a região. Tem um cara que trabalhou com a EMATER, o nome é Zé Luis, que ele gostava, era um cara apaixonado pela agricultura orgânica. Durante o tempo que ele trabalhava em Fervedouro, tinha essa parceria aqui com o Araponga, troca de experiências. Levava produtores daqui pra mostrar as experiências lá e trazia produtores de lá pra, pra conhecer aqui, né, pra ver como que os produtores aqui tava trabalhando com café orgânico, com agroecologia. Mais essas visitas, entendeu. Desloca um pessoal, vai lá. Mas isso diminuiu muito de uns anos para cá. Depois esse cara saiu da EMATER também, foi dar aula numa faculdade lá não sei onde, e essa... Porque isso você consegue isso é só através de uma instituição Está porque você consegue isso é só através de instituição. Dificilmente um cara fala: ô gente, vamos reunir aqui para ir em Araponga. Não é uma EMATER que toma a decisão, é uma Secretaria de Agricultura que toma uma decisão, é um sindicato que toma uma decisão. Se não tiver essas entidade ou instituição firme, acaba essa, essa, esse intercâmbio, entendeu? Mas na época desse cara que trabalhava na EMATER, ele tinha interesse, ele mexia com agricultura orgânica, esse Zé Luís. Então ele trazia produtor rural para vir aqui, a EPAMIG, na época de Paulo, tinha um cara (...) que até faleceu, professor, ele também era um apaixonado com a agroecologia, com a agricultura orgânica. Ele é de Viçosa, esse cara, foi de Viçosa. Ele também trazia, ele dava assistência aqui, dava assistência em Fervedouro, esses lugar, então ele trazia a experiência um com o outro aqui para motivar e ver o que que, na época eles plantavam com adubação verde, mucuna preta, amendoim forrageiro. Então o que que eles faziam: olha tem um cara lá em Fervedouro, que tá usando mucuna preta no meio do café. Aí ele trazia a experiência para cá, como que ele tava fazendo. Como é que ele cortava, a idade que cortava

para ter mais massa verde, se tava afetando o café, se não tava afetando o café. Tinha essa troca de experiência, entendeu? Mas caiu muito. Então para cá caiu muito. Parece cada um descobriu, o que a gente entende que parece que naquela época todo mundo tava assim, entusiasmado e motivado tentando descobrir o que é isso, o que que é agroecologia, o que que é agricultura orgânica. Eles tava descobrindo. Mas com o passar do tempo, vem muita informação, aí na televisão, e no jornal, é com empresa, da EMATER, com EPAMIG, aí o pessoal aprendeu. Pouco deles ficam correndo atrás de um e de outro, porque os próprios municípios mesmo, conforme eles vai aprendendo, já pegou aquela experiência, né? (Entrevista VI).

Entrevistador: Você conhece a cidade Fervedouro? Você tem contato com produtores de lá?

Entrevistado: Tem, alguns, muito pouco mas tem. Porque quando eu trabalhava no CTA, andava mais, né? Hoje a gente anda menos, mas a gente tem conhecimento de algumas pessoas porque nós somos vizinhos aqui.

Entrevistador: E que tipo de contato você tem? Era mais de amizade, parentesco, político, de trabalho?

Entrevistado: Não, não, é mais de trabalho mesmo e, é, e ligado aos movimentos sociais aí, sindicato, associação, o próprio CTA, tá, mais ligado a esses movimentos aí (Entrevista II).

No caso específico da UFV, cuja influência na questão do PESB e da constituição do território já foi tratada, Castro afirma que a extensão universitária praticada foi historicamente um instrumento político posto a serviço do governo militar. Sob a bandeira do movimento estudantil, na década de 1960, o Estado assumiu a extensão, institucionalizando-a mediante incentivo a projetos de base ideológica assistencialista, dentro de uma concepção governamental de proposição de ações em sintonia com projetos de desenvolvimento econômico. Somente após a década de 80 é que a ATER passou pelo processo de crítica e reestruturação, sendo vista como um componente de um processo de mudança social, conforme discussão que vinha sendo realizada em toda a América latina²¹⁴. Esse processo na UFV, em conjunto com a ampliação da extensão universitária para outras áreas e o pioneirismo local, criou um polo de resistência e intensa produção acadêmica, num cenário de divulgação e crescimento da perspectiva agroecológica no meio acadêmico. Isso colocou a universidade, seus professores e profissionais formados em posição privilegiada no cenário nacional das políticas ambientais e agrícolas, com dirigentes e colaboradores técnicos em diversas entidades nacionais e regionais de Agroecologia.

²¹⁴ CASTRO, Maria Gontijo; ALVES, Daniela Alves de. Ensino, pesquisa e extensão na Universidade Federal de Viçosa: origem e trajetória institucional (1926-1988). **Revista Brasileira de Educação**, ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, vol. 22, n. 70, 2017.

Contudo, verifica-se que a ATER, em sua maior parte, ainda é direcionada para a agricultura convencional, sobretudo, com a manutenção do foco das entidades estatais no apoio à tradicional cultura do café e à pecuária na zona da mata mineira. Apesar da política nacional, a implantação de uma perspectiva agroecológica depende de pessoas comprometidas, o que mostra a falta de integração das políticas públicas, ou ainda a não aplicação por motivos em que há a prevalência do interesse exclusivamente econômico. As ações priorizam o desenvolvimento ao sustentável, como se fossem opostos.

Em consulta realizada junto ao Sistema Informatizado de ATER²¹⁵, da SEAD - Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, pertencente ao MDA, foram encontrados 222 beneficiários cadastrados na cidade de Fervedouro, e 577 beneficiários na cidade de Araponga. Esses dados revelam a importância da ATER para o desenvolvimento agrícola dos municípios e a disparidade nos quantitativos de produtores assistidos na cidade de Fervedouro e Araponga.

Por outro lado, os dados do Censo Agropecuário indicam uma dinâmica diferente:

Quadro 5 - Número de estabelecimentos agropecuários dirigidos pelo produtor por orientação técnica recebida

Assistência técnica	Araponga (estabelecimentos)	Fervedouro (estabelecimentos)
Recebe	151	336
Não recebe	1.287	920

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2017 – Resultados Definitivos.

Os dados do IBGE refletem de forma mais clara a característica dos produtores dos dois municípios, que buscam a ATER quando necessitam de orientações:

Então, aqui no município, mais de 80% é agricultura familiar. (...) E o que eles precisam da gente de alguma informação técnica, eles vêm até aqui, tá certo. Ou, conforme for, na Secretaria de Agricultura ou na EMATER, porém eles também tem aquelas pessoa do CTA, ou mesmo da EPAMIG que assistem eles direto lá, na propriedade. Mas o regime deles mais é isso. Trabalhar com a família, diversificação de cultura, quando precisa de apoio vem aqui, e abastece. A produção mais é local (Entrevista VI).

²¹⁵ Disponível em: <http://siater.mda.gov.br/sys/siater/public/listabeneficiarios>. Acesso em: 25 jan. 2021.

O mesmo acontece em Fervedouro, no que tange às técnicas mais ecológicas ou agroecológicas:

Entrevistador: E você tem uma demanda deles mesmos que eles procuram ou você mesmo que tenta levar?

Entrevistada: Deles mesmo.

Entrevistador: Deles mesmo?

Entrevistada: Deles. Eu acho que eu escuto, 100% eles procuram alternativas sem ser o uso de agrotóxicos. Tão buscando isso, sabe? Tá entrando forte agora no controle biológico do café. Eles estão, eu tenho sentido que eles estão demandando. Do adubo químico não, tem uma dependência, eles não pensam em produzir sem, mas sem defensivos com certeza. Sei lá 20%, quer e exige, não, eu quero, mas você não tem nenhum agrotóxico, nenhum remédio para colocar? Aí eu falo, olha moço, tem que experimentar esse aqui. Né? Mas eu sinto que o ninguém gosta de ficar usando o veneno não (Entrevista VIII).

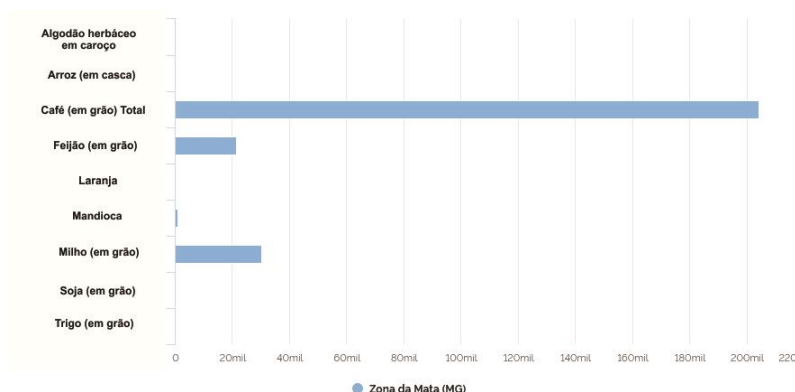
Esses dados refletem também uma cultura local com uma cosmovisão em relação à terra, à água e à produção de alimento para a própria subsistência, a qual se reflete na busca por conhecimento, na escolha das lavouras e na economia local. Essa cultura é fruto desse processo histórico local, das relações internas de cada município e da relação entre os municípios entre si no interior do território.

Não trataremos diretamente do princípio da biodiversidade biológica dos municípios estudados, já que em ambos – sobretudo dentro dos limites do PESB – a biodiversidade biológica é amplamente estudada por diversas ciências em instituições públicas e privadas, relacionadas com a questão da preservação ambiental da Mata Atlântica. Aliás, a grande diversidade biológica foi o principal fator de criação do PESB. Todavia, mencionamos que o Herbário Guido Pabst, de Carangola, conseguiu determinar até agora 107 famílias de fanerógamas (plantas superiores) e 24 de criptógramas (plantas inferiores), num total de 1.600 espécies, com a descrição de quatro novas espécies para a ciência. Já foram identificadas 170 espécies de orquídeas no PESB, mais do que nos Estados Unidos (exceto o estado da Flórida), ou do que no Canadá inteiro, e pouco menos do que na Amazônia. Na Fazenda Neblina, localizada na região, recentemente foram identificados seis espécimes de primatas, cinco dos quais estão ameaçados de extinção na lista feita pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais (IBAMA), o sagui-da-serra, o sagui-da-serra-escuro, o sauá, o barbado e o mono-carvoeiro ou muriqui, o maior macaco das Américas e um dos animais mais ameaçados de extinção no mundo. O mono-carvoeiro (*Brachyteles arachnoides*) é um primata de cerca de

18 quilos e que mede 125 centímetros na fase adulta, e em sua formação nativa, distribuía-se desde São Paulo até a Bahia²¹⁶.

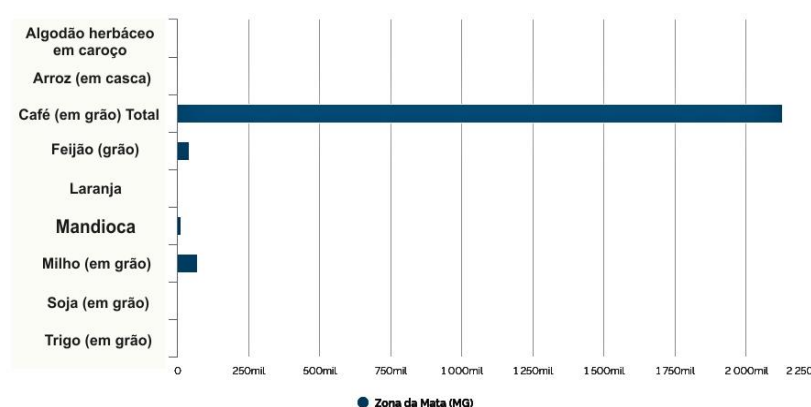
Optamos dar ênfase ao registro da diversidade agrícola, com os dados oficiais e a sua relação com as técnicas agroecológicas, ecológicas ou com produções orgânicas, que de toda forma contribuem para o aumento da biodiversidade – ou diversidade biológica – em todos os níveis, influenciando desde a vida de animais e plantas à macro e microbiota do solo. Já do ponto de vista agrícola e histórico, o café continua sendo a principal lavoura da Zona da Mata de Minas Gerais em área plantada e valor de produção²¹⁷.

Figura 14 - Área plantada ou destinada à colheita (hectares) (2018)



Fonte: IBGE, Produção Agrícola Municipal 2018. Culturas Temporárias e Permanentes.

Figura 15 - Valor da Produção (mil reais) (2018)



Fonte: IBGE, Produção Agrícola Municipal 2018. Culturas Temporárias e Permanentes.

²¹⁶

Disponível em: http://www.asminasgerais.com.br/zona%20da%20mata/venhameVERDEperto/serra_do_brigadeiro/serra_do_brigadeiro.htm. Acesso em: 15 abr. 2020.

²¹⁷ IEF- Instituto Estadual de Florestas de Minas Gerais. **Plano de Manejo do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro** – Encarte 1: Diagnóstico do Parque. Belo Horizonte, out. 2007.

A pecuária e a cafeicultura foram as principais atividades responsáveis pela ocupação da região e, conseqüentemente, pela sua devastação, prevalecendo até os dias atuais. Nesse aspecto, o café não é só o principal produto agrícola da Zona da Mata, mas também das duas cidades analisadas, sendo que Araponga possui grande produção e um mercado externo já aberto para os produtos orgânicos e agroecológicos, ao contrário de Fervedouro, cuja produção é majoritária de café *commodity*, mas mesmo assim não possui grandes compradores locais.

E tem o café que é o carro chefe. Aí o café também trabalha junto com a família e vende no mercado aqui do, da cidade mesmo, porque tem muitos compradores. Então o café é escoado para fora, mas tem muitos compradores aqui. E outros... tem um pessoal da agricultura orgânica, que eles colhem o café e já manda para uma cooperativa lá do, lá do Sul de Minas. Esse café deles sai com um preço até muito bom. (...) Então, só eles também têm muito cafés especiais. Vocês, esses agricultor pequeno tá precisando mais é de infraestrutura, de melhorar a secagem, fazer uma coleta seletiva. Isso tá precisando mais (Entrevista VI - Araponga).

Entrevistado 2: Porém a questão de estar praticando ainda está fora da nossa realidade, né? Justamente essa questão de a gente, acredita, falando em como produtor e falando com em a entidade, a associação, há um grupo, dentro do grupo há pessoas interessadas, mas falta um incentivo, faltam projetos. É assim, o Eduardo fala muito assim: não adianta mexer com uma coisa você não tem certeza se você vai escoar, se você vai ter onde é, vender ou tem quem compra.

Entrevistado 1: E é interessante, né, porque, tipo assim, eles têm como escoar essa produção lá. Então se a gente produzisse aqui, dez, vinte sacas por exemplo, com o apoio deles que já tem esse caminho, poderia até escoar a produção também, pra mostrar que o pessoal aqui funciona, né. Não é tão longe para poder ir lá.

Entrevistado 2: E a gente nem tem uma cooperativa, nem tem uma cooperativa que tem esse comércio. Eles lá formam um núcleo de uma cooperativa lá lado do Sul de Minas, eu esqueci o nome da cidade lá da... de longe, e eles escoam esse café todo pra lá (Entrevista V – Fervedouro).

Com o meu avô no primeiro ano ele conseguiu vender o café, né, orgânico, ele vendeu três vezes a mais do preço convencional na época. Não sei se era 40 reais que era a arroba na época, né, e vendeu três vezes mais. Só que depois ele não conseguiu mercado. Ele conseguiu um ano só. (...) Mas futuramente eu acho que o futuro nosso, de toda a produção, será ter uma produção agroecológica, que, até quando vai ter esse adubo, né? Esse é um bem que não é, que não é renovável (Entrevista IX – Fervedouro).

Ainda que o café seja também o principal produto dos agricultores familiares, o interesse pela sua produção é econômico, diverso de outras culturas de subsistência, que são tratadas com uma perspectiva mais “ecológica”, orgânica e em alguns casos agroecológica.

A perspectiva da produção mais agroecológica, e não apenas ecológica, tem uma conotação de qualidade de vida, saúde e biodiversidade, dentre outros elementos.

Na verdade eu considero minha propriedade agroecológica toda. Eu já tive até a parte de produção orgânica, é... Mas eu trabalho, eu sou mais focada na parte das hortifruti, que é a área que eu mais gosto e.. mas eu tenho um pouco de cana, um pouco de café. Na verdade meu café hoje é até em parceria porque eu não dou conta mais de cuidar do meu café. Mas a gente planta um pouco de milho, um pouco de feijão, tenho ápis, peixe. Então assim, a diversidade de plantas medicinais, de flores, plantas nativas. É uma mistura (Entrevista I).

O que a gente, o que eu trabalho que é agroecológico, (...) com o meu sistema, que eu tento montar meu sistema que ele seja produtivo, que é aonde eu posso tirar a subsistência, né? E naquela mesma área, o que eu posso colocar de plantas que se combinam pra manter o meu sistema produtivo com aquilo que eu necessito, a maior diversidade possível e dentro desse, nesse espaço também que eu tenha ali algumas espécies que sejam espécies nativas. Ou não nativas, porque hoje se quando você fala nativas, quando você fala que a goiaba não é nativa, a manga não é nativa, (...). Mas eu tento colocar nesse sistema, além de alimentação para mim, né, enquanto pessoa, ser humano, mas também para os animais e para as aves. E outros é, é, tipos de árvores nativas que não serve, não produz fruto, mas que elas têm uma função que é ou é, manter a temperatura, ambiente agradável, e ao mesmo tempo que ela possa fazer a adubação, tá ok? E que possa no futuro servir aí como madeira para poder fazer cerca, para fazer construção (Entrevista II).

(...) a agroecologia que eu entendo, para mim, é uma forma, uma maneira de você trabalhar a agricultura, tá, sem agredir a questão do meio ambiente, buscando a diversidade, não só de produção, mas também de outras plantas eu possam servir como fonte de proteção do solo, e ao mesmo tempo nutrição do solo. E também é uma, é uma forma, né, de você também vê o ambiente como um todo. Né? Não é o ambiente, parte do ambiente, né? Que que eu quero dizer com isso, né? É que tem pessoas que eles fala que eles são, vamos dizer assim, que eles... vamos ser mais claros, né, que ele é ambientalista, mas ele é uma ambientalista que ele vê parte, mas não vê o todo. É tipo nosso ministro aí, ele vê parte, tá certo? Ele vê parte, mas ele não vê o todo. E nós como agroecológico, a gente quer ver o todo, o que que a mata tem que possa contribuir com o meu sistema, e o que que meu sistema possa contribuir também com a mata. E aí quando eu falo na mata, eu tô falando também dos animais, das árvores, entendeu? Você tem que ter essa visão do todo, é isso. O que que meu sistema pode contribuir com a questão das aves, e com a questão também para manter a fauna e a flora, tá? E os microrganismos, que é muito importante (...) (Entrevista II).

Uma outra coisa que eu, que eu, que eu olho assim que foi inclusive tanto a conquista de terra quanto a agroecologia que teve impacto no município, é

que Araponga tinha nos CNAE de produtos agrícola era café, milho, feijão, aí tinha arroz, mas arroz já foi meio que extinto, e gado. Então você conseguia tirar nota fiscal no município desses produtos. Você não conseguia. E nós com essa produção diversificada a gente começou a forçar a barra para outras coisas. Hoje, a gente vende um volume de hortaliça grande no município, que num.. se você for olhar, eles falam assim, não, Araponga não é região de hortaliça, mas hoje a gente vende muita produção de hortaliça, fruta, coisas diversas, que antes você não conseguia nem dar guia aqui (Entrevista III).

Dá uma grande vantagem, você preserva tudo, né? Você preserva o humano, preserva os animais, né, e preserva as nascentes, porque é a coisa mais, como que fala, a coisa mais rica que nós temos aqui é as nossas nascentes. Inclusive essa briga nossa contra a mineradora, que tá aí pensando em trombar o nosso parque, né? Nós estamos na briga contra exatamente por isso, porque as nossas nascente fundamental tão na barra do parque, tanto de um lado quanto do outro, né? (...) Então esse químico que é usado ele prejudica todas as nascentes da região, porque nós estamos na bacia, né? De água, todas as veias, e ali vai (Entrevista IV).

Mas futuramente eu acho que o futuro nosso, de toda a produção, será ter uma produção agroecológica, que, até quando vai ter esse adubo, né? Esse é um bem que não é, que não é renovável. (...) Então, a gente tem que pensar não só na gente que está vivendo agora, né? Porque se eu pensar só agora, só ne mim, o pessoal né, como já vem pensando ao longo dos anos aí, pensando só neles, vem destruindo não pensa que futuramente vai ter, ou vai ter um neto ou vai ter um filho, vai precisar de beber uma água, vai precisar de usar aquele solo novamente, né? Porque a Terra não é da gente. A gente está ali só tomando conta dela. Ela não é da gente. Então a gente tem que cuidar aqui ali para as futuras gerações (Entrevista IX).

Em Fervedouro, onde foram relatadas algumas experiências agroecológicas no município em tempos anteriores, a ATER pública se mantém focada na produção convencional em virtude da inexistência de mercado para o produto agroecológico ou orgânico.

Mas que tem na grande parte, inclusive nós temos aqui nosso técnico, que é o João Marcos, ele trabalha com produtor, né, numa linha o seguinte: se o produtor quer o químico, nós não proibimos ele usar o químico, mas ele a linha dele trabalhar mais é com a agroecologia. Entendeu, ele é um técnico que jamais fica orientando o produtor a jogar o químico. Agora o produtor quis, ele também não fala que não pode, né? Mas a orientação dele a maioria das vezes é a questão da agroecologia. (...) E na verdade todos os nossos técnicos, ligados a nós de cooperativismo, sindicalismo, trabalha mais ou menos nessa linha, de não usar o químico. Diretamente (Entrevista IV).

(...) Uma das metas da EMATER é trabalhar com Agroecologia. Uma extensão voltada para a agroecologia. É uma meta que a gente tem, é uma agenda da EMATER. Não é uma meta, tipo assim, para mim, o meu serviço ela não é tão significativa, minha maior meta é trabalhar com café, né, por

causa da demanda aqui. Mas existe ela aqui, existe a meta de trabalhar com agroecologia, mas isso depende muito do extensionista, né, tipo assim, a afinidade que ele tem com tal área. Por exemplo, eu não tenho afinidade com bovinocultura, né, então eu não vou trabalhar muito com bovinocultura, eu tenho mais afinidade com hortifruti, com café, e com agroecologia do que com... Então cada escritório local acho que vai ter afinidade por causa do extensionista, né. Mas é pauta da EMATER trabalhar com sustentabilidade, com agroecologia, enfim, tem essa meta de se fazer atendimentos nessa área, sabe. Mas é bem menor do que na, igual café, igual eu falei (Entrevista VIII).

Entrevistado 1: É aquilo que você falou a respeito da assistência técnica, né? Sempre a gente bate na tecla. Hoje mesmo a gente tem um encontro com a visita técnica para interpretar umas análise de folha aí, feito através da associação. A gente sempre leva pro técnico que vai vim: olha, não tem fins lucrativos. Só que o que gente consegue até hoje é técnico que trabalha em empresa. O técnico da EMATER é claro, ele atende a gente não tem fins lucrativos, mas a maioria que a gente consegue é técnico que quer vender.

(...)

Entrevistado 1: Então aí eles tem que mostrar serviço, eles vêm, interpreta pro cê, mas tem que vender alguma. Aí, ele não tá errado. Eles não tão errado em fazer isso. Mas essa assistência técnica que o Carlinho falou que seria muito bem vinda, seria bacana por causa disso, seria alguém que talvez atendesse os produtores. É claro todo município às vezes vai ficar, não vai ter como, mas pelo menos os associados, que não são muitos, sem fim lucrativo, sem querer vender nada. Mostrar, falar: ó, hoje o vendedor passou aqui e falou que eu tenho que usar isso, isso e isso. Aí o técnico olhar e falar não, isso aqui eu não concordo não, mas isso e isso cê tá precisando. Pra o produtor não ser enganado, né? Não é que o técnico vai vender o que não precisa, o que tá errado. Mas às vezes passa alguma coisa que nem precisa e ele não tá lá (Entrevista V).

A inexistência no município de serviços de uma Ater pública ou privada, institucionalmente comprometida com a perspectiva agroecológica, não impede, porém, que haja a prática da Agroecologia no município, justamente por ser a Agroecologia focada nas práticas culturais locais, validadas pela ciência. Não existindo um mercado que demande produtos ecológicos ou agroecológicos, o cultivo desses produtos é mais voltado para a subsistência e à qualidade de vida, sendo a biodiversidade agrícola um importante elemento associado à Agroecologia.

Então, aqui no município, mais de 80% é agricultura familiar. E ela normalmente ela trabalha no serviço com uma área pequena, só com a família, só com a família... com diversificação de cultura. Eles têm café, eles têm banana, eles têm mandioca, eles tem hortaliça, entendeu? Só... não usam agrotóxico. A maioria deles não usa agrotóxico. (...) Mas o regime deles mais é isso. Trabalhar com a família, diversificação de cultura, quando precisa de apoio vem aqui, e abastece. A produção mais é local (Entrevista VI).

Sim, eu acho que a demanda aqui em Fervedouro é muito grande no café. Só que Fervedouro tem uma diversidade muito grande de outras produções, e essa diversidade, eu acho que é agroecológico, sabe? Tem muita horta, tem cultivo de muda, tem muito artesanato, sabe. E aí a gente tenta, eu não passo, eu passo a adubação química nas recomendações, mas eu não sou fã de ficar recomendando agrotóxico. Então eu sempre trabalho produção alternativa, manejo, que às vezes já resolve. (...) Eu acho que 100% assim, não 100%, não tem nenhum certificado orgânico aqui. Não tem nenhum certificado SAT, que a gente vai pelas certificações, né? Tem produtores que trabalham em diversidade, com (...) que evitam usar e tudo. Só que ninguém conhece essa palavra agroecologia (Entrevista VIII).

Verifica-se que outro elemento importante para definição Agroecologia é a não utilização de agrotóxicos. Todavia, trabalharemos esse aspecto na parte da preservação ambiental.

Ainda que a diversidade agrícola exista em ambos os municípios, em Fervedouro essa diversidade aparece mais visível nos índices oficiais provavelmente pelo caráter comercial de sua produção. Segundo o Censo Agropecuário 2017, Fervedouro possui 120 estabelecimentos agropecuários cadastrados com horticultura, enquanto Araponga possui apenas 7. Esses 120 produzem 28 tipos diferentes de culturas, além de 2 produzirem “outros produtos” não especificados, e 4 produzirem “mudas e outras formas de propagação (produzidas para plantio)”. Os 7 estabelecimentos cadastrados para Araponga produzem apenas 11 tipos de culturas diferentes, sem grande expressão de produtividade, e não criam mudas e outras formas de propagação (produzidas para plantio)²¹⁸. Da mesma forma, há 16 estabelecimentos cadastrados em Fervedouro com produção de flores, sem correspondência em Araponga.

Esses dados da produção, aliados aos dados de ATER nos dois municípios, não permitem dizer quantas das assistências técnicas são agroecológicas, quantas são convencionais, ou ainda quantas são ecológicas com objetivo puramente econômico, já que há uma crescente usurpação das políticas ecológicas e orgânicas pelo agronegócio, com a finalidade exclusiva de aumentar os ganhos e o mercado exterior para o café de qualidade. Os dados também não permitem verificar qual o percentual da produção é orgânico, agroecológico, ou em transição, e qual é a relação desses com a diversidade agrícola comercial.

Contudo, é possível registrar que a percepção em ambos os municípios sobre o uso de técnicas agrícolas mais ecológicas e a preocupação com o meio ambiente são frutos de um

²¹⁸ Tabela A, em anexo.

longo processo cultural, em que a ATER teve e ainda tem um papel importante, sobretudo a partir da década de 1980, ajudando na formação de uma consciência agroecológica. Essa nova consciência foi mais facilmente assimilada em virtude da percepção da natureza já existente no local, em razão da origem de sua ocupação.

O Plano de Manejo do PESB²¹⁹ revela, em seu diagnóstico, que na região do entorno do PESB predominam pequenas propriedades agrícolas, com produção familiar sem assistência técnica e baixo acesso à tecnologia e mecanização. As características topográficas da região, com declives acentuados, são impróprias para a pecuária, resultando em baixa produtividade. A pequena oferta de atividades industriais e serviços e a dificuldade para absorver o excedente de mão de obra agrícola geram um intenso fluxo migratório, em especial no meio rural, tanto interno como externo à região.

O mesmo documento destaca que, devido à grande beleza cênica, a região apresenta grande potencial ecoturístico nos quesitos de contemplação, fotografia, esportes radicais, turismo científico e educação ambiental, assim atraindo anualmente inúmeros visitantes. Destaca, também, que toda a região foi originalmente ocupada por populações indígenas, dos índios Puris, que foram sendo gradativamente dizimados pelos luso-brasileiros.

Diante dessa informação, a diversidade cultural local pode ser bem explorada sob o ponto de vista da riqueza da região e seus habitantes, bem como da invasão cultural que atinge o meio rural, em específico nas duas cidades, em vista do turismo e seu potencial de aumento.

Araponga e Fervedouro não possuem Terras Indígenas demarcadas pela Funai, ou sequer Terras Quilombolas homologadas pela Fundação Palmares, porém, isso não implica em dizer que não haja terras indígenas não demarcadas, ou comunidades quilombolas sem terras demarcadas.

Barbosa²²⁰ afirma que é importante reconhecer que há uma estrutura de sentimentos entre os Puri de Araponga, a qual vem possibilitando que eles se percebam e percebam a sua caminhada histórica. A partir da co-presença do residual e do emergente, representados pela Cultura e Educação Populares e pelos Movimentos Sociais, em um mesmo nódulo contraditório e autoalimentador, fomenta-se o brotar das diferenças agroecológicas e

²¹⁹ IEF- Instituto Estadual de Florestas de Minas Gerais. **Plano de Manejo do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro** – Encarte 1: Diagnóstico do Parque. Belo Horizonte, out. 2007.

²²⁰ BARBOSA, Willer Araújo. Cultura Puri e educação popular no município de Araponga, Minas Gerais: duzentos anos de solidão em defesa da vida do meio ambiente. 2005. 234 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005. Disponível em: <http://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/102780>. Acesso em: 02 jun. 2021. p. 94.

ecopedagógicas de cada comunidade. Essa estrutura de sentimentos residual, enquanto cultura e educação populares, abre e reforça a constituição emergencial de um movimento social delineado como tessitura agroecológica ecopedagógica, mas, por outro lado, enquanto pré-formação, carrega-se de preconceitos históricos que tomam, por exemplo, forma precipitada da clássica invisibilidade negra. Ou seja, o orgulho da ascendência indígena passa também pela compreensão de vinculação à raça negra como uma espécie de subserviência aos governantes de plantão, caracterizando, assim um preconceito racial.

O autor explica que as comunidades de Araponga relacionam-se com instâncias governamentais e não governamentais da sociedade, avançando na luta pela dignidade e pelo acesso à terra para as novas gerações, na defesa das matas nativas das Serras. Nesse cenário existe, ainda, uma escola territorializada, desde a década de 1970, ancorando-se numa organização dinâmica que busca transformar realidade local, em um trabalho de organização que possibilita o entendimento diferenciado sobre si próprio, de reconhecimento da identidade étnica variável. Toda essa trama social indica uma intensa predisposição para intervir nas políticas públicas. As organizações populares do município de Araponga buscam demonstrar, de várias formas, através de coligações, de trabalho em experimentos de diversificação da produção agrícola, de resgate de cultivares crioulas, de agrossilvicultura da fertilização dos solos, e até na construção e gestão de escolas para ampliar as oportunidades jovens adultos e das próximas gerações, uma ênfase da cultura e da educação populares na tessitura ecopedagógica agroecológica complexa. Essas organizações populares assumem as perspectivas de uma sociedade local ambientalmente sustentável, com responsabilidade social através de valores como solidariedade liberdade, associados localmente à colonialidade territorial da identidade Puri. Assim, Barbosa ressalta que a Conquista Conjunta da Terra, voltada para jovens famílias reconhecidas como respeitadoras do ambiente, que amam trabalho na terra e que envolvem-se com a comunidade em movimento seria uma espécie de re-aldeamento da população Puri ameríndia-africana. Ainda segundo o autor:

Ser Puri facilita a retomada de uma relação arcaica com 'natural', que caracteriza um fundamento da agroecologia da ecopedagogia. De toda forma, ser Puri manifesta, mais uma vez, resistência de uma etnia de agricultor@s (sic) familiares diante de novo susto de desagregação social com uma possível desapropriação de terras. Portanto, partir da criação do PARQUE é preciso re-compreender problemática do seu entorno como parte da questão da formação de identidades culturais deste Brasil secular. (...) E mais, populações tradicionais conseguem manter-se livres orgulhosas de si, não por causa de uma identidade fixista estancada no passado ou, por causa de alguma saudade de um possível ou romântico encontro harmônico com natureza, mas sim porque apesar de severa discriminação, negação, desprezo

guerras de extermínio vislumbram perspectivas de futuro com um ambiente saudável sendo recuperado pelo trabalho cotidiano.

A Identidade Puri foi e vem sendo fortalecida no município de Araponga, não sendo possível falar o mesmo em relação a Fervedouro, cujo vínculo indígena ainda se mantém invisibilizado. Várias pessoas do município de Araponga, incluindo alguns entrevistados e familiares, são autodeclarados ou autoidentificados como Puris, como informa o Documento de criação do Movimento de Ressurgência Puri²²¹. No município há, inclusive, uma entidade civil (ONG) filantrópica denominada CEPEC, fundada em maio de 2003, com o objetivo de resgate da Cultura Indígena Puri, da religiosidade de Araponga e de fortalecer o artesanato local.

É importante também registrar que em Araponga também existe a EFA Puris²²², que é resultado de uma mobilização social e de recursos do governo federal. A Escola Família Agrícola Puris foi criada em 03 de março de 2002, na Comunidade de São Joaquim, em Araponga, e apresenta uma metodologia de ensino de alternância, que propõe a busca da integração entre o homem e o campo, oferecendo Curso Técnico em Agropecuária integrado ao Ensino Médio, com habilitação em Agropecuária e ênfase em Agroecologia, e tem como público filhos dos pequenos agricultores familiares. Com a criação do Território da Serra do Brigadeiro foi demandado o primeiro projeto para a construção da escola, mas a construção da sede só foi iniciada em 2008. O local da EFA foi oriundo de uma compra coletiva de terras por agricultores e agricultoras familiares do município, que destinou o terreno para a associação.

Ramos, em pesquisa sobre o tema na região da Serra do Brigadeiro, informa:

Silva (2011, p. 214) se referindo aos atuais Puris da Serra do Brigadeiro, aponta que parece ter acontecido uma assimilação à população, mas “conformando um campesinato com estreitas relações com um componente étnico indígena”. Portanto, alerta que não se pode falar em desaparecimento do povo ou da cultura indígena. A “mistura”, no discurso oficial, teria apagado o componente étnico indígena, fazendo-o desaparecer, transformando a pessoa indígena em caboclo e em camponês, recriando-a ou até mesmo negando-a. Esse discurso de desaparecimento é apontado por

²²¹ RAMOS, Melissa Ferreira. **Re-existência e Ressurgência Indígena: Diáspora e Transformações do Povo Puri**. 2017. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2017.

²²² FERRARI, Clara Teixeira. **Territórios e Educação do Campo nas Serras do Brigadeiro**. 2011. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2011.

Carneiro da Cunha (1992) como falacioso, visando tomar as terras indígenas²²³.

Essa diferença de percepção da influência indígena foi corroborada nas entrevistas, ao se tratar do tema da preservação ambiental, sendo evidenciada também a influência do fluxo de pessoas na formação cultural do município de Fervedouro, que justificaria uma menor coesão da população em torno de um ideal comum.

Entrevistado: Eu acho que é uma cultura, né? É uma cultura que já vem de berço. Porque na verdade em Fervedouro tem muito imigrante. A maioria do povo de Fervedouro se você for procurar, não são daqui, vieram de fora, foi construindo, comprando, chegando praqui, né? Eu inclusive sou Divinense, Manhuaçu. Tô há quase trinta anos aqui, mas sou Divinense. E quando você pega, quando uma comunidade, quando uma cidade, que a maioria do povo é imigrante, e você não tem uma família cultural ali dentro, aí essa cultura não avança. e lá eu percebo que a maioria do povo são criado ali, nascido ali. Acho que aquela raça indígena, me parece.

Entrevistador: É, os Puri lá...

Entrevistado: Não é? Os Puris, isso mesmo. Então eu acho que lá preserva mais exatamente por isso (Entrevista IV).

Esse fluxo de pessoas de outras cidades se deve, em parte (além da proximidade com cidades maiores como Muriaé, Manhuaçu e Carangola), à presença da rodovia Rio Bahia na cidade de Fervedouro.

Não, eu não tenho nem noção, eu não estava aqui, eu não sei. (...) Não sei, um diferencial é que aqui tem a BR, tem um outro fluxo, pega um outro, um outro movimento, né, de Muriaé, de Manhuaçu. Que às vezes Araponga tá mais vinculada a Viçosa, né. Então às vezes tem mais o vínculo da Universidade. São Teorias, né? Não sei se é nada disso (Entrevista VIII).

O secretário de Agricultura de Fervedouro relata que, nos últimos anos, empresários de fora resolveram investir no município, com produção orgânica de outros itens.

Entrevistado: Leite, mais isso. Tem a questão de Horta, né, de plantação de tomate, essas coisas, mas isso aí já é o pessoal de fora.

Entrevistador: É de fora, de onde?

Entrevistador: É, empresários aí que tão investindo no município, né.

Entrevistador: Entendi, então tem esse, tem esse investimento, diversificação de produção?

²²³ RAMOS, Melissa Ferreira. **Re-existência e Ressurgência Indígena: Diáspora e Transformações do Povo Puri**. 2017. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2017.

Entrevistado: Tem.

Entrevistador: Tem? Mas tem de agora ou de mais tempo?

Entrevistado: Não, isso é recente. Dois anos para cá (Entrevista VII).

O grande fluxo de pessoas de fora em Fervedouro também é percebido na empregabilidade dos estabelecimentos agropecuários.

Quadro 6 - Pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários

Referência	Araponga (pessoas)	Fervedouro (pessoas)
Pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários	4.329	5.381
Com laço de parentesco com o produtor	3.059	3.274
Sem laço de parentesco com o produtor	1.270	2.107

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2017 - Resultados definitivos.

Como forma de aproveitar esse fluxo de forasteiros no município também em prol dos agricultores, o serviço de ATER da EMATER e a Prefeitura Municipal estão construindo uma feira livre. O município já possuiu uma, tendo sido a mesma interrompida. Atualmente, o movimento de resgate da feira em Fervedouro realça seu aspecto de patrimônio cultural do município.

E esse projeto de Lei nosso, a gente pegou a cópia do de Carangola para construir. Tem um decreto, eu não sei se é um projeto de lei ou se é um decreto, eu sou meio ruim dessas coisas. E aí gente pegou pra construir um nosso aqui, sabe? Pra ter uma garantia, né, algo assim, porque é de certa forma um patrimônio do município, né? Além da parte de comercialização de produtores, é um evento cultural que o município oferece, né? E a ideia nossa é que a feira pegue o público da BR e o público da cidade, então ela vai ser ali na margem da BR. Para acessar públicos diferentes, né. E também não só hortifrúti, a gente tá trabalhando com processados, com pão, doce, e com artesanato também, que aqui tem muitos artesões. Então a gente tá buscando incluir e aí o nome vai ser feira da agricultura familiar e dos artesões de Fervedouro, para tentar incluir (Entrevista VIII).

Em Araponga, a feira livre viabiliza o escoamento dos produtos dos agricultores familiares, mormente os agroecológicos – que não fazem parte do circuito econômico convencional, guarnecido pelo agronegócio –, e fortalece a economia local. O evento é mais recente também, e ainda não possui garantia de funcionamento como política pública formal.

Entrevistado: E igual eu já falei com você, tem a municipal também, com essa feirinha. Essa feirinha caba sendo uma política municipal porque é a prefeitura que tomou essa decisão de fazer essa feira, exatamente para dar oportunidade para esses agricultor familiar tá vendendo o produto, entendeu? Então é uma forma de eles obter renda, então essa é a política que a prefeitura faz de incentivá-los, através da Secretaria aqui, e criar essa feira para escoar, tá vendendo o produto deles. (...) Essa feirinha foi, foi uma iniciativa de um deputado, (...), ele é até de Viçosa é um deputado estadual. Foi ele que conseguiu essas barraquinhas, essas barracas, agora 12, são 12. Vieram para cá, né Regivaldo, e aqui tão. Tem muitas barracas (...) mas que foi, essas barraca ajudou muito o pequeno produtor para vender os produtos deles, da horticultura, né, olericultura.

Terceiro: Vendia os produtos, e toda a feirinha tinha um, um momento cultural lá, sabe, uma viola, cantando, então atraia bastante público.

(...)

Entrevistado: Mas é assim, é, acabar com o pessoal que tá lá, eu acho que dificilmente acontece. (...) Não tem, fala com você que tem alguma coisa legal, não passou nada na câmara assegurando que, que foi criado por lei, não tem nada disso não. Agora, o que pode acontecer é como em muitos programas acontece. (...) Mas ela já, o pessoal, se você perguntar para mim assim, ó, o pessoal pegou gosto? Pegou. A comunidade já pegou gosto, ela é uma realidade, o pessoal tá sentindo falta, os barraqueiros também tão sentindo falta, que eles tavam vendendo bem, vendendo o produto deles. A cidade agradecia, porque ao invés de você ficar ligando para o cara pedindo para trazer verdura, cê ia sexta-feira na feira e comprava a verdura dele. Então, eu acho que essa força aí que não deixa ela acabar, entendeu? (Entrevista VI).

Nesta entrevista, foi relatado que não havia controle da origem dos produtos, se eram orgânicos ou não, e se eram agroecológico ou não.

Nós não temos é o seguinte, que de repente você pode tá perguntando o seguinte, se nós temos regimento ou estatuto, por exemplo, ah, qual, qual é a garantia que você dá para aquele que tá comprando o produto lá? Segurança? Aquele produto tem agrotóxico, não tem, se ele é de boa qualidade, isso aí nós não temos, entendeu? (Entrevista VI).

Podemos perceber que a feira livre é um importante espaço cultural, de fortalecimento da agricultura familiar e dos pequenos agricultores, e mesmo não sendo uma política específica da Agroecologia, pode servir de estímulo à transição agroecológica.

Muita coisa assim que eu vou dizer que a prefeitura de certa forma me ajuda, (...) deus que ajuda, né? Mas que eu acho que a gente ajuda mais que eles, né, que foi a feira livre lá embaixo, né? Que eles conseguiram a barraca pra gente fazer a feira livre, mas a gente já fazia a feira agroecológica aqui. Então assim, que aí é mais nesse sentido, mas não tem aquela coisa específica, esse apoio não (Entrevista I).

Para uma melhor organização do texto, analisaremos a preservação ambiental e o desenvolvimento sustentável na próxima seção.

3.5 A preservação ambiental com inclusão social e o Desenvolvimento Sustentável

A perspectiva da Agroecologia, traduzida pelos princípios da Lei do Polo, não adota apenas a diversidade em sua matriz básica, mas também a preservação ambiental com inclusão social e o desenvolvimento sustentável, conforme previsto no artigo 2º, incisos I e III do instrumento jurídico.

A preservação ambiental se relaciona diretamente com a inclusão social não apenas no que tange ao desenvolvimento e melhoria das condições socioeconômicas das populações locais pela preservação ambiental – como no caso do ecoturismo, na valorização econômica dos produtos orgânicos, na diversificação da produção, estímulo ao artesanato, e outros –, mas também pela inclusão dessas pessoas como agentes da preservação.

A inclusão social, como elemento diferenciado do elemento socioeconômico do desenvolvimento sustentável, deve enfatizar prioritariamente as categorias de pessoas historicamente excluídas do processo de socialização, como negros, indígenas, mulheres, jovens e trabalhadores rurais.

Quadro 7 - Estabelecimentos agropecuários dirigidos pelo produtor, por sexo

Sexo do Produtor	Araponga (estabelecimentos)		Fervedouro (estabelecimentos)	
	2006	2017	2006	2017
Masculino	1.293	1.290	1.135	1.085
Feminino	119	148	113	171
Não se aplica	-	-	-	2

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006, Censo Agropecuário 2017 – Dados Definitivos.

Em 2017 foi incluída, pela primeira vez, a categoria “Cor ou raça do produtor” nas pesquisas oficiais.

Quadro 8 - Estabelecimentos agropecuários dirigidos pelo produtor, por cor ou raça

Cor ou raça do produtor	Araponga (estabelecimentos)	Fervedouro (estabelecimentos)
--------------------------------	------------------------------------	--------------------------------------

Branca	416	683
Preta	195	41
Amarela	10	14
Parda	813	518
Indígena	4	-

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2017 – Dados Definitivos.

Mesmo diante da grande diversidade de conceitos de Desenvolvimento Sustentável e de ações do Estado nesse sentido, a pesquisa não pretende definir o desenvolvimento sustentável, mormente tomá-lo na sua complexidade, tornando-o um objetivo idílico ou utópico. Pretendemos, sim, sugerir instrumentos ou dados de acompanhamento de sua evolução, e questionar eventuais dados existentes, para que esse instante seja registrado e, quem sabe, até trabalhado no debate interno do território. Essa perspectiva pode evidenciar ações locais que podem ser trabalhadas para aumentar a sustentabilidade do desenvolvimento dos municípios de Araponga e Fervedouro, gerando um desenvolvimento mais sustentável que o atual, ainda muito marcado pelo interesse econômico.

Não se pretende, também, resumir o desenvolvimento ao meio ambiente, mas sim concebê-lo como uma dimensão do desenvolvimento e que, portanto, deve ser internalizado em todos os níveis de decisão.

Os indicadores de Desenvolvimento Sustentável oficiais apurados pelo IBGE²²⁴ incluem a Dimensão Ambiental – com as categorias Atmosfera, Terra, Água Doce, Oceanos, mares e áreas costeiras, Biodiversidade e Saneamento; A Dimensão Social, com População, Trabalho e rendimento, Saúde, Educação, Habitação, Segurança; a Dimensão Econômica, com o Quadro Econômico, e a Dimensão Institucional, com o Quadro Institucional e Capacidade Institucional.

Vitarelli²²⁵ enfrenta o problema da utilização indiscriminada do termo desenvolvimento sustentável no Território da Serra do Serra do Brigadeiro (ou no entorno do PESB, como delimitado no estudo) focando o questionamento nas dimensões e critérios de sustentabilidade adotados pelas ONG na condução de projetos fundamentados nesse termo. Essas ONG são responsáveis pela disseminação dessas perspectivas de desenvolvimento

²²⁴ IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Indicadores de Desenvolvimento Sustentável. 2015. Estudos e Pesquisas. **Informação Geográfica**, n. 10. Rio de Janeiro: IBGE, 2015.

²²⁵ VITARELLI, Camila Costa. **A Concepção de Desenvolvimento Sustentável na atuação de ONG o Entorno do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro – MG**. 2005. Tese (Mestrado) - Extensão Rural, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2005.

sustentável na região, embora seja extremamente difícil para uma entidade ou um projeto atingir todas as dimensões de todas as variáveis desse conceito múltiplo. Nesse sentido, a autora acima mencionada sugere em sua hipótese que a falta de parcerias ou de uma rede entre organizações governamentais e particulares dificulta a maior eficácia na atuação e uma maior abrangência de critérios de sustentabilidade.

Desde as teorias que enquadram outros aspectos ou dimensões outras para além da econômica no conceito de desenvolvimento àquelas que inserem estas dimensões na sustentabilidade, optamos, sobre a consideração de um desenvolvimento mais sustentável, por incluir a preservação ambiental com inclusão social na sua análise.

A paisagem cultural – sobretudo quando se aborda o rural como o centro das relações que mantém e sustenta a intensa paisagem oculta, complexa e dependente do urbano –, é diretamente vinculada ao ambiente e ao seu estado de preservação em condições ideais, ou equilibrado. Pressupõe-se que o meio ambiente equilibrado está sendo preservado em sua “idealidade”, como a capacidade de manutenção de toda a vida existente no meio ambiente, similar ao que acontecia antes da superpopulação e da hiperconcentração humana decorrente da urbanização moderna, ligada ao capitalismo e à industrialização. Nesse ínterim, analisar a paisagem sob a ótica da sustentabilidade ou de um processo mais sustentável, quando se considera esta um instrumento de preservação do patrimônio cultural brasileiro, significa permitir o desenvolvimento de todos os seus elementos e relações em sua integralidade.

Dessa forma, o desenvolvimento sustentável local não pode ser mensurado ou analisado apenas por elementos lineares hierarquicamente, previamente definidos como parâmetro de desenvolvimento ou de sustentabilidade. A legitimação do desenvolvimento sustentável passa pela sua definição e valorização pela população local, como elemento humano do ambiente e beneficiária direta da sustentabilidade deste, como principal agente modificadora – enquanto seres humanos e culturais – do meio ambiente, e como criadora ou influenciadora das políticas públicas.

A esse respeito, Ortega informa que o enfoque territorial no Brasil iniciou-se quando a perspectiva territorial deixou de associar-se ao espaço municipal para constituir-se em espaços intermunicipais (território zona). Naqueles territórios que apresentavam baixa dinâmica econômica e social, o Estado, por meio de políticas públicas, induziu os territórios rurais, mediante a constituição de arranjos socioprodutivos cujo enfoque era a participação de

representantes da sociedade civil organizada, para fomentar o desenvolvimento autônomo e endógeno nestes territórios²²⁶.

Esse processo, iniciado na década de 1990, já fora iniciado de forma peculiar na Serra do Brigadeiro, sobretudo em Araponga, pelos movimentos ligados à igreja e, posteriormente, às ONG e universidades, notadamente após a instituição pelo Estado, e pelo custeio das atividades, diretamente ou por meio da sociedade organizada.

Ortega²²⁷ explica que as dificuldades para a construção da coesão territorial, entretanto, eram ainda mais evidentes nas realidades de territórios deprimidos, com grandes assimetrias de poder. Logo, a base desse desenvolvimento territorial estaria na identificação ou criação de uma cultura no território centrada na crença em uma perspectiva de desenvolvimento, alicerçada em capacidades e recursos existentes em nível territorial, no aproveitamento de recursos humanos, na mobilização de atitudes e valores, com o objetivo de criar uma trajetória de desenvolvimento. Nessa situação, para o sucesso de um projeto de caráter incluyente e com boas chances de sucesso, o rural deve ser visto sob uma perspectiva para além da estritamente econômica: uma perspectiva espacial, onde se vive, se produz, se preserva e se contempla a natureza, levando a uma visão territorial sobre o rural, com um processo de desenvolvimento endógeno a partir das forças econômicas e sociais locais.

Continua o autor explicando que os programas seguintes ampliaram o papel do Estado para que se alcançassem os objetivos traçados, mas que continuaram assentados na orientação de uma expectativa de desenvolvimento endógeno. Nesse aspecto, o desenvolvimento do Território de Identidade dentro do Programa Territórios Cidadania foi, além de incentivador da organização social, fruto de uma organização social ocorrida anteriormente por uma conjuntura histórica e geográfica peculiar. Porém, dentro desse programa, cabe ao estado, além de estimular o protagonismo social na indução dos arranjos socioprodutivos territoriais, desempenhar o papel de coordenação de múltiplas ações nas diferentes áreas.

O arranjo criador dos laços entre os municípios do território foi originado no conflito do Estado com a população, tanto na sua ação de criação do parque, quanto na sua inércia anterior em promover o desenvolvimento da região ou a preservação da mata atlântica. O Estado, em especial a nível federal, sempre foi apenas uma fonte de financiamento de projetos

²²⁶ ORTEGA, Antônio César. As políticas territoriais rurais no Brasil: As ações do Governo Federal. In: ORTEGA, Antonio César; PIRES, Murilo José de Souza (org). **As políticas territoriais rurais e a articulação governo federal e estadual**: um estudo de caso da Bahia. Brasília: Ipea, 2016. p. 31-54.

²²⁷ *Idem.*

e diagnósticos, seja pelo custeio de projetos da sociedade mobilizada (geralmente representada por uma ONG), seja pelo apoio através de órgãos de ATER.

Vitarelli²²⁸ apontou que o trabalho das ONG da região possui uma concepção de desenvolvimento sustentável dentro da proposta teórica de sua pesquisa, ou seja, envolvendo todos os indicadores que considera necessário, porém, esses projetos não são elaborados em conjunto com as organizações que atuam na Serra, e a única ação conjunta das entidades foi feita pra o Programa de Desenvolvimento Territorial que foi elaborado com a finalidade de colocar a região da Serra do Brigadeiro como área de território prioritário, e assim receber recursos do Governo Federal para o desenvolvimento da região. Os projetos das ONG se concentram em algumas cidades e comunidades específicas, não atendendo todo o entorno de forma homogênea. A concepção da Serra do Brigadeiro como um território ainda é falha em termos de ações concretas, e nas entrevistas feitas com a população local percebeu-se que não há eficácia no atendimento dos critérios, sobretudo, o social e o econômico.

A preocupação com o meio ambiente foi o principal fator de criação do PESB como Unidade de Conservação e de atuação das ONG nos municípios. Mas, apesar dessa preocupação estar presente também na territorialização para fins de gestão de território em âmbito federal, o foco das políticas públicas de desenvolvimento concentra-se nas comunidades, os seres humanos. Os programas de desenvolvimento territorial visam à superação da pobreza e à geração de renda no meio rural. Nesse intuito, os principais atores atendidos pelo programa são os agricultores familiares, as comunidades e povos tradicionais do campo, como quilombolas, populações indígenas, ribeirinhos e populações extrativistas.

Algumas especificidades no contexto de construção do Território da Serra do Brigadeiro chamam a atenção, pois este se constituiu em rede. O conjunto processual na rede do território e os conflitos que a constituem definiram os processos de institucionalização do mesmo. Na experiência deste território, os agricultores familiares são o grupo mais envolvido ativamente com a política, o que se refere, sem dúvidas, às marcas da práxis acumulada ao longo dos tempos. O PESB foi um marco histórico fundamental na criação do Território Rural da Serra do Brigadeiro, tanto que, nos termos de demarcação, o Território possui os mesmos limites físicos do PESB²²⁹.

²²⁸ VITARELLI, Camila Costa. **A Concepção de Desenvolvimento Sustentável na atuação de ONG o Entorno do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro – MG.** 2005. Tese (Mestrado) - Extensão Rural, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2005. p.78.

²²⁹ LOPES, Helena Rodrigues; GOMES, George Armando Silva; CALIXTO, Juliana Sena. RIBEIRO, Eduardo Magalhães. Historicidade e políticas públicas: um estudo sobre o Território Rural da Serra do Brigadeiro, MG.

Vitarelli relata também que, durante a consulta à população local do Território da Serra do Brigadeiro, foi observado um nível baixo de sustentabilidade entre os critérios que analisava. As condições socioeconômicas dos moradores do entorno do PESB eram precárias e a renda não estava nas melhorias ocorridas no período analisado. Na prática, sua pesquisa verificou que o critério ambiental se constitui na principal mudança percebida pelos moradores, sendo a conservação ambiental de considerável relevância em relação às demais melhorias (e ainda pendente de ações). Enquanto as ONG atuavam, em sua maioria, privilegiando apenas o critério ambiental, dadas as imposições que a própria proximidade com o PESB colocavam, as questões socioeconômicas e até mesmo culturais dos moradores do entorno ficavam à margem da atuação das ONG²³⁰.

A criação do PESB e a atuação das ONG na região já denotavam um quadro de maior preservação e recuperação do meio ambiente, porém, mesmo com a criação daquele, os estudos²³¹ sobre o tema mostram que sempre existiu uma preocupação com a preservação da água e das matas ciliares em todos os municípios estudados.

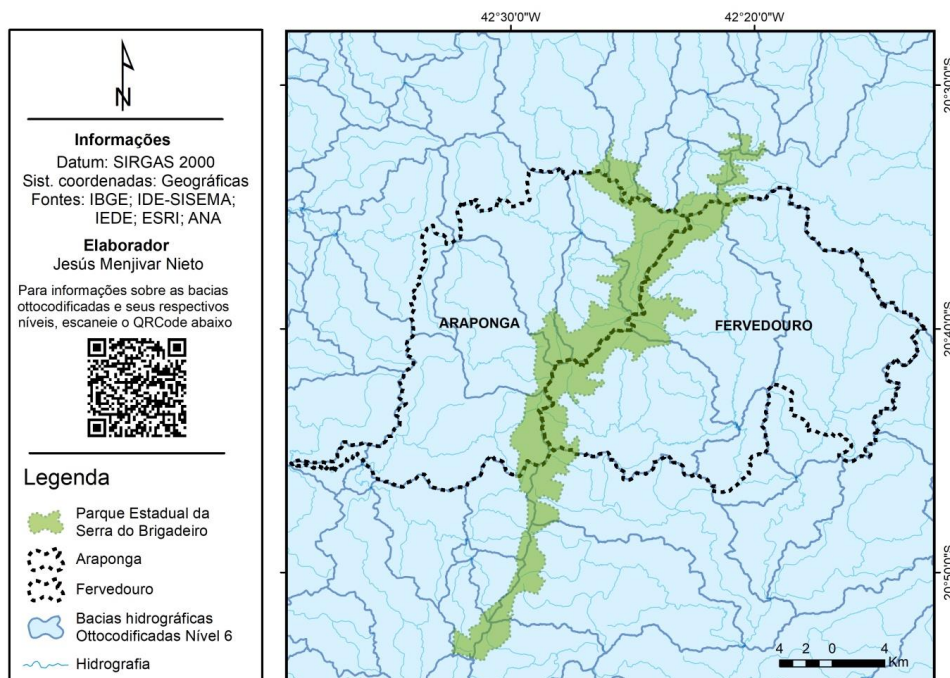
A preocupação com as águas em Araponga e Fervedouro, assim como toda a Serra do Brigadeiro, se torna ainda maior em virtude da localização do território no divisor de águas de duas das maiores bacias hidrográficas da região sudeste do país, a do rio Doce e a do rio Paraíba do Sul.

In: 17º Seminário sobre a Economia Mineira, 2016, Diamantina, MG. **XVII Seminário sobre a economia mineira [recurso eletrônico]: anais.** Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2016.

²³⁰ VITARELLI, Camila Costa. **A Concepção de Desenvolvimento Sustentável na atuação de ONG o Entorno do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro – MG.** 2005. Tese (Mestrado) - Extensão Rural, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2005.

²³¹ IEF- Instituto Estadual de Florestas de Minas Gerais. **Plano de Manejo do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro** – Encarte 1: Diagnóstico do Parque. Belo Horizonte, out. 2007.

Figura 16 - Hidrografia de Araponga e Fervedouro - PESB



Fonte: Elaborada pelo autor.

Essa importância das águas que nascem nos municípios analisados não é desconhecida da população, como reconhece um dos entrevistados.

Sim, porque nós estamos (...) numa região que é produtora de água. Nós temos dois divisores de água que é importante. É que nós temos aqui a vertente da, do Oeste, né, que é a Bacia do Rio Doce, o município é cheio de nascentes, e do outro lado do Parque, que você pega Miradouro, que você pega Fervedouro, Divino, né, que o outro lado que é o Leste, né, que é a vertente aí onde estão as nascentes do Rio Parnaíba, né? (...) Então a gente tem um divisor de águas aí que nós estamos no meio, quer dizer, que são grandes produtores de água, então se a gente não cuidar desse ambiente para que essa água se mantenha, quer dizer, a mesma, nós vamos deixar de contribuir com um monte de cidades daqui a baixo até chegar no, lá no, em Rio de Janeiro e Espírito Santo, né? Com água de qualidade para esse povo, né? E eu acho que nós hoje, e hoje, diante do que aconteceu com Mariana, né, como a água que aqui chega até o Rio Doce, nós temos uma missão, nós estão contribuindo para que a possa fazer a limpeza daquela água, a descontaminação daquela água. Para que chegue uma água de qualidade para que possam botar outros peixes naquele rio lá do, do Rio Doce. Então a gente tem uma missão muito grande. E a agroecologia tem essa função porque é uma alternativa de você contribuir com o meio ambiente para que ele mantenha uma temperatura mais agradável, que possa ter um ambiente que possa ter uma, um período chuvoso mais constante, isso influencia (Entrevista II).

Para a população local de Araponga e Fervedouro, uma maior sustentabilidade se reflete na qualidade e quantidade das águas, mantidas pela não utilização de agrotóxicos e pela preservação da mata, que protege os cursos e o volume d'água.

Então aqui eles preocupa muito, oh, preocupa muito, o sistema agroecológico, eles preocupa muito com a água - manter a água ali na propriedade deles, entendeu. Manter a qualidade do solo deles através das folhas, das próprias árvores, ter um solo orgânico melhor, uma compostagem melhor, cê entendeu, e caba os pássaros, tudo ali vivendo dentro da propriedade ali de uma forma saudável que todo mundo acha espaço para tudo e eles aproveitam para tirar a produção deles. Sem trazer impacto ambiental. (...) Se todo mundo tivesse lá atrás pensando no meio ambiente, essas coisas, não estaria igual você tá vendo aí hoje, pasto degradado, a água a cada dia abaixando mais, faltando - isso não é só lá fora, aqui também, entendeu? (Entrevista VI).

A não utilização de agrotóxicos, ou a diminuição do seu uso, encontra fundamento também na redução do impacto ambiental, mantendo a qualidade da água:

A agroecologia que, que eles têm aqui, até, vamos por, associar o natural, né, o que já tem ali, por exemplo, tem lugar, tem propriedades aí que já tem a mata ali, né, já tem as cultura típica daquela, daquela, daquela região, e eles vêm com o café, né, implantando o café de uma forma também agroecológica, sem agrotóxicos, consorciando com essas plantas, né, consorciando com essa planta de forma que não tem impacto no meio ambiente. Eles conseguem tá ali mantendo a água deles, mantendo a qualidade do solo, colhendo o cafezinho deles e não alterando o ecossistema deles ali, né? (Entrevista VI).

Dá uma grande vantagem, você preserva tudo, né? Você preserva o humano, preserva os animais, né, e preserva as nascentes, porque é a coisa mais, como que fala, a coisa mais rica que nós temos aqui é as nossas nascentes. Inclusive essa briga nossa contra a mineradora, que tá aí pensando em trombar o nosso parque, né? Nós estamos na briga contra exatamente por isso, porque as nossas nascente fundamental tão na barra do parque, tanto de um lado quanto do outro, né? Aí, só aquele raio, eu moro a 50, eu acho que 50 quilômetros do parque, né, que eu moro pra aqui, seguindo a Divino, outra indo para Divino, mas vai prejudicar também as minhas nascente. Então esse químico que é usado ele prejudica todas as nascentes da região, porque nós estamos na bacia, né? De água, todas as veia, e ali vai... (Entrevista IV).

Conforme o relato do entrevistado, a preservação das águas é um tema de muita importância e relevância atual, tendo em vista que o território vem sofrendo com a constante ameaça da mineração. Toda a região é rica em diferentes tipos de minérios, sobretudo a bauxita, que é utilizada para a fabricação de alumínio e cerâmica, sendo o Brasil o terceiro

maior produtor do mundo, e o Pará, Amazonas, Minas Gerais e Amapá os estados com as maiores reservas.

O IEF-MG relata que a atividade mineradora no entorno do PESB, por ser potencialmente causadora de impactos ambientais, também representa uma ameaça à UC. A partir de consulta ao banco de dados do Departamento Nacional da Produção Mineral (DNPM), foi identificado que aproximadamente 10% (1.369,11 ha) da área do Parque e 16% (49575,69 ha) da Zona de Amortecimento estão situadas em áreas de concessão das mineradoras: Rio Pomba Mineração, CBA, Mineração MMX e Mineradora Corumbaba²³².

No que tange à preservação das matas, pelos dados oficiais do IBGE²³³, dos 578 estabelecimentos agropecuários cadastrados em Minas Gerais com madeira em toras como produtos da extração vegetal, 03 são situados em Fervedouro, enquanto Araponga não apresenta nenhum. E o que chama mais atenção é que, dos 33.000 metros cúbicos produzidos nos 578 estabelecimentos, os 3 de Fervedouro são responsáveis pela extração de 1.000 metros cúbicos de madeira em tora.

A inexistência do extrativismo de madeira em dados oficiais para o município de Araponga não significa que não exista, de fato, extrativismo nesta cidade, mas reflete uma diferença na cultura preservacionista em relação a Fervedouro. Essa diferença pode ser vista em uma das entrevistas:

Entrevistada: Eu acredito que sim, porque aqui a gente tem muitos solos degradados, né. E essa produção aí seria ideal para a gente recuperar, o nosso solo, porque muita gente fala em abrir áreas, abrir áreas, abrir áreas. Mas se a gente cuidasse daquilo que já está aberto, que tá degradado, seria muito melhor para Fervedouro, pro Brasil todo aí também. Tem muita área degradada aí que usou é, sem, talvez não fez análise de solo, jogou qualquer coisa, jogou muito produto químico, né? Deixou descoberto.

Entrevistador: E esse abrir áreas que o pessoal fala aqui é abrir área de mata mesmo?

Entrevistada: É, abrir área, ou de capoeira, né? Onde tem, tem capoeira. Aqui em nossa região a gente não... vê, mas vê pouco, né? O pessoal faz, mas faz de maneira mais... Não igual a gente vê aí fora, né? O pessoal cortando, igual a gente vê no Amazonas e vê no Pantanal, pessoal cortando, coisando. Aqui a gente vê mais de uma forma mais...

Entrevistador: Escondido?

Entrevistada: Mais escondido. Porque fica com medo, né? Tem o parque inteiro, aí eles vai cortando uma árvore ali, outra aqui. Vai cortando (Entrevista IX).

²³² IEF- Instituto Estadual de Florestas de Minas Gerais. **Plano de Manejo do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro** – Encarte 1: Diagnóstico do Parque. Belo Horizonte, out. 2007.

²³³ IBGE, Censo Agropecuário 2017 – Dados definitivos.

No que tange à utilização de agrotóxicos, atividade vedada nas produções orgânicas e indesejadas nas agroecológicas, não há grande diferença na sua utilização entre os municípios, mormente se considerada a produção de cada um, mas há uma diferença considerável na sua não utilização.

Quadro 9 - Uso de Agrotóxico por estabelecimento agropecuário

Agrotóxicos	Araponga (estabelecimentos)	Fervedouro (estabelecimentos)
Utilizou	239	280
Não utilizou	1.199	978

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2017 - Resultados definitivos.

Já em relação a outros modos mais sustentáveis de utilização da terra, os índices oficiais demonstram que há um maior cuidado com a preparação do solo em ambos os municípios, com um aumento nos últimos anos do percentual de plantio direto na palha nos dois municípios, com inúmeros benefícios ao solo e à proteção da qualidade da água. Já o cultivo mínimo (só gradagem) diminuiu nos últimos anos em Araponga, com o aumento do cultivo convencional (aração e gradagem ou gradagem profunda), enquanto, em Fervedouro, o Convencional diminuiu e aumentou o mínimo.

Quadro 10 - Sistemas de Preparo do Solo, por estabelecimento

Sistemas de Preparo do Solo	Araponga (estabelecimentos)		Fervedouro (estabelecimentos)	
	2006	2017	2006	2017
Cultivo convencional	10	20	75	56
Cultivo mínimo	88	61	11	28
Plantio direto na palha	89	166	144	341

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006; Censo Agropecuário 2017 - Resultados definitivos.

A percepção da necessidade de melhoria do ambiente, rumo a um relacionamento mais sustentável com o meio ambiente, e dos benefícios do trabalho agroecológico para esse fim é observada na fala da população de ambos os municípios.

Demais da conta. Eu considero porque assim, à medida que vem esse trabalho de agroecologia pro nosso município, na região, uma pesquisa que o Heitor fez na UFV, que comprovou que com esse trabalho de plantar café com árvores, pastagem, tudo, aumentou 7% de mata aqui na Zona da Mata, né? O que é diferente de outros locais que vai acabando, então assim, de que a agroecologia, tanto frutífera que foi inserida no meio da lavoura, por exemplo, foi o que fez essa diferença para nós. Então a qualidade do ar mudou, aqui um monte de coisa (Entrevista I).

O Plano²³⁴ Territorial de Desenvolvimento Territorial Sustentável da Serra do Brigadeiro definiu cinco eixos desse desenvolvimento rural sustentável: a Preservação e Recuperação do Meio Ambiente; Turismo Rural, Agricultura Familiar Diversificada, Agroindústria Familiar e Artesanato e Cultura. Sobre ele, diversos trabalhos foram desenvolvidos sobre os temas no âmbito da academia, tanto na UFV, como mencionado acima, como em outras instituições de ensino. Porém, pouco foi colocado em prática, pela forma como essa complexa rede de políticas públicas se estrutura, ainda que todas visem ao desenvolvimento sustentável.

Vitarelli²³⁵ esclarece que todas as ONG atuante na Serra do Brigadeiro têm a percepção da necessidade de ações integradas envolvendo o equilíbrio entre os municípios e entre as áreas rurais e urbanas, mas que esse projeto ainda não foi implementado. A autora comenta que o critério cultural e os sociais e econômicos não se desenvolveram por falta de ações concretas, e até mesmo no critério ambiental as ações concretas não progridem muito, pois dependem dos órgãos públicos, gestores do PESB e outros envolvidos na concepção dos programas públicos de desenvolvimento. A criação de uma rede de ONG no entorno do PESB para troca de informações e conhecimentos sobre os problemas locais poderia auxiliar na proposição coletiva de ações integradas, gerando a sustentabilidade desejada sem a sobreposição de ações ou a ausência de algum tipo de ação necessária para se atingir um desenvolvimento sustentável. Nesse ponto, o programa de desenvolvimento territorial é um bom incentivo para a maior interação das ONG, e entre elas e a população do entorno.

A realidade das ONG é a mesma dos programas de desenvolvimento e gestão do território, ou seja, não há facilidade de se estruturar uma rede ativa de para busca de propostas

²³⁴ Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata - CTA-ZM (Exec.). **PTDRS. Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável - Território da Serra do Brigadeiro – MG.** Território da Serra do Brigadeiro: MDA, 2005. 81p. Disponível em: <https://ctazm.org.br/bibliotecas/plano-territorial-de-desenvolvimento-rural-da-serra-do-brigadeiro-mg-140.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2020.

²³⁵ VITARELLI, Camila Costa. **A Concepção de Desenvolvimento Sustentável na atuação de ONG o Entorno do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro – MG.** 2005. Tese (Mestrado) - Extensão Rural, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2005. p. 87.

coletivas ou mesmo de ações coletivas. As políticas públicas que refletem nas ações das ONG já são desconexas e burocráticas, sendo financiadas por meio de projetos apresentados pela sociedade organizada. Ao passo que a PEAPO e a PLANAPO, no âmbito federal, são financiadas por diversos meios, como crédito rural, seguro agrícola e de renda, programas de compras governamentais, e possuem outros mecanismos de atuação indireta como medidas fiscais e tributárias, pesquisa e inovação científica e tecnológica, assistência técnica e extensão rural e outros instrumentos institucionais públicos, a Lei Estadual do Polo Agroecológico é vinculada as fontes previstas na Lei Estadual nº 21.146/2014, que instituiu PEAPO. Esta, por sua vez, é vinculada, inclusive no que tange a recursos, à Lei nº 11405, de 28/01/1994, que dispõe sobre a Política Estadual de Desenvolvimento Agrícola. Desse modo, essa realidade jurídica mostra as políticas públicas de gestão territorial e as políticas públicas de Agroecologia se tocam apenas na questão da preservação e Recuperação do Meio Ambiente e na melhoria das condições da população rural.

As políticas públicas e a forma de financiamento de projetos da sociedade organizada, apesar de valorizarem a autonomia e o protagonismo, partem do princípio de que essa realidade é igual em todos os municípios. Ao invés de se complementarem, os projetos atuam em um só sentido, ou atuam de forma local, sem priorizar a equidade entre municípios e comunidades, e sem vincular o ambiente urbano, gerando diferentes estágios de desenvolvimento em municípios dentro do mesmo território ou entre comunidades dentro de um mesmo município. Um exemplo disso é a própria política do café, que se configura o principal produto agrícola e fonte de renda dos municípios de Araponga e Fervedouro, mas recebem tratamento diferenciado tanto na questão do incentivo quanto na questão de apoio técnico.

As ações que foram mais integradas em Araponga, envolvendo mais atores, tiveram melhores resultados sociais, ainda que não ideais, pois envolveram uma ampla rede de atores, criada desde a conquista de terras, e de outras territorialidades históricas, como a cidade de Viçosa.

E o que eles precisam da gente de alguma informação técnica, eles vêm até aqui, tá certo. Ou, conforme for, na Secretaria de Agricultura ou na EMATER, porém eles também têm aquelas pessoa do CTA, ou mesmo da EPAMIG que assistem eles direto lá, na propriedade. Mas o regime deles mais é isso. Trabalhar com a família, diversificação de cultura, quando precisa de apoio vem aqui, e abastece. A produção, mas é local. Tem feirinha aqui, a feirinha da prefeitura, então o que acontece, olha aí, isso aqui que está acontecendo aqui existe um programa que se chama PAA, do Ministério da Cidadania. Todas essas verduras que chegam aqui, frutas, verduras,

legumes, são da agricultura familiar. Aí o que acontece, é esse programa compra essas verduras deles e nós levamos para o Hospital São Sebastião, de Viçosa, e o São João Batista. E levamos também aqui pro CRAS. O CRAS aí que ajuda as famílias de carentes do município, entendeu? Mas mais é assim, atendendo a cidade com uma cultura mais saudável, mais saudável, aí acaba vendendo de porta em porta e obtendo isso a renda dele. E tem o café que é o carro chefe. Aí o café também trabalha junto com a família e vende no mercado aqui do, da cidade mesmo, porque tem muitos compradores. Então o café é escoado para fora, mas tem muitos compradores aqui. E outros, tem um pessoal da agricultura orgânica, que eles colhem o café e já manda para uma cooperativa lá do, lá do Sul de Minas. (...) E nós temos uma parceria muito boa com a EMATER, que a EMATER nós tamo aqui dentro, na mesma sala, nós trabalha sempre em parceria com o outro, para atender o produtor (Entrevista VI).

Porém, mesmo com essa situação “privilegiada” diante de Fervedouro, a população local encontra dificuldades pela falta de integração das políticas públicas em diferentes âmbitos e de outros fatores culturais.

O que eu considero? A dificuldade, né? Tá. Uma grande dificuldade que aqui a gente tem, uma delas eu já falei, né, que a gente não tem hoje, uma dificuldade que a gente não tem hoje políticas públicas, né, que favoreça, que facilite, que incentive, que motive para que mais pessoas possa tá produzindo, possa tá defendendo, então falta essa dificuldade. Uma outra dificuldade que a gente tem na questão da agroecologia, né, que acho que tão caminhando agora com a rede, rede Raízes da Mata, né, que é uma forma de escoar essa produção para que esses produtos de qualidade, né, que sai da agricultura familiar e agroecológica, que pode chegar até aí as periferias da cidade, e outras pessoas também possam receber esse alimento de qualidade. Que é uma outra dificuldade é essa, né, uma que é apoio, incentivo de políticas públicas e outra coisa que é a questão da, do escoamento, uma política pública que possa facilitar esse escoamento dessa produção, entendeu? E motivar para que mais pessoas possam trabalhar essa questão (Entrevista II).

Eu falo que, dificuldade a gente usa no sentido assim, que, primeira coisa é mudar o pensamento. Eu falo que as pessoas ela foi tão, é manipulada no sentido dela aprender a usar o veneno, é o mais fácil, ela costumou a buscar no buteco. Então assim, de mudar esse pensamento. E outra coisa assim que eu acho o sistema do agronegócio ele bate muito forte, no vender veneno, essas coisas, então assim, eu acho que isso tira muitas pessoas de linha. E a facilidade, que eu falo que trabalhar com veneno, ele é mais fácil de trabalhar na cabeça das pessoas do que trabalhar com a agroecologia, que você tem que capinar, roçar, manejar. Você pega o raio de uma bomba de veneno e vai lá e joga, né? E então isso é muito comum na cabeça das pessoas. Então isso que eu acho que seria muito pesado (Entrevista I).

Olha a agroecologia em si, eu acho que hoje o maior dificultador seria a mão de obra, porque hoje eles pedem, inclusive prega como bocó aquele que pega uma enxada e vai capinar. Quando você está lá na roça capinando, alguém

fala assim: ih, meu filho, isso aí é tempo antigo, você está atrasado no tempo. E aí assim, fica muito, a mão de obra que está muito restrita né, na família e às vezes são poucas pessoas. Às vezes você precisa, a demanda de produção às vezes é até maior, mas com mão de obra você restringe a quantia de produto. (...) Uma outra coisa que eu acho é que o consumidor é muito mal educado. Eu falo que o consumidor não tá preocupado com esse negócio não (Entrevista III).

Em Fervedouro, porém, além dos mesmos problemas de Araponga, o município experimenta dificuldades com orientação, conhecimento, mobilização social e mercado para os produtos mais ecológicos, até mesmo para o café orgânico ou agroecológico, que na cidade vizinha encontra melhores condições de mercado e escoamento.

Então, eu acho mais na questão de formação, de cursos, de tá ajudando nessa parte, porque ajudar, é vamos supor, ajudar com dinheiro, né, eu acho melhor ajudar com conhecimento. Dar conhecimento para os produtores, para as pessoas que tão querendo, né, fazer a associação ir para a frente, dar um auxílio mais assim nessa questão, que aí o resto depois a gente encaminha, né? (Entrevista IX).

Eu acho que a dificuldade é entender o café como principal atividade, e o café commodity, né, não entender o café, por exemplo, o café de qualidade, o café especial, o café selado, né, que seja um SAT, que seja um orgânico. Acho que é um dos desafios. Eu sempre, um outro desafio tá na produção diferenciado por parte deles, né, uma produção diferente, e também na comercialização desse produto diferenciado, sabe. Aqui tem poucos canais de comercialização, né, para a agricultura (Entrevista VIII).

Quando tem alguma palestra, né? Igual tinha, né, agora não tem mais já, um bom tempo que não tem mais, palestra de produtor, incentivando, essas coisas. A cuidar do ambiente, a cuidar da nascente, e essas coisas. Então, como você fazer um tratamento lá na propriedade, ou na, na, no município. Hoje não tem nada disso mais (Entrevista VII).

Eu acho que a dificuldade tá em gente. Você ter mais pessoas, mais técnico formando, talvez, um grupo com experiência para ir trabalhando a cabeça desses produtor a fazer esse uso, não do químico, mas sim agroecologia ou até o orgânico, entendeu? Mas tem, tá faltando humano. Eu não tenho tempo para isso, nosso técnico não tem, o outro não tem, que a gente embute em outros trabalho, né, e isso vai passando de liso, vai faltando. A gente até fala, se usa programa de rádio, se usa lá o momento da igreja, o momento de reuniões, mas não resolve. Seria muito pouco. Você tem que chegar diretamente ao produtor, entendeu? (Entrevista IV).

Entrevistado 1: Falta quem corre atrás né? Entrevistado 2: Isso. Entrevistado 1: Quem busca essas informações e leva para os produtor, e a falta de informação é muito grande mas não tem quem traz, aí vai continuar sendo grande. Essa é a dificuldade (Entrevista V).

A intrincada rede burocrática-legal dos programas não permite a fácil vinculação das verbas públicas disponíveis às necessidades dos moradores locais, demandando conhecimento e mobilização conjunta, dois fatores ainda escassos no Município de Fervedouro.

Conforme alerta Ortega, a forma de construção e articulação dos interesses para a viabilização do projeto de desenvolvimento local encontra suas limitações no modo como se objetiva a distribuição dos poucos recursos oferecidos pelos programas para as melhorias em infraestrutura que essas localidades requerem, bem como no viés eminentemente agropecuário dos projetos elaborados e da dificuldade em se incluir segmentos sociais urbanos em municípios de perfil rural²³⁶.

Do ponto de vista municipal, em ambos os municípios há uma escassez de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento social rural – notadamente dos pequenos produtores, ou para a Agroecologia. As únicas políticas públicas municipais existentes são as de infraestrutura básica do meio rural – com a melhoria de estradas e convênios com a EMATER em ambos os municípios. As feiras livres, apesar de receberem apoio estadual, são consideradas como políticas municipais. Porém, é importante entender que tais políticas não são exclusivas para os pequenos agricultores e nem para produtores mais ecológicos, favorecendo também o aspecto puramente econômico do agronegócio.

Ambos os municípios, através de suas secretarias de Agricultura, relataram que não possuíam políticas municipais específicas para pequenos agricultores ou para uma agricultura mais ecológica, mas atuavam em conjunto com as políticas federais e estaduais, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, em âmbito federal, e a feira livre, cujas barracas vieram de recursos estaduais.

As feiras livres refletem mais do que um elemento cultural para os dois municípios, mas também um exemplo simples e inicial de uma política pública que pode ser adotada no município e que é hábil a integrar o meio rural ao urbano, a mobilizar a sociedade em torno de um objetivo comum, a auxiliar o desenvolvimento econômico dos pequenos agricultores, a criar mercado para os produtos com maior segurança alimentar e, se bem construída em sua base, a estimular o debate sobre a Agroecologia e sobre outros modelos de políticas municipais integrativas.

²³⁶ ORTEGA, Antônio César. As políticas territoriais rurais no Brasil: As ações do Governo Federal. In: ORTEGA, Antonio César; PIRES, Murilo José de Souza (org). **As políticas territoriais rurais e a articulação governo federal e estadual**: um estudo de caso da Bahia. Brasília: Ipea, 2016. p. 31-54.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação de mestrado assumiu como objetivo analisar as relações socioespaciais envolvendo sujeitos locais e políticas de fomento à agricultura com foco na Agroecologia nas comunidades das cidades mineiras de Araponga e Fervedouro, capturando uma paisagem mais atual das territorialidades que se (re)criam, e compreendendo alguns processos que levam à (re)significação da paisagem pelos sujeitos sociais locais.

Para tal, esta análise apoiou-se em um conjunto de variáveis que contemplam as políticas públicas, elementos históricos locais, a percepção dos cidadãos locais e dados agrícolas e econômico-financeiros desses municípios. Após identificar alguns dos elementos da paisagem das cidades de Araponga e de Fervedouro, sem qualquer pretensão de esgotar as possibilidades de análise da paisagem, de limitar a extensão dos princípios listados na Lei do Polo agroecológico, ou de supervalorizar os dados coletados dentro da análise proposta, entendemos que deve ser feito um aperfeiçoamento nos dados coletados e uma maior integração destes para que a paisagem dos municípios possa ser utilizada como uma ferramenta de gestão territorial e de desenvolvimento sustentável.

Foram identificados os princípios definidos pela Lei do Polo Agroecológico da Zona da Mata Mineira que serviram de perspectiva de análise da paisagem dos dois municípios, sendo também identificadas as instituições, organizações sociais e alguns indivíduos que contribuíram para o fomento da Agroecologia nos municípios analisados, dentro do período proposto.

Foi possível evidenciar, também, processos peculiares na formação dos dois municípios que levaram às diferentes paisagens entre eles, bem como evidenciar alguns elementos de identidade entre os dois, revelando que ambas possuem uma identidade mais ligada a aspectos naturais do que sociais e históricos.

A metodologia utilizada permitiu a verificação da existência de uma paisagem diferenciada da região, caracterizada por uma perspectiva mais ecológica em ambos os municípios, e notadamente mais agroecológica na cidade de Araponga por motivos históricos e culturais, que foram mais preservados e trabalhados junto à população desde a década de 1970.

A introdução da Agroecologia nos municípios já em períodos anteriores à sua própria contextualização legal é fator de grande influência na formação do território, e se apresenta também como um importante instrumento de estreitamento de laços identitários e de

desenvolvimento sustentável, notadamente com a nova perspectiva da Lei do Polo Agroecológico.

A identidade Puri presente na região se relaciona com a Agroecologia em seus princípios de valorização do conhecimento tradicional e conhecimento local, facilitando a aceitação dos produtores, notadamente de Araponga, de ideais mais agroecológicos e sustentáveis no uso da terra.

A grande influência de instituições de ensino públicas e diversas ONG no território são fatores preponderantes para o desenvolvimento da Agroecologia na região, não só por contribuírem na organização social, mas também pela divulgação de técnicas de ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural – embasadas na Agroecologia. Verificou-se, contudo, que o sistema público de ATER não tem o foco em procedimentos agroecológicos ou mesmo de produção orgânica, sendo tal foco, quando existente, decorrente de posturas dos técnicos e não das instituições.

A ausência de políticas públicas municipais integrativas entre os municípios, ou que estimulem a Agroecologia ou os seus principais operadores, quais sejam os pequenos agricultores e agricultores familiares, atrapalha e, por vezes, impede um desenvolvimento mais sustentável, em especial no ponto de vista socioeconômico. A Agroecologia, como política pública multidisciplinar e integrativa voltada para a melhoria do meio ambiente e das relações entre os seus elementos, se mostra uma importante perspectiva potencializadora do desenvolvimento dos municípios. Esse desenvolvimento já vem ocorrendo em um ritmo mais lento e pode ser aprimorado e expandido com a Lei do Polo Agroecológico.

Nesse sentido, podemos afirmar que a Agroecologia foi a grande definidora do processo de territorialização ocorrido na Serra do Brigadeiro, e Araponga é o município que possui uma paisagem agroecológica mais evidente do que Fervedouro.

A necessidade de modificação da metodologia da pesquisa em virtude da pandemia e seus efeitos sociais impediu a obtenção de mais dados culturais relevantes do ponto de vista da população local, bem como uma valoração mais fidedigna da importância de cada elemento cultural na formação da paisagem do período. O DRP proposto inicialmente (e depois substituído pelas condições sanitárias atuais) poderia ter proporcionado mais dados sobre os períodos anteriores em que não se encontram muitos estudos publicados sobre a região, sobretudo da década de 1980. Muitos estudos analisados de extensão rural, em que tal metodologia é muito utilizada, revelaram uma grande riqueza de informações qualitativas que poderiam ter contribuído na compreensão da paisagem.

A manutenção do Questionário Complementar do DRP em sua integralidade foi insuficiente para uma melhor coleta de dados sobre alguns aspectos, notadamente sobre a compreensão da paisagem pela soberania e segurança alimentar, um dos princípios da Agroecologia previstos na Lei do Polo Agroecológico que deixamos de analisar.

Para estudos futuros, sugerimos a análise das diretrizes específicas previstas na Lei do Polo Agroecológico, para acompanhamento das efetivas mudanças ocorridas em períodos posteriores à sua publicação, bem como o aperfeiçoamento dos dados estatísticos oficiais para comportar novas dimensões mais sustentáveis que não priorizem apenas os aspectos econômicos da produção agropecuária do território de desenvolvimento.

PARTE II

CONTRIBUIÇÕES PRÁTICAS

Sendo necessária a complementação da pesquisa com um produto, ou uma aplicação prática do tema pesquisado, elaboramos um *e-book* ou uma cartilha virtual com informações sobre a Agroecologia e a produção orgânica na Serra do Brigadeiro. Através de um *link* ao final da cartilha, o leitor é direcionado para um *site* simples, onde pode encontrar outros *links* para outras páginas, vídeos e materiais sobre Agroecologia, produção orgânica e sobre o Território de Desenvolvimento do Brigadeiro, os quais são separados por temas que vão do conhecimento básico a informações mais específicas, como a produção agroecológica e orgânica de café.

O *e-book* e o *site* foram produzidos no âmbito do Mestrado Profissional em virtude da exigência da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), já que o mestrado profissional é uma modalidade cujo intuito é promover o aperfeiçoamento da qualificação profissional. Ao iniciar essa modalidade de mestrado, além de apresentar uma análise teórico-metodológica sobre determinado assunto, deve-se, também, a partir daquela reflexão, apresentar uma parte prática.

A opção pelo *e-book* se deu pela facilidade atual de divulgação desse tipo de documento eletrônico e pela existência, segundo alguns entrevistados, de grupos de Whatsapp de produtores e produtoras rurais locais.

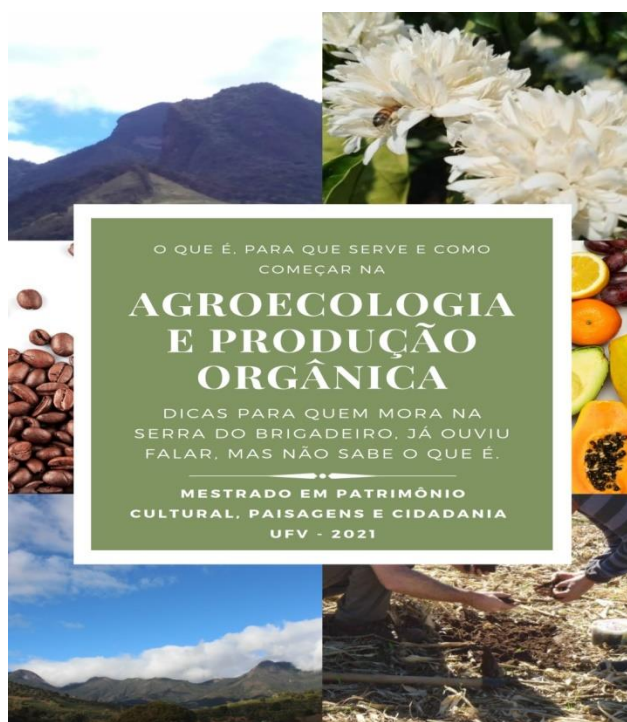
Segundo dados do Censo Agropecuário de 2017²³⁷, o número de estabelecimentos rurais com acesso à Internet cresceu em 1.900% desde 2006. Já o número de estabelecimentos com acesso ao telefone passou de 1,2 milhões para 3,1 milhões, uma alta de 158% entre 2006 e 2017. Esses dados revelam o aumento de uma tendência da comunicação, inclusive no meio rural, ainda que a internet não seja uma realidade na maior parte dos estabelecimentos rurais do Brasil, tendo sido relatado também por uma das entrevistadas a dificuldade de acesso na zona rural de Fervedouro.

²³⁷ Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/25789-censo-agro-2017-populacao-ocupada-nos-estabelecimentos-agropecuarios-cai-8-8>. Acesso em: 20 jun. 2020.

Objetivos do *e-book*

O objetivo geral do *e-book* foi propiciar um material que trouxesse um primeiro contato para o produtor rural com o tema da Agroecologia e da produção orgânica, estimulando-o a conhecer mais sobre o tema e sobre o próprio território.

Figura 17 - Capa do *e-book*



A opção pelo formato “PDF” se deu pelo tamanho diminuto desse tipo de arquivo, que permite que seja lido em vários computadores e aparelhos celulares sem a necessidade de uma internet de alta velocidade, e que seja facilmente baixado para leitura *off-line*.

O *e-book*, ao contrário das cartilhas comuns destinadas à população rural, não apresenta fotos, já que o uso de fotos aumenta o tamanho do documento em número de páginas, atrapalhando sua leitura e manuseio em dispositivos digitais. A ferramenta apresenta um texto mais leve, com poucas informações técnicas, e aborda dúvidas e questionamentos sobre Agroecologia e produção orgânica que surgiram durante as entrevistas.

Sendo seu objetivo principal de estimular o interesse pelo tema. Assim sendo, a redação possui uma dinâmica mais ativista do ponto de vista político, fomentando a busca pelo conhecimento do tema, da história da região e a mobilização social em vistas à melhora das condições de vida e do desenvolvimento sustentável.

Os termos “agricultor ou agricultora familiar” e “pequeno agricultor” ou “pequena agricultora” foram utilizados como sinônimos, sem a diferenciação legal que o primeiro termo possui nas políticas públicas. Ao final do *e-book* encontra-se um *link* para o *site* que complementa o produto.

Abaixo, serão mostradas as páginas do *e-book* e o texto elaborado, as quais nomearemos por Figura 18.

É possível mudar?

A Agroecologia tem vários conceitos, mas o principal é que ela é uma alternativa para mudar esse sistema do agronegócio. Ela está voltada para o fortalecimento das produções local e regional, na melhoria das questões sociais, econômicas, culturais, ambientais e políticas, que são percebidas de forma interligada para um desenvolvimento sustentável. Ela valoriza a diversidade biológica, territorial, paisagística, cultural e agrícola dos sistemas que são tradicionalmente mais próximos do sistema cultural local, da forma tradicional de plantar e criar naquele lugar que foi aprendida com o tempo.

Mas isso não significa que a agroecologia usa técnicas ultrapassadas. Ela é estudada e validada também pela ciência, pelas pesquisas que são feitas sobre cada técnica e cada local, provando que essas técnicas são produtivas, e o mais importante, são boas para o meio ambiente, e também para quem planta e para quem consome os alimentos.

Para o produtor ou produtora de alimentos, rural ou urbano, ela é o instrumento para criação de uma nova consciência ecológica e social, pois traz propostas que auxiliam em um desenvolvimento mais sustentável, sobretudo para o meio rural, na participação e protagonismo social, na preservação ambiental com inclusão social, na segurança e na soberania alimentar.

Mas preste atenção, pois a cultura dominante do agronegócio não vai deixar que uma produção não utilize seus adubos, formulados para qualquer tipo de solo, e não vai deixar de vender agrotóxicos, porque eles se tornaram essenciais para a produção. Quase todos os técnicos, donos de casas agropecuárias e produtores indicam!

Por isso a agroecologia está presente também como movimento social: os produtores organizados influenciam a cultura e a política local, e contribuem para um desenvolvimento mais sustentável, como demonstra a própria história da Serra do Brigadeiro!

Agroecologia e Resistência na Serra

Desde o seu povoamento até a criação do Parque, passando pela criação do Território de Desenvolvimento Rural e a criação do Polo Agroecológico, a história do povo do entorno da Serra é de resistência e política!

Por uma mobilização social que uniu várias entidades, pessoas, prefeituras e outros órgãos públicos e privados, foi possível entender os interesses dos moradores das cidades do entorno da Serra do Brigadeiro, que já haviam se unido no processo de criação do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro. Esses interesses foram apresentados ao Governo Federal, que reconheceu às comunidades do entorno do parque o direito a um desenvolvimento conduzido e decidido pela população local, que ficou mais forte se associando.

O meio ambiente, a cultura e outros fatores locais devem ser considerados na hora de se fazer uma política de desenvolvimento. Desenvolver a região não é só melhorar a renda das famílias, mas propiciar alimentos saudáveis, condições de trabalho dignas, educação, saúde, uma natureza preservada, águas protegidas, estímulo e abertura de mercado para venda dos produtos locais, entre outros.

O Território de Desenvolvimento Rural da Serra do Brigadeiro é um projeto federal já criado, mas que não pode ficar parado: precisa da mobilização das pessoas para que continue a funcionar. Sua implementação depende de apresentação de projetos por grupos, entidades ou prefeituras para captar os recursos federais.

**E o que a Agroecologia
tem a ver com isso?**

Agroecologia e Resistência na Serra

Os conceitos da agroecologia, ainda que você não conheça esse nome, orientaram várias atividades científicas e de extensão rural que permitiu verdadeiramente que os agricultores e produtores rurais fossem ouvidos, e que o conhecimento deles fosse considerado tão importante quanto o conhecimento dos cientistas ou dos políticos. Todos precisam ser ouvidos, e os agricultores e as agricultoras têm muito a ensinar. Com a integração dos saberes históricos dos agricultores e das agricultoras com os conhecimentos de diferentes ciências, torna-se possível romper com a suposta superioridade da ciência convencional, que não vê os aspectos negativos do sistema atual de desenvolvimento e de agricultura.

O estado e os políticos nunca ajudaram os escravos e escravas, os quilombolas e as quilombolas, os indígenas e as indígenas que ocuparam a região da Serra do Brigadeiro. A vida na Serra e, principalmente, a vida no meio da Mata Atlântica só foi possível pela harmonia com a natureza, e pela luta política que os moradores da Serra travaram, e ainda travam, para manter a preservação local, a qualidade do solo e das águas, que utilizam na produção e no consumo próprio.

Conheça a história da região, e saiba que a Mata Atlântica da Serra já foi quase toda cortada para lenha, prejudicando o meio ambiente e levando a população local à miséria, enquanto poucos lucravam com a madeira. E isso não foi a tanto tempo assim.

No momento atual em que o país vive em um quadro de retrocesso das políticas públicas, ainda mais na esfera federal em que a política é controlada e custeada pelo agronegócio, a mobilização social é necessária. A população local não deve apenas participar da sociedade, mas deve ser a protagonista e decidir sobre o seu próprio território.



Por onde começar?

O primeiro passo é se informar sobre a história da sua região, e conhecer as pessoas, as entidades e as experiências agroecológicas e orgânicas nas comunidades do Território.

A identidade, os valores, e os sonhos em comum do Território de Desenvolvimento Rural da Serra do Brigadeiro devem ter continuidade, conforme o planejamento e a estrutura que já existe.

Conhecendo o seu território, e sabendo algumas das possibilidades da agroecologia, o segundo passo é a mobilização dos produtores e produtoras, sejam dos diferentes municípios do território, ou mesmo dos vizinhos e amigos. Através dos Sindicatos, das cooperativas, das associações e dos grupos de pessoas, é possível se mobilizar para conseguir mais informações sobre agroecologia, sobre produção orgânica, e sobre como apresentar projetos ao Estado de Minas Gerais com o objetivo de incentivar a agroecologia e a produção orgânica no Território.

A Lei Estadual do Polo Agroecológico, através da Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica – Peapo, garante a priorização de Assistência Técnica especializada (ATER) em agroecologia; de pesquisa e inovação científica e tecnológica com foco na agroecologia; de formação profissional e de educação do campo; de compras governamentais de gêneros alimentícios agroecológicos ou orgânicos; e de medidas fiscais e tributárias que favoreçam a produção agroecológica, orgânica e em transição.

Junto às prefeituras e serviços de ATER, os produtores e produtoras podem pedir auxílio para apresentar projetos ao Estado de Minas Gerais e ao Governo Federal, e principalmente podem exercer seu papel de cidadão: pedindo a criação de Leis Municipais que favoreçam o conhecimento e a prática da Agroecologia e da Produção Orgânica.



Agroecologia no seu município

No final desse e-book, é disponibilizado um link com acesso ao diagnóstico que deu origem ao Território, e aos planos que foram feitos para o seu desenvolvimento sustentável.

No mesmo link, você será direcionado para uma página, onde há uma cartilha ensinando como apresentar projetos de Lei Municipais e exemplos de projetos de leis municipais que estimulam a agroecologia e a produção orgânica em outros municípios pelo Brasil.

Você sabia que uma simples feira-livre é uma forma de criar mercado para produtos da agricultura familiar, promover a cultura local, promover e fortalecer a integração dos produtores e produtoras e incentivar a política local a reconhecer o valor dos produtos orgânicos e agroecológicos?

Atitudes simples como essa, mesmo que sejam comuns em municípios pequenos, geralmente não são garantidas por lei, como é o caso dos municípios de Araponga e Fervedouro. Porém, somente a Lei dá a garantia de que esse direito dos agricultores e agricultoras familiares não pode ser tirado do planejamento do município. A Lei é o ponto básico de onde os produtores poderão, cada vez mais, requerer do poder público as melhorias das condições de mercado, de realização da feira, da sua divulgação e de outros incentivos.

E ainda que o município não tenha recurso - o que geralmente é o argumento das prefeituras -, ele pode buscar convênios para recursos junto ao governo Estadual e Federal, com base na Lei do Polo Agroecológico e no Território de Desenvolvimento Rural da Serra do Brigadeiro.



Agroecologia e Produção Orgânica?

A proposta da Agroecologia é fazer uma contraposição ao agronegócio. As práticas agroecológicas se baseiam na pequena propriedade, na mão de obra familiar, em sistemas produtivos complexos e diversos, adaptados às condições locais e em redes regionais de produção e distribuição de alimentos. **Já a produção orgânica pode ser agroecológica ou não.**

Nos alimentos orgânicos não se faz uso de produtos químicos sintéticos ou geneticamente modificados, e os produtos orgânicos industrializados devem ser produzidos sem ingredientes químicos artificiais, como os corantes e aromatizantes.

Produtos orgânicos não deixam de ser produzidos nos moldes da agricultura convencional do agronegócio. Os produtos orgânicos apenas não usam da química industrial como principal meio de combate à pragas e de fonte de fertilizantes para adubação.

Portanto, não se pode confundir Agroecologia com “agricultura sem veneno” ou “agricultura orgânica”, por exemplo, até porque estas nem sempre tratam de enfrentar os problemas presentes em todas as dimensões da sustentabilidade. No caso de criação de animais e seus produtos, para a certificação orgânica os bichos devem ser criados de forma digna, com a maior parte da alimentação composta por produtos orgânicos e tratados, de preferência, com métodos fitoterápicos e homeopáticos no caso de doenças.

Os agricultores e agricultoras familiares e os pequenos agricultores e pequenas agricultoras geralmente produzem alimento sem veneno, para a sua própria alimentação. Mas para vender nos mercados garantindo que é tudo orgânico, é necessário um registro do Ministério da Agricultura (MAPA). Para ter esse certificado é necessário uma conformidade com os requisitos da lei dos orgânicos e das Instruções Normativas.



Agroecologia na Produção Orgânica

Através da mobilização, da organização política, é comum a criação de sistemas de venda direta, nas feiras, nas associações, nos projetos do governo como, por exemplo, o **PNAE** - Programa Nacional de Alimentação Escolar-, e o **PAA** - Programa de Aquisição de Alimentos. Assim os consumidores e consumidoras, os agricultores e agricultoras se aproximam e criam uma relação de confiança.

Existe uma **certificação orgânica** através da formação de um "Organismo Participativo de Avaliação da Qualidade Orgânica" - **OPAC**, ou para **venda direta ou institucional** apenas, a possibilidade de formação de uma "Organização de Controle Social" (**OCS**), que faz um sistema de garantias formado por agricultores e agricultoras familiares, e que também permite a venda para o PNAE e para o PAA.

A **OPAC** já é uma realidade, criada em **2021** para fortalecer o Polo Agroecológico e de Produção Orgânica da Zona da Mata.

Como intermediário no processo de Transição entre a agricultura convencional e a agroecológica ou a orgânica, temos o selo **SAT (Sem Agrotóxicos)**, que **existe só aqui em Minas Gerais**: ele é certificado pelo Instituto Mineiro de Agropecuária (IMA) aos agricultores e agricultoras que **não usam nenhum agrotóxico, mas ainda usam fertilizantes químicos**.

A Agroecologia vai mais além, pois não é só a técnica de produzir: ela valoriza a cultura e a construção da resistência camponesa, que trabalha com uma produção diversificada e sustentável. Cada forma de fazer agricultura é única em cada propriedade, em cada família, e em cada território. Nesse tipo de produção, a construção coletiva é valorizada, com a participação das mulheres, dos jovens, dos anciões e das crianças na definição do melhor jeito de lidar com a propriedade, em achar soluções para os problemas. E aí que se mostra a importância dos grupos e redes de mulheres, de produtores e produtoras, de economia solidária, e outras.

Agroecologia e Certificação

Apesar de existirem certificações locais para produções agroecológicas ou em transição, não é preciso ser certificado para praticar a Agroecologia.

A produção agroecológica está relacionada à valorização da diversidade dos produtos, da cultura local e do saber local. A autonomia dos produtores também é importante no sistema agroecológico, pois o sistema busca que os produtores não dependam unicamente de insumos externos para sua produção.

A transição agroecológica é um início de mudança, é passar de um modo de agir para outro, mais preocupado com a natureza e o social. Para o primeiro passo, mesmo os técnicos com formação convencional podem contribuir. Para os passos seguintes, várias instituições públicas e privadas, organizações coletivas e organizações não governamentais (ONG) têm técnicos capacitados que podem apoiar o processo de mudança na propriedade.

É fundamental para que o agricultor que queira iniciar um processo de transição agroecológica procure contato com outros agricultores que tenham os mesmos propósitos ou que já trabalham dessa forma. A troca de experiências, de saberes e de sementes é importante no caminho da transição, porque aos poucos se aumenta o nível de complexidade do sistema, até chegar a sistemas que procuram imitar a complexidade do sistema natural original da região, com alta produção de qualidade e sustentabilidade.

Algumas práticas agrícolas simples que são consideradas agroecológicas, se já não são praticadas pelos agricultores e agricultoras familiares, podem ser adotadas aos poucos, como por exemplo: uso de terraços; uso de lavouras para recuperação de pastagens; drenagem de solos; adubação verde; utilização de esterco; utilização de composto vegetal; aplicação de inoculantes; quebra-vento ou cordão; utilização de leguminosas em consórcio com as pastagens; consórcio de café com outras culturas; (continua)

Agroecologia

manter a cobertura permanente do solo para evitar perda por erosão e proteção contra mudanças bruscas de temperatura; plantio de uma cultura de cobertura durante o pousio, com o objetivo de produzir palhada para cobertura morta; transformar os resíduos das plantações e esterco de animais em composto orgânico para fertilização; diminuir o uso de agrotóxicos e de fertilizantes químicos; criar combinações de culturas e criações com funções ecológicas diferentes; rotações e sucessões de culturas; culturas com diferentes alturas que permitem uma melhor utilização da luz solar.

ATENÇÃO :

É importante falar que não se deve parar de uma hora para outra o uso de insumos convencionais, pois isso leva à queda da produção, prejudicando o agricultor ou agricultora.

Uma boa estratégia é ir separando partes da propriedade para converter aos poucos em produção orgânica, para que o solo seja equilibrado e para que o agricultor se acostume com o novo tipo de produção.

Outra estratégia é a conversão lenta e gradual da propriedade, adotando práticas agroecológicas passo a passo, sem se preocupar com a certificação.

A vantagem não está diretamente na melhora de preço do produto, que geralmente só vem com o produto certificado, mas sim na redução dos custos de produção, na melhoria da qualidade de vida do agricultor e da agricultora, e na biodiversidade. Apesar de aumentar um pouco a mão de obra, a produção agroecológica e a orgânica aumentam também a qualidade do produto (um exemplo é o "Café de Qualidade"), e aumenta a sustentabilidade da produção. De outro lado, reduz o gasto com os insumos externos (adubo, agrotóxico, medicamentos) e reduz o impacto ambiental.

O Tempo da Natureza

A transição para um sistema agroecológico ou para um orgânico é lenta, não tem como fazer de uma vez, de uma hora para outra, e por isso às vezes parece tão complicado.

Mas esse tempo é necessário para que o solo e os animais, em caso de criação, se acostumem com o novo modelo, se "desintoxicando" dos químicos e sintéticos, que ficam por um longo tempo no meio ambiente.

O produtor ou produtora também precisam se acostumar com a nova maneira de produção ou criação. Após se acostumar a ver as coisas da forma "mais natural", fica fácil entender o tempo da natureza, suas estações e a influência de todo o meio ambiente na produção.

Uma produção em transição orgânica, por exemplo, só pode ser chamada de orgânica se não usar nenhum produto proibido pela legislação no prazo de 1 a 5 anos, dependendo das condições do solo, plantas e animais. Isso é um tempo bom também para que se procure mobilizar e articular as pessoas e entidades para que, de forma coletiva, se crie uma nova forma de produzir e um novo mercado para esses produtos.

Se você tem interesse em fomentar a agroecologia e a produção orgânica no seu município ou na Serra, ou apenas melhorar as suas condições de produção ou mesmo o preço do seu produto, acesse o link abaixo e tenha mais informações.

E não se esqueça: o conhecimento e a união podem mudar a paisagem atual do seu município, trazendo um desenvolvimento verdadeiramente sustentável.

Visite o link abaixo e tenha mais informações sobre o tema desse E-book.

[Agroecologia na Serra - A Paisagem Agroecológica na Serra do Brigadeiro - MG](#)



Sobre esse E-Book

Esse material não tem fins lucrativos, foi feito com o objetivo acadêmico de apresentar uma aplicação prática ou "produto" para conclusão do Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania da Universidade Federal de Viçosa - MG. Todo o conteúdo e opiniões apresentadas são de responsabilidade exclusiva do autor.

O site direcionado pelo link será mantido por no mínimo 01 (um) ano após sua criação, ficando disponível para que qualquer associação, cooperativa ou outra entidade assemelhada possa divulgar material, notícias ou trabalhos relacionados à agroecologia na Serra do Brigadeiro. Caso alguma pessoa física ou jurídica tenha interesse em dar continuidade ao mesmo, administrando e mantendo o site sem fins lucrativos ou pessoais, basta entrar em contato com o autor.

NIETO, Jesús Menjivar. Nov. 2021.

Contato: agroecologianaserra@gmail.com
jesus.nieto@ufv.br

<https://agroecologianaserra.wixsite.com/my-site>



Objetivos do *site* <https://Agroecologianaserra.wixsite.com/my-site>

O *site* está disponível no endereço gratuito, podendo ser visto ao final da cartilha, e tem como objetivo geral direcionar o interessado a um local que contenha algumas informações básicas sobre Agroecologia e produção orgânica, sobre o Território da Serra do Brigadeiro, e sobre o Polo Agroecológico e de Produção Orgânica da Zona da Mata Mineira, servindo como orientação para os moradores locais que desejam conhecer a Agroecologia e entender como ela pode contribuir para um desenvolvimento mais sustentável.

O objetivo específico é ajudar a população local dessa região no conhecimento e divulgação do tema, e na conscientização sobre as possibilidades de promover a Agroecologia e a produção orgânica em cada um dos municípios do Polo Agroecológico e de Produção Orgânica.

O *site* foi estruturado em 5 (cinco) seções:

1 – Por que? – Nesta seção é explicado o objetivo acadêmico da produção e a responsabilidade do autor pelo conteúdo e pelas opiniões expostas. Também é disponibilizada a pesquisa elaborada pelo autor.

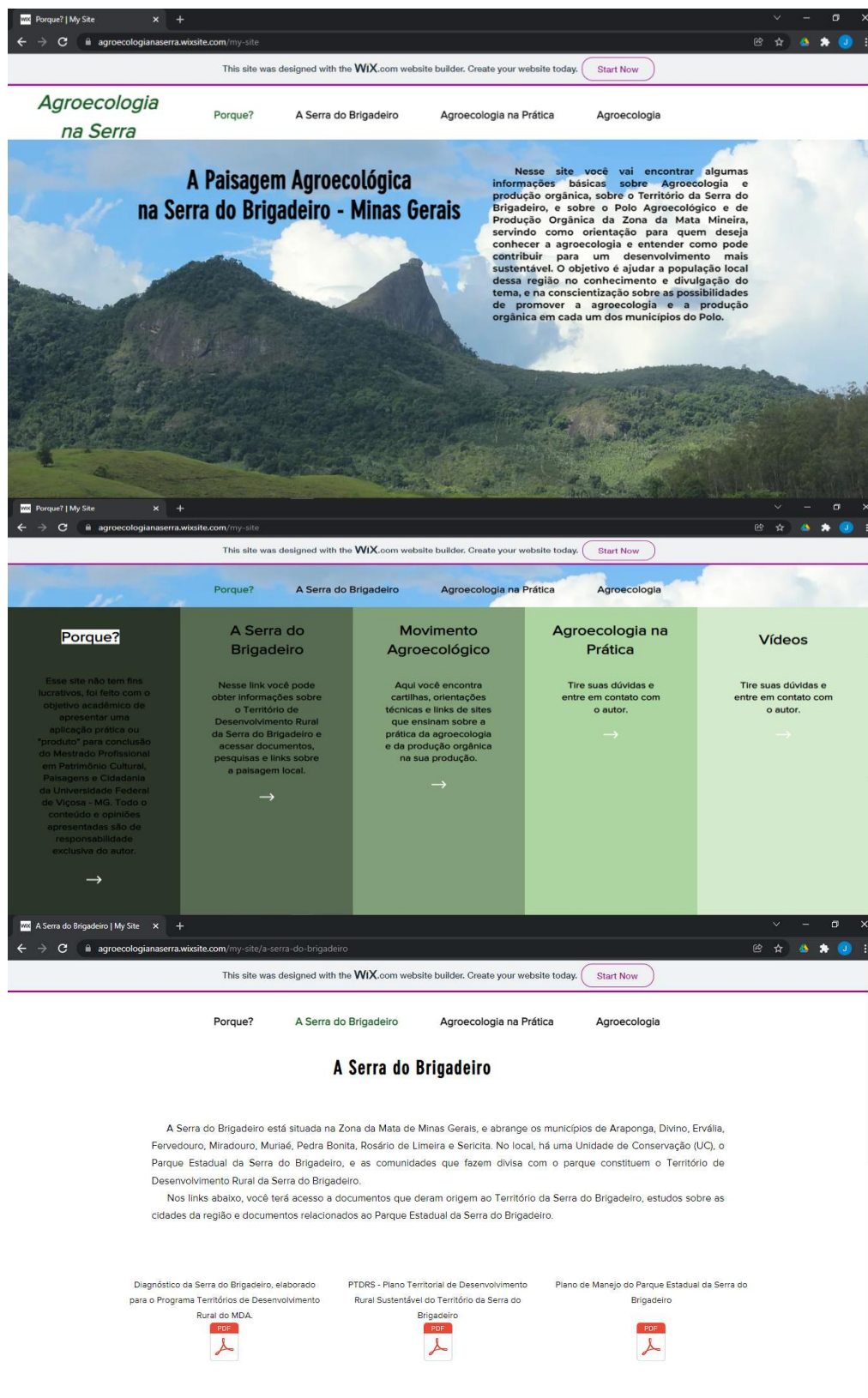
2 – A Serra do Brigadeiro – Nesta seção o leitor poderá obter informações sobre o Território de Desenvolvimento Rural e acessar documentos, leis, pesquisas acadêmicas e *links* sobre a paisagem agroecológica local.

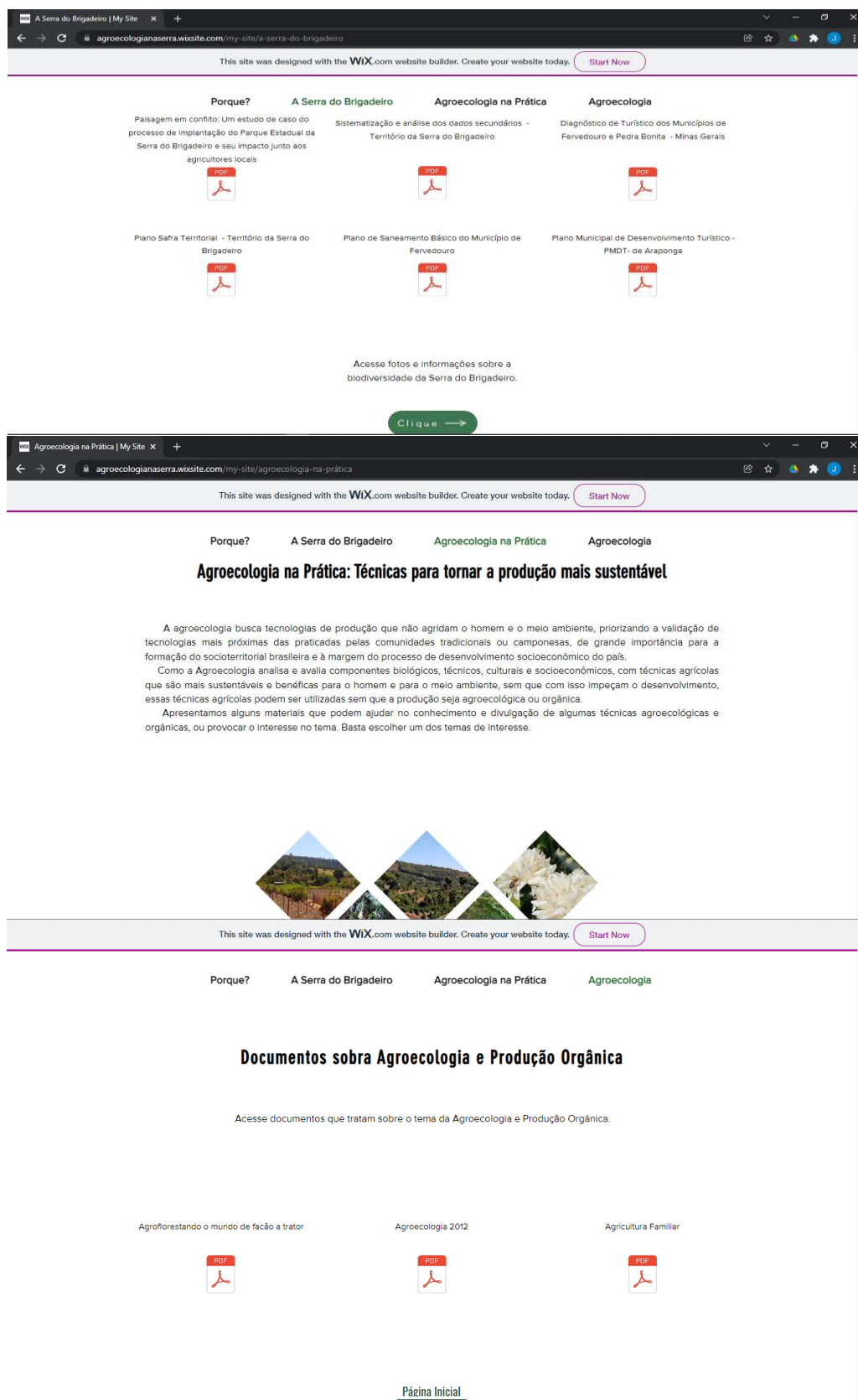
3 – Movimento Agroecológico – Na terceira seção foram disponibilizadas *links* de *sites* de divulgação da Agroecologia, *sites* de redes agroecológicas e associações nacionais e regionais. Também foi disponibilizada uma cartilha que ensina como elaborar projetos de leis municipais e estaduais que incentivam a Agroecologia e sugestões de projetos de lei municipal, estes tirados de experiências de outros municípios brasileiros. O objetivo dessas sugestões é fomentar a participação e o protagonismo dos moradores locais da produção da lei municipal.

4 – Agroecologia na prática – Nesta seção foram disponibilizadas cartilhas sobre a Agroecologia e produção orgânica formuladas por outras entidades, documentos técnicos sobre o tema, e em especial sobre a produção do café agroecológico e do café orgânico.

5 – Vídeos: Na última seção foram disponibilizados os *links* para vídeos sobre o tema Agroecologia e Produção Orgânica na plataforma youtube.com.

Figura 19 - Tela inicial do Produto – Site





Público-alvo e importância do *e-book* e do *site*

O *e-book* e o *site* têm como público alvo toda a população dos municípios do entorno da Serra do Brigadeiro e não apenas das comunidades do entorno. A Agroecologia e a produção orgânica também se destinam aos produtores de alimento periurbanos e urbanos dos municípios.

Uma vez constatado na pesquisa que as paisagens dos municípios de Araponga e Fervedouro são diferentes no conhecimento e no desenvolvimento do tema da Agroecologia, o produto pode servir como um contato inicial de fácil acesso para os produtores e produtoras que já ouviram falar, mas não sabem o que é a Agroecologia e suas perspectivas de atuação.

A perspectiva agroecológica já demonstrou ser um bom instrumento de desenvolvimento sustentável na região, sobretudo para as comunidades do entorno da Serra do Brigadeiro, e a sua divulgação e fomento podem ser benéficos à paisagem local, enquanto instrumentos da preservação e da proteção do patrimônio cultural.

Entendemos que as principais questões que impedem a implantação de um sistema agroecológico, ou de um modelo de desenvolvimento mais sustentável, são o conhecimento e a divulgação das possibilidades dessa nova perspectiva. Sob o ponto de vista da “transição” ecológica, o conhecimento e divulgação da Agroecologia possibilitam a adoção de técnicas mais sustentáveis no dia a dia, bem como o rompimento de uma estrutura de produção vigente e fortemente defendida pelo agronegócio, sempre visando à geração de riquezas pela exploração máxima dos recursos naturais e aumento da desigualdade social.

REFERÊNCIAS

- ALEMANY, Carlos Enrique. SEVILLA- GUZMÁN, Eduardo. **¿Vuelve la extensión rural?:** Reflexiones y propuestas agroecológicas vinculadas al retorno y fortalecimiento de la extensión rural en Latinoamérica. Argentina, INTA: 2006. Disponível em: <https://helvia.uco.es/handle/10396/7234>. Acesso em: 02 mar. 2020.
- ALMEIDA, Jalcione. A Agroecologia entre o movimento social e a domesticação pelo mercado. **Ensaios FEE**, Porto Alegre, v. 24, n. 2, p. 499-520, 2003.
- ALTIERI, Miguel. **Agroecologia:** a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. 4 ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.
- BARBOSA, Willer Araújo. **Cultura Puri e educação popular no município de Araponga, Minas Gerais:** duzentos anos de solidão em defesa da vida do meio ambiente. 2005. 234 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.
- BERGAMASCHI, Ana Carolina de Almeida. **Modernizar o campo pelo ensino agrícola:** a organização da Escola Agrícola de Barbacena (1933-1964). 2017. 283f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação, Belo Horizonte, 2017.
- BESSE, Jean-Marc. **Ver a Terra:** seis ensaios sobre a paisagem e a geografia. São Paulo: Perspectiva, 2006.
- BETTO, Frei. **O que é Comunidade Eclesial de Base?** São Paulo: Brasiliense, 1981. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/freibetto/livro_betto_o_que_e_cebs.pdf. Acesso em: 23 jan. 2021.
- BOMFIM, Vanessa Lima. **As “Ecologias” nas pesquisas em Educação Ambiental.** 2015. 194f. Dissertação (Mestrado) - Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, São Paulo, 2015.
- BONFIM, Verônica Rocha. **Conflitos, participação e lições aprendidas no Processo de criação do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro (PESB), MG.** 2006. 182f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós Graduação em Ciência Florestal, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2006.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria de Desenvolvimento Territorial. **Marco referencial de apoio ao desenvolvimento de territórios rurais.** Brasília: SDT/MDA, 2005. p. 7.
- BRASIL. Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – PLANAPO. Brasília: MDS; Ciapo, 2013.
- BRITTO, Monique Cristine de; FERREIRA, Cássia de Castro Martins. Paisagem e as diferentes abordagens geográficas. **Revista de Geografia**, PPGeo, v.2, n.1, p. 20-34, 2011.
- CAMPOS, Ana Paula Teixeira de. **“Conquista de Terras em Conjunto”:** Redes Sociais e Confiança – A Experiência dos Agricultores e Agricultoras Familiares de Araponga- MG.

2006. 120f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós Graduação em Extensão Rural, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, Minas Gerais, 2006.

CAPORAL, Francisco Roberto. **Agroecologia: uma Nova Ciência para Apoiar a Transição a Agriculturas mais Sustentáveis**. 1 ed. Brasília: MDA/SAF, 2009. v.1.

CARNEIRO, Leonardo de Oliveira; MONERAT, Júlio César Pereira. Por uma Geografia do Oprimido: sobre pesquisa e a extensão agroecológica em uma comunidade quilombola. **Anais do XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária**. Uberlândia, 2012. Disponível em: <https://www.ufjf.br/nugea/files/2010/09/Por-uma-geografia-do-oprimido.pdf>. Acesso em: 08 mai. 2021.

CARRARA, Ângelo Alves. **Estruturas Agrárias e Capitalismo**; contribuição para o estudo da ocupação do solo e da transformação do trabalho na zona da Mata mineira (séculos XVIII e XIX). Mariana: EdUFOP, 1999.

CARRARA, Ângelo Alves. Sertões do Leste. *In*: IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Atlas das Representações Literárias de Regiões Brasileiras. **Sertões Brasileiros I**, v.2. IBGE: Rio de Janeiro, 2009.

CASTRO, Maria Gontijo; ALVES, Daniela Alves de. Ensino, pesquisa e extensão na Universidade Federal de Viçosa: origem e trajetória institucional (1926-1988). **Revista Brasileira de Educação**, ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, vol. 22, n. 70, p. 43-61, 2017.

Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata - CTA-ZM (Exec.). **PTDRS. Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável - Território da Serra do Brigadeiro – MG**. Território da Serra do Brigadeiro: MDA, 2005. 81p. Disponível em: <https://ctazm.org.br/bibliotecas/plano-territorial-de-desenvolvimento-rural-da-serra-do-brigadeiro-mg-140.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2020.

CLAVAL, Paul. O Território na transição Pós-Modernidade. **GEOgraphia**, v.1, n.2, p. 7-26, 1999. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13349>. Acesso em: 20 mai. 2020.

Colóquio Ibero-americano Paisagem Cultural, Patrimônio e Projeto, 1, 2010, Belo Horizonte, Minas Gerais. **Anais [...]**. Brasília, DF: IPHAN; Belo Horizonte, MG: IEDS, v. 1, n. 6, 2017.

COSTA, Kátia; VILUTIS, Luana. Mapear para planejar e planejar para transformar: a importância do diagnóstico nos planos de cultura. *In*: BARROS, José Márcio; BEZERRA, Jocastra Holanda (org.). **Gestão cultural e diversidade: do pensar ao agir**. Belo Horizonte: EdUEMG, 2018.

COUTO, Elmar Alfenas; DIETZ, James M. **Sugestões para a criação do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro**. Viçosa, MG: UFV e Instituto Estadual de Florestas, 1976.

DEAN, Warren. **A Ferro e Fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica Brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DEMATTEIS, Giuseppe. O Território: Uma Oportunidade para Repensar a Geografia. *In*: SAQUET, Marcos A. (Org.). **Abordagens e Concepções de Território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

DEPAM – DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO E MATERIAL. **Relatório de uma gestão 2006-2010**. Brasília, 2011. Datil.

DUARTE, Solange Aparecida; OLIVEIRA, Valéria dos Santos de; HOROCHOVSKI, Rodrigo Rossi. Políticas Públicas, Políticas Sociais e modelo federativo Brasileiro. *In*: Simpósio Brasileiro de Desenvolvimento Territorial Sustentável, I, 2015, Matinhos. **Anais [...]**. Matinhos, PR: UFPR Litoral, 2015.

FERRARI, Clara Teixeira. **Territórios e Educação do Campo nas Serras do Brigadeiro**. 2011. 192f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2011.

FGV - FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). **Dicionário Histórico – Biográfico Brasileiro**. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/comunidades-ecclesiais-de-base-cebs>. Acesso em: 25 abr. 2021.

FIGUEIREDO, Vanessa Gayego Bello. O patrimônio e as paisagens: novos conceitos para velhas concepções? **Paisagem e Ambiente**, n. 32, p.83-118, 2013..

FRANCO, Maria de Assunção Ribeiro. **Planejamento ambiental para a cidade sustentável**. 2 ed. São Paulo: Annablume, Fapesp. 2008.

GALVÃO, Maria João; VARETA, Nicole D. **A multifuncionalidade das paisagens rurais: uma ferramenta para o desenvolvimento**. Universidade do Porto: Porto, 2010.

GEMENTE, Bárbara de Oliveira Ribeiro; CARVALHO, Aline Vieira de. A Chancela da Paisagem Cultural Brasileira em Santa Catarina: Possibilidades e Desafios. *In*: Seminário Internacional História do Tempo Presente, II, 2014, Florianópolis, SC. **Anais [...]**. Florianópolis, SC: UDESC, 2014. Disponível em: <http://eventos.udesc.br/ocs/index.php/STPII/tempopresente/schedConf/presentations>. Acesso em: 12 jan. 2021.

GOMES, João Carlos Costa; Assis, William Santos de. **Agroecologia: princípios e reflexões conceituais**. Brasília: Embrapa, 2013.

HAESBAERT, Rogério. **Dos Múltiplos Territórios à Multiterritorialidade**. Porto Alegre, Setembro de 2004. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/petgea/Artigo/rh.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2020.

HAESBAERT, Rogério. Território e Multiterritorialidade: Um Debate. **Geografia**, Ano IX, n. 17, p. 108-135, 2007.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Divisão Regional do Brasil em Regiões Geográficas Imediatas e Regiões Geográficas Intermediárias 2017**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Indicadores de Desenvolvimento Sustentável**. 2015. Estudos e Pesquisas. Informação Geográfica, n. 10. Rio de Janeiro: IBGE, 2015.

IEF- INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS DE MINAS GERAIS. **Plano de Manejo do Parque Estatual da Serra do Brigadeiro** – Encarte 1: Diagnóstico do Parque. Belo Horizonte, out. 2007.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **A política nacional de Agroecologia e produção orgânica no Brasil: uma trajetória de luta pelo desenvolvimento rural sustentável**. Brasília: Ipea, 2017.

LAGO, André Aranha Corrêa do. **Estocolmo, Rio, Joanesburgo: O Brasil e as três conferências ambientais das Nações Unidas**. Brasília: Funag, 2006.

LAMAS, Fernando Gaudereto. Povoamento e Colonização da Zona da Mata Mineira no século XVIII. **Histórica – Revista Eletrônica do Arquivo do Estado**, n. 8, p. 44-61, 2006.

LAVRADOR, Ana; DIAS, Susana; DIAS, Daniel. A paisagem, um valor relevante para o ensino da Geografia: Projeto Alverca, na Rota do Tejo. **Educação, Sociedade e Culturas**, n. 51, p. 173-195, 2017.

LEFF, Enrique. **Racionalidade ambiental: a reapropriação social da natureza**. Tradução Luís Carlos Cabral. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LITTLE, Paul Elliot. Ecologia política como etnografia: um guia teórico e metodológico. **Horiz. antropol.**, Porto Alegre, v. 12, n. 25, p.85-103, jun. 2006.

LOPES, Helena Rodrigues; GOMES, George Armando Silva; CALIXTO, Juliana Sena. RIBEIRO, Eduardo Magalhães. Historicidade e políticas públicas: um estudo sobre o Território Rural da Serra do Brigadeiro, MG. *In: 17º Seminário sobre a Economia Mineira*, 2016, Diamantina, MG. **XVII Seminário sobre a economia mineira [recurso eletrônico]: anais**. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2016.

LOPES, Othon de Azevedo. **Princípios jurídicos e regulação**. 2011. 247 f. Tese (Doutorado em Filosofia do Direito) – Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP, São Paulo, 2011.

LORETO, Maria das Dores Saraiva de; SANTOS, Carmem Lúcia; GOMES, André Luis. A formação e gestão do território rural da Serra do Brigadeiro MG: a percepção dos conselheiros. *In: Encontro Nacional de Geografia Agrária*, 21, 2012, Uberlândia, MG. **Anais [...]**. Uberlândia, MG: UFU/LAGEA, 2012. v.1.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de; DIAS, Marcelo Miná. Marco jurídico-normativo para o rural com enfoque territorial. *In: MIRANDA, Carlos; TIBÚRCIO, Breno (org.). Políticas públicas, atores sociais e desenvolvimento territorial no Brasil*. Brasília: IICA, 2011.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. A paisagem como fato cultural. *In: YÁZIGI, Eduardo. Turismo e paisagem*. São Paulo: Contexto, 2002.

MENEZES, Suzaneide Ferreira da Silva. *et al.* Diagnóstico Rural Participativo (DRP) uma ferramenta necessária par a investigação/intervenção: Experiência do Projeto Cajusol no território do Seridó (RN). **Anais do I Circuito de Debates Acadêmicos**. Brasília: IPEA/CODE, 2011.

MOREIRA, Roberto José. Críticas ambientalistas à Revolução Verde. **Estudos Sociedade e Agricultura**, 15, out. 2000, p. 39-52.

MUNIZ, Viviane Carla de Souza Pires. A educação superior em agricultura no Brasil como terreno fértil para os Estados Unidos: a Fundação Ford na UREMG/UFV (1964-1976). 2017. 107 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa. 2017.

OLIVEIRA, Regina Rodrigues de Oliveira. **Meios de vida e produção de alimentos:** quando a paisagem diversifica, o prato fica colorido. 2013. 168 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, Minas Gerais. 2013.

ORTEGA, Antônio César. As políticas territoriais rurais no Brasil: As ações do Governo Federal. *In:* ORTEGA, Antonio César; PIRES, Murilo José de Souza (Org). **As políticas territoriais rurais e a articulação governo federal e estadual: um estudo de caso da Bahia**. Brasília: Ipea, 2016.

PERICO, Rafael Echeverri; RIBEIRO, Maria Pilar. **Ruralidade, Territorialidade e Desenvolvimento Sustentável**. Tradução de Dalton Guimarães. Brasília: IICA, 2005.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. A reinvenção dos territórios na América Latina/Abya Yala. Unam. **Conceptos y Fenómenos de Nuestro Tiempo**, mai. 2012. Disponível em: <http://conceptos.sociales.unam.mx/conceptos_final/505trabajo.pdf>. Acesso em: 15/02/2020.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter; CUIN, Danilo Pereira; LADEIRA, Júlia Nascimento; SILVA, Marlon Nunes; LEÃO, Pedro Catanzaro da Rocha. A ruptura política e a questão agrária no Brasil (2015-2017): da política da terra arrasada à luta pela dignidade. **OKARA: Geografia em debate**, v. 12, n. 2, p.708-730, 2018.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter; CUIN, Danilo Pereira; PANEZ, Alexander; SILVA, Marlon Nunes; SOTTO-MAIOR, Marcela Burger; LEAL, Leandro. Os Cerrados e os Fronts do Agronegócio no Brasil. *In:* CANUTO, Antônio; LUZ, Cássia Regina da Silva; ANDRADE, Thiago Valentim Pinto. (Coord.). **Conflitos no Campo Brasil 2016**. Goiânia: CPT Nacional – Brasil, 2016.

PRAÇA, Heitor Levy Ferreira. Unidade de Conservação como território e territorialização: Aspectos Políticos da Transformação Cultural no meio Rural. **Geografares**, n. 8, p. 22-48, 2010..

RAMOS, Melissa Ferreira. **Re-existência e Ressurgência Indígena:** Diáspora e Transformações do Povo Puri. 2017. 239f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2017.

RIBEIRO, Maria das Graças M.. A Extensão Rural na Universidade Rural do Estado de Minas Gerais (UREMG). 1948-1969. **Extensão em Foco**, UFPR, Curitiba, n. 6, p.15-25, jul./dez. 2010.

RIBEIRO, Rafael Winter. **Paisagem cultural e patrimônio**. Rio de Janeiro: IPHAN/COPEDOC. 2007.

SANGUIN, André-Louis. Le paysage politique: quelques considérations sur um concept résurgent. **Espace géographique**. Tome 13, n. 1, p. 23-32, 1984.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Paulo. Ecologia e ambiente: contribuições da ciência ecológica para a compreensão da crise ambiental. **Educação, sociedade & culturas**, n.21, p.73-92, 2004.

SILVA, Arthur Boscarior. **Desdobramentos do Programa Territórios da Cidadania no Nordeste Paraense: desenvolvimento ou controle social?** 2017. 160 f. Dissertação (Mestrado) – Centro de Ciências Exatas, Programa de Pós Graduação em Geografia, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2017.

SOUZA MATOS, Rute. **A Reinvenção da Multifuncionalidade da Paisagem em Espaço Urbano – Reflexões**. 2010. 391f. Tese (Doutorado) – Universidade de Évora, Portugal, 2010.

STEPHAN, Ítalo; GALVARRO, Skarlen F. S.; NASCIMENTO, Bruno Dalto do; CAVALCANTE GOMES, Elaine. Campus da Universidade Federal de Viçosa, MG. Oito décadas de arquitetura. **Arquitextos**, São Paulo, ano 11, n. 132.07, Vitruvius, mai. 2011.

SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. Espaço Geográfico Uno e Múltiplo. Revista Geocrítica Scripta Nova. **Revista Eletrônica de Geografia y Ciencias Sociales**, Barcelona, v.93, 2001. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/sn-93.htm> . Acesso em: 16 mai. 2020.

UREMG - Conselho Universitário da Universidade Rural do Estado de Minas Gerais. **Ata nº 39**. Universidade Rural do Estado de Minas Gerais, Viçosa, 30 jun. 1956. Disponível em: http://www.soc.ufv.br/?page_id=3489. Acesso em: 12 jul. 2021.

VALVERDE, Orlando. Estudo Regional da Zona da Mata de Minas Gerais. **Revista Brasileira de Geografia**. Ano XX, n. 01, p. 57-94, 1958.

VERDEJO, Miguel Expósito. **Diagnóstico Rural Participativo**: Um guia prático. Brasília: MDA, 2006.

VITARELLI, Camila Costa. **A Concepção de Desenvolvimento Sustentável na atuação de ONG o Entorno do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro – MG**. 2005. 117f. Tese (Mestrado) - Extensão Rural - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2005.

LEIS, PORTARIAS e DOCUMENTOS

BRASIL, MINAS GERAIS. **Lei Ordinária nº 23207**, de 27 de dezembro de 2018. Institui o Polo Agroecológico e de Produção Orgânica na região da Zona da Mata.

BRASIL. **Lei Ordinária nº 10.831**, de 23 de dezembro de 2003. Dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2016].

ESA - Escola Superior de Agricultura – **Carta 027**. Universidade Rural do Estado de Minas Gerais, Viçosa, 05 dez. 1960. Disponível em: http://200.235.128.228/index.php/informationobject/browse?subjects=27527&mediatypes=137&collection=42512&sort=identifier&view=table&sf_culture=pt_BR&sortDir=asc&showAdvanced=1&topLod=0&onlyMedia=1. Acesso em: 08 jul. 2021.

ESCD – Escola Superior de Ciências Domésticas. **Cartas**. Universidade Rural do Estado de Minas Gerais, Viçosa, 01 jun. 1954 a 14 mai. 1965. Disponível em: http://200.235.128.228/index.php/informationobject/browse?subjects=27527&mediatypes=137&collection=42512&sort=identifier&view=table&sf_culture=pt_BR&sortDir=asc&showAdvanced=1&topLod=0&onlyMedia=1. Acesso em: 08 jul. 2021.

Portaria nº127/IPHAN, de 30 de abril de 2009.

SITES

ARAPONGA, 2014. Portal oficial de Turismo de Minas Gerais. Araponga. Disponível em: <http://www.minasgerais.com.br/destinos/araponga/>. Acesso em: 20 fev. 2021.

FERVEDOURO. Disponível em: <https://www.fervedouro.mg.gov.br/a-cidade/a-historia>. Acesso em: 15 dez. 2020.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/araponga/panorama>. Acesso em: 25 mar. 2020.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/fervedouro/panorama>. Acesso em: 25 mar. 2020.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/divisao-regional/15778-divisoes-regionais-do-brasil.html?=&t=o-que-e>.

Disponível em: <http://labs.icb.ufmg.br/lbem/aulas/grad/evol/coevol/aula12coevol.html>. Acesso em: 15/03/2021.

Disponível em: <http://siater.mda.gov.br/sys/siater/public/listabeneficiarios>. Acesso em: 25 jan. 2021.

Disponível em: http://www.asminasgerais.com.br/zona%20da%20mata/venhameVERDEperto/serra_do_brigaheiro/serra_do_brigaheiro.htm. Acesso em: 15 abr. 2020.

Disponível em: <http://www.cee.fiocruz.br/?q=node/143>. Acesso em: 20 jul. 2021.

Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/minasgerais/araponga.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2020.

Disponível em: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/>. Acesso em: 12 out. 2019.

Disponível em:

<https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=LEI&num=23207&comp=&ano=2018> . Acesso em: 12 jan. 2021.

Disponível em: <https://www.cidade-brasil.com.br>. Acesso em: 25 fev. 2021.

Disponível em: <https://www.cidade-brasil.com.br>. Acesso em: 25 fev. 2021.

Disponível em: <https://www.mg.gov.br/conteudo/conheca-minas/geografia/localizacao-geografica>. Acesso em: 25 fev. 2021.

Disponível em: <http://agroecologia.gov.br/politica>.

Disponível em: <https://www.projetoalimento.com.br/agroecologia-e-democracia/>.

Notícia. Disponível em: <http://www.rogeriocorreia.com.br/noticia/agora-e-oficial-zona-da-mata-e-polo-agroecologico-e-de-producao-organica/>. Acesso em: 15 fev. 2020.

ENTREVISTAS

Nas entrevistas, omitiu-se o nome dos entrevistados para manter-se o sigilo e evitar implicações políticas para os entrevistados.

Entrevista I. [jan. 2021]. Entrevistador: Jesús Menjivar Nieto. Araponga, 2021. 1 arquivo .mp3 (13:09 min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice B desta monografia.

Entrevista II. [jan. 2021]. Entrevistador: Jesús Menjivar Nieto. Araponga, 2021. 1 arquivo .mp3 (23:45 min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice B desta monografia.

Entrevista III. [jan. 2021]. Entrevistador: Jesús Menjivar Nieto. Araponga, 2021. 1 arquivo .mp3 (30:12 min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice B desta monografia.

Entrevista IV. [jan. 2021]. Entrevistador: Jesús Menjivar Nieto. Fervedouro, 2021. 1 arquivo .mp3 (19:31 min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice B desta monografia.

Entrevista V. [jan. 2021]. Entrevistador: Jesús Menjivar Nieto. Fervedouro, 2021. 1 arquivo .mp3 (39:44 min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice B desta monografia.

Entrevista VI. [jun. 2021]. Entrevistador: Jesús Menjivar Nieto. Araponga, 2021. 1 arquivo .mp3 (36:25 min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice B desta monografia.

Entrevista VII. [set. 2021]. Entrevistador: Jesús Menjivar Nieto. Fervedouro, 2021. 1 arquivo .mp3 (11:59 min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice B desta monografia.

Entrevista VIII. [set. 2021]. Entrevistador: Jesús Menjivar Nieto. Fervedouro, 2021. 1 arquivo .mp3 (21:18 min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice B desta monografia.

Entrevista IX. [set. 2021]. Entrevistador: Jesús Menjivar Nieto. Fervedouro, 2021. 1 arquivo .mp3 (33:34 min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice B desta monografia.

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO COMPLEMENTAR

PERGUNTAS PARA A ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA:

- 1 - Você já ouviu falar em Agroecologia?
- 2 - O que você entende que é a Agroecologia?
- 3 - Como você teve contato com a Agroecologia? Há quanto tempo?
- 4 – Dentro do seu entendimento, você trabalha com Agroecologia? Se sim, o que você trabalha que é agroecológico?
- 5 - Você acha que a Agroecologia mudou alguma coisa no seu dia a dia e nos seus costumes? O que você fazia antes que agora você faz diferente?
- 6 - Você sabe quem são as pessoas na sua cidade que trabalham com Agroecologia?
- 7 - O que você considera como sendo uma vantagem da Agroecologia para sua região?
- 8 - O que você considera como sendo uma dificuldade da Agroecologia para sua região?
- 9 - A Agroecologia mudou alguma coisa na sua comunidade? A partir de quando?
- 10 - Você conhece as cidades de Fervedouro e Araponga? Você tem contato com os produtores de lá?
- 11 - Que tipo de contato você tem? Amizade, parentesco, contato político, de trabalho?
- 12 - No seu entendimento, os produtores de lá também trabalham com a Agroecologia? Porque?
- 13 - Quais são as semelhanças que você percebe entre as cidades de Araponga e Fervedouro?
- 14 – Você tem apoio do governo ou da Prefeitura nas suas atividades?
- 15 – Você gostaria de dizer algo mais sobre as perguntas que foram feitas?

ANEXO A - TABELA A

Número de estabel. agropec. com horticultura, por produto.			Araponga (MG)	Fervedouro (MG)
Produtos da horticultura x Variável	Total	Número de estabelecimentos agropecuários com horticultura (Unidades)	7	120
		Quantidade produzida na horticultura (não se aplica)	..	..
	Abobrinha	Número de estabelecimentos agropecuários com horticultura (Unidades)	-	7
		Quantidade produzida na horticultura (Toneladas)	-	13
	Agrião	Número de estabelecimentos agropecuários com horticultura (Unidades)	-	2
		Quantidade produzida na horticultura (Toneladas)	-	X
	Alface	Número de estabelecimentos agropecuários com horticultura (Unidades)	5	108
		Quantidade produzida na horticultura (Toneladas)	2	58
	Alho-porró	Número de estabelecimentos agropecuários com horticultura (Unidades)	-	2
		Quantidade produzida na horticultura (Toneladas)	-	X
	Almeirão	Número de estabelecimentos agropecuários com horticultura (Unidades)	1	2
		Quantidade produzida na horticultura (Toneladas)	X	X
	Berinjela	Número de estabelecimentos agropecuários com horticultura (Unidades)	-	2
		Quantidade produzida na horticultura (Toneladas)	-	X
	Beterraba	Número de estabelecimentos agropecuários com horticultura (Unidades)	1	8
		Quantidade produzida na horticultura (Toneladas)	X	13
	Brócolis	Número de estabelecimentos agropecuários com horticultura (Unidades)	1	4
		Quantidade produzida na horticultura (Toneladas)	X	2
	Cebolinha	Número de estabelecimentos agropecuários com horticultura (Unidades)	1	32
		Quantidade produzida na horticultura (Toneladas)	X	7
	Cenoura	Número de estabelecimentos agropecuários com horticultura (Unidades)	1	15
		Quantidade produzida na horticultura (Toneladas)	X	42
	Chicória	Número de estabelecimentos agropecuários com horticultura (Unidades)	-	2
		Quantidade produzida na horticultura (Toneladas)	-	X
	Chuchu	Número de estabelecimentos agropecuários com horticultura (Unidades)	-	3
		Quantidade produzida na horticultura (Toneladas)	-	1
	Coentro	Número de estabelecimentos agropecuários com horticultura (Unidades)	-	1
		Quantidade produzida na horticultura (Toneladas)	-	X
	Couve	Número de estabelecimentos agropecuários com horticultura (Unidades)	3	92
		Quantidade produzida na horticultura (Toneladas)	4	30
	Couve-flor	Número de estabelecimentos agropecuários com horticultura (Unidades)	-	3
		Quantidade produzida na horticultura (Toneladas)	-	0

	Espinafre	Número de estabelecimentos agropecuários com horticultura (Unidades)	1	1
		Quantidade produzida na horticultura (Toneladas)	X	X
	Jiló	Número de estabelecimentos agropecuários com horticultura (Unidades)	-	13
		Quantidade produzida na horticultura (Toneladas)	-	25
	Milho verde (espiga)	Número de estabelecimentos agropecuários com horticultura (Unidades)	-	2
		Quantidade produzida na horticultura (Toneladas)	-	X
	Morango	Número de estabelecimentos agropecuários com horticultura (Unidades)	1	2
		Quantidade produzida na horticultura (Toneladas)	X	X
	Pimenta	Número de estabelecimentos agropecuários com horticultura (Unidades)	-	4
		Quantidade produzida na horticultura (Toneladas)	-	7
	Pimentão	Número de estabelecimentos agropecuários com horticultura (Unidades)	-	3
		Quantidade produzida na horticultura (Toneladas)	-	1
	Quiabo	Número de estabelecimentos agropecuários com horticultura (Unidades)	1	7
		Quantidade produzida na horticultura (Toneladas)	X	15
	Repolho	Número de estabelecimentos agropecuários com horticultura (Unidades)	1	4
		Quantidade produzida na horticultura (Toneladas)	X	10
	Rúcula	Número de estabelecimentos agropecuários com horticultura (Unidades)	-	1
		Quantidade produzida na horticultura (Toneladas)	-	X
	Salsa	Número de estabelecimentos agropecuários com horticultura (Unidades)	-	2
		Quantidade produzida na horticultura (Toneladas)	-	X
	Taioaba	Número de estabelecimentos agropecuários com horticultura (Unidades)	-	1
		Quantidade produzida na horticultura (Toneladas)	-	X
	Tomate (estaqueado)	Número de estabelecimentos agropecuários com horticultura (Unidades)	-	7
		Quantidade produzida na horticultura (Toneladas)	-	25
	Outros produtos	Número de estabelecimentos agropecuários com horticultura (Unidades)	-	2
		Quantidade produzida na horticultura (Toneladas)	-	X
	Mudas e outras formas de propagação (produzidas para plantio)	Número de estabelecimentos agropecuários com horticultura (Unidades)	-	4
		Quantidade produzida na horticultura (Mil unidades)	-	12323